



Instituto Politécnico de Lisboa

Escola Superior de Educação de Lisboa

***As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as
necessidades e as obrigações***

Ana Lúcia Barão Cordeiro

Mestrado em Ciências da Educação

Área de especialização em Administração Escolar

2013



Instituto Politécnico de Lisboa

Escola Superior de Educação de Lisboa

***As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as
necessidades e as obrigações***

Ana Lúcia Barão Cordeiro

Dissertação orientada pelo Professor Doutor João Manuel da Silva
Pinhal

Dissertação apresentada para obtenção do grau de

Mestre em Ciências da Educação

Área de especialização em Administração Escolar

2013

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma forma de reconhecer que nada se constrói de forma individual, tudo o que se alcança é também fruto de outros.

Agradeço em primeiro lugar ao Professor Doutor João Pinhal pela inspiração, sabedoria, disponibilidade, generosidade e pelo apoio constante. Muito obrigada.

A todos aqueles que aceitaram colaborar e que permitiram o desenvolvimento desta investigação.

Aos colegas, pela força e pelos momentos de descontração, tão importantes num processo como este.

À família e aos amigos que nunca duvidaram e cujo apoio foi essencial para alcançar este objetivo.

Ao meu marido, pelo incansável apoio, incentivo, confiança, paciência e companheirismo. Muito obrigada por tudo.

Ao filho que entretanto chegou e que tanto sentido deu a tudo.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

RESUMO

Perante um cenário de políticas de descentralização de competências educativas do Ministério da Educação para os Municípios e destes para as Freguesias através de protocolos de delegação de competências, decidiu-se tentar compreender de que forma é que as Freguesias participam na gestão dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e Escolas do 1º ciclo, bem como na definição e promoção de políticas educativas locais.

Através do estudo de duas Freguesias (Benfica e Carnide), do concelho de Lisboa, pretendeu-se: analisar o quadro legal que regulamenta a ação das Juntas de Freguesia na área educativa; revelar o trabalho que é desenvolvido por estes órgãos de poder local, seja por imposição legal, por decisões protocolares ou por livre iniciativa; identificar as motivações que justificam as suas ações voluntárias; mostrar como se organizam internamente para a concretização do seu trabalho e caracterizar as relações que estabelecem com a restante comunidade local e a Câmara Municipal.

Para tal, recorreu-se ao estudo de caso como estratégia de investigação e a entrevistas e análise documental como técnicas de recolha de dados. O procedimento de análise da informação recolhida seguido foi o da análise de conteúdo.

Concluiu-se que estas duas Juntas de Freguesia desenvolvem trabalho para além daquilo que legalmente lhes compete e daquilo que acordaram com o Município através do protocolo de delegação de competências assinado, movidas sobretudo pelas lacunas que encontram na satisfação de necessidades dos seus habitantes, mas também porque encaram a área da educação como uma vertente fundamental da formação dos cidadãos.

Para além disso, promovem a participação ativa dos cidadãos e tentam ao máximo construir com estes a política educativa do seu território.

Sentem portanto que satisfazem necessidades, mas também que cumprem obrigações morais e políticas e que desempenham democraticamente aquilo a que se propuseram quando órgãos eleitos localmente.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Palavras-chave: descentralização; delegação de poderes ou competências; territorialização; políticas educativas locais, freguesias.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

ABSTRACT

Faced with a situation of decentralization policies of educational powers from the Ministry of Education to the Municipalities and from these to the Parish Councils through protocols of delegation of powers, we decided to try to come to understand the way the Parish Councils participate in the management of Pre-schools and 1st cycle schools, as well as the definition and promotion of local educational policies.

Based on the analysis of two Parish Councils (Benfica and Carnide) of Lisbon County, we aimed at the following: analyse the framework which establishes the proceedings of the Parish Councils within the Educational area; reveal the work developed by these agents of the local authority, being it through legal obligation, through protocol decisions or through free enterprise; identify the motivations that justify their voluntary deeds; show their internal organization directed for the development of their work, and feature their relationship within the remainder local community and within the County.

For that purpose we resorted to a case study as an investigation strategy, and to interviews and documentary analysis based on data collection. The procedure followed to construe the information gathered was the analysis of its content.

The conclusion reached was that these two Parish Councils develop work that goes beyond what is legally required from them and moreover, from what they had established with the County through the protocols of delegation of powers agreed upon. They are mainly moved by the gap found in the meeting of the inhabitants' needs, but also because they consider the educational field as a central factor in the formation of the citizens.

Furthermore, they promote the active participation of the citizens and try their best to build together with them the educational policy for their territory.

Thus, they feel that they meet needs, and in addition meet moral and political obligations alongside with the democratic accomplishment of what they had committed to when locally elected.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Key words: decentralization; delegation of powers or skills; territorialization; local educational policies; parish councils.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	II
ABSTRACT	IV
ÍNDICE GERAL	VI
ÍNDICE DE QUADROS	X
LISTA DE ABREVIATURAS	XI
INTRODUÇÃO	1
PARTE I – AS AUTARQUIAS E A EDUCAÇÃO	6
CAPÍTULO I- A DESCENTRALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	6
1.1. Os níveis de decisão em educação	6
1.2. As tendências europeias sobre a descentralização	16
CAPÍTULO II- AS FREGUESIAS E A EDUCAÇÃO	23
2.1. A Freguesia como autarquia local.....	23
2.2. A atividade educacional das Freguesias.....	33
2.2.1. A evolução do quadro legal a nível de competências educativas autárquicas (1974 a 2010).....	33
2.2.2. As intervenções autárquicas para além da Lei	42
PARTE II- UM ESTUDO SOBRE A INTERVENÇÃO EDUCACIONAL DAS FREGUESIAS	46
CAPÍTULO III- MODELO DE ESTUDO	46
3.1. Questão central e questões de investigação	46
3.2. Objetivos gerais, específicos e eixos de análise.....	48
CAPÍTULO IV- METODOLOGIA	51
4.1. Tipo de estudo	51
4.2. Estratégia de investigação e razões da sua escolha	52
4.3. Recolha e categorização dos dados	54
4.4. As entidades estudadas.....	59

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

4.4.1. A Junta e Freguesia de Benfica.....	60
4.4.2. A Junta de Freguesia de Carnide.....	62
4.4.3. O Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos.....	66
4.4.4. O Agrupamento de Escolas São Vicente de Telheiras.....	68
4.4.5. A Câmara Municipal de Lisboa.....	70
4.5. Limitações e validação do estudo.....	72
PARTE III- RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	75
CAPÍTULO V- AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DE DUAS FREGUESIAS DE LISBOA.....	75
5.1. Apresentação dos resultados da investigação.....	75
5.1.1. A intervenção determinada por Lei e por processos de delegação.....	75
5.1.2. A organização interna das Juntas de Freguesia em matéria de educação.....	80
5.1.3. As intervenções autónomas.....	83
5.1.4. A relação das Juntas de Freguesia com a Câmara Municipal.....	91
5.1.5. A relação das Juntas de Freguesia com os órgãos de gestão das escolas.....	93
5.2. Interpretação dos resultados e conclusão geral.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101
REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS.....	106
ANEXOS.....	
Anexo 1.....	
Guiões das entrevistas.....	
Guião da entrevista exploratória.....	
Guião da entrevista 1.....	
Guião da entrevista 2.....	
Guião da entrevista 3.....	
Anexo 2.....	
Grelha de análise das entrevistas semiestruturadas.....	
Anexo 3.....	
Transcrições das entrevistas.....	

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Transcrição da entrevista exploratória	
Transcrição da entrevista 1- E1	
Transcrição da entrevista 2- E2	
Transcrição da entrevista 3- E3	
Transcrição da entrevista 4- E4	
Transcrição da entrevista 5- E5	
Transcrição da entrevista 6- E6	
Transcrição da entrevista 7- E7	
Anexo 4	
Análise de conteúdo das entrevistas	
Anexo 5	
Ofício enviado aos elementos das entidades estudadas a solicitar colaboração para o estudo	
Anexo 6	
Declaração entregue aos entrevistados aquando da realização das entrevistas	
Anexo 7	
Lista de documentos fornecidos e respetivas fontes	
Anexo 8	
Protocolo de Delegação de Competências entre a CMLx e a JF de Benfica	
Anexo 9	
Protocolo de Delegação de Competências entre a CMLx e a JF de Carnide	
Anexo 10	
Protocolo de colaboração para o desenvolvimento da CAF entre CM de Lisboa, Agrupamento de Escolas Bairro Padre Cruz e JF de Carnide (2012/2013)	
Anexo 11	
Protocolo de colaboração para o desenvolvimento da CAF entre CM de Lisboa, Agrupamento de Escolas São Vicente de Telheiras e JF de Carnide (2012/2013)	
Anexo 12	
Protocolo de parceria para o desenvolvimento das AEC's entre entidades parceiras e JF de Carnide (2012/2013)	
Anexo 13	

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Protocolo de colaboração para o desenvolvimento das AEC's para 2011/2012 entre a JF e FAPLX	
Anexo 14	
2ª adenda ao Protocolo de colaboração para o desenvolvimento das AEC's para 2012/2013 entre a JF, Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos e FAPLX	
Anexo 15	
Protocolo de colaboração para o desenvolvimento da CAF para 2012/2013 entre CM de Lisboa, Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos e JF	
Anexo 16	
Acordo de cooperação para o desenvolvimento do projeto Verdinhos entre CM de Lisboa e JF...	

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Género e idade da população residente da Freguesia de Benfica	61
Quadro 2 - Qualificação académica da população residente da Freguesia de Benfica	61
Quadro 3- Género e idade da população residente da Freguesia de Carnide	64
Quadro 4- Qualificação académica da população residente da Freguesia de Carnide	65
Quadro 5- Técnicos especializados do Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos	68

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

LISTA DE ABREVIATURAS

AEC's- Atividades de Enriquecimento Curricular

APECDA- Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas

AT- Assistentes Técnicos

ATL's- Atividades de Tempos Livres

CAF- Componente de Apoio à Família

CEAL- Carta Europeia da Autonomia Local

CLE- Conselho Local de Educação

CM- Câmara/s Municipal/ais

CME- Conselho Municipal de Educação

CPA- Código do Procedimento Administrativo

CRP- Constituição da República Portuguesa

EB- Escola Básica

EB1- Escola Básica do 1º ciclo

GAF's- Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família

IAC- Instituto de Apoio à Criança

INE- Instituto Nacional de Estatística

JF- Junta/s de Freguesia

LBSE- Lei de Bases do Sistema Educativo

PEL- Projeto Educativo Local

PES- Projeto Educação para a Saúde

PIEF- Programa Integrado de Educação e Formação

PROF- Professores

SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

T- Tarefa

TEACCH- Tratamento e Educação de Crianças com Autismo

UAAM- Unidade de Apoio a Alunos Multideficientes

UE- União Europeia

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é resultado de uma investigação realizada no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, na área de especialização em Administração Escolar, da Escola Superior de Educação de Lisboa.

O estudo realizado enquadra-se na temática cada vez mais atual da descentralização da educação, mais concretamente no papel que os Municípios e as Freguesias têm vindo a assumir de há uns anos a esta parte na gestão dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e do 1º ciclo, bem como na definição e promoção de políticas educativas locais visando-se compreender o sentido global da evolução das intervenções autárquicas, em particular no que respeita ao caso das Freguesias.

A acrescida intervenção autárquica é, entre outras razões, consequência da implementação de um novo modelo de gestão pública que tem tentado, ainda que de forma lenta e por vezes pouco perceptível e muito contraditória, romper com o paradigma centralizador do Estado.

O modelo de gestão pública das escolas, definido pelo Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril, que aprova o Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, tenta englobar as heterogeneidades existentes na sociedade, fomentando a participação de vários agentes e a sua autonomia de atuação através de processos de desconcentração, descentralização administrativa e territorializando e legitimando as políticas locais de educação.

A escolha da temática a desenvolver com este estudo teve assim como base, o referido modelo de gestão pública das escolas, mas também a situação do quadro legal relativo às competências educativas das autarquias e os estudos empíricos anteriormente realizados, que revelaram mudanças neste domínio. Com efeito, cada vez mais os Municípios e as Freguesias, estas segundas sobretudo na sequência dos protocolos de delegação de competências que estabelecem com as Câmaras e das necessidades locais

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

com que se deparam, se assumem como coordenadores e promotores de políticas educativas locais, muitas vezes extravasando as suas competências legais.

Pela investigação desenvolvida, realizei uma revisão da literatura para perceber qual a evolução que se verificou ao nível da participação dos Municípios e das Freguesias na gestão das escolas do ensino básico, mais concretamente dos Jardins de Infância e das Escolas do 1º ciclo e na definição de políticas educativas locais desde o período pós 25 de Abril até ao ano 2010 e para conhecer as conclusões que advêm dos estudos já realizados sobre a descentralização da administração na área da educação.

Em sequência da referida revisão da literatura pude constatar que existe já alguma investigação ao nível do trabalho desenvolvido pelos Municípios no que diz respeito à educação, principalmente pelos autores A. S. Fernandes, J. Barroso, J. Formosinho, J. Pinhal, J. Martins e M. Prata mas não tanto sobre o trabalho que as Freguesias também desenvolvem neste domínio, talvez mais movidas por interesses e necessidades locais e não tanto pela delegação de competências que os Municípios lhes fazem. Sendo assim, foi sobre este trabalho, ainda pouco estudado, que me quis debruçar.

Ou seja, julgo pertinente investigar e refletir sobre as práticas educativas das autarquias, sobretudo das Freguesias, no sentido de perceber como se desenvolvem e de que forma podem ser fortes contributos para a evolução das comunidades locais e dos seus cidadãos.

Para Pinhal (2001), o desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos concretiza-se em grande parte ao nível local, sendo que a educação/formação tem um papel fundamental a este nível. Deste modo, as autarquias locais assumem-se como parceiros das escolas e das suas comunidades mas também, e cada vez mais, como criadoras e promotoras de políticas educativas específicas que se adaptem à individualidade do seu território.

A nível pessoal, pretendi desenvolver este estudo porque penso que cada vez mais a globalização traz exigências educativas aos cidadãos e acredito que é localmente que essas exigências conseguem alcançar muito do suporte necessário à sua real satisfação. Uma outra razão que me motivou, prende-se com a oportunidade que tive, num passado

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

recente, de ter trabalhado numa Junta de Freguesia (JF), tendo a possibilidade de observar práticas bastante pertinentes ao nível da educação, em grande parte devido ao facto das pessoas que a dirigiam considerarem que as suas contribuições eram fundamentais para o bem-estar e sucesso das crianças e jovens da Freguesia mas também porque, com a crescente transferência de tarefas para os Municípios, estes sentem necessidade de repartir responsabilidades com outras entidades nas quais se incluem as JF.

Com base nestes princípios e motivações, pretendeu-se analisar o quadro legal que regula formalmente a ação das JF na área da educação e perceber se o mesmo é limitativo ou não das suas ações, provocando por parte das Freguesias uma procura de outras formas de alargar a sua intervenção na área em questão. Na sequência disto, estão também implícitos os objetivos de mostrar se há ou não trabalho desenvolvido pelas Freguesias com as suas comunidades, na área da educação, com o intuito de desenvolver políticas educativas locais; revelar que trabalho é esse; mostrar as razões que estão por detrás deste crescente envolvimento das autarquias na educação e os objetivos que pretendem satisfazer com as suas intervenções. Para além disso, é importante também perceber como se organizam internamente estas entidades e que relações estabelecem com a Câmara Municipal (CM) e os órgãos de gestão dos Agrupamentos de Escolas.

Assim, debrucei o estudo sobre o trabalho que é desenvolvido por duas Freguesias do Concelho de Lisboa, a Freguesia de Benfica e a de Carnide.

Como já foi dito anteriormente, o trabalho desenvolveu-se em torno do conceito de descentralização e como tal, a problemática do estudo realizado é a descentralização da educação refletida nas práticas educativas de duas Freguesias do Município de Lisboa, dentro de um mesmo quadro legal e com características sociais que por vezes se assemelham.

Neste caso específico, o que se pretende estudar é a descentralização com caráter político uma vez que se pretende verificar se, para além daquilo que a Lei lhes atribui e

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

daquilo que a Câmara lhes transfere, cada uma destas Freguesias define, promove e desenvolve políticas educativas locais de acordo com as necessidades dos seus cidadãos. Mais do que uma atribuição legal, trata-se de um auto- desenvolvimento de capacidades de construção, atuação e mobilização, ou seja, de um real poder político próprio.

Para isso, julgo que o melhor caminho a seguir para poder verificar a gênese e veracidade destas iniciativas é através dos atores diretos, ou seja, os autarcas responsáveis pelos pelouros da educação, os técnicos que com eles trabalham e as direções dos agrupamentos selecionados para o efeito. Procura-se através da “voz” destes, evidenciar as políticas educativas locais praticadas. Segundo Friedberg, a análise das organizações e da ação organizada não pode eliminar os atores: “ os espaços de ação compõem-se de atores que pensam, mesmo que não tenham todos os dados; que têm intenções, mesmo que não atinjam sempre, longe disso, os seus fins; que são capazes de escolher, mesmo que seja intuitivamente; e que podem ajustar-se inteligentemente a uma situação, ou pelo menos à cognição (perceção) que dela têm e desenvolver a sua ação em consequência.” (Friedberg, 1995, p. 199 – 200).

Assim, para além de se poder dar a conhecer as dinâmicas que se criam, tenta-se também perceber o intuito com que o fazem, “o modo como se apropriam das regras e como as transformam” (Barroso, 2005) em benefício dos seus objetos de ação, os cidadãos.

De acordo com tudo o que aqui ficou explanado, a problemática do estudo dirige-se sobretudo para a compreensão de como se faz a descentralização, como se age num processo descentralizado e quais os objetivos desta forma de atuar na realidade.

Para tal, definiu-se um quadro concetual de referência que permitiu elucidar algumas das ideias pré-concebidas e auxiliar na definição do percurso a realizar. Assim, as leituras realizadas debruçaram-se essencialmente sobre conceitos e temáticas como a descentralização, concentração e desconcentração, delegação de poderes ou competências, autonomia, territorialização e local.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Tendo por base o que se pretendeu conhecer, optou-se por realizar um estudo de caso com recurso a técnicas de recolha de dados como a entrevista exploratória e semiestruturada e a análise documental. Por fim, como procedimento de análise da informação recolhida, utilizou-se a análise de conteúdo.

Desta forma, o documento aqui apresentado está dividido em três partes: a primeira consiste na apresentação do quadro teórico-conceitual que se utilizou como referência ao longo da investigação após a revisão da literatura; a segunda parte debruça-se sobre o modelo de estudo e a metodologia utilizada para o realizar e por fim, na terceira parte são apresentados os resultados da investigação bem como a sua interpretação e as conclusões a que se chegou.

Assim, na primeira parte, existem dois capítulos, um mais dedicado ao conceito de descentralização e a todos aqueles que a ele se ligam de alguma forma, visando compreender melhor os diferentes níveis de decisão que podem existir num processo educativo e um outro capítulo em que são apresentadas algumas das tendências europeias em relação à descentralização de forma a nos podermos enquadrar no contexto a que pertencemos, o da Europa.

Na segunda parte existem também dois capítulos. No primeiro define-se o modelo de estudo e todos os aspetos que permitem perceber os caminhos seguidos e os objetivos pretendidos e no segundo é apresentada a metodologia a que se recorreu bem como uma breve caracterização das entidades em causa para o estudo.

Com a última parte desta dissertação, pretende-se apresentar os resultados obtidos com a recolha de dados que foi realizada e expor as principais conclusões obtidas depois de concluído todo o processo investigativo.

É de referir ainda que nenhum dos entrevistados solicitou o anonimato, pelo que todos os intervenientes são identificados de forma verdadeira.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

PARTE I – AS AUTARQUIAS E A EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I- A DESCENTRALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

1.1. Os níveis de decisão em educação

Para além de se identificarem e perceberem os diferentes níveis de decisão existentes no sistema administrativo de um país, deve primeiro perceber-se como se organiza a nossa administração pública. Segundo Caupers (1999:263), uma organização pública “é um grupo humano estruturado pelos representantes de uma comunidade com vista à satisfação de necessidades coletivas predeterminadas desta”. Assim, para que tal seja possível e, como nos diz Tavares (2000), o setor público da administração é composto, entre outros, por “pessoas coletivas públicas” que têm à sua responsabilidade diversas “atribuições”, ou seja, um conjunto de necessidades coletivas que deverão satisfazer. Estas atribuições representam a base da sua existência pois são os fins que a lei comete às pessoas coletivas públicas (Caupers, 1999:274).

Incluem-se neste grupo de “pessoas coletivas” as autarquias locais que, como representantes de um determinado território, deverão satisfazer os interesses das suas populações. Para que isso aconteça, dispõem de “órgãos” detentores de “poderes ou competências” para o exercício de determinados “atos”. No caso das Freguesias enquanto pessoas coletivas públicas, temos a Junta e a Assembleia de Freguesia como órgãos de poder. Por sua vez, cada um desses órgãos possui “titulares”, ou seja, pessoas que os representam e que são responsáveis pelo desenvolvimento das referidas atribuições através da concretização de atos de acordo com os seus poderes, designados por missões (Caupers, 1999:274).

Não menosprezando todos estes aspetos, debruçemo-nos apenas na questão dos poderes ou competências já que é o que tem mais interesse para este trabalho. Desta forma, competência é “o conjunto dos poderes conferidos por lei (em sentido material) aos órgãos das pessoas coletivas para a prática de atos tendentes à prossecução das suas

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

atribuições” (Tavares, 2000:56). Quando se trata de uma competência atribuída diretamente pela Lei designa-se de “competência própria”. Quando é atribuída por outro órgão administrativo de acordo com as suas habilitações legais diz-se que é uma “competência delegada” (Caupers, 1999:275).

Até há bem pouco tempo, o modelo que vigorava sem margem para dúvidas no nosso país era o da centralização mas, atualmente, pretende-se substituí-lo por um sistema mais descentralizado, contrariando a tradição centralista do país que não acompanhou países como a Inglaterra e outros de origem anglo-saxónica, mas sim a tendência francesa de manter a centralização do poder no Estado. (Formosinho e Machado, 2005).

Mas então o que é a centralização e a descentralização?

“Globalmente, **centralização** significa que a responsabilidade e o poder de decidir se concentram no Estado ou no topo da Administração Pública cabendo às restantes estruturas administrativas, onde se incluem naturalmente as escolas, apenas a função de executar as diretivas e ordens emanadas desse poder central.” (Fernandes, 2005: 54).

Por sua vez a **descentralização** é, segundo Formosinho e Machado, a existência de organizações e órgãos locais que não estão dependentes hierarquicamente do Estado tendo desta forma autonomia administrativa e financeira para poder exercer as suas próprias competências de forma a representar e satisfazer os interesses locais. (2005: 121). Assim, a descentralização supõe o reconhecimento de interesses próprios de uma coletividade humana definida ou pela pertença a um território ou por constituir um certo aglomerado social com identidade própria e interesses comuns; implica a gestão desses interesses por órgãos cujos titulares são eleitos pelos membros da coletividade perante os quais respondem e os organismos em causa não estão subordinados hierarquicamente ao Estado quando se trate de decidir sobre as suas atribuições e competências (Fernandes, 2005: 57). Ou seja, são autónomas mas não são independentes pois continuam a ser sujeitas à tutela administrativa (para efeitos de legalidade) exercida pelo Estado, tal como consta do art.º 242º da Constituição da República Portuguesa (CRP) e confirmado e melhor clarificado pela Carta Europeia da Autonomia Local (CEAL) no seu artigo 7º.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Segundo Tavares (2000) e Caupers (1999), a descentralização existe quando se prevê a existência e funcionamento de outras pessoas coletivas, para além do Estado, com o fim de satisfazerem determinadas necessidades públicas. Nestas se incluem os organismos regionais e locais, como é o caso das autarquias. Assim, o simples facto de se contemplar a sua existência já significa para este autor que estamos perante um sistema descentralizado.

Para Tavares (2000:63), “a centralização e a descentralização administrativas respeitam à repartição de atribuições (de necessidades públicas) por várias pessoas coletivas entretanto criadas ou reconhecidas pela lei”. Para Fernandes, a descentralização é muito mais que isso. A descentralização, tal como Tavares a considera, é administrativa mas para Fernandes deveria ser também política. Isto é, “os órgãos descentralizados têm poder para definir as suas orientações políticas num largo âmbito apenas delimitado externamente pelas leis fundamentais...e poder de legislar dentro desse âmbito” (Fernandes, 2005: 58).

Porém, não nos esquecendo que o que está em cima da mesa são os interesses públicos e coletivos, é necessário sempre, mesmo num sistema descentralizado, manter um certo controlo do que se faz. Para isso, Tavares diz-nos que existe a tutela como sendo um “poder de um órgão (ou órgãos) de uma pessoa coletiva pública de intervir (em maior ou menos grau) na vida de outra pessoa coletiva, controlando a legalidade e /ou o mérito da sua atividade” (2000:63). Ou seja, alguém tem de avaliar o fundamento e a necessidade de determinadas ações bem com a sua legalidade. Fernandes também partilha da mesma opinião (Fernandes, 2005: 58).

Para Caupers, para se falar verdadeiramente de descentralização administrativa, é indispensável “que estas pessoas coletivas públicas tenham a sua existência constitucionalmente assegurada, disponham de órgãos eleitos, tenham a sua esfera de atribuições garantida por lei e não estejam sujeitas a intervenções do Estado, salvo quanto à tutela de legalidade”. Isto passa-se em Portugal, ao nível das autarquias locais no âmbito da descentralização de base territorial (1999:288).

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Na sequência destes dois conceitos surgem outros também fundamentais para se perceber como se podem processar as intervenções dos Municípios e das Freguesias na gestão e promoção de políticas educativas locais. São eles, a desconcentração e a delegação de poderes ou competências.

A **desconcentração** é, segundo Fernandes (2005:55) “ uma modalidade atenuada da centralização” ou seja, os poderes são delegados pelo superior hierárquico a organismos ou pessoas que desempenham cargos intermédios ou inferiores da linha hierárquica. No caso das Direções Regionais de Educação (DRE) estamos perante uma desconcentração territorial. Existe também a desconcentração técnica ou funcional quando o seu âmbito geográfico de atuação é limitado mas é concedido aos organismos ou pessoas em causa algum grau de poder de decisão. Segundo Diogo Freitas do Amaral (1994:697 e 713ss) designa-se esta última por “devolução de poderes” e segundo Caupers (1999:289) de “descentralização de base não territorial”.

Segundo a CRP, nos números 1 e 2 do art.º 267º, um dos princípios da organização administrativa pública é o da desconcentração. Segundo este, as competências necessárias à prossecução das atribuições de cada pessoa coletiva pública não devem estar todas atribuídas aos órgãos de topo da hierarquia mas sim repartidas pelos diferentes níveis de subordinados.

Para Tavares (2000:65) a descentralização difere da desconcentração pois na primeira estão em causa duas ou mais pessoas coletivas públicas e na segunda estamos a falar de transferência de poderes de uns órgãos para outros mas dentro de uma só pessoa coletiva pública.

Assim, partindo deste pressuposto, quando se verifica um processo de delegação de competências por exemplo entre Municípios e Freguesias, estaríamos a falar de descentralização uma vez que são pessoas coletivas públicas independentes. Mas será mesmo assim? A descentralização não é um “modelo de administração onde se dá capacidade jurídica a um agente ou órgão para poder regular e praticar atos definitivos e executórios, ou seja, sem possibilidade de recursos hierárquico, numa área delimitada de

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

atribuições.”? (Fernandes, 2002:719, citando Caupers, 1994:229ss, Moreira, 1997:142ss).

Sim, a resposta é afirmativa e, como tal, conclui-se que não deveríamos considerar de facto a existência de descentralização pois os protocolos de delegação de competências são acompanhados de orientações de atuação e podem ser dissolvidos a qualquer momento. Contudo, entre os Municípios e as Freguesias vive-se um regime de exceção pois está determinado pela Lei a existência desta delegação de competências como um processo de descentralização administrativa entre duas entidades independentes uma da outra (art.º 5º da Lei nº159/99, de 14 de setembro e art.º 66º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro). Assim, estamos perante um caso especial, previsto na Lei.

Desta forma, pode chegar-se à conclusão de que, de acordo com a organização da administração pública, falamos de descentralização quando as atribuições deixam de ser de umas pessoas para serem de outras e estamos a falar de desconcentração quando se transferem poderes ou competências dentro de uma pessoa coletiva, mantendo-se as atribuições na posse do órgão de topo. Assim, a delegação de competências existente entre os Municípios e as Freguesias parece mais própria de um processo de desconcentração do que de um verdadeiro processo de descentralização.

É pertinente salientar que esta última questão levantada, a da **delegação de poderes ou competências**, é que está muitas vezes por detrás das intervenções das Freguesias, que aqui estão em estudo, no sentido de melhor satisfazer as suas populações.

Assim, Caupers diz-nos que, segundo a ciência da administração, “a delegação é um instrumento de difusão do poder de decisão numa organização pública que repousa na iniciativa dos órgãos superiores desta. É uma verdadeira auto-repartição da capacidade de decisão” (1999:279). Segundo o direito administrativo, “a delegação de poderes (ou de competência) é o ato pelo qual um órgão da Administração Pública normalmente competente em determinada matéria e devidamente habilitado por lei possibilita que outro órgão ou agente pratiquem atos administrativos sobre a mesma matéria” (Caupers:1999: 279, citando o art.º 35º, nº 1, do Código do Procedimento Administrativo).

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Para que haja uma delegação é necessária a existência de um delegante (quem delega) e de um delegado (quem recebe). Normalmente o delegante e o delegado pertencem à mesma pessoa coletiva pública, ou seja, a delegação é interorgânica pois acontece entre órgãos da mesma pessoa coletiva pública (podendo considerar-se desconcentração). Contudo, nem sempre é assim e atualmente assiste-se a muitos processos de delegação de competências entre duas pessoas coletivas públicas diferentes, como é o caso dos Municípios e das Freguesias. Para além de tudo isto, uma delegação só pode acontecer se houver vontade por parte do delegante e do delegado, podendo cada um destes pôr termo à mesma. (Caupers, 1999: 280 e 281).

O regime jurídico da delegação, expresso através do Código do Procedimento Administrativo (CPA) também exige que esta seja composta pela especificação dos poderes delegados e que seja publicada (art.º 37º, nº 1 e nº 2). Segundo o mesmo documento, o delegante deve orientar a realização dos poderes através de diretivas e instruções, pode chamar a si os poderes delegados e revogar os atos praticados pelo delegado (art.º 39º). Uma delegação é extinta através de processos de revogação e de caducidade (art.º 40º).

A **autonomia** é um outro conceito relacionado com os processos de descentralização na medida em que, para esta última existir em plenitude, seria necessário haver autonomia para decidir, fazer, pagar, receber e gerir. O que acontece até agora nos sistemas escolares é uma descentralização funcional ou delegação de poderes uma vez que há transferência de poderes do central para a periferia. O caso das políticas autónomas das autarquias, podem considerar-se exemplos de descentralização.

No caso das escolas essa autonomia consistiria no reconhecimento de capacidade pedagógica, administrativa, financeira para se autogerirem, situação que ainda não se verifica no nosso país. Barroso fala de “autonomia construída” e de “autonomia decretada”. A primeira resulta de um processo de construção em “cada escola, de acordo com as suas especificidades locais e no respeito pelos princípios e objetivos que enformam o sistema público nacional de ensino” (Barroso, 1996: 20 e 21). A segunda pode considerar-se como o “reconhecimento da autonomia das escolas que se traduz

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

sempre num conjunto de competências (definidas normativamente) que os órgãos próprios de gestão da escola têm, para decidirem sobre matérias relevantes ligadas à definição de objetivos, às modalidades de organização, à programação de atividades e aplicação de recursos” (Barroso, 1996: 18).

Isto é, a “autonomia decretada”, ao ser fruto de uma legislação, não deixa de ser uma imposição já que esta se deverá desenvolver de acordo com aquilo que fica definido pela legislação e regulamentação. Para Barroso (1996), construir autonomia deverá ser algo que se faz no sentido inverso, do local para o nacional já que, através da melhoria do local dando respostas às suas necessidades específicas, estamos a contribuir para o atingir do objetivo nacional.

Como nos diz Rui Canário, “quando a administração decide decretar a «autonomia» das escolas, conferindo ao conceito uma conotação normativa, está, de facto, a colocar os estabelecimentos de ensino numa situação de duplo constrangimento que nega a sua autonomia, confrontando-os com uma situação paradoxal clássica do tipo «ordeno-te que sejas autónomo»”(1996: 145).

Também Michel Crozier (1979. Cit. In: Silva, 2006) afirmou que a sociedade ou as escolas, não se mudam através da publicação de decretos. Contudo, há que ter em conta a sua importância já que vivemos num estado de direito.

Desta forma percebe-se que um processo de descentralização envolve a gestão de várias lógicas de interesse, as locais e as nacionais, e que o seu sucesso “passará sempre pelo sucesso das relações, imprescindível para uma conveniente definição, construção e apropriação de uma política educativa local” (Evangelista, 2005: 103).

É nesta lógica de pensamento que os processos de **territorialização** da política educativa se mostram relevantes para o sucesso da educação, no sentido em que aproximam os diferentes intervenientes do sistema educativo, facilitando desta forma a comunicação e promovendo relações saudáveis e indutoras de processos cívicos de decisão e atuação.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Como nos diz Evangelista, “a qualidade do serviço público de educação passa por uma real descentralização das políticas, olhando o “local” como muito mais que um território administrativo, constituindo-se como um produto de interações estruturadas pelos atores sociais que, no contexto dos problemas, terão capacidade de produzir soluções particularizadas, mais adequadas e, por isso, com mais hipóteses de sucesso” (Evangelista, 2005: 110).

Por outro lado, Pinhal (2003) diz-nos que um processo de territorialização se pode concretizar de duas formas distintas. Assim, podem existir modelos em que o local seja encarado como o âmbito onde se realizam de forma contextualizada as políticas educativas nacionais, sendo transferidas para as organizações locais novas responsabilidades (descentralização administrativa para uns autores e desconcentração para outros) ou então modelos em que o local seja encarado como um âmbito onde se promovem e produzem políticas educativas próprias, sendo devolvidos às comunidades locais alguns poderes de conceção e regulamentação (descentralização política).

Mas para que se perceba melhor esta perspetiva, é também necessário compreender e definir o que é o **local**.

Segundo o mesmo autor, o local pode ser a comunidade local politicamente organizada (autarquias), possuidora de órgãos próprios com poderes de conceção e execução de políticas e com projetos que visem o desenvolvimento humano e social da comunidade. Esta definição baseia-se num modelo de territorialização com base comunitária criado, baseado no princípio da autonomia local. (Pinhal, 2003).

Ou então, o local pode ser cada uma das organizações locais que, dotadas de autonomia, podem definir o seu projeto com vista à satisfação dos seus membros ou públicos e sem a necessidade obrigatória de obedecer a conceções coletivas de políticas. Seria um modelo de territorialização com base institucional.

O conceito de **territorialização** é conciliável com a criação do movimento das Cidades Educadoras em 1990 no Congresso de Barcelona, cidade pioneira nesta dinâmica. Já em 1972, Edgar Faure havia salientado a importância das cidades ao nível educativo, com

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

as suas instituições, serviços, empresas, monumentos, bairros, espaços de lazer, projetos, programas e redes de comunicação, movimentos sociais, políticos e culturais como promotores de uma educação local, centrada nos seus cidadãos com vista à integração global dos mesmos.

Para Machado (2004), “a ideia de cidade educadora comporta um conceito de cidade que dá unidade ao sistema humano, social, cultural em que os homens vivem e interagem e que serve de paradigma para ajuizar a capacidade ou potência educativa da cidade, através da educação formal e da educação não formal” (Machado, 2004. Cit. In. Costa, 2004:164).

Para Pinhal (2005) uma das maiores evidências da territorialização da educação e da promoção de políticas educativas centradas no local seria a existência de um Projeto Educativo Local (PEL) através do qual se adotassem “políticas educativas próprias, com opções e prioridades adequadas às aspirações, necessidades e interesses locais, embora evidentemente dentro do respeito pelas orientações nacionais” (Pinhal, 2005).

Ainda para este autor, o território educativo passaria deste modo a ser “o tempo e o espaço de conceção e execução de um PEL negociado e assumido pelas organizações locais com interesse e intervenção na área da educação” (Pinhal, 2005).

Talvez por muitos Municípios e Freguesias terem sentido que as suas populações necessitavam de mais do que aquilo que cada escola lhes dava é que se verificou a assunção voluntária de novas responsabilidades, para além daquelas que o poder central começou a transferir para os mesmos a partir de certa altura, invocando o princípio da descentralização da administração pública.

Porém, atualmente, são também evidentes problemas resultantes desta sobrecarga de responsabilidades não acompanhada de meios, levando talvez a que muitos Municípios deleguem competências para as Freguesias que, apesar de estarem consideradas pela lei como entidades independentes, se veem na dependência dos recursos que os Municípios lhes venham a conceder.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

A título de exemplo, pode evidenciar-se o estudo realizado por Prata (2002), que patenteou as dificuldades que o Município estudado sente desde que lhe foram atribuídas novas competências, sem que estas fossem acompanhadas de reforços financeiros e sem ter em conta a pouca preparação dos autarcas para a realização das mesmas. Para além destas dificuldades, evidenciou também a pouca clarificação da Lei no sentido em que muitas vezes não se percebe exatamente o que se espera dos Municípios e das Freguesias. Contudo, apesar de tantas limitações, o Município tem conseguido, segundo o estudo, ultrapassar algumas das dificuldades com recurso a novas formas complementares de financiamento e elaborando contratos programa e protocolos com diversas entidades. Para além disso, os intervenientes procuram encontrar formas de estarem melhor preparados para os “desafios” propostos. Ou seja, este estudo, bem como investigações levadas a cabo por Pinhal (2001b), são elucidativos do que se passa com os Municípios que, apesar de tudo, têm respondido positivamente às novas competências e muitas vezes vão para além destas.

Ainda assim, para o autor anteriormente mencionado, não se pretende afastar o Estado da responsabilização, muito pelo contrário, o Estado deve continuar a ser o principal responsável pelo sistema educativo, sobretudo ao nível do currículo formal, da contratação e gestão do pessoal docente e da avaliação do sistema. Deve é atribuir liberdade de atuação, criação e gestão dos recursos no sentido de tornar significativo esse currículo formal através da adaptação do mesmo ao local a que se destina e de tornar possível o desenvolvimento de iniciativas educativas autónomas (Pinhal,2003).

Torna-se evidente, através da análise da legislação específica, que muitas vezes a rigidez, o imobilismo e a falta de clareza da administração central em relação à educação, obriga a um dinamismo local dos Municípios e Freguesias no sentido de dar resposta às constantes solicitações das populações. Assim, “a descentralização começa deste modo a construir-se como uma realidade emergente nos contextos locais aguardando uma institucionalização legal (Fernandes, 1996: 119). Ou seja, é importante não esquecer que a descentralização constrói-se, sobretudo, através das dinâmicas locais que surgem como consequência das necessidades das populações e não somente através dos processos legislativos que o poder central possa promover.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Com esta descentralização de raiz autónoma vai-se construindo, segundo Pinhal (2005), uma centralidade do território educativo uma vez que cada vez mais os Municípios e as Freguesias tomam a iniciativa de criação de projetos, da criação de escolas profissionais, da formação de professores e do combate às desigualdades de acesso à educação apesar de, atualmente, se verificar por vezes algum recuo, devido à carga administrativa que lhes foi atribuída e à qual ainda não puderam e conseguiram adaptar-se bem.

1.2. As tendências europeias sobre a descentralização

Cabe agora analisar os modelos de gestão e de tomada de decisão adotados nos principais centros europeus, bem como as razões que levaram à crescente defesa de paradigmas descentralizados, relativamente aos interesses públicos, nomeadamente a nível da educação.

A partir dos anos 60 vários estudos concluíram que existe uma relação de interação entre a escola e a comunidade em que se insere, isto é, as escolas “influenciam o ambiente e são por ele influenciadas” (Fernandes, 1995: 46).

Esta teoria ganhou mais força com a chegada da educação de massas que “obrigou” a escola a abrir-se mais ao meio pois “a massificação não só trouxe para a escola uma população cultural e socialmente heterogénea de jovens, como transfere para esta a resolução dos problemas de formação profissional, da integração social, de educação cívica, moral, ecológica, etc.” (Fernandes, 1995: 46).

Assim, evidenciou-se ainda mais a necessidade e a importância da escola partilhar responsabilidades com as restantes entidades que se movem dentro do mesmo espaço social em questão.

Foi no seguimento destas situações que surgiram conceitos como o de “território educativo”, “parthenariado ou parceria educativa” e “comunidade educativa” que

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

contrariam a posição centralista do Estado na medida em que pretendem uma maior interligação entre os elementos que possam intervir no processo educativo de uma determinada comunidade e não somente uma entrega da responsabilidade educativa às escolas.

Perante estes novos modos de pensamento e de vontade de atuação, começou-se a assistir a uma erosão do paradigma do Estado Educador. Assim, em substituição da perspectiva do Estado Educador, centralista, surge o Estado Democrático que, segundo Baptista Machado, “é sinónimo de Estado Descentralizado”. Assim, a sua “função centra-se na regulação das relações entre agentes sociais e organizações autónomas de primeiro grau” (Machado, Cit. In: Fernandes, 1995:48).

O que acontece atualmente é que o Estado tem vindo a regressar a um papel de programador e dirigente e a sua legitimidade para “educar” é questionada uma vez que, o Estado depara-se com um aumento do volume e uma mudança na natureza das exigências atuais (Crozier et al., 1975. Cit. In: Sarmiento, M. J.,2000). A descentralização faria com que o Estado se mostrasse mais atento às mudanças e às questões sociais em vez de ser tão normativo. Faria também com que se facilitasse a democracia e o ressurgimento dos interesses locais e regionais.

Ainda assim, mantém-se uma certa tendência da Europa do Sul para implementar e desenvolver sistemas descentralizados a nível da administração de diversos setores, nos quais se inclui a educação. A Europa Central e do Norte têm já historicamente uma administração mais descentralizada, ainda que com características e formações diferentes.

Seguindo a classificação proposta por Fernandes (2005:76-87), os níveis de descentralização que existem nos sistemas educativos europeus são a “descentralização regional”, a “descentralização local” e a “descentralização institucional”.

É possível agrupar os países de acordo com o tipo de descentralização que praticam, ou não. Assim, temos países com tradição em descentralização local, países com tradição em descentralização regional ou federal e países com tradição em centralização.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

No caso dos países com tradição em **descentralização local**, como é o caso da **Dinamarca** e da **Inglaterra** foram os Municípios e as Autoridades Locais (LEA's "Local Education Authorities") respetivamente, que promoveram a criação de escolas através do trabalho desenvolvido inicialmente pelas paróquias.

Até 1988, antes da reforma do sistema educativo ("Education Reform Act"), as comunidades locais inglesas beneficiavam de bastante autonomia no que diz respeito à definição e gestão do currículo das escolas não superiores, ao financiamento e gestão administrativa e organizativa e à nomeação de professores e diretores de escolas.

Após este período, foram retirados poderes ao poder local escolar já que passou a existir um "core curriculum" para os alunos até aos quinze anos e, a nível financeiro, as escolas passaram a estar em maior dependência do poder central. Para além disto, reduziu-se também a representação das Autoridades Locais no órgão de direção das escolas, passando a maioria a ser ocupada pelos representantes dos pais.

Porém, segundo Barroso e Sjorslev (1991), esta situação representou uma redescentralização quando se aumentou a autonomia das escolas através da gestão de material, já que a partir de 1988 passou a realizar-se uma transferência de verba diretamente do Governo para as escolas sem que estas tenham de prestar contas sobre a mesma às Autoridades Locais e quando a contratação dos docentes passou a ser feita em grande parte pelas escolas.

Apesar destas mudanças, o Reino Unido continua a ser "um sistema nacional localmente administrado" (Holmes, s.d. Cit. In: Fernandes, 1995:50).

Na Dinamarca, o Município continua a possuir um vasto leque de poderes ao nível da educação. Através do programa "Folkeskole" é possível financiar a educação até ao 9º ano e, em colaboração com os Conselhos Escolares, podem definir as matérias obrigatórias e facultativas, o período letivo, as atividades extra escolares, o calendário e horário docente, os materiais e livros de texto a usar. Para além de tudo isto, os pais têm uma representação maioritária nos Conselhos Escolares (Ferrer, 1994:103-106; Skovsgaard, 1999:69-97. Cit. In: Fernandes, 2005: 78-79).

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Passando agora para o caso de **descentralização regional ou federal**, destacam-se os casos da **Alemanha, Áustria e Suíça**. Nestes países verificou-se uma devolução de poderes educativos para as regiões. No caso da Áustria são as “regiões”, na Suíça são os “cantões” e no caso da Alemanha os “laenders”.

Cada uma das unidades regionais de cada país, desfruta de autonomia legislativa e regulamentar que lhes permite ter poderes para definir a estrutura geral do sistema educativo e as orientações curriculares, colocar os professores, organizar o ensino e as escolas e atribuir grande parte do orçamento da escola. Neste caso, a autonomia das escolas e dos municípios fica bastante reduzida (Fernandes, 2005: 79).

Por fim, surge o grupo dos países com tradição em **centralização**, no qual se inclui Portugal. Estes países, dos quais se destaca a França, a Espanha, a Itália, a Bélgica e Portugal, como já foi dito, iniciaram processos de descentralização mais tardios do que os países do norte e centro da Europa.

Todos eles seguiam o modelo Francês mas, a partir das últimas décadas do século XX, o modelo vigente até então, em que o Estado era soberano e a nível educativo tudo se regia pelo Ministério da Instrução ou da Educação composto por vários organismos com grande força e dimensão, começou a mudar em alguns desses países.

Na década de 70 a 80, as Constituições desses países, introduziram mudanças com o intuito de proceder a uma descentralização administrativa e política. Para João Barroso (1999:13), as mudanças introduzidas nos países através da delegação de poderes podem classificar-se como “autonomia dura” (como no caso dos governos conservadores com as reformas neoliberais, por exemplo, o Reino Unido) e “autonomia mole” (como no caso de governos com longa tradição centralizadora, como por exemplo a França, Espanha, Itália e Portugal). Nestes últimos, as várias medidas tomadas nos diversos setores de intervenção pretenderam apenas facilitar a vida ao Estado continuando este com o poder normativo essencial, a definição da organização e o controlo.

Apesar destas semelhanças, os países anteriormente mencionados, seguiram caminhos de descentralização diferentes e por isso irei evidenciá-los de forma individual.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

O nosso vizinho peninsular, **Espanha**, iniciou o seu processo descentralizador no ano de 1978 com a aprovação da Constituição depois de um longo período centralista com o governo de Franco.

Com esta Constituição, aprovou-se a criação das comunidades autónomas que receberam a primeira transferência de competência educativas em 1981, consolidadas mais tarde, em 1990, com a “Ley de Ordenación General del Sistema Educativo” (LOGSE).

Através desta legislação, foi possível verificar-se uma “repartição de competências educativas entre o estado e as comunidades que significa uma quase total descentralização administrativa e uma parte significativa da descentralização política” (Puellez, 1993: 225-227, Cit. In: Fernandes, 2005: 81). Verificou-se porém que continuaram a existir poderes centralizados, como é o caso da definição geral do sistema educativo, da regulação da certificação e da definição do currículo. Por outro lado, para as comunidades passaram poderes como os de autonomia financeira, supervisão e inspeção às escolas, autoridade sobre docentes e discentes, atribuição de diplomas e integração de componentes regionais numa proporção de 45% ou 35%, no currículo escolar (Fernandes, 2005: 81).

Para além desta “descentralização autonómica”, Fernandes (2005) fala da “descentralização municipal” que, segundo Montserrat Casa Vilalta (1997) recai na “construção, manutenção e vigilância de escolas infantis, primárias e do ensino especial”. Os municípios também participam na programação da rede escolar e nos Conselhos Escolares dos Centros Educativos e têm a obrigação legal de criar o Conselho Escolar Municipal onde estão presentes os responsáveis do município, representantes de escolas, famílias e de outros setores sociais. Este órgão tem à sua responsabilidade a elaboração da carta escolar concelhia, a organização de serviços voluntários, a definição de protocolos de colaboração e programas de ação educativa de interesse para a comunidade local.

Paralelamente a estas obrigações legais, os Municípios espanhóis também iniciaram uma série de intervenções voluntárias para melhorar a qualidade educativa dos seus

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

territórios. Assim, iniciaram o desenvolvimento e apoio de iniciativas como abertura de Jardins de Infância, escolas de música, escolas de línguas e escolas de adultos, criação de serviços psicopedagógicos e contratação de profissionais para o ensino privado nas áreas da educação física, educação musical e artes plásticas, financiamento e implementação de atividades de formação de professores, criação de serviços de documentação e de divulgação de materiais pedagógicos (Fernandes, 2005:82).

Através de todas estas iniciativas, pode perceber-se o crescente interesse dos Municípios em colmatar as lacunas dos normativos legais através da sua intervenção em áreas essenciais da educação e formação de cidadãos, tal qual como já acontece no nosso país e se pretende demonstrar nesta investigação.

No caso da **França**, o processo de descentralização iniciou-se em 1983. Segundo Mintzberg (1995:213-214), a descentralização em causa classifica-se como “descentralização seletiva” já que se verifica uma dispersão do poder para transferências específicas (por exemplo encargos financeiros) em diferentes níveis da organização. Como esta mudança, houve uma transferência de poderes para as regiões, departamentos e Municípios, de acordo com a organização territorial do país.

Assim, às regiões cabe a elaboração da Carta Escolar, a planificação regional, a identificação de necessidades de formação e a criação de programas de investimentos a realizar ao nível da construção e financiamento dos liceus.

Aos departamentos, cabe a construção, renovação ou reparação dos “Collèges”, a aquisição e manutenção dos equipamentos e a organização de atividades educativas, desportivas e culturais desde que inseridas no horário de funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

Por fim, aos Municípios, cabe responsabilidades como a construção e manutenção das “écoles” (“Enseignement Elementaire”), as matrículas dos alunos, o alojamento de docentes, a ação social escolar. Após a publicação da Lei de 1983 foram alargadas estas competências visto que ficou também à responsabilidade dos Municípios, a definição dos horários escolares, as atividades extracurriculares, o apoio a alunos com

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

dificuldades, a criação de programas socioeducativos e o direito de utilização dos estabelecimentos escolares para outras atividades, em horário pós-letivo.

Apesar de todas estas transferências de competências, o sistema educativo francês continua a ser, segundo Derouet (1999:36), apenas descentralizado no setor do património imobiliário já que nos outros aspetos, o que se verifica, é uma transferência de responsabilidades e por isso designada por desconcentração.

Segundo alguns autores e, neste caso, com base no que diz Derouet, esta situação decorre da desconfiança que existe, por parte de alguns atores educativos, em relação à descentralização, visto que as origens históricas da criação das escolas remetem para os ilustres da Igreja que foram contra o desenvolvimento das mesmas e, como tal, há professores que têm receio de voltar ao domínio territorial.

Na **Itália** o sistema continua a ser muito centralizado em aspetos como “ordenação do sistema educativo, regulação e atribuição de títulos académicos, currículo escolar para todo o país, inspeção do ensino e financiamento total do sistema educativo, gestão do pessoal docente” (Fernandes, 2005: 83).

Desta forma, após a análise dos modelos vigentes nos países europeus de referência para a educação, pode concluir-se que, mesmo aqueles que se regem pelos mesmos paradigmas apresentam diferenças significativas na forma como têm levado a cabo os seus processos de descentralização.

Para além dessas diferenças, assiste-se neste momento a uma tentativa europeia de standardização dos sistemas. Por exemplo, com a entrada em vigor do processo de Bolonha, há uma forte tendência para normalizar as formações educativas, as durações das mesmas e a adoção de um sistema de equivalências através de créditos disciplinares (ECTS) com o objetivo de facilitar a livre circulação de pessoas dentro do espaço europeu, em condição de igualdade de oportunidades (Fernandes, 2005: 87).

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

CAPÍTULO II- AS FREGUESIAS E A EDUCAÇÃO

2.1. A Freguesia como autarquia local

Devido à quantidade reduzida de competências e meios atribuídos pela legislação portuguesa às Freguesias na área da educação, poderá explicar-se o pouco interesse que se tem verificado no estudo de intervenção destes órgãos de gestão autárquica na área referida. Contudo, e como já foi mencionado na introdução desta dissertação, as Freguesias têm ganho um espaço de interesse público devido às suas intervenções autónomas em diversas áreas da sociedade local. Desta forma, para melhor compreender as origens das atuais atividades das Freguesias junto das suas comunidades, julgo ser importante perceber a origem histórica da criação de Freguesias e da sua importância na construção de uma identidade territorial.

Para tal, e devido à escassez de literatura específica sobre o tema, tomou-se como base da elaboração deste tópico, a obra do autor José António Santos, “As Freguesias-História e Atualidade”, publicada em 1995 e na qual é feita uma análise das Freguesias numa perspetiva histórica, desde a sua origem até ao momento em que foi elaborada a obra.

No século V, aquando da vigência do império Romano, utilizava-se a palavra Paróquia (parochia) para designar “locais consagrados ao culto religioso”. Contudo, a utilização da terminologia de paróquia não tinha muito a ver com a utilização atual deste vocábulo, já que, nessa altura o vocábulo, não servia para identificar um território delimitado mas sim um grupo de fiéis ligados a determinada igreja que, também nesses tempos, estava mais ligada ao sentido de assembleia ou comunidade de ordem social e não tanto à prática de reuniões de caráter religioso, como mais tarde aconteceu.

A utilização da expressão freguês surge do latim “filius ecclesiae” como forma de designar o “filho da igreja” e “filius gregis” para “filho do rebanho”. Por sua vez, esta

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

terminologia, originou a palavra Freguesia. Assim, durante algum tempo, Paróquia e Freguesia eram vocábulos utilizados para designar o mesmo.

No período da Reconquista e da formação de Portugal, assiste-se à criação de Freguesias rurais como consequência da desagregação das vilas rústicas existentes na altura. Todo este processo foi fruto do contexto social e económico daquele tempo em que a Igreja começou a ver os seus direitos e poderes adquiridos entrarem em conflito com o poder da coroa.

Desta forma, muitos “territórios” deixaram de estar sobre a alçada do clero para passar a estar à responsabilidade de comunidades de camponeses que já aí viviam e deles dependiam em termos de sustentabilidade. Muitos lugares abandonados foram ocupados pelas populações. Eram as chamadas “vilas”, que mais tarde passaram a representar as pequenas comunidades, ainda que sem proteção legal e registo escrito, e que tinham em comum as “vontades, homogeneidade de sentimentos e comunidade de aspirações morais, que são a base da vida social”.

Também aqui, à semelhança dos vocábulos “Paróquia” e “Freguesia” que em tempos foram usados para designar o mesmo, verificou-se, desde o século XIII, o uso comum dos vocábulos “vila” e “concelho” sempre que uma população era elevada a vila. O termo “cidade” surge mais tarde com a instalação de sedes episcopais, “dioceses”. Assim, cada diocese correspondia a uma cidade.

Num período em que o território está já consolidado, verifica-se, segundo o autor supra mencionado, uma existência superior de Freguesias na região norte do país, muito devido a “fatores de natureza geográfica, relacionados com a fertilidade agrícola, o tipo de povoamento disperso, a maior densidade demográfica e fatores histórico-eclesiásticos que determinaram uma mais estruturada e temporã organização das populações” (Santos, 1995).

Apesar da distância que se foi criando entre a Igreja e a formação de comunidades locais, estas não se dissociam de todo já que, muitas vezes, o nome dado às ditas Freguesias, surge do nome do santo padroeiro.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

A par da instituição paroquial, é criada uma magistratura popular, o “judex”, eleito pela população e que tem como finalidade representar o poder “central” e fiscalizar as propriedades reais da Freguesia, proteger os lavradores, decidir sobre aforamentos e coimas, fixar preços e distribuir despesas de guerra e resolver situações da vida rural junto do Poder Real.

Para que tudo isto fosse possível e devido também à variedade de gentes envolvidas, surgiu no século XI a necessidade de delimitar os territórios geograficamente, fixar regulamentações, bem como direitos e obrigações. Também as igrejas matrizes, inseridas em cada um dos territórios (Freguesias), obtiveram as funções de batismo, confissão e sepultura das suas comunidades.

Mais tarde, no período Liberal, após a criação dos Estados de Direito, verificam-se mudanças significativas na forma de gerir o território. Após a implantação da primeira Constituição, a de 1822, o catolicismo é oficialmente designado como a religião oficial do território Português. Em 1830, através de decreto de 26 de Novembro, definem-se as “juntas de paróquia” que são nomeadas pelos vizinhos da paróquia e que ficam encarregues de promover e administrar os negócios de interesse local, tais como: conservar e reparar a igreja da paróquia, receber e administrar os rendimentos ou esmolas da igreja, cuidar e conservar as fontes, poços, pontes, caminhos, baldios, etc., promover a saúde pública e vigiar as escolas do ensino primário. Estas juntas de paróquia eram presididas por um regedor e constituídas por mais elementos consoante o número de habitações existentes. Eram eleitos “vocalmente” pelos eleitores. Desta forma, foram extintos os juizes das vintenas, anteriormente criados pelo “judex” que foram sendo mantidos pelo Poder Real junto das populações ao longo da alta Idade Média e da Idade Moderna.

Posteriormente, em 1832, aquando da reforma administrativa, as Paróquias ou Freguesias não são incluídas no sistema administrativo. Só em 1835 é que as juntas de paróquia passam a ter competências administrativas e a fazer parte da organização administrativa portuguesa pois passam a ser proprietárias do “livro de matrícula” onde constam os fregueses com direito de voto nas eleições para os Municípios e Cortes.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Contudo, apesar de serem considerados órgãos colegiais eletivos desde 1830, as Freguesias continuavam a ser essencialmente órgãos de cariz religioso. Em 1840, os regedores paroquiais passam a ser delegados dos administradores dos concelhos, perdendo assim a sua qualidade jurídica de magistrado administrativo.

Mais tarde ainda, em 1867 na sequência da reforma administrativa de Mártens Ferrão, surge a Paróquia Civil a fim de gerir os interesses coletivos das populações mas continuando a manter funções relacionadas com o foro religioso, nomeadamente, administrar os bens da Igreja.

A partir desta data, as Paróquias ou Freguesias, continuaram a fazer parte da hierarquia autárquica, sendo que o código administrativo de 1878 passou a considerar a Freguesia como autarquia local munida de autonomia face ao poder central, com órgãos executivos próprios, com competências e fontes de financiamento próprias.

Em 1916, com a Lei nº 621, a Paróquia Civil deixa de se designar assim, passando a ser Freguesia e os seus membros administrativos passam a constituir as JF.

Porém, a partir de 1926 assiste-se a um retrocesso de todo este processo com a implementação do Estado Novo. As JF continuavam a ser eleitas mas somente pelo grupo formado pelos chefes de família, já que o direito de voto às mulheres não era consignado. Podiam ainda ser destituídas pelos presidentes das CM ou pelos governadores civis no caso de Lisboa e Porto. Para além desta perda de autonomia, as Freguesias voltam a estar muito dependentes do poder religioso.

Terminado este período e de regresso ao período democrático, as Freguesias voltam a possuir o estatuto de autarquia através da Constituição de 1976, voltando a usufruir dos seus direitos de autonomia e de descentralização da administração pública, já que são, de acordo com o art.º 235º da referida Constituição “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”.

Na sequência desta legislação, é definido que as Freguesias têm como órgãos representativos uma JF e uma Assembleia.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Seguindo esta lógica, estes órgãos deveriam ter autonomia de atuação no sentido de poderem desenvolver políticas que satisfizessem os seus territórios. Mas será que as CM e as JF estão preparadas e são capazes de dar resposta às necessidades locais?

Segundo Santos (1995), as Freguesias continuam a não usufruir da substancialidade que a Constituição e a Carta Europeia da Autonomia Local lhes conferem.

O que vários investigadores têm verificado é que os Municípios e as Freguesias não estão dotados de meios financeiros e técnicos para dar resposta às necessidades com que se deparam e têm vindo a ser sobrecarregados pela legislação que lhes atribui competências que muitas vezes ultrapassam as suas capacidades. Tem-se verificado uma transferência de tarefas, mas não de poderes de decisão e meios financeiros suficientes para as necessidades com que se deparam. Isto muito mais no caso dos Municípios do que das Freguesias.

Passarei agora a uma sistematização da evolução dos principais normativos legais, desde o período pós 25 de Abril até 2010, para que se perceba qual a importância que tem sido dada aos Municípios e às Freguesias, tendo em conta as origens históricas da sua criação. A legislação da área da educação será apenas abordada no ponto seguinte.

Assim, em 1977 é publicada a Lei nº 79/77, de 25 de outubro no qual constam as atribuições das autarquias e competências dos respetivos órgãos. De um modo geral, segundo a legislação, as autarquias locais são “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas” (Capítulo I, art.º 1º, nº 1). No caso deste diploma legal, consideram-se autarquias locais as Freguesias, os Municípios e os Distritos.

Mais tarde, em 1984 surge o Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de março (revogado em 1999 pela Lei nº 169/99) com o objetivo de rever a Lei nº 79/77. Neste, o Distrito deixa de ser considerado como autarquia local. Para além destas mudanças, verificou-se um alargamento das atribuições indicadas, ainda correspondendo aos interesses próprios das populações: administração de bens próprios; desenvolvimento; abastecimento público; salubridade pública e saneamento básico; saúde; educação e ensino; cultura, tempos

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

livres e desporto; defesa e proteção do meio ambiente e da qualidade de vida do respetivo agregado populacional e à proteção civil (Capítulo I, art.º 2º).

A partir destas alterações é possível verificar que houve uma procura de maior adequação do trabalho a desenvolver por estes órgãos no sentido de serem úteis e promotores de melhores condições de vida para as populações que servem, indo ao encontro dos motivos que estão na essência da sua génese.

Contudo, apesar da evolução legislativa em matéria de poder local, o processo seguido não foi sempre contínuo, veja-se o exemplo dos investimentos. Em 1979 é publicada uma Lei de Finanças Locais que prevê a apresentação posterior de uma proposta de lei de delimitação e coordenação das atuações da administração central, regional e local em matéria de investimentos (Lei 1/79, de 2 de janeiro, art.º 10º, nº 1). Contudo, só em 1984, com a publicação do Decreto-Lei nº 77/84, de 8 de março, é que esta questão é de facto legislada.

Para além dos desfasamentos entre as Leis e as suas regulamentações, existe aqui também um forte aspeto a salientar. Apesar das Freguesias serem, perante a Lei, autarquias tal qual os Municípios, as primeiras ficaram de fora desta legislação uma vez que lhes foram então atribuídas competências próprias em matéria de investimentos, ficando muito dependentes da delegação municipal.

Esta situação leva-nos a repor a questão da definição de autarquias locais como sendo órgãos de defesa e promoção dos interesses das suas populações. Resta, portanto, saber se o que lhes fica afinal atribuído tem ou não um carácter significativo.

Em 1995, com o Decreto-Lei nº 219/95, de 30 de Agosto alargou-se a cooperação técnica e financeira entre as Freguesias e o Estado, já que até então apenas existia entre o poder central e o municipal. Com este alargamento às Freguesias foi possível estabelecer contratos-programa e acordos de colaboração para investimentos nas áreas atribuídas a este organismo autárquico (Santos, 1995).

Em 1984, em alteração à Lei nº 1/79, de 2 de janeiro, surge o Decreto-Lei nº 98/84, de 29 de março como forma de rever a Lei das Finanças Locais. Neste normativo, é

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

referido que se pretende manter o “espírito profundamente descentralizador da Lei das Finanças Locais” e salienta-se o facto de ter como “filosofia subjacente” (...) “a preocupação de que estas possam gerar um máximo de receitas próprias, para o que se seguiu a via do aumento do número de impostos locais, bem como das taxas, de par com uma ampliação e diversificação das formas de recurso ao crédito por parte das câmaras”. No que diz respeito às Freguesias, estas recebem uma parte do valor total que a Câmara Municipal recebeu do Fundo de Equilíbrio Financeiro, de acordo com a percentagem definida pelo Decreto-Lei em questão. Para além deste valor, poderão aumentar as suas receitas através de uma série de cobranças, rendimentos e taxas definidas nos artigos 14º e 15º.

Atualmente, as Finanças Locais são regidas pela Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro que, no seu art.º 2º faz referência ao princípio da coerência na atribuição de competências que possam ser asseguradas pelo adequado financiamento legal. Assim, logo de seguida, surge o art.º 3º que defende a autonomia financeira dos Municípios e Freguesias através de uma série de mecanismos que estão ao dispor destes órgãos para colocar este princípio em prática. Porém, de acordo com esta legislação, toda a coordenação feita entre as Finanças Estaduais e as Finanças Locais deverá seguir as normas europeias a que Portugal se vê sujeito.

Assim, de maneira a conseguir sustentabilidade local, o regime financeiro dos Municípios e das Freguesias deve contribuir para a promoção do desenvolvimento económico, para a preservação do ambiente, para o ordenamento do território e para o bem-estar social, tal como consta do artigo 6º.

Uma outra legislação que surgiu com relevância para a importância e evidência dados ao poder local foi a Resolução da Assembleia da República, nº 28/90, de 13 de julho que ratifica a Carta Europeia da Autonomia Local, já que, em Portugal não havia legislação desenvolvida sobre este aspeto.

Neste documento salienta-se o princípio da participação democrática uma vez que, logo no preâmbulo, nos é dito que existe o direito dos cidadãos participarem de forma ativa na gestão dos assuntos públicos e que é ao nível das autarquias locais que este direito

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

mais poderá ser efetivo e concretizado, já que constituem uma forma de administração próxima do cidadão. Para além deste, surge ainda um outro princípio que é o da descentralização do poder, através da autonomia que se pretende atribuir ao local.

Mas o que é então, segundo a Carta Europeia da Autonomia Local, a autonomia local?

No seu artigo 2º é-nos dito que a autonomia local é ter o direito e a capacidade para regulamentar e gerir uma parte importante dos assuntos públicos. Para o fazer, as autarquias locais devem seguir a Lei, responsabilizar-se pelos seus atos e ter sempre como base das suas atuações, os interesses das respetivas populações.

Porém, há que ter em conta que, mais à frente, no artigo 3º, nº 2, é dito que as atuações das autarquias locais, para além de serem exercidas dentro da Lei, têm de respeitar os limites da mesma. Ou seja, não podem entrar em domínios que estejam conferidas a outras entidades. Basicamente, podem envolver-se naquilo que quiserem, exceto naquilo que é da total responsabilidade de outrem. Assim, este artigo rege-se pelo princípio da cláusula aberta na definição das responsabilidades dos diferentes níveis de administração.

Mas será então que se deve avaliar o trabalho desenvolvido pelas autarquias locais apenas com base nas competências atribuídas pela Lei ou deverá sobretudo dar-se relevo àquilo que, mesmo não sendo da sua responsabilidade, acaba por ser desenvolvido por estas com o intuito de satisfazer os tais interesses das respetivas populações?

A Lei nº 159/99, de 14 de setembro, sobre a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, dá uma contribuição para esta questão visto que, para além de se permitir a transferência de competências para as autarquias locais, tendo em conta o princípio da descentralização de poderes como é referido no Capítulo I, art.º 2º, nº 1, permite também a intervenção em regime de parceria, de acordo com o art.º 8º do Capítulo II. Assim, será possível, através deste modo de atuação, dar resposta a necessidades específicas que de outra forma talvez não fosse realizável.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Promove-se assim o princípio da descentralização administrativa, anteriormente designado por descentralização de poderes como forma de assegurar a concretização do princípio da subsidiariedade, de acordo com o art.º 2º do Capítulo I. Este princípio diz respeito ao facto de se atribuírem competências a organismos não centrais que melhor estejam preparados para as desenvolver (Caupers, 1999:288). Assim, percebe-se que por vezes, os Municípios e as Freguesias, pela proximidade que têm dos cidadãos que servem, estão mais aptos e favoráveis à prossecução dos interesses das suas populações.

Por outro lado, como já foi salientado, as autarquias desenvolvem muitas atividades fora do âmbito das suas competências e fora dos poderes definidos pelos contratos de parceria previstos na Lei nº 159/99.

Alguns dias depois da Lei nº 159/99, surgiu uma outra Lei relevante no conjunto de normativos legais da área do poder local, a Lei nº 169/99, de 18 de setembro que por sua vez foi revista antes de concretizar três anos pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. Foquemo-nos então nesta última uma vez que é a que está em vigor.

A Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro define o quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos Municípios e das Freguesias. O que de mais relevante se pode destacar nesta Lei é o facto de se continuar a verificar, em certos aspetos, alguma falta de clareza no discurso uma vez que, através do nº 6 do art.º 34º se pode perceber que algumas das competências atribuídas às Juntas de Freguesias são claramente perceptíveis mas outras, como é o caso das expressas nas alíneas j), l), n) e q), deixam em aberto a possível intervenção destes órgãos de gestão autárquica, de acordo com os interesses e necessidades das suas populações, em várias áreas que não aquelas expressas com total nitidez. Por exemplo, no caso da alínea q), as Juntas de Freguesia podem “exercer os demais poderes que lhe sejam confiados por lei ou deliberação da assembleia de freguesia” mas não se compreende de forma explícita de que poderes estão a falar, percebendo-se aqui mais uma vez a referência ao princípio da cláusula aberta.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Também não nos podemos esquecer do facto de, na Carta Europeia da Autonomia Local, se referir que as intervenções são livres, dentro dos limites do cumprimento da Lei e da não intromissão nos poderes de outras autoridades.

Isto mostra-nos que tem de haver um cruzamento de normativos legais para que se saiba exatamente onde se pode trabalhar ou não.

Para analisar a intervenção das Freguesias, formalmente estabelecidas, importa examinar a qualidade dos processos de delegação de competências, já que é desta forma que se desenvolvem mais as intervenções das Freguesias, para além do que a Lei lhes atribuí e das suas próprias iniciativas.

Tanto na Lei nº 159/99, de 14 de setembro, como na Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, estão previstos estes processos de delegação de competências dos Municípios para as Freguesias e os processos de colaboração e parceria com outras entidades.

Na Lei nº 159/99, de 14 de setembro, no seu art.º 8º está prevista a intervenção em regime de parceria tanto para a administração central como para as autarquias locais, sempre “para melhor prossecução do interesse público”. No art.º 15º prevê-se a delegação de competências dos Municípios para as Freguesias, através da assinatura de protocolos para realização de investimentos ou gestão de equipamentos e serviços da responsabilidade legal dos primeiros.

O mesmo se passa na Lei nº 5-A/2002, no art.º 36º em que se prevê a celebração de protocolos de colaboração com entidades terceiras por parte das Freguesias mas somente para algumas das suas competências, nomeadamente no que diz respeito à administração e conservação do património da Freguesia e no apoio ou participação nas atividades de interesse da Freguesia na área social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra. No art.º 66º estão explícitas as competências dos Municípios que podem ser delegadas nas Freguesias. Também estas são competências muito ligadas à manutenção e conservação do património e menos ligadas à possibilidade de promover políticas locais mais adequadas às suas necessidades. Essa parte fica mais reservada

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

para as intervenções autónomas das Freguesias, tendo como limitações os poucos recursos de que dispõem.

Por tudo isto percebemos que nem todas as possibilidades são válidas para satisfazer os interesses próprios. Apesar da evolução legislativa no sentido das parcerias e delegação de competências, as Freguesias, mesmo com a autonomia que a Lei lhes confere, continuam muito dependentes daquilo que outros órgãos lhes permitem realizar e dos meios que têm ao seu dispor.

2.2. A atividade educacional das Freguesias

2.2.1. A evolução do quadro legal a nível de competências educativas autárquicas (1974 a 2010)

Após uma revisão da literatura e a análise da legislação que ao longo dos anos tem regulado a participação dos Municípios e Freguesias na gestão das escolas públicas e na promoção e desenvolvimento de políticas educativas locais, pode dizer-se que o processo seguido não tem um fio condutor muito perceptível e não tem conduzido ao real processo de descentralização que se tenta implementar no país de há uns anos para cá. Caracteriza-se muito mais por uma série de decisões de desconcentração. Isto é, a dimensão administrativa tem vigorado sobre a dimensão política no que diz respeito à devolução de poderes implícita no processo de descentralização.

Segundo Evangelista (2005) tem-se assistido a um processo de “descentralização retórica”, pois as autarquias locais têm visto ser-lhes atribuídas diversas competências ao nível da educação mas não têm o poder político e os recursos financeiros adequados e suficientes para que possam cumpri-las. Ou seja, há insuficiência de recursos e os modos e ritmos de transferência dessas competências são por vezes deficitários e por vezes mal estruturados.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Para além disso, e como nos diz Guedes (2003) muitos dos normativos publicados na década de 80 e 90 não foram então acompanhados da respetiva regulamentação, levando desta forma à sua não concretização.

Mas porque é que tem surgido esta necessidade de descentralizar ou de autonomizar o sistema educativo português, em parte, relativamente ao poder central?

Na segunda metade do século XX o sistema educativo centralizado e burocratizado do Estado começa a sentir dificuldade em dar resposta às crescentes solicitações dos cidadãos. Exigências essas que se prendem sobretudo com a massificação escolar, com as mudanças tecnológicas e as crises económicas dos anos setenta, com as movimentações demográficas, com a atribuição às escolas de novas responsabilidades e com a democratização dos Estados até então de regimes autoritários e ditatoriais (Fernandes, 2005).

Perante isto, o quadro legal foi sofrendo modificações no sentido de procurar dar resposta às situações anteriormente mencionadas. Mas será que tem sido capaz?

Até 1974 a legislação em vigor atribuía competências relativas à construção e manutenção de infraestruturas escolares do ensino primário às CM mas estas não possuíam meios, sobretudo financeiros, para cumprir essas responsabilidades. Os Municípios estavam nesta altura totalmente dependentes do poder central, sem qualquer margem de autonomia. Fernandes (1995) refere que isto levou a que se instalasse um grande sentimento de incapacidade e desmotivação política.

Só mais tarde, com o 25 de Abril e a instituição do regime democrático é que as CM ganharam de facto alguma capacidade de atuação.

Vários foram os momentos de relevância para a análise da evolução legislativa da participação autárquica na educação. Começo pela perspetiva de Fernandes, apresentada em 1996, que salienta três grandes momentos de publicação de documentos legais relativos às mudanças que se têm tentado implementar neste domínio.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

O primeiro foi o reforço do orçamento municipal através da Lei nº 1/77, de 6 de Janeiro, que permitiu verificar “consequências notáveis na educação” (Fernandes, 1996: 114). O Fundo de Equilíbrio Financeiro, então criado, veio impor a transferência de uma percentagem do orçamento do Estado para os Municípios. Com este reforço de capital, foram notáveis as intervenções municipais ao nível da educação, pois é a partir deste momento que as CM “iniciam a construção, recuperação e expansão do parque escolar do ensino primário até então deficiente e degradado. Constroem centros de educação infantil, criam bibliotecas municipais e escolares, apoiam a educação de adultos, e dão apoios diversos no âmbito das atividades extraescolares, ação social escolar e desporto” (Fernandes, 1996:114). Este novo envolvimento faz com que também, a nível interno, os Municípios tenham de criar departamentos próprios para o efeito.

Um segundo momento surge em 1984 com o Decreto-Lei nº 77/84, de 8 de Março que define a delimitação e coordenação das atuações da administração central, regional e local em matéria de investimentos e onde estão enunciadas as competências municipais na educação e ensino, não estando neste diploma contempladas as Freguesias que nesta altura apenas agem neste domínio através de protocolos de delegação de competências (art.º 11º).

Para o autor supra mencionado, esta atribuição de competências não passa de uma “transferência unilateral de encargos financeiros da administração central para a administração local” (Fernandes, 1996: 115), já que o Município “continua a ser considerado um mero participante dos custos da educação sem qualquer direito, mesmo que limitado, de interferir na sua administração” (Fernandes, 1995:55). As competências eram meramente executivas, com todas as regras definidas centralmente. “Trata-se não tanto de definição de competências educativas mas de encargos financeiros atribuídos às autarquias locais” (Fernandes, 2000:37).

Verificou-se desta forma que as competências atribuídas às CM tiveram um acréscimo mas isto não significou que o Estado estivesse a reforçar o poder dos Municípios. Estava sim, segundo Pinhal (1997: 184), a desresponsabilizar-se de “tarefas logísticas e operacionais geradoras, sobretudo, de encargos”.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Ainda a este respeito, para Fernandes (1995), o que aconteceu foi um legislar daquilo que as Câmaras já faziam, com exceção para os transportes escolares e construção de edifícios de 2º ciclo. Porém, a construção de edifícios do 2º ciclo nunca viu o seu processo de descentralização concluído, justamente porque a decisão não foi acompanhada da transferência financeira correspondente. Por isso, os Municípios nunca assumiram essa responsabilidade até que, os Decretos-Lei nº 7/2003 e, sobretudo, o 144/2008 vieram clarificar melhor a situação.

No mesmo ano de 1984, surgiu também um outro normativo legal com relevância para o assunto. Assim, no preâmbulo do Decreto- Lei nº 299/84, de 5 de setembro, é dito que “o reforço da descentralização do Estado através da atribuição de mais competências às autarquias existentes é um dos objetivos programáticos do presente Governo”. Desta forma, este documento veio regulamentar a transferência do poder central para os Municípios das competências ao nível dos transportes escolares. Porém, esta situação, que veio acrescentar mais despesas às autarquias, nem sempre foi bem recebida tendo inclusive criado alguns focos de tensão entre o poder central e os Municípios (Evangelista, 2005:101).

Uns dias mais tarde é publicado um decreto regulamentar, o Decreto-Lei nº 399-A/84, de 28 de setembro que veio regulamentar o modo como os Municípios devem exercer as suas novas competências em matéria de ação social escolar (ASE). Mais uma vez esta medida veio trazer conflitos entre a administração central e local uma vez que os autarcas alegaram que as verbas do Orçamento Geral do Estado para os refeitórios escolares apenas cobriam as despesas com alimentação, excluindo o pagamento do pessoal auxiliar. Para além disso, depararam-se com a necessidade de realizar obras dos espaços destinados à confeção das refeições, quando necessário, sem que tenham sido ressarcidos de quaisquer custos.

O terceiro momento de relevância legislativa para a evolução da atribuição de competências às autarquias surge em 1986 com a Lei nº 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo- LBSE), não por aumentar os poderes autárquicos mas muito pelo contrário, por relegar os Municípios “para a dimensão de meros parceiros

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

sociais ao lado de outros como associações de pais ou moradores, organizações cívicas, confessionais, sindicais ou empresariais com idênticos poderes de intervenção na educação e ensino” (Fernandes, 1996: 115).

Desta forma, apesar da LBSE definir o sistema educativo como um sistema descentralizado e desconcentrado, as políticas que daí resultaram só mostraram que a descentralização não se verificou nos anos imediatamente após a publicação do referido normativo.

Em relação ao poder local, a LBSE não explicita as suas responsabilidades, embora preveja que legislação posterior venha a fazê-lo (art.º 63º da primeira versão e o art.º 66º da versão consolidada- Lei 49/2005, de 30 de Agosto).

Estas questões levam-nos a concluir que “ a Lei de Bases do Sistema Educativo não abandonou o modelo centralizado e o paradigma do Estado Educador que lhe está subjacente” (Fernandes, 1995: 57).

A análise dos três períodos identificados por Fernandes, permite perceber o tipo de política realizada no país e o modo como o poder central conduz as suas políticas no sentido da descentralização que apregoa.

Contudo, no final da década de noventa com o Governo de António Guterres e, de acordo com a legislação subsequente, há uma valorização do papel das autarquias que deixam de ser vistas como meros parceiros.

Assim, em 1997 aparece-nos a Lei 5/97, de 10 de fevereiro que consagra o ordenamento jurídico da educação pré-escolar. Neste diploma, no seu art.º 6º, é definida a participação das autarquias locais no desenvolvimento da rede de educação pré-escolar, as quais nesta altura tiveram um papel muito importante visto que, através de financiamentos do poder central, lhes foi permitido criar uma rede pública municipal de Jardins de Infância a fim de assegurar a concretização dos objetivos previstos no diploma.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Em 1998 o Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de maio aprovou o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Com este diploma, os Municípios ficam encarregues de, por sua iniciativa, criar os Conselhos Locais da Educação- CLE (mais tarde substituídos pelos Conselhos Municipais da Educação- CME), que são estruturas de participação dos diversos agentes e parceiros sociais. Porém, a legislação não acompanhou o normal seguimento das medidas, pois os CLE só foram regulamentados em 2003.

Também por este diploma de 1998, a autarquia local tem o seu lugar no órgão máximo de gestão das escolas, a Assembleia (atual Conselho Geral), ao contrário do que acontecia no Decreto-Lei nº 769-A/76, de 23 de outubro, onde os órgãos de gestão eram maioritariamente compostos por docentes, mas já acontecia, no Decreto-Lei nº 172/91, onde a autarquia local já aparecia como membro do Conselho de escola e de área escolar.

Continuando a falar da legislação de 1998, pode destacar-se ainda a referência aos Contratos de Autonomia, no Capítulo VII do Decreto-Lei nº 115-A/98, e nos quais a administração municipal tem também o seu papel valorizado ao ser uma das entidades envolvidas no processo.

Em 1999, surge outro momento legislativo bastante importante e com cariz descentralizador mais evidente, pois foram publicadas duas importantes leis relativamente à organização e competências das autarquias locais, a Lei nº 159/99, de 14 de Setembro e a Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. Esta última Lei por sua vez foi entretanto alterada pela Lei nº 5- A/2002, de 11 de Janeiro.

É relevante salientar na Lei nº 159/99 as competências educativas dos Municípios que foram acrescidas às já existentes. Assim, os Municípios passaram a ter de elaborar a Carta Educativa a integrar nos Planos Diretivos Municipais e a criar os Conselhos Locais de Educação. Porém, aquilo que mais importância tem, é o facto de se assumir que os Municípios são diferentes e que as suas necessidades também o são e, como tal, surgiu a possibilidade de haver, para além das competências universais (comuns a todos), competências não universais (aquelas que são assumidas pelos Municípios

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

quando sentirem que têm condições para as receber) (art.º 6º, nº 2). Para estas últimas, abriu-se a possibilidade de se estabelecerem contratualizações entre a administração central e os Municípios interessados (art.º 6º, nº 3).

Estas medidas, que por uns podem ser encaradas como sobrecargas para os Municípios, podem ser por outros vistas como valorizações do papel histórico dos Municípios, o que, de verdade, é salientado na Constituição da República quando os assume como organismos competentes e capazes de gerir património, recursos financeiros e receitas próprias com o objetivo de servir as suas comunidades.

Apesar desta nova atribuição de competências aos Municípios, nem tudo foi imediatamente regulamentado, havendo por isso uma lacuna entre aquilo que a lei atribui e aquilo que de facto se realiza. Como foi dito anteriormente, só em 2003, com a publicação do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, é que se regulamentaram os Conselhos Municipais de Educação (antes designados por Conselhos Locais da Educação), a elaboração da Carta Educativa e a construção, equipamento e manutenção dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e Ensino Básico. No que diz respeito à construção, equipamento e manutenção dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e Ensino Básico, a regulamentação só se torna mais completa com a publicação do Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho.

Os CME vieram substituir os CLE, referidos pelo Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de maio que deveriam ser criados pelos Municípios com vista “à articulação da política educativa com outras políticas sociais” (art.º 2º). Como refere Pinhal (2004), o CME apresenta um modelo centralista pois tem um representante evidentemente dependente do poder central (o diretor regional da educação) e vários outros (representantes dos diversos serviços locais do Estado) que também são hierarquicamente dependentes do Estado, e é muito racionalista pois a sua composição é idêntica para todo o país, não tendo em conta as diferenças locais. Isto é, houve uma tentativa de territorialização das políticas educativas mas que não teve em conta as características específicas de cada território.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Para o autor anteriormente referido, os CME poderiam ser as “sedes de construção das políticas educativas locais” (Pinhal, 2003). Contudo, através da constituição dos referidos órgãos, já anteriormente mencionada, pode verificar-se que continua a haver um carácter bastante centralizador da administração da educação.

Além deste atraso de regulamentação pode também referir-se que, só em 2008 foram regulamentadas as transferências entre a administração central e a administração local, que se encontravam ainda por regulamentar e que tinham sido previstas pela Lei nº 159/99, de 14 de setembro. O Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho veio regulamentar a gestão do pessoal não docente nas escolas básicas e nos estabelecimentos da educação Pré-Escolar, as atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo e a gestão do parque escolar nos 2º e 3º ciclos. Contudo, para a realização destas transferências, é necessário que exista uma carta educativa e a celebração de contratos de execução entre os Municípios interessados e o Ministério da Educação.

Para além disso, alargou-se a título universal o âmbito de aplicação no caso dos transportes escolares pois passou a abranger também os alunos do 3º ciclo e no caso da ação social porque passou a abranger todo o ensino básico.

Com esta mesma legislação, completou-se a regulamentação da Componente de Apoio à Família (CAF) para a educação Pré-Escolar, através do fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário.

Pretendia-se contribuir para a territorialização da educação, como nos é dito no preâmbulo do Decreto-Lei nº 144/2008, havendo o intuito de lançar “uma nova geração de políticas locais e de políticas sociais de proximidade, assentes em passos decisivos e estruturados no caminho de uma descentralização de competências para os municípios”. Contudo, não se passou até agora de uma descentralização administrativa pois foi dada aos Municípios e Freguesias a “possibilidade de executar localmente as políticas e as normas nacionais, com a sua eventual adaptação às características locais” (Pinhal, 2005). Na ótica de Pinhal, uma territorialização de cariz mais político devia corresponder à “construção de políticas locais de conceção e execução autónomas,

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

dentro dos limites da intervenção local que tenham sido definidos pela lei” (Pinhal, 2005).

Aliás, a Carta Europeia da Autonomia Local determina no seu art.º 2, nº 1 que as autarquias podem regulamentar e gerir uma parte importante dos assuntos públicos. Os Municípios podem intervir em tudo quanto não seja competência exclusiva de outra entidade e têm a atribuição genérica de prosseguirem os interesses das populações, pelo que há uma vasta margem de possibilidades de intervenção que se lhes abrem. O problema é sobretudo a falta de verbas financeiras para o fazerem.

Como forma de dar resposta a este modelo, o investigador João Pinhal defende a ideia de territorialização da educação com base comunitária e a definição de “Projetos Educativos Locais”. Será então que a territorialização da educação através de Projetos Educativos Locais pode ser a medida eficaz para responder às necessidades locais?

Não se sabe com certeza se esse é o caminho a seguir mas, com este estudo, pretende-se dar relevo a muitas das intervenções autónomas que Municípios e, neste caso em concreto, as Freguesias têm implementado no sentido de dar as respostas que muitas vezes a legislação sobre as mesmas não contempla ou deixa em aberto.

Contudo, é importante não esquecer que, contrariamente a outros autores, a posição de Pinhal é de que o centro da política educativa local não deve ser a escola mas sim o território. Assim, para a definição de uma política educativa local, deverão estar envolvidos todos os organismos e autoridades de um determinado território e não somente as escolas. Esta ideia, é compatível com o conceito de “Cidade Educadora”, em que se considera a cidade ou o território local como um espaço essencial para a educação dos cidadãos, com tudo e todos que a constituem (Fernandes, 2004).

Por esta razão, no ponto seguinte irá sistematizar-se o que se sabe sobre as intervenções das autarquias locais ao nível da educação de acordo com aquilo que fazem de forma autónoma e por sua livre iniciativa.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

2.2.2. As intervenções autárquicas para além da Lei

Durante o trabalho até aqui apresentado, foi-se tornando evidente que o papel dos Municípios e das Freguesias ao nível da sua intervenção na educação tem-se vindo a alterar ao longo dos anos, não só porque a legislação também o tem vindo a promover e permitir mas também, e talvez sobretudo, porque os atores locais tomam cada vez mais a iniciativa de o fazer.

Segundo Pinhal (2003), a legislação que tem sido publicada de há uns anos a esta parte tem permitido a possibilidade legal das autarquias produzirem as suas próprias políticas educativas locais e de se envolverem mais na programação da educação e não somente no desenvolvimento instrumental da mesma, como por exemplo, construção e manutenção de edifícios. Esta situação pode verificar-se por exemplo através da participação das autarquias nos Conselhos Gerais, na criação dos Conselhos Municipais de Educação ou até mesmo no planeamento da rede escolar.

Por outro lado, o mesmo autor salienta o facto de se irem verificando cada vez mais intervenções por parte de Municípios e Freguesias no âmbito educativo e formativo, através de projetos próprios que depois são implementados não só com as escolas, como alguns também com as organizações culturais, desportivas e sociais dos seus territórios com o intuito de promover o desenvolvimento das suas comunidades. Ou seja, existe a criação, promoção e desenvolvimento de políticas educativas locais cada vez mais significativas.

Um estudo realizado em 2002 por Graça Guedes mostrou que existiam à data alguns projetos municipais, designados como “projetos socioeducativos”, que se destinavam a “pôr em prática ações educativas concretas direcionadas para as escolas, com objetivos específicos bem definidos, que encerram uma permanente atividade formativa orientada no sentido de contribuir para o desenvolvimento global da personalidade dos alunos, o apoio às práticas pedagógicas dos professores, o progresso social e a democratização da sociedade” (Guedes, 2002. Cit. In: Pinhal, 2003).

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Por outro lado, também Pinhal realizou um estudo sobre a participação municipal na educação e, além da conclusão anteriormente referida, outras conclusões se tiraram dessa investigação. Uma delas relativa a um Município da Área Metropolitana de Lisboa e com uma gestão feita pela mesma força política desde há vários anos, revelou que a maior parte das despesas realizadas advinha da concretização das suas competências instrumentais, como é o caso da reparação de edifícios, e de que muitas vezes essas intervenções não surgiam por exigência legal mas sim por necessidades detetadas pela própria autarquia.

Apesar destas intervenções municipais não serem tanto na definição de políticas educativas, a verdade é que a manutenção das infraestruturas e a criação de outras que se mostram necessárias, é também uma forma de promover a educação e formação dos cidadãos e, como tal, não deve ser desvalorizada. Para além disso, e como também já foi referido anteriormente neste trabalho, as intervenções autárquicas antecedem algumas vezes a respetiva orientação legal pelo que, arrisco dizer, o fazer antes ou depois da publicação legal, não afeta o mérito e a relevância das ditas intervenções. Muito pelo contrário, fazer antes até suscita a criação dos normativos.

Também Manuela Prata desenvolveu um estudo de caso no ano letivo 2001/2002 no Município da Golegã no âmbito da elaboração da sua Dissertação de Mestrado. Com este estudo pretendia “captar as dinâmicas e lógicas desenvolvidas na área da educação” (Prata, 2002).

Assim, e de uma forma muito geral, apresentam-se aqui as principais conclusões a que chegou:

- o quadro legislativo em vigor nesta data já não fazia sentido e como tal eram os atores locais que definiam o “ritmo, intensidade, os campos e as lógicas”. Para tal, “a autarquia surge como indutora de processos e projetos de intervenção global e sustentada ao nível das escolas e da comunidade onde a transdisciplinaridade entre educação, vida comunitária e desenvolvimento local são demasiado evidentes”;

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

- havia uma relação direta entre “ as intervenções efetuadas pela autarquia local e a importância que os aspetos educativos assumem no quadro das prioridades globais da autarquia local”, salientando-se ainda o facto da pessoa responsável pelo pelouro da educação ser sensível, estabelecer relações informais com os restantes atores locais e recorrer a “formas complementares de financiamento junto do poder central”;

- a autarquia aproveitava a indefinição do quadro legal vigente na altura do estudo para alargar o seu “âmbito e leque de intervenções, quer através de iniciativas próprias, quer pelas desenvolvidas em parceria com outros atores locais, nomeadamente com as escolas”.

Assim, através das conclusões deste estudo, percebe-se que o quadro legal desde há muito que interfere com as práticas existentes, umas vezes por não definir bem o que se pode ou não fazer, e outras por nem sempre acompanhar as necessidades locais. Também se nota que as políticas não nascem sozinhas e não se baseiam somente naquilo que a Lei define mas, sobretudo, são fruto da visão de alguém, do seu trabalho, empenho e capacidade de mobilização.

Para além daquilo que se pode observar a nível nacional, existem já por todo o Mundo diversos movimentos internacionais de cidades que destacam a importância da intervenção local na formação das populações. Em 2005, aquando da realização do XIII Colóquio Internacional da Afirse, III Colóquio da Secção Brasileira, João Pinhal deu destaque a uma organização mundial criada num congresso em Paris em maio de 2004, a organização “Cidades e Governos Locais Unidos”.

Apesar do tema da educação e da intervenção das autarquias locais a este nível não ter sido tratado especificamente, não o podemos dissociar das restantes áreas de intervenção e desenvolvimento em destaque no referido congresso. A educação e a formação dos cidadãos são inerentes a qualquer outra dimensão que se queira promover.

As cidades envolvidas no congresso mostravam já nesta altura algumas manifestações de conhecimento desta visão uma vez que, muitas delas, promoviam e desenvolviam já inúmeras situações com base nesta lógica de pensamento. Por detrás de muitos destes

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

exemplos está a Carta das Cidades Educadoras, mencionada anteriormente neste trabalho e que expressa nos seus princípios orientadores a ideia de que, para além daquilo que a Lei atribui como competências dos Municípios, estes devem também “desenvolver uma política educativa global, que inclua todas as modalidades de educação formal e não formal, as várias manifestações culturais, as fontes de informação e os meios de descoberta da realidade existentes nos seus territórios” (Carta das Cidades Educadoras, 1990. Cit. In: Pinhal, 2005).

No nosso país, a legislação ainda continua a clarificar pouco determinados domínios de ação das autarquias locais mas, mesmo assim, são já muitas aquelas que, segundo os estudos levados a cabo por Pinhal, mostram compreender a importância estratégica da educação e da formação e que extravasam a sua ação para além da obrigação legal, como forma de resolver os problemas educativos locais.

Assim, segundo o autor mencionado, podem observar-se muitas intervenções como por exemplo, “desenvolvimento de múltiplos projetos socioeducativos, virados para a formação pessoal e social dos alunos das escolas, deste modo intervindo diretamente na educação cívica dos alunos”; “criação de escolas profissionais, com ofertas adequadas às necessidades das suas regiões e aos interesses das populações”; “formação de professores, sobretudo na área das expressões do 1º ciclo do ensino básico”; “combate às desigualdades de acesso à educação” e “elaboração de cartas educativas concelhias e criação dos conselhos locais da educação” mesmo antes destes serem obrigatórios por Lei.

Todas estas iniciativas e muitas outras que porventura se desenvolvam têm uma ideia a si associada, a da democracia local, assentando num papel de participação ativa de todos os cidadãos na construção e desenvolvimento do local. Assim, através da conjugação dos diferentes “poderes difusos” do território como designa Fernandes (1997), pode-se atuar de forma mais persistente e consistente no desenvolvimento de uma proposta local relevante para a população.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

PARTE II- UM ESTUDO SOBRE A INTERVENÇÃO EDUCACIONAL DAS FREGUESIAS

CAPÍTULO III- MODELO DE ESTUDO

3.1. Questão central e questões de investigação

Depois de realizada a revisão da literatura, da leitura e reflexão sobre as investigações já existentes relacionadas com o tema, da reflexão com base na entrevista exploratória realizada e de reflexões pessoais sobre aquilo que se pretendia saber, clarificou-se a problemática a estudar e delimitou-se a questão que serviria de fio condutor de todo o trabalho de investigação realizado.

Contudo, há que salientar que, numa fase inicial de qualquer investigação, a formulação da pergunta de partida afigura-se como uma tarefa complexa já que, para além dos requisitos de clareza, exequibilidade e pertinência (Quivy e Champenhoudt, 2008), esta deve servir posteriormente à estruturação de um percurso de recolha e análise de informação, enquadrado na revisão da literatura que foi anteriormente feita, podendo validar a mesma ou não (Bogdan e Biklen, 1994).

Assim, a definição da questão de partida sofreu alterações ao longo do processo uma vez que, numa fase inicial, a mesma surgiu sobretudo de uma motivação pessoal proveniente das vivências e experiência profissional enquanto docente mas, com o desenvolvimento do trabalho técnico necessário à concretização efetiva da investigação, foram levantadas outras questões, outras curiosidades, outras constatações que levaram à reformulação da mesma.

Assim, no princípio apenas pretendia debruçar-me sobre o trabalho das JF na gestão das escolas, concretamente nas valências de Educação Pré-Escolar e 1º ciclo mas, se o intuito era descobrir e revelar o que é feito no âmbito educativo, percebi que ao limitar aos “muros” das escolas, estaria a pôr de parte o que se desenvolve para além destas instituições bem delimitadas mas que interfere diretamente no sucesso ou não do objetivo final, o da educação da comunidade.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Esta constatação surgiu não tanto a partir da entrevista exploratória realizada ainda na fase de elaboração do pré projeto de investigação mas, sobretudo, pela leitura de documentos das JF em questão, concretamente alguns dos seus boletins informativos que me levaram a perceber, ainda que de uma forma breve, que o seu trabalho educativo ia muito para além dos edifícios escolares e que talvez fosse bastante interessante mostrá-lo e caracterizá-lo através do meu trabalho de investigação.

Como foi dito por Fernando Ilídio Ferreira na sua tese de doutoramento, “postula-se, neste sentido, que o estudo do local em Educação implica o reconhecimento de que o local não é apenas o lugar e que a educação não é apenas a escola.” (Ferreira, 2005: 20).

Foi desta forma que a ideia de políticas educativas locais surgiu e acabou por conduzir praticamente todo o trabalho.

Desta forma, a questão central que conduziu o estudo foi:

Em que consiste a participação, formal e informal, das Juntas de Freguesia na gestão das escolas públicas do ensino básico (Jardins de Infância e Escolas do 1º ciclo) e na promoção e desenvolvimento de políticas educativas locais?

A resposta a esta questão passa pelo facto de se conseguir revelar a forma como os atores locais agem no âmbito educativo, a forma como encaram a sua responsabilidade social mas, também, por perceber o impacto e os efeitos que as suas políticas possam ter na evolução educativa, social e democrática dos seus territórios.

Ao conseguir-se responder a esta questão, estarão a descrever-se as práticas locais das duas Freguesias ao nível da educação, tendo como referência um mesmo quadro legal que determina as suas competências e o protocolo de delegação de competências que assinaram com a Câmara Municipal de Lisboa, mas, sobretudo, estará a dar-se enfoque às iniciativas autónomas que vão para além dos normativos legais e que, muitas vezes, não se restringem à educação formal dada nas escolas mas também sobre tudo aquilo que vai para além destes “muros”.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Assim, defini seis questões de investigação:

- 1- Perante a evolução do quadro normativo, que responsabilidades em matéria de Educação, têm neste momento as Juntas de Freguesia?
- 2- Qual é o sentido de evolução dessas responsabilidades?
- 3- Quais as finalidades que as Juntas de Freguesia atribuem às suas intervenções na área da Educação?
- 4- Que recursos humanos, financeiros, materiais e infraestruturais são mobilizados nas Juntas de Freguesia para a área da Educação e que papéis desempenham na gestão dos Jardins de Infância e Escolas do 1º ciclo e na definição e execução de políticas educativas locais?
- 5- Que relações estabelecem as Juntas de Freguesia com as escolas e a restante comunidade local?
- 6- Que relações estabelecem as Juntas de Freguesia com a Câmara Municipal?

3.2. Objetivos gerais, específicos e eixos de análise

Depois de definida a problemática, traçada a questão central do estudo e as respetivas questões de investigação, percebe-se melhor qual o modelo a seguir. Assim, enveredei por um modelo de descoberta e não tanto de comprovação ou verificação da intervenção autónoma das Freguesias na educação (Lessard, Goyette e Boutin, 1994:105), já que, pela escassez de estudos subordinados ao tema, seria difícil querer provar que os mesmos ainda se encontram válidos.

Assim, entrei neste percurso muito movida pela curiosidade de descobrir o que é feito ou não, o que é pensado e colocado em prática ou não e o que impulsiona ou não as iniciativas que se vão podendo observar por todo o país.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Desta forma, foram definidos os seguintes objetivos gerais para este estudo:

- 1- Analisar a evolução do quadro legal de regulação formal da ação das Juntas de Freguesia, mais concretamente ao nível das suas atribuições e competências na educação;
- 2- Caracterizar a participação, formal e não formal, das Juntas de Freguesia na gestão dos Jardins de Infância e das Escolas do 1º ciclo;
- 3- Identificar os processos de gestão interna das Juntas de Freguesia no que diz respeito à educação;
- 4- Caracterizar a relação entre as Juntas de Freguesia e a restante comunidade local;
- 5- Caracterizar a relação entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal;
- 6- Analisar a participação, formal e não formal, das Juntas de Freguesia na promoção e desenvolvimento de políticas educativas locais.

Partindo dos objetivos gerais definidos, criaram-se eixos de análise que, por sua vez, contemplam diversos objetivos específicos. Mais tarde, foram estes eixos que serviram de base à elaboração dos guiões das entrevistas realizadas.

Assim, temos cinco eixos de análise:

1- Competências das Freguesias em matéria de educação

- Identificar a evolução das competências educativas atribuídas às Juntas de Freguesia desde 1974 até 2010;
- Conhecer em que áreas de ação educativa intervêm as Juntas de Freguesia, seja por obrigatoriedade da Lei, por delegação de competências das Câmaras Municipais ou por iniciativa própria;
- Caracterizar o processo de transferência de competências pelas Câmaras;

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

2- Gestão interna das Juntas de Freguesia

- Identificar as responsabilidades que estão atribuídas ao Pelouro da Educação;
- Compreender como se foram alterando essas responsabilidades ao longo dos anos e as necessidades que surgiram;
- Conhecer a Vogal da Educação/Técnico e o seu percurso político e profissional;
- Conhecer as tarefas mais habituais/métodos de trabalho da Vogal da Educação/Técnico no exercício das suas funções;
- Descrever os serviços e técnicos da área da educação;
- Conhecer a perceção das Juntas de Freguesia sobre o alcance da sua intervenção na área da educação;

3- Intervenção das Juntas de Freguesia nas escolas e na restante comunidade

- Analisar as ações concretas, sobretudo nos Jardins de Infância e nas Escolas Básicas do 1º ciclo;
- Conhecer as razões que levam à intervenção autónoma das Juntas de Freguesia nos Jardins de Infância e Escolas Básicas do 1º ciclo e na definição das políticas educativas e sociais das escolas;
- Caracterizar os processos de participação que são usados nas relações com outras entidades;

4- Relações das Juntas de Freguesia com as Câmaras Municipais

- Perceber em que consiste a relação estabelecida entre as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais;
- Identificar as razões que levam à existência dos contactos;
- Perceber como se estabelecem os contactos entre os dois organismos;

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

- Perceber que conceções têm os elementos da Câmara Municipal sobre o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia na área da educação;

5- Relações das Junta de Freguesia com os órgãos de gestão das escolas

- Perceber em que consiste a relação estabelecida entre as Juntas de Freguesia e os órgãos de gestão das escolas;

- Identificar as razões que levam à existência dos contactos;

- Perceber como se estabelecem os contactos entre os dois organismos;

- Conhecer as formas de tomada de conhecimento sobre as responsabilidades educativas das Juntas de Freguesia por parte dos Diretores de Agrupamentos de Escolas;

- Perceber que conceções têm os Diretores de Agrupamentos de Escolas sobre o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia na área da educação.

CAPÍTULO IV- METODOLOGIA

4.1. Tipo de estudo

O desenvolvimento deste estudo, tendo em conta os objetivos traçados, inseriu-se no paradigma qualitativo ou naturalista. Segundo Afonso, este tipo de investigação caracteriza-se por ser o estudo de “situações concretas existentes e identificáveis pelo investigador” (2005: 43).

Assumiu-se o pressuposto que as situações educacionais fazem parte de um contexto social específico e que engloba uma realidade histórica (Lüdke e André, 1986). Assim, nesta investigação, mais do que encontrar explicações causais ou decompor o fenómeno da descentralização em variáveis, pretendeu-se compreender a realidade partindo do discurso direto dos agentes educativos envolvidos no contexto social escolhido. Este processo, permite descrever, interpretar e compreender os processos de construção e de

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

promoção de políticas educativas locais desenvolvidas pelos atores locais no seu meio único e particular.

Pretendeu-se desenvolver uma visão naturalista de tipo descritivo e interpretativo, construída sobretudo a partir de informação qualitativa, como forma de analisar as ações e os sentidos atribuídos às mesmas pelos seus atores, neste caso, os responsáveis políticos pela educação nas JF, os Diretores de Agrupamentos de Escolas e um dos responsáveis pela educação na CM.

Como nos diz Bogdan e Bilken, os investigadores de estudos qualitativos “tentam compreender o processo mediante o qual as pessoas constroem significados e descrever em que consistem esses mesmos significados.” (Bogdan & Bilken, 1994: 70). Assim, com este estudo pretendeu-se descrever a forma como as Freguesias participam na educação, compreender como é que os atores interpretam as suas ações e como interagem no plano institucional da administração local da educação.

4.2. Estratégia de investigação e razões da sua escolha

A investigação, tal como já foi dito anteriormente, visa compreender as realidades escolhidas partindo sobretudo do discurso dos agentes sobre a sua ação no contexto educativo. Assim, de um modo profundo e contextualizado, pretende-se descrever, interpretar e compreender as ações desenvolvidas, bem como os processos construtivos de políticas educativas locais com base no que é único e particular.

Para isso, escolheu-se o estudo de caso múltiplo como estratégia de investigação já que se pretendeu estudar “o que é particular, específico e único” (Afonso, 2005:79).

Dentro desta estratégia de investigação, considerei que a melhor modalidade a aplicar foi o estudo de caso intrínseco que, segundo Stake (1994) citado por Afonso (2005:71) tem como objetivo “o conhecimento aprofundado de uma situação concreta no que ela tem de específico e único”. Assim, julgo ter oportunidade de descrever situações

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

concretas e recolher diversas interpretações e expectativas sobre uma mesma realidade em estudo.

Como fundamento destas escolhas, tomou-se como ponto de partida a definição de estudo de caso dada por Stake: “De um estudo de caso espera-se que abarque a complexidade de um caso particular (...) Estudamos um caso quando tem um interesse muito especial em si mesmo. Buscamos o detalhe da interação com os seus contextos. O estudo de caso é o estudo da particularidade e da complexidade de um caso singular, para chegar a compreender a sua atividade em circunstâncias importantes.” (1998: 11).

Foi por isso que foram selecionadas as Freguesias de Carnide e Benfica, por terem características específicas e terem evidenciado alguma preocupação pertinente com a área da educação. Segundo Yin (1988), o estudo de caso é uma estratégia especialmente adequada para responder às questões “como” e “porquê” (Cit. In: Carmo e Ferreira, 1998: 216). Isto vai ao encontro do que tinha já referido ao longo desta dissertação, uma vez que, pretendi também perceber como se processam as intervenções das Juntas de Freguesia na educação e as razões que estão por detrás das mesmas.

Ou seja, enquanto investigador, o meu papel centrou-se na recolha de informações como forma de compreender a realidade global (perspetiva holística) e não para confirmar ou inferir hipóteses anteriormente definidas.

Houve também a preocupação de reduzir os efeitos que a minha presença pudesse provocar nos atores e tentei estabelecer uma relação de confiança e de empatia, mantendo contudo algum distanciamento de forma a não correr o risco identificado como “tornar-se nativo” (Paul, 1953) ou “passar-se para o outro lado” (Thomas, 1995) ou, ainda, de ver os sujeitos através de uns “óculos cor-de-rosa” (Cit. In: Woods, 1999:77).

Há ainda que referir que um estudo de caso não é generalizável pois os dados recolhidos são singulares e específicos de um determinado contexto e tempo. Assim, a minha preocupação foi a de explicitar de forma descritiva a realidade ou, como diria Geertz, fazer uma “descrição compacta” (1973, Cit. In: Woods, 1999:82).

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

4.3. Recolha e categorização dos dados

Para se construir um modelo metodológico e, com este definir as técnicas de recolha de dados a adotar, é sempre necessário ter em conta a adequação dos mesmos aos objetivos traçados, ao quadro teórico que se tomou em consideração e às características do objeto de estudo.

Desta forma, o processo de recolha de informação envolveu técnicas como as da entrevista exploratória, a entrevista semiestruturada e a análise documental. Com o material recolhido foi feito um tratamento e cruzamento de dados através de um processo de análise de conteúdo.

A escolha das técnicas anteriormente mencionadas prende-se com o facto de serem as mais privilegiadas em estudos de cariz qualitativo, por serem técnicas que permitem a triangulação de dados e a sua consequente validação e por serem aquelas que, no caso das entrevistas, melhor permitem o contacto direto com os elementos da amostra, neste caso os atores educativos e locais selecionados para o estudo, tornando possível captar mais profundamente as suas perceções, expectativas e ideais que estão por detrás do trabalho por eles desenvolvido. No caso da análise documental, esta permite comprovar ou acrescentar mais informação àquela que se obteve nas entrevistas.

Desta forma, começo por falar da técnica da entrevista. A entrevista exploratória foi realizada via correio eletrónico ainda durante a fase da elaboração do pré projeto de investigação. Numa primeira fase da investigação pareceu-me ser um procedimento mais fácil em termos de compatibilidade de horários, mas atualmente penso que uma entrevista presencial tem sempre mais benefícios uma vez que me permitiria, na hora, aprofundar algumas respostas e ter uma melhor perceção das reações, intenções e motivações do entrevistado. Assim, para as entrevistas semiestruturadas que realizei posteriormente para a recolha de informações utilizadas na investigação, decidi recorrer à entrevista presencial com gravação em áudio.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Apesar de na altura a forma de realização da entrevista exploratória não ter sido a mais útil, a meu ver, penso que no caso do objetivo da realização da mesma tudo esteve dentro do esperado uma vez que, segundo Quivy e Campenhoudt (2008) a principal função deste tipo de entrevistas é “revelar determinados aspetos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar pistas de trabalho sugeridas pelas suas leituras”. Ou seja, “encontrar pistas de reflexão, ideias e hipóteses de trabalho” (Quivy e Campenhoudt, 2008).

Assim, de acordo com as indicações destes autores, julgo ter conseguido retirar utilidade da entrevista realizada uma vez que várias questões se foram de imediato levantando e muitas curiosidades surgiram, dando um “empurrão” para a definição de objetivos e estratégias a seguir.

Relativamente às entrevistas semiestruturadas que realizei para recolha de informações, estas tinham como objetivo geral conseguir descrever os conhecimentos e as experiências dos entrevistados, bem como expor as suas perceções, expectativas e conceções no âmbito educativo. Assim, definiu-se uma estrutura com base nos mesmos eixos de análise, variando e adequando apenas algumas questões consoante os diferentes entrevistados já que, segundo Lüdke e André, parte-se de um esquema inicial que não implica a sua aplicação rígida e restrita revelando-se desta forma a entrevista semiestruturada como um instrumento flexível, pois permite adaptações necessárias (1986).

Segundo Afonso (2005) as entrevistas semiestruturadas são um modelo intermédio entre as entrevistas estruturadas e as não estruturadas já que, ao haver um modelo estamos a falar de uma estruturação mas que depois não é rígida, uma vez que se organiza por objetivos, questões e itens ou tópicos que se podem gerir de acordo com as necessidades e os aspetos circunstanciais que vão surgindo.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Assim, foi construído um modelo para os Vogais e Técnicos da Educação das JF ¹ (Guião 1), outro para os Diretores dos Agrupamentos de Escolas ² (Guião 2) e outro para o Diretor do Departamento e outros Técnicos da Divisão da Educação da CM ³ (Guião 3). Este último apenas foi aplicado ao Diretor do Departamento da Educação da CM por não se ter justificado a necessidade de mais entrevistas.

Ao optar-se pela definição de um mesmo modelo, com os devidos ajustes, foi possível comparar os dados recolhidos, ainda que esse não fosse o objetivo principal desta investigação.

Assim, foram criadas cinco categorias e dentro de cada categoria existem várias subcategorias para as quais foram depois retiradas unidades de significado dos protocolos das sete entrevistas realizadas.

A primeira categoria diz respeito às competências das Freguesias em matéria de educação. Pretende-se caracterizar a evolução, conhecimento e possibilidade de alargamento das mesmas bem como a identificação das áreas em que incidem e quais os processos de transferência que são usados para que estas se alarguem relativamente àquilo que está inicialmente definido.

Numa segunda categoria, as questões colocadas debruçaram-se sobre a gestão interna que é feita dentro de cada JF de modo a responder às suas responsabilidades. Desta forma, as subcategorias prendem-se com aspetos como as responsabilidades atuais, ou seja, as definidas pela Lei e aquelas que surgiram pelos processos de transferência anteriormente identificados, com as necessidades surgidas devido à evolução dessas mesmas responsabilidades, com o percurso profissional e formação académica e tarefas/métodos de trabalho das pessoas que trabalham no pelouro educativo, mais

¹ E1- Entrevista nº 1- Vogal da JF Benfica; E4- Entrevista nº 4- Vogal da JF de Carnide; E2- Entrevista nº 2- Técnica da JF de Benfica; E6- entrevista nº 6- Técnica da JF de Carnide.

² E3- Entrevista nº 3- Diretor do Agrupamento de Escolas São Vicente de Telheiras; E7- Entrevista nº 7- Diretor do Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos.

³ E5- Entrevista nº 5- Diretor do Departamento da Educação da CM de Lisboa.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

concretamente a Vogal e o Técnico entrevistados, com o levantamento dos serviços e técnicos mobilizados para o trabalho educativo e por fim com a perceção que existe sobre o trabalho desenvolvido.

Na terceira categoria o interesse cai sobre as intervenções autónomas das JF nas escolas e na restante comunidade. Isto é, tentou-se aqui perceber que iniciativas são estas, que razões as suscitam e como se estabelece as relações destes órgãos com a comunidade de modo a concretizá-las.

A penúltima categoria debruça-se sobre as relações estabelecidas entre as JF e a CM no sentido de se perceber que tipo de relações existem, como acontecem e porque razões. Também aqui se tenta perceber que ideia têm os membros camarários sobre o trabalho na área da educação desenvolvido a nível de Freguesias.

Por último, surgem as relações das JF com os órgãos de gestão das escolas, mais concretamente as Direções de Agrupamentos de Escolas através dos quais se tenta perceber o tipo de relação existente, as razões e os mecanismos de contacto, a forma como são comunicadas as responsabilidades destes órgãos de poder local e a perceção que existe nas escolas sobre o trabalho que é feito pelas JF.

No início de todas as entrevistas foi referido o objetivo da investigação, foi garantida a exclusiva utilização dos dados ali recolhidos para os efeitos em causa e foi lembrado o facto de a entrevista ser gravada em áudio. Todos estes aspetos tinham já sido acordados em reuniões presenciais e/ou contactos via correio eletrónico que antecederam as mesmas.

Ao longo das entrevistas tentei ao máximo estimular o entrevistado para que o seu discurso fosse fluído e sem preocupações, promovendo um ambiente descontraído e sem pressões.

Posteriormente as entrevistas foram todas transcritas e enviadas a todos os entrevistados para que pudessem verificar a veracidade e correção das informações. Ultrapassada esta fase, recorri à análise de conteúdo como forma de se analisar o conteúdo de cada entrevista.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Para além das entrevistas, as informações utilizadas no decorrer da investigação foram também provenientes de documentos que consultei para o efeito. Assim, para além da legislação e das publicações existentes sobre as temáticas envolvidas, foram facultados pelas entidades estudadas alguns documentos internos que permitiram comprovar e complementar informações fornecidas pelas entrevistas.

Como nos dizem Guba e Lincoln (1981. Cit. In: Lüdke e André, 1986) os documentos escritos constituem uma fonte estável e rica de informações que permitem o enriquecimento ou a fundamentação de evidências e representam uma fonte “natural” de informação, de um determinado contexto.

Os documentos a analisar foram escolhidos de acordo com os objetivos traçados e não através de critérios arbitrários (Bell, 2004). As fontes foram distintas e a análise, mais profunda ou mais transversal, dependeu também dos objetivos e das exigências do trabalho de investigação (Quivy e Campenhoudt, 2008). Todos os documentos provenientes de não publicações foram fornecidos pelas entidades responsáveis.

Depois de recolhidos os dados através das entrevistas, foi necessário proceder a uma análise dos mesmos como forma de se poderem tirar as devidas conclusões. Assim, como já foi referido, recorreu-se aos eixos de análise que haviam servido de base à construção dos guiões das entrevistas e às questões orientadoras do estudo para a definição de categorias e subcategorias que, por sua vez, serviram de orientação ao processo de análise de conteúdo realizado.

Optei pela análise de conteúdo como procedimento de análise de informação por corroborar com a definição de Bardin sobre a mesma em que é dito que a análise de conteúdo é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 1977. Cit. In: Esteves, 2009).

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

De uma forma mais sucinta, é “um conjunto de técnicas possíveis para tratamento de informação previamente recolhida” (Esteves, Manuela. Cit. In: Lima, 2006).

Para Quivy (2008) a análise de conteúdo “oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e complexidade e (...) permite quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis”.

4.4. As entidades estudadas

Decidi estudar duas JF e um Agrupamento de Escolas de cada uma dessas Freguesias, debruçando-me mais especificamente ao nível das valências de Jardim de Infância e 1º ciclo. Ambos os contextos fazem parte de um mesmo Município, mas uma das JF é dirigida por membros de um partido político diferente do da CM. Esta escolha foi feita também com o intuito de perceber se isso causa algum tipo de constrangimento nas suas práticas.

O facto de ter escolhido duas Juntas ao invés de uma prende-se com o facto de assim poder melhor ilustrar as diferentes dinâmicas que se podem desenvolver dentro de um mesmo quadro legislativo, não podendo no entanto generalizar os resultados uma vez que estes dizem respeito a contextos locais próprios.

A perspetiva adotada foi holística e interpretativa na medida em que se pretendia ir incorporando todo o conhecimento ao longo da investigação, sem apenas ir construindo relações de causa-efeito, interpretando os resultados à luz da literatura (Afonso: 2005).

Para Bodgan e Bilken (1994) a investigação qualitativa caracteriza-se por o ambiente natural ser a fonte direta dos dados, o investigador ser uma peça fundamental da investigação, ser descritiva, o investigador ter mais interesse no estudo do que nos

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

resultados ou produtos, o investigador tender a analisar os dados de forma indutiva e o significado ser bastante importante.

4.4.1. A Junta e Freguesia de Benfica

Benfica é uma freguesia com 7,94 Km² de área e 36.821 habitantes (2012), com a densidade de 4 852 hab./Km².

A área ocupada pela atual freguesia de Benfica sofreu profundas alterações, sobretudo a partir da década de 60 do século XX. Até à década de 50 manteve as suas características rurais, (apesar da construção da linha férrea Lisboa-Sintra, em 1885 e da circulação dos elétricos da Carris, em 1929) mas, a partir de 1940, com o incremento dos transportes públicos e das rápidas ligações à capital, verificou-se o aumento demográfico que se acentuou em 1950. A partir de 1960/70, assistiu-se à explosão demográfica com a construção de novos bairros, prédios e avenidas (Gomes Pereira, Conselheiro Barjona de Freitas), tendo-se demolido casas apalaçadas, cortado quintas (Pedralvas, Charquinho, Casquilha), destruído hortas e pomares. O ambiente rural desapareceu, dando lugar a grandes urbanizações, sendo hoje Benfica considerada a segunda maior freguesia de Lisboa.

Em 1885, Benfica foi separada do concelho de Belém e passou a pertencer ao concelho de Lisboa. Em 1959, o território foi dividido, dando origem a duas freguesias: Benfica e São Domingos de Benfica. Benfica, segundo documentação escrita, já existia no século XIII, embora como um lugar rural e de baixa densidade populacional, em redor da antiga igreja de Nossa Senhora do Amparo. Com o passar dos séculos, tornou-se um lugar muito procurado, não só pela sua privilegiada situação, abundância de água e arvoredo, que a tornavam num dos lugares mais agradáveis e frescos de Lisboa, como também para aqueles que fugiam das consequências dos terremotos, do surto de pestes e epidemias que causavam com frequência grande destruição e mortandade na cidade de Lisboa. Estes fixaram-se também ao longo da estrada de Benfica, via muito movimentada desde tempos antigos, usada não só pelos saloios de Benfica, que se

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

deslocavam a Lisboa para vender frutos, legumes e flores, mas também pelos habitantes de Lisboa e arredores.

A partir do século XVIII, após o terramoto de 1755, conheceu um surto de crescimento e adquiriu características residenciais e não apenas de veraneio para a nobreza e alta burguesia que aqui tinham casas de campo, extensíssimas quintas, muitas com casa apalaçada com dois andares, extensos jardins, grandes pomares e fontes.

A distribuição da população residente por género e idade é a seguinte:

Quadro 1 - Género e idade da população residente da Freguesia de Benfica

Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total
Dos 0 aos 14 anos	2098	1966	4064
Dos 15 aos 24 anos	1682	1691	3373
Dos 26 aos 64 anos	8465	10197	18662
65 ou mais anos	4248	6474	10722
Total	16493	20328	36821

(Fonte: Site da Junta de Freguesia de Benfica, fevereiro de 2012)

A distribuição da população residente pelo nível de qualificação académica e género é a seguinte:

Quadro 2 - Qualificação académica da população residente da Freguesia de Benfica

Nível de qualificação académica	Homens	Mulheres	Total
Nenhum	2152	2805	4957
1º ciclo	3124	4580	7704
2º ciclo	1584	1643	3227
3º ciclo	2490	2769	5259
Secundário	2695	2769	5464
Pós-Secundário	447	361	808
Superior	4001	5401	9402

(Fonte: Site da Junta de Freguesia de Benfica, fevereiro de 2012)

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

No que diz respeito à população ativa, e com base nos Indicadores de Enquadramento – CML – Censos 2001, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), são 83,0% os ativos no sector terciário, 16,7% os empregados no setor secundário e 0,4% os habitantes que trabalham no setor primário. Já a taxa de desemprego na Freguesia é, de acordo com o censo de 2001, de 7,5%. Por sua vez, o índice de moradores sem atividade económica é de 50%, dos quais 24% são pensionistas e reformados.

No que diz respeito à JF de Benfica, o seu Executivo é composto por:

- Presidente que, para além das funções inerentes, é também responsável pelo pelouro da Ação Social;
- Vogal responsável pelos Pelouros do Espaço Público, Mobilidade e Secretariado;
- Vogal responsável pelo Pelouro da Segurança e é também Tesoureiro;
- Vogal responsável pelo Pelouro do Desporto e Juventude;
- Vogal responsável pelo Pelouro do Ambiente e Higiene Urbana;
- Vogal responsável pelo Pelouro da Educação e Inserção Social;
- Vogal responsável pelo Pelouro da Cultura.

4.4.2. A Junta de Freguesia de Carnide

Carnide ocupa uma área de 4,015 Km² e tem uma população total de 18.989 residentes. Localizada no extremo norte do concelho de Lisboa foi, até ao século passado, uma zona ocupada por quintas que pertenciam a pessoas de classes sociais favorecidas. Os vestígios deixados por essas quintas formam nos dias de hoje o centro histórico da Freguesia.

Durante o domínio muçulmano, entre os séculos VIII e XII, intensificou-se a ocupação com a consolidação de pequenos casais e o desenvolvimento das hortas e pomares. A

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

região era considerada o celeiro de Lisboa e daqui seguiam os produtos agrícolas que regularmente abasteciam a cidade.

No século XIII procedeu-se à organização religiosa e administrativa, com a formação de uma vasta paróquia rural, por volta de 1279. Foi também nesta época que se fixou, definitivamente, a identificação toponímica. O nome de Carnide é, certamente, mais antigo (celta, latino, ou muçulmano), mas passou a generalizar-se apenas durante a idade média, ligado à unidade paroquial.

O século XIV corresponde ao período de consolidação e expansão dos velhos aglomerados populacionais e à construção da Igreja de São Lourenço, a partir de 1342, em local ermo, aproximadamente no centro geográfico de um vasto território, de modo a permitir a afluência dos paroquianos. Ao mesmo tempo, os caminhos rurais e vicinais, já definidos desde a Alta Idade Média, consolidaram-se. Pode dizer-se que a localização da igreja paroquial, que depois de outras invocações acabou por se estabelecer como a Igreja de São Lourenço, se localizou em função desta primitiva estrutura viária e da facilidade de acessos diretos. Foi no adro da igreja que se realizou durante muitos anos a feira.

Para além dos tradicionais casais dispersos, o primeiro povoamento sistemático fez-se ao longo da estrada da Pontinha, entre a Fonte do Machado e a Igreja de São Lourenço. Havia também quintas reais e nobres, para onde se deslocavam os proprietários quando as grandes epidemias e fomes atingiam a capital. Os bons, fortes e saudáveis ares eram famosos e muitos fidalgos vieram para Carnide, a fim de recuperar das campanhas militares de conquista do Norte de África no reinado de D. Afonso V.

Em 1463, deu-se o início ao culto da Nossa Senhora da Luz e, como os marítimos eram devotos desta Santa, compareciam sempre várias confrarias com os seus estandartes. Mas, numa área essencialmente rural, os principais devotos eram os trabalhadores rurais de toda a zona norte do termo de Lisboa e até os saloios de Mafra e Sintra. Por isso, as festividades religiosas e a feira que se lhe seguia passaram a realizar-se em setembro, no final das colheitas de verão.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Com o passar dos anos, tem-se verificado um aumento da população, muito devido ao aumento da construção de habitações e isso tornou Carnide a sexta Freguesia de Lisboa, uma zona residencial onde a atividade económica predominante são os serviços, e cuja população apresenta características sócio económicas heterogéneas.

Segundo o Censo de 2001, a taxa de analfabetismo era de 14% e a população com frequência universitária correspondia a 27%. É no sector terciário que a maioria da população trabalha.

A heterogeneidade da população resulta do aparecimento dos bairros de Telheiras, Bairro da Luz, Quinta da Luz, Bairro Novo, Horta Nova e Vale do Forno, com um significativo peso de jovens, que configuram duas realidades socioeconómicas distintas: a de uma população de quadros médios e superiores que se dedica principalmente ao setor terciário e a de uma população de diferentes etnias, de baixa taxa de escolaridade e de baixo rendimento, com graves problemas sociais que conduzem ao abandono escolar.

A distribuição da população residente por género e idade é a seguinte:

Quadro 3- Género e idade da população residente da Freguesia de Carnide

Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total
Dos 0 aos 4 anos	551	510	1061
Dos 5 aos 9 anos	511	519	1030
Dos 10 aos 13 anos	472	489	961
Dos 14 aos 19 anos	867	847	1714
Dos 20 aos 24 anos	793	791	1584
Dos 25 aos 64 anos	4837	5243	10080
65 ou mais anos	983	1576	2559

(Fonte: INE-Censos 2001)

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

A distribuição da população residente pelo nível de qualificação académica é a seguinte:

Quadro 4- Qualificação académica da população residente da Freguesia de Carnide

Nível de qualificação académica	Total
Nenhum	2830
1º ciclo	4393
2º ciclo	1782
3º ciclo	2327
Secundário	2475
Pós-Secundário	168
Superior	3202

(Fonte: INE-Censos 2001)

No que diz respeito à JF de Carnide, o seu Executivo é composto por:

- Presidente que, para além das funções inerentes, é também responsável pelos pelouros da Gestão Participada, Recursos Humanos, Desenvolvimento Comunitário, Gabinete de Informação;
- Tesoureira e responsável pelos Pelouros da Cultura, Educação e Património;
- Vogal responsável pelos Pelouros da Ação Social e Trânsito;
- Vogal responsável pelos Pelouros do Espaço Público, Espaços Verdes, Habitação Social, Desporto, Juventude, Saúde, Higiene Urbana e Resíduos Sólidos;
- Vogal responsável pelos Pelouros da Proteção Ambiental e Segurança.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

4.4.3. O Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos

O Agrupamento de Escolas da Quinta de Marrocos localiza-se geograficamente na área de influência da JF de Benfica, que pertence ao concelho de Lisboa e é constituído pelos seguintes estabelecimentos de educação e ensino:

- A Escola Básica Integrada Quinta de Marrocos que começou a funcionar em Dezembro de 1978 e deve o seu nome ao proprietário da Quinta onde foi construída, conhecido como “O Marrocos”, o qual ofereceu o terreno para a sua construção. No ano letivo de 1979/80, passou a existir nesta escola um núcleo de alunos surdos e, neste momento, cerca de 55 alunos surdos frequentam este estabelecimento de ensino, desde o 1.º ao 9.º ano;

- A Escola Básica do 1.º ciclo Parque Silva Porto e Jardim-de-Infância N.º 2 funciona num edifício com uma tipologia de construção de Estado Novo, do Plano Centenário e diferencia-se da maioria das escolas desta época por ter sido doada por mecenas, nos anos 60. Localiza-se num dos extremos do concelho de Lisboa, freguesia de Benfica, mais concretamente no limite desta com a Freguesia da Buraca, concelho da Amadora. A população escolar é proveniente de uma vasta área de Benfica, abrangendo também algumas ruas da Buraca (concelho da Amadora). São alunos oriundos de famílias de um nível socioeconómico baixo e médio-baixo;

- Escola Básica do 1.º ciclo Prof. José Salvado Sampaio e Jardim-de-Infância N.º 3 localiza-se no limite do Bairro de Santa Cruz com a zona da Damaia de Baixo. O edifício apresentava uma tipologia de construção tipo P3, composto por 4 áreas abertas mas, mais tarde, sofreu obras de alteração e possui atualmente 4 núcleos, cada um com 3 salas, uma zona suja comum e 2 casas de banho. No mesmo edifício funcionam a Escola Básica do 1.º Ciclo Professor José Salvado Sampaio e o Jardim de Infância n.º 3, criado pela Portaria nº 648/85 de 31 de Agosto, que ocupa um dos núcleos. A população escolar é socialmente muito diversificada, existindo alunos provenientes de várias nacionalidades e etnias. Se, por um lado, esta multiculturalidade tem gerado ao longo dos anos uma riqueza de experiências, por outro, tem potenciado situações de conflito e

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

choque cultural. Associado a este contexto, verificam-se desníveis de formação pessoal e social, nomeadamente ao nível do conhecimento, expressão e comunicação.

Neste agrupamento, com cerca de 1200 alunos, existe uma percentagem de 10% de crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente, sendo que cerca de 4% apresentam problemáticas diferenciadas nos campos das deficiências mentais, esqueléticas e emocionais. Na área da surdez a população discente é de cerca de 6%.

Todos os Alunos desta Escola com Necessidades Educativas Especiais de Carácter Permanente têm direito a beneficiar dos recursos humanos existentes, cuja principal preocupação reside no desenvolvimento e criação de uma dinâmica de trabalho entre a comunidade educativa.

Este Agrupamento foi constituído em 2004 e em 2008/09, foi reconhecido como “Agrupamento de Referência para o Ensino Bilingue de Alunos Surdos”, garantindo um ensino diferenciado a alunos com surdez e / ou com dificuldades comunicativas, com vários tipos e graus de surdez do distrito de Lisboa, desde a intervenção precoce até ao terceiro ciclo. Dispõe de parcerias com outras Instituições para apoio técnico e logístico, nomeadamente com a APECDA (Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas), o PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação) da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em Benfica na formação profissional dos alunos que não seguem o percurso académico e, ainda, com equipas de intervenção precoce.

As características muito específicas e únicas deste Agrupamento de Escolas, exige também uma grande quantidade e variedade de recursos humanos. Assim, no ano letivo 2009/2010 o corpo docente era constituído por 196 professores. No que diz respeito aos serviços especializados, existem os seguintes técnicos:

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Quadro 5- Técnicos especializados do Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos

Serviços Especializados do Agrupamento									Outros Recursos				
Docentes Educação Especial (Grupo 920)							Docentes Educação Especial (Grupo 910)						
Docentes de Educação Especial	Professores de Apoio de Apoio Educativo	Intérpretes de LGP ⁴	Formadores de LGP	Terapeutas da Fala	Psicólogo	Técnicos de Serviço Social	Docentes de Educação Especial	SPO ⁵	Professores de Apoio Educativo			Professores Bibliotecários	Técnica de Biblioteca
									Tempo inteiro	Tempo Parcial			
7	1	5	5	3+2*	1*	1*	5	1	1 (25h)	5		2	1
									1.º ciclo	19h	32h		
										PE ₆	1º C ⁷		

* Recursos humanos afetos à parceria com a APECDA

(Fonte: PEA 2009/2013 e PCA 2011/2012)

Relativamente aos Assistentes Operacionais, todo o agrupamento dispõe de 63 funcionários, distribuídos pelas mais diversas funções. Os assistentes técnicos em funções na escola sede são 6.

4.4.4. O Agrupamento de Escolas São Vicente de Telheiras

O Agrupamento de Escolas São Vicente – Telheiras localiza-se na zona Norte / Oeste de Lisboa e integra escolas das freguesias do Lumiar, Campo Grande e Carnide. É constituído pela Escola Básica São Vicente - Telheiras (escola sede) e por mais quatro estabelecimentos de ensino:

4 LGP- Língua Gestual Portuguesa

5 SPO- Serviços de Psicologia e orientação

6 PE- Pré-Escolar

7 1º C- 1º Ciclo do Ensino Básico

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

- A Escola Básica São Vicente – Telheiras, no que diz respeito aos recursos educativos e outras estruturas, a nível da oferta curricular, oferece cursos de 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, tendo como opções no 3º Ciclo as disciplinas de Artes Aplicadas e Educação Tecnológica, duas turmas de Percursos Curriculares Alternativos (PCA), na área do Desporto, Desporto Escolar e uma turma de Curso de Educação e Formação (CEF) – Operador de Informática.

Em relação aos serviços e especializados e de apoio educativo, os alunos deste agrupamento têm ao seu dispor Serviço de Psicologia e Orientação (SPO); Apoio Educativo e Serviços de Ação Social Escolar.

- A Escola Básica do 1º ciclo Luz-Carnide e Jardim de Infância Largo da Luz, é frequentada por alunos provenientes da zona de Carnide Novo, Carnide Velho e crianças institucionalizadas no Lar da Luz e na Casa da Luz, ou seja, uma população escolar que provém, na sua maioria, de um meio socioeconómico de nível médio, havendo também um número significativo de alunos carenciados Nesta escola funciona uma Unidade de Apoio a Alunos Multideficientes (UAAM). O Jardim de Infância do Largo da Luz começou a funcionar a 30/11/1998 tendo sido posteriormente oficializado pela portaria Nº 950/99 de 29 de Outubro, publicada no Diário da República Nº 253.

- A Escola Básica do 1º Ciclo Prista Monteiro insere-se no bairro social da Horta Nova, em Carnide, onde foram realojadas todas as famílias que moravam no bairro degradado com o mesmo nome. Trata-se de famílias carenciadas ao nível socioeconómico, com níveis de escolaridade e de qualificação profissional baixos. É constituída por população residente no Bairro da Horta Nova, por crianças institucionalizadas no Lar da Luz e Casa da Luz e habitantes de Telheiras. Neste bairro encontram-se algumas entidades que intervêm no bairro, nomeadamente a Esquadra da Polícia de Segurança Pública, Grupo de Ação Comunitária Sol Nascente e Juventude da Horta Nova, entre outras. Existe ainda, o Grupo Comunitário do Bairro da Horta Nova, no qual a autarquia se encontra representada. Nesta escola funciona ainda uma sala TEACCH (Tratamento e Educação de Crianças com Autismo). Deste modo, as problemáticas sociais que afetam o Bairro da Horta Nova têm incidência na rede educativa deste território.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

- A Escola Básica do 1º ciclo nº 121 e Jardim de Infância do Campo Grande nº 1 localiza-se na freguesia do Campo Grande, junto à 2ª Circular. O início do funcionamento ocorreu no ano letivo de 1981/1982. Foi sempre uma escola de intervenção prioritária. A população é proveniente do realojamento do Bairro da Quinta da Calçadas, Quinta dos Barros e Quinta das FONSECAS e de mais dois bairros sociais de cooperativas económicas (Cooperativa 25 de Abril e Cooperativa Unidade do Povo). O Jardim de Infância Campo Grande Nº1 ocupa duas salas com dois grupos de crianças.

- O Jardim de Infância (JI) da Horta Nova foi criado pela portaria Nº 1227/97 de 15 de Dezembro (D.R. 1ª Série B n.º 228). Funcionava no r/c do edifício da escola do 1º Ciclo n.º134 do Bairro da Horta Nova, para dar resposta à população do Bairro. Entrou em funcionamento no ano letivo de 1997/98, de início com apenas duas salas, foi crescendo e alargado para quatro salas / grupos de alunos. Atualmente funciona nas presentes instalações, construídas de raiz, desde o ano letivo de 2002/2003 e situado no Bairro da Horta Nova, junto à Escola Básica do 1º ciclo (EB1) Prista Monteiro. O JI da Horta Nova é uma instituição de educação da rede pública, tutelado pelo Ministério da Educação. Tem acordos e é financiado por este, pela CM de Lisboa através da JF de Carnide.

4.4.5. A Câmara Municipal de Lisboa

De acordo com o Diagnóstico Social de Lisboa de março de 2009, a cidade de Lisboa tem cerca de 84,6 km² de área e uma densidade populacional estimada para 2006 de 6015, 5 habitantes/ km².

O concelho subdivide-se em 53 freguesias e está limitado a norte pelos municípios de Odivelas e Loures, a oeste por Oeiras, a noroeste pela Amadora e a leste e sul pelo estuário do Tejo. Através do estuário, Lisboa liga-se aos concelhos da Margem Sul.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Estas 53 freguesias da cidade de Lisboa, para implementação do Programa Rede Social⁸, encontram-se agrupadas em quatro grandes zonas territoriais: Norte, Sul, Oriental e Centro Ocidental. Tanto a freguesia de Benfica como Carnide estão incluídas na Zona Territorial Norte Oriental.

A nível do setor empresarial, aquele que mais peso tem em Lisboa é o do comércio que representava 36.2% do número de empresas existente em Lisboa em 2002, seguido dos serviços prestados a empresas, com 20,7% das empresas existentes e que é simultaneamente o mais dinâmico em termos de atividade empresarial, representando 38,7% das novas empresas criadas em 2003. Os sectores da construção, do alojamento e restauração, dos serviços públicos e coletivos, da indústria transformadora, dos transportes e comunicações e das atividades financeiras têm um peso médio e mais ou menos equivalente na atividade empresarial de Lisboa.

No que diz respeito ao nível de instrução da população residente no concelho e, através dos dados censitários de 1991 e 2001, pode dizer-se que existe já um elevado nível de qualificação pós-ensino secundário (incluindo naturalmente o ensino superior) no concelho de Lisboa (perto dos 30%). A estes valores pode-se acrescentar a população com ensino secundário completo (cerca de 50%). No caso oposto, o do analfabetismo (com 10 ou mais anos), em Lisboa é o mais elevado de entre os concelhos da margem Norte do Tejo (apenas suplantado pelo dos concelhos de Almada e Seixal, na margem Sul) e com a agravante de este ter tido um acréscimo, ainda que reduzido, entre aqueles dois anos censitários.

A cidade de Lisboa é crescentemente uma cidade multicultural. Acolhe atualmente cidadãos das mais diferentes nacionalidades que escolheram a cidade para viver, trabalhar, estudar ou simplesmente visitar, o que lhe confere um carácter cosmopolita,

⁸ Programa criado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, do Despacho Normativo n.º 8/2002 de 12 de Fevereiro, bem como pelos termos do Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho. A regulamentação da Rede Social define o funcionamento e as competências dos seus órgãos e, ainda, os princípios e regras subjacentes aos instrumentos de planeamento que lhe estão associados. Pretende constituir um tipo de parceria específico entre entidades públicas e privadas para atuar nos territórios baseando-se na igualdade entre parceiros, na consensualização dos objetivos e na concertação das ações desenvolvidas pelos diferentes agentes locais, tendo como finalidade o combate à pobreza e à exclusão social e a promoção do desenvolvimento social.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

enriquecida com os diferentes valores culturais, tradicionais e linguísticos, resultantes dessa diversidade.

Dos 564 657 indivíduos residentes, de acordo com os Censos de 2001, 95,2% são de nacionalidade portuguesa, e 3,3% são de nacionalidade estrangeira; os restantes (cerca de 1,3%) têm mais de uma nacionalidade ou são apátridas (85 residentes). Da análise sobre a população estrangeira residente em Lisboa, verifica-se que a população de origem africana é dominante com cerca de 8 mil indivíduos; segue-se a população de origem europeia com 5 738 indivíduos, de origem americana com 3 251 indivíduos e de origem asiática com 1 653 mil indivíduos.

Entre todas as freguesias onde existe mais população estrangeira, estão incluídas as de Benfica e Carnide.

Relativamente à natalidade e à mortalidade, verificou-se nos últimos vinte anos uma tendência de crescimento da taxa de natalidade e uma estabilização da taxa de mortalidade. Contudo, verifica-se nos dias de hoje uma não substituição de gerações no concelho de Lisboa que, mesmo sem os efeitos migratórios, perderia população.

No ano letivo de 2005/06, o sistema educativo do concelho de Lisboa acolheu cerca de 100 mil alunos, desde o Pré-Escolar até ao Secundário. Esta população escolar tem vindo a diminuir (redução de quase 9% nos últimos oito anos letivos), fruto das quebras da natalidade em décadas passadas. Foge a esta tendência geral, a Educação Pré-Escolar que apresenta uma subida de quase 15% como resultado do aumento da oferta e das taxas de escolarização, mas também de alguma melhoria dos índices de fecundidade que são já observáveis em anos mais recentes.

4.5. Limitações e validação do estudo

Como principais limitações à realização do estudo podem apresentar-se as seguintes: a ausência de estudos sobre a matéria a investigar, uma vez que, como já foi referido

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

anteriormente neste trabalho, existe alguma publicação e estudos sobre a participação municipal na educação mas não sobre a participação das Freguesias; o facto do estudo em questão se centrar apenas em duas Freguesias e um Município, fez com que não se pudessem generalizar as conclusões ao resto do país e não haja uma visão muito alargada do que de facto existe; o inquérito poderia ter sido mais alargado, a docentes, encarregados de educação e outros agentes educativos mas a limitação de tempo impôs a restrição às Direções de Agrupamentos, Vogais da Educação das duas JF e um técnico de cada Junta e ainda um elemento do Departamento Camarário da Educação; e, por último, mas na minha opinião a maior de todas, o facto de ter sido a primeira investigação realizada por mim, com um carácter tão metódico e científico.

Em termos de validação do estudo, os dados recolhidos permitiram captar as dinâmicas educativas existentes nas duas Freguesias em questão tal como havia sido definido nos objetivos do estudo. Sabendo que não podem ser conclusões generalizáveis, acredito contudo que podem servir de base ou ponto de partida a outros estudos, até mais alargados e aprofundados. E, para que os dados aqui apresentados sejam considerados válidos, foi necessário proceder à sua triangulação. Assim, a informação recolhida através das entrevistas semiestruturadas foi comparada com a existente nos documentos fornecidos pelas entidades estudadas e os próprios conteúdos das entrevistas, por terem sido realizadas a diferentes atores e com diferentes papéis no âmbito social, foram cruzados entre si para que se pudessem tirar conclusões mais precisas.

Como nos diz Stake, “na nossa busca pela precisão e por explicações alternativas, necessitamos (...) de estratégias que não dependem da simples intuição e das boas intenções de «fazer bem». (...) Tudo o que registamos deve recordar-nos permanentemente a necessidade da triangulação” (1998).

De acordo com Denzin (1978. Cit. In: Carmo e Ferreira, 1998) existem quatro tipologias de triangulação. Dessas, recorri às seguintes:

- triangulação de dados, já que se cruzaram as informações das diferentes fontes;

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

- triangulação de teorias/investigadores, uma vez que o enquadramento teórico teve como base diferentes autores, permitindo a criação de um quadro conceptual orientador do estudo.

Como forma de reforçar a validade do estudo, todas as transcrições de entrevistas foram fornecidas aos entrevistados para que pudessem verificar a veracidade das informações nelas contidas, tendo-lhes sido dado um prazo de trinta dias para manifestação de opiniões e correções caso houvesse essa necessidade.

PARTE III- RESULTADOS E CONCLUSÕES

CAPÍTULO V- AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DE DUAS FREGUESIAS DE LISBOA

5.1. Apresentação dos resultados da investigação

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos através da investigação realizada. Estes resultados baseiam-se sobretudo na informação obtida pelas entrevistas realizadas, complementada ou confirmada em alguns dos casos pelos documentos das entidades estudadas facultados e consultados para o efeito.

Para uma melhor compreensão destas conclusões, as mesmas estão organizadas de acordo com as categorias que foram criadas na grelha de análise utilizada para a elaboração da análise de conteúdo das entrevistas. Assim, estão relacionadas com:

- competências educativas das Freguesias, e/ou intervenções determinadas por processos de delegação;
- gestão interna das JF para a concretização das competências ou das intervenções delegadas;
- intervenções educativas autónomas das JF;
- relação das JF com a CM;
- relação das JF com os órgãos de gestão das escolas.

5.1.1. A intervenção determinada por Lei e por processos de delegação

Ao longo da dissertação foi possível verificar que as JF, em matéria de educação, têm por parte da legislação em vigor poucas competências explícitas atribuídas. De acordo com a alínea e) do número 6 do art.º 34º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro referente

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

às competências próprias das JF, estas devem “fornecer material de limpeza e de expediente às escolas do 1º ciclo do ensino básico e estabelecimentos de educação pré-escolar” e ainda, na alínea l do mesmo número, “apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse da freguesia de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra”. A sua maior intervenção surge por meio de protocolos de delegação de competências que tenham assinado com as CM ou por sua própria iniciativa.

Assim, na primeira subcategoria que deu origem a um bloco de questões pretendia-se inicialmente averiguar o conhecimento que existe sobre as competências educativas bem como perceber qual a ideia existente sobre a sua evolução e possibilidade de alargamento.

Verificou-se que para ambas as JF em questão as competências educativas atribuídas pela Lei a estes órgãos de poder local são limitadas e reduzidas e que muito do trabalho que desenvolvem nesta área vai para além daquilo que a Lei define. Aliás, antes mesmo de as considerar reduzidas, o Vogal da Educação da Freguesia de Carnide demonstra logo um pouco da visão que têm sobre o que é ter competências em matéria educativa ao considerá-las inexistentes e totalmente dependentes da existência ou não de protocolos de delegação de competência com a CM. Percebe-se que para esta entidade as competências educativas não se prendem com a limpeza e manutenção dos edifícios como está legislado mas sim com o trabalho educativo que é desenvolvido dentro e fora desses edifícios:

“Por base, não têm qualquer tipo de competência nesta área, são sempre por delegação de competências da Câmara Municipal, o que, dependendo dos casos e dependendo da vontade da Câmara Municipal, permitirá uma maior ou menor intervenção da autarquia”;
“a Junta de Freguesia em termos de competências formais e de recursos para o efeito, de base e de raiz, são muito reduzidas, aliás como para todas as outras competências que possam ter para outras áreas de intervenção” (E4).

Com as Direções das Escolas foi possível perceber que, num dos casos o conhecimento sobre as obrigações legais das JF no âmbito educativo é existente mas no outro nem tanto. Este desconhecimento pode levar a exigências das escolas para com as autarquias

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

locais e que nem sempre podem ser satisfeitas por estas entidades, provocando os conflitos e os relacionamentos menos saudáveis de que algumas vezes se ouve falar.

Também o representante da CM entrevistado nos permite perceber que o trabalho desenvolvido pelas JF no domínio em questão advém muito mais dos protocolos de delegação de competências do que propriamente da definição legal.

Relativamente à possibilidade de alargamento destas mesmas competências, todos os entrevistados assumem que concordam com processos de descentralização e que algumas Freguesias, mediante determinadas condicionantes que teriam de ser bem analisadas, poderiam possuir mais liberdade de atuação em algumas questões que agora estão apenas atribuídas a outros órgãos de poder. Justificam estas opiniões com o facto de serem os órgãos de poder que mais perto estão das populações, que mais diretamente lidam com os problemas do quotidiano e que, por estes motivos, mais depressa poderiam agir na resolução e acompanhamento de situações menos positivas e/ou serem os parceiros mais próximos na gestão da educação da comunidade.

“Certamente que nós poderíamos intervir mais a nível de projetos educativos em conjunto com os próprios Agrupamentos e Escola Secundária (...) o que implicaria verba específica ou um orçamento próprio mais alargado, não tão restrito quanto aquele que nós dispomos neste momento” (E1);

“era importante ... isto depois dependendo das fronteiras porque a competência implica meios, a competência tem responsabilidades e tem de se perceber qual é que é a entidade pública melhor vocacionada para cumprir determinada função em determinado contexto. De uma forma geral eu diria que era importante, para efeitos de estabilidade e de saber com o que é que podemos contar no futuro, que houvesse uma formalização legal das competências, agora depende de muitas outras coisas” (E4).

O único entrevistado que coloca algumas reticências é o Diretor do Agrupamento de Escolas São Vicente de Telheiras que diz que, na sua opinião, às JF e às CM apenas devem estar atribuídas responsabilidades ao nível de gestão de infraestruturas e de verbas e que a parte pedagógica é somente da responsabilidade do Ministério da Educação e das Direções dos Agrupamentos de Escolas, assumindo contudo que tem

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

conhecimento do interessante trabalho que a JF de Carnide tem vindo a desenvolver ao nível da educação.

“Eu acho que não (...) De facto às Juntas de Freguesia e à Câmara é mais essa responsabilidade de gerir os edifícios, gerir os apoios” (E3).

Sobre os protocolos de delegação de competências que foram referidos por todos os entrevistados, foi explicado pelos mesmos que estes documentos são assinados abrangendo diversas áreas de intervenção e que depois, para cada uma delas, são assinados protocolos de colaboração onde se especificam as entidades envolvidas e as obrigações de cada uma delas. É por esta razão que, olhando para os protocolos de delegação de competência assinados entre as JF e a CM não se encontra nenhuma referência às atividades de complemento do currículo (Atividades de Enriquecimento Curricular- AEC's) e ao apoio às famílias em horário não letivo (Componente de Apoio à Família- CAF), mas o certo é que, tanto numa Junta como noutra, a transferência de competências educativas incide essencialmente nestas duas vertentes.

No caso da JF de Carnide, foi assinado um protocolo de colaboração entre a Junta, os Agrupamentos de Escolas e a Câmara para o desenvolvimento das AEC's e da CAF. Para colocar este protocolo em prática a JF assinou um protocolo de parceria com entidades parceiras. Estas entidades parceiras são associações e clubes existentes na Freguesia e que colaboram no desenvolvimento das atividades. Ou seja, utilizam-se os recursos da Freguesia para satisfazer as necessidades da população.

No caso da JF de Benfica, existe um protocolo de colaboração para as AEC's entre a Junta, os Agrupamentos de Escolas e a FPALx, sendo esta segunda a entidade executora das atividades e um protocolo de colaboração entre a Junta, o Agrupamento de escolas e a Câmara para a CAF, sendo que a entidade promotora é a CM e a entidade executora é a JF que recorre aos meios da Freguesia para desenvolver o trabalho.

Ou seja, a CM delegou para ambas as Juntas competências ao nível da CAF e das AEC's mas cada JF faz uma gestão diferente e própria para desenvolver as atividades que a estas estão associadas. Apesar de algumas diferenças, um aspeto pelo menos é

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

semelhante, fazem-se valer dos recursos comunitários para satisfazer os seus próprios interesses mostrando, para além do facto da rentabilização de bens, serviços e pessoas locais, que a proximidade com o público alvo permite uma melhor perceção das necessidades e por isso um trabalho mais específico e contextualizado.

Depois, para além destas duas áreas de grande importância para a gestão educativa a nível comunitário, estão também delegadas competências como as de pequenas reparações nas infraestruturas educativas e limpezas dos edifícios, ou seja, um trabalho não ao nível pedagógico mas sim de gestão e conservação patrimonial.

Contudo, para além do que está protocolado e legislado, surgiu um dos aspetos mais relevantes para a caracterização do trabalho das JF e da sua importância ao nível local. Há por parte dos eleitos locais o assumir de que as suas intervenções vão para além do que foi definido em papel. Assim, tanto os elementos da JF de Benfica como os de Carnide falam de projetos criados por si na sequência de solicitações da comunidade, de projetos de escolas aos quais aderiram e dão apoio e de intervenções autónomas no sentido de melhor servirem as suas populações, intervenções estas que são mais exploradas num outro bloco de questões.

“Mas nós não estamos cá para limitar a nossa intervenção ao nível da atribuição legal como é evidente”;

“não nos restringimos àquilo que está na letra do protocolo” (E4).

Para além do fazerem mais do que lhes compete, há também o fazer antes de estar definido no papel. Ou seja, muitas competências que existem atualmente nos pelouros da educação destas duas JF chegaram até estes pelos protocolos de delegação de competências que, segundo o que foi referido, foram alvo de negociações entre a CM de Lisboa e as JF em questão. Isto é, não houve imposição nem qualquer meio de pressão para que as Juntas passassem a ter responsabilidades que antes não eram suas. Porém, o mais interessante destes processos de transferências nem é o modo como se processaram mas sim o facto de em alguns casos dizerem respeito a atividades que as Freguesias já realizavam por iniciativa própria. No caso de Benfica, as pequenas reparações já eram

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

muitas vezes realizadas pela Junta e no caso de Carnide, existiam já as Atividades de Tempos Livres (ATL's) que foram substituídas depois pelas AEC's.

Com isto se mostra mais uma vez que o trabalho de uma JF é o de servir a sua comunidade e que por estar perto desta lhes permite muitas vezes dar mais rapidamente as respostas de que necessitam.

5.1.2. A organização interna das Juntas de Freguesia em matéria de educação

No bloco de questões referente a este tema os entrevistados referiram mais uma vez as atividades que desenvolvem a partir do protocolo assinado com a CM mas salientaram sobretudo a existência de diversos projetos que desenvolvem por iniciativa própria e em articulação com instituições locais, assumindo um papel de parceiros no trabalho desenvolvido a nível comunitário e nas responsabilidades que foram ao longo dos anos trazendo para o pelouro da educação.

Assim, relativamente à evolução das responsabilidades e às conseqüentes exigências de reestruturação e organização dos pelouros, chegou-se à conclusão que, tanto num caso como no outro, havia já bastante trabalho a ser realizado ao nível da educação que depois, com o surgimento dos protocolos de delegação de competências assinados, exigiu mudanças ao nível da organização do trabalho, ao nível dos recursos humanos e financeiros e até a nível das lógicas de atuação.

Isto é, verificou-se uma progressão no trabalho desenvolvido que trouxe novas exigências mas também novas formas de ver a realidade e de trabalhar nela e com ela, ainda que a nível de legislação nada tenha mudado para as Freguesias nos últimos tempos.

Visto que foi referido que houve necessidade de alargar o número e a diversidade de recursos humanos afetos à educação, foi também importante perceber qual o percurso

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

académico e profissional das pessoas que estão à frente dos pelouros da educação e dos técnicos que neles trabalham. Desta forma, relativamente à JF de Benfica, tanto a Vogal da Educação como a técnica do pelouro entrevistada, são pessoas com formações e percursos profissionais desde sempre ligados à educação. A Vogal está neste cargo desde as últimas eleições autárquicas, ou seja, desde outubro de 2009 e a técnica era já funcionária da JF e foi chamada a este pelouro desde que o Gabinete de Psicologia foi afeto à área da educação, ou seja, desde as últimas eleições autárquicas.

Na JF de Carnide, o Vogal da Educação não tem uma formação de base estritamente ligada à educação uma vez que é Licenciado em Estudos Avançados em Gestão Pública e Mestre em Economia e Políticas Públicas. Porém, desde cedo está envolvido nas atividades desta autarquia, conhecendo já muito bem o seu funcionamento e desempenha este cargo há sete anos.

A técnica entrevistada é Licenciada em Psicologia Educacional e começou o seu percurso profissional nesta Freguesia.

Se por um lado, uma das JF tem como Vogal uma professora, representando isso uma mais-valia para o domínio das especificidades da área educativa, aspeto este que é salientado não só pelo Diretor do Agrupamento como também pelo Diretor do Departamento da Educação da CM, a outra JF não conta com essa característica mas percebe-se claramente que isso não é um entrave uma vez que o trabalho é de equipa e esta sim é constituída por pessoas que dominam o contexto de trabalho.

“Há aqui um estilo de trabalho que é cultura da organização, que é a gestão partilhada: uma gestão coletiva, envolvente” (E4).

Um outro aspeto que considero curioso para esta análise dos resultados é o tempo despendido por cada uma das Vogais das JF e de que forma isso condiciona o tipo de trabalho que por estas é desenvolvido. Ou seja, no caso de Benfica, a Vogal não está a tempo inteiro na JF mas passa bastante tempo nesta e em períodos de horário laboral normal. No caso de Carnide, o Vogal tem outro trabalho e por isso a sua presença na JF só pode acontecer em horário pós-laboral.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Apesar de em Carnide o Vogal não encarar esta situação como um problema ao desenvolvimento das atividades, socorrendo-se da equipa de técnicos que tem no seu pelouro e na qual deposita total confiança, notou-se uma certa diferença relativamente à JF de Benfica já que mais tarde, quando recolhidos dados sobre as relações existentes entre estas entidades e as Direções do Agrupamentos, se percebeu claramente que no caso de Carnide o Vogal e a Direção de Agrupamento não se relacionam tanto, sendo que o Vogal não o assume e o Diretor do Agrupamento sim.

“numa lógica de capacitação muito grande para que eles próprios tenham autonomia para tomar a decisão” (E4). [sobre a relação dos técnico com o Vogal da Educação]

“Sempre que falei com alguém da Junta de Freguesia de Carnide, falei sempre diretamente com o Sr. Presidente ou com duas técnicas da parte da educação, a Ana Paula Lopes e a Catarina Pereira. O vogal da educação não sei quem é e já tivemos algumas reuniões mas nunca esteve presente nessas reuniões” (E3).

Dentro destes pelouros o trabalho é repartido por diversas pessoas e essa necessidade de dividir tarefas e organizar as atividades por grupos de trabalho surgiu devido ao gradual aumento de responsabilidades que foram obtendo. Nota-se portanto que houve um alargamento da quantidade de recursos humanos e uma redistribuição de tarefas a nível interno.

Se por um lado o aumento do volume de trabalho fez também aumentar o número de pessoas a trabalhar, no caso das infraestruturas isso não foi tão notório pois ambas as JF se servem dos espaços das próprias escolas, das associações com que estabeleceram protocolos e de outros meios que existam já e que possam rentabilizar.

Este tipo de organização e de aproveitamento do que já existe vai, na minha opinião, ao encontro do ideal de política educativa local pois é uma política criada, desenvolvida e aplicada no local e com o local. Penso que, quando as JF concebem programas e projetos para as suas populações, estão de facto a desenvolver uma política educativa local pois tudo o que é feito é pensado para um determinado contexto, aplicado nesse

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

contexto e recorrendo ao que dele se pode tirar. É um especificar do trabalho que por todo o país pode ser feito mas com as devidas adaptações.

É também por esta razão que foi citado pela Vogal da Educação da JF de Benfica que:

“Temos um papel importante a desempenhar no âmbito da educação e da melhoria qualitativa da mesma” (E1).

O Vogal da Educação da JF de Carnide refere que:

“Ajudamos a fazer a diferença” (E4).

Para além de se notar claramente que ambas as Juntas acreditam no trabalho que desenvolvem, também os seus técnicos, por talvez contatarem mais com as populações, reconhecem os “frutos” positivos.

“Acho que tem um impacto bastante grande” (E2)

“É um grande desafio mas eu acho que está a ser um desafio, desde há muitos anos, positivo, muito ganho porque sinto que estamos a fazer um trabalho de intervenção real e efetivo nas nossas crianças, nas nossas escolas, nos nossos professores e sinto orgulho de fazer parte desta instituição, nesta área que é tão fundamental, é a base da nossa sociedade e que a educação em Carnide tem sido uma aposta ganha e é muito bom sentir que continua a ser uma prioridade nesta Freguesia” (E6).

5.1.3. As intervenções autónomas

Como foi já referido anteriormente, muito do trabalho desenvolvido por estas duas JF na área da educação advém de iniciativas que elas próprias criam e desenvolvem no sentido de responderem às necessidades das respetivas populações. Assim, no caso de Benfica existe um projeto global, ou seja, um projeto “condutor” das ações que esta autarquia possa desenvolver em todas as suas áreas de intervenção e que assenta no bem-estar físico e mental dos alunos da Freguesia. Dentro deste “tema” comum e global, surgem então as iniciativas autónomas e foram referidas as seguintes situações:

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

- desenvolvimento de um projeto de combate à obesidade infantil através da prática da atividade física, intitulado “A Brincar ao Desporto” e que segue o programa e as orientações legais para o Ensino Pré-Escolar;
- vigilância de recreios escolares em sistema de voluntariado, dando não só resposta à necessidade das escolas como também à ocupação de pessoas que com esta colaboração se sentem mais úteis e isso melhora a sua autoestima e o tal bem-estar mental;
- participação na montagem de intercomunicadores de vigilância nas escolas por solicitação das mesmas, permitindo também uma relação direta com a sua intervenção na vigilância de recreios;
- promoção e desenvolvimento de um programa de formação sobre bullying para vários agentes educativos que vão desde os alunos aos pais;
- promoção e desenvolvimento do programa “Intervir” que consiste no treino de competências pessoais e sociais em alunos do Jardim de Infância até ao 3º ciclo;
- promoção e desenvolvimento do projeto “ Diálogo de Olhares” e do projeto “Ateliê de Fotografia e Identidade” que se desenvolvem com alunos mais problemáticos do Bairro da Boavista;
- promoção e desenvolvimento de uma investigação sobre o bem-estar das crianças e jovens que residem em Benfica e que lhes dará dados para futuras intervenções;
- realização do “Fórum de Educação” subordinado ao tema “O aluno como cidadão: que caminhos, que atalhos” em que contaram com a participação de várias pessoas ligadas à educação;
- desenvolvimento do programa “Escolhas” com o projeto “Ser maior”, no bairro da Boavista como forma de ocupar os tempos livres das crianças e jovens e com isto prevenir comportamentos de risco e também outros projetos pontuais que vão surgindo como o “Eva”, para promoção e valorização do bairro e diversas atividades desportivas e visitas de estudo;

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

- contribuição com materiais e fotocópias;
- cedência gratuita da piscina da Freguesia para que os alunos possam praticar natação e de transporte para as visitas de estudo;
- têm um projeto de valorização do professor e educador que se destacou na escola naquele ano letivo com a atribuição de algo simbólico;
- possuem um centro de apoio ao imigrante que se chama “ Em cada rosto igualdade-ECRI” e que funciona em colaboração com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF);
- fazem rastreios de saúde;
- divulgam informação sobre empregos e fornecem apoio jurídico;
- possuem gabinetes de psicologia a funcionar nas escolas aplicando o “Projeto Educação para a saúde”(PES);
- promovem formação creditada para professores.

Ou seja, não só têm atividades ligadas diretamente ao âmbito educativo como existe a promoção de outras que melhoram a qualidade de vida global da comunidade e que desta forma contribuem indiretamente para a educação e formação dos cidadãos.

Para esta autarquia, as suas intervenções autónomas baseiam-se no profundo conhecimento que têm sobre a população que servem. Ou seja, existe uma caracterização da população e com base nesta conhecem melhor as suas necessidades e é sobre estas que tentam ao máximo trabalhar.

Para além da questão do conhecimento do contexto com que trabalham, foi também mencionada a satisfação das necessidades da sua população como sendo um fator positivo para poderem cumprir a sua missão perante essa população e para que a mesma permita a continuidade do exercício de funções do executivo em questão através da sua reeleição.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

“ (...) conhecemos o contexto e, como temos a caracterização feita das escolas e das crianças, procuramos garantir melhor qualidade. (...) Do ponto de vista político, em relação às escolas, ir ao encontro das necessidades da população, assegurando tudo o que é possível fazer de modo a que as pessoas também estejam satisfeitas e possamos continuar a dar o nosso contributo com trabalho, podendo vir a ser reeleitos” (E1).

Nesta Freguesia de Benfica a população é bastante heterogénea pois existe uma significativa população das diferentes idades e também bastantes pessoas oriundas de outros países, fazendo com que as necessidades sejam também muito díspares.

Assim, para os eleitos locais, é essencial que todas essas necessidades sejam satisfeitas e é por isso que mencionam que algumas das suas intervenções surgem por solicitação da própria comunidade. São expostos “problemas” e a JF tenta, na medida das suas capacidades, solucionar, apoiar e acompanhar tudo aquilo que seja necessário para a melhoria das condições de vida e, neste caso específico, das condições de ensino e aprendizagem da população.

“Penso que inicialmente deve ter sido uma escola a solicitar e depois no decurso começou a alargar-se a outras escolas”;

“Em tempos houve alguém que se lembrou disto e imediatamente a Junta de Freguesia acolheu o projeto” (E1).

Por outro lado, o fator de proximidade e de grande conhecimento sobre a comunidade, permite-lhes muitas vezes antever essas necessidades e, em conjunto com a comunidade educativa, avançar para projetos que sejam significativos e necessários.

“As outras iniciativas têm sido nossas. Logo que há capacidade de avançar, por exemplo relativamente aos projetos, avançamos mas sempre em diálogo com as escolas”;

“Este aspeto proximidade constitui uma vantagem muito grande porque favorece diretamente o apoio à população mas também é a população que vê na Junta de Freguesia a entidade imediata capaz de resolver o seu problema” (E1).

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Nesta última citação julgo haver um pormenor de grande relevância para as conclusões deste estudo, o facto de a JF ser vista pela população como a entidade mais próxima e competente para resolver os seus “problemas”.

Muitos dos estudos anteriormente realizados e que serviram até de inspiração para esta minha investigação mostraram-nos que os Municípios são desde há muito encarados pelas comunidades que servem como entidades públicas próximas e às quais recorreram em caso de necessidade ou como parceiros de iniciativas que pretendam desenvolver. No caso das Freguesias, tal como foi dito na introdução deste trabalho, esses estudos não existem, e como tal, a sua pertinência é aqui ressalvada já que se conseguiu mostrar alguma da importância e relevância que estas entidades representam para o desenvolvimento do país.

São também encaradas como fortes parceiros e entidades que complementam o trabalho que, ainda que sendo da responsabilidade de outros organismos, como o caso do Ministério da Educação, não é suficiente e necessita de algum reforço. A título de exemplo, foi mencionada a questão do número reduzido de psicólogos colocados nas escolas.

Recorrendo ao título da própria dissertação, pode salientar-se um aspeto curioso. Se por um lado, para os eleitos locais das Freguesias muito do seu trabalho é para satisfazer necessidades, para o representante do Departamento de Educação da CM de Lisboa, todas as iniciativas que surgem de forma autónoma por parte das JF, advém sobretudo da responsabilidade civil que possuem. Ou seja, são políticos e legais representantes das comunidades e por isso, desempenham um papel fundamental na evolução das sociedades nas quais, impreterivelmente, está a educação. Ou seja, mais do que uma vontade, é uma responsabilidade, mais do que satisfazer uma necessidade, é uma obrigação fazê-lo (mesmo que a obrigação seja apenas moral e não esteja prevista na lei).

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Também o Diretor do Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos, quando questionado sobre a conceção que tem sobre o trabalho que é desenvolvido pela JF na área educativa responde que:

“Acho que é o dever deles, não fazem demais porque acho que é o dever deles” (E7).

Isto pode conduzir-nos às diferentes visões que existem sobre uma mesma realidade. Quem faz, acha que faz mais do que lhe compete mas também não se lamenta, pois tem a ver com aquilo a que se propôs. Por outro lado, quem está de fora, não encara esse trabalho como um “bónus”, pois faz parte das obrigações dessa entidade.

Será que estas diferentes perspetivas das necessidades e das obrigações são um fator de conflito em algumas situações? Será que, perante esta constatação, as políticas educativas locais são vistas da mesma forma pelos diferentes atores? Poderá a política educativa local ser algo existente ou não no trabalho dos autarcas locais e para as populações algo que tem necessariamente de existir?

Também no caso da JF de Carnide, à semelhança do que acontece em Benfica, existe um “tema” que conduz as iniciativas que promovem e que é “Carnide Educa a Tempo Inteiro”. Assim, são desenvolvidas diversas iniciativas ligadas à educação:

- “Conselho Consultivo de Educação” que foi criado para discutir as estratégias educativas a implementar na freguesia e onde estão também vários parceiros mais ou menos diretos do processo educativo;
- conservação e formação da equipa técnica;
- participação de forma ativa nos órgãos de gestão das escolas;
- articulação com diversas entidades ligadas às creches;
- apoio aos projetos dos JI e escolas de 1º ciclo (financeiro, técnico e humano);

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

- fornecimento gratuito de fotocópias aos JI, às escolas de 1º ciclo, aos ATL's e às Associações de Pais;
- apoio às visitas de estudo das diversas escolas;
- apoio a diversas ações das instituições locais de educação;
- participação nas tomadas de decisão relativas a construção e gestão de novos espaços educativos;
- apoio e gestão de diversos equipamentos e serviços socioeducativos, nomeadamente os ATL's;
- promoção e desenvolvimento de diversos programas, projetos, atividades e eventos socioeducativos como: o “Curso de Carnaval”, o “Núcleo de Psicologia Comunitária”, o apoio a diversas instituições e associações, as animações das interrupções letivas, as “Marchas Infantis”, o projeto pedagógico “À Descoberta de Carnide”, o projeto “Segredos e Saberes de Pequenos e Graúdos”, o Projeto “Partida, largada”, o projeto “Brincar com a ciência a sério”, o projeto “Cartão do Super Cidadão- Heróis em Ação”, o Torneio inter- escolas, a Feira de Expressões Artísticas de Carnide, o Concerto de Primavera, a Mostra de Teatro e o Concerto de Natal;
- apoio a vários estágios universitários nas áreas da Animação Cultural, Serviço Social e Educação;
- apoio socioeducativo aos alunos do 2º e 3º ciclos;
- apoio à concretização dos diversos projetos educativos das várias escolas da Freguesia;
- acompanhamento dos alunos nas cantinas escolares dos JI e escolas do 1º ciclo;
- receção aos agentes educativos;
- apoio às associações de pais e encarregados de educação;
- “Escolinhas Desportivas” para os alunos do 3º e 4º anos;

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

- Gestão Participada que envolve o projeto “SOU”.

De todas estas iniciativas, saliento duas por achar que revelam a existência de uma política educativa local ou pelo menos de uma vontade de que esta exista e se construa, o “Conselho Consultivo de Educação” e o projeto de Gestão Participada “SOU”.

São duas iniciativas que apelam à participação de outros agentes da comunidade local para a tomada de decisões e criação de novas ideias de trabalho. Isto é, ouvem-se aqueles que vivem a realidade e em conjunto com eles, constrói-se o trajeto a seguir.

Desta forma, tudo ganha mais significado e cativa a que haja uma envolvimento global e uma ação contínua naquilo que se pretende fazer.

Também para esta Freguesia, à semelhança da de Benfica, muito do trabalho que é feito para além daquilo que a Lei define e daquilo que os protocolos atribuem, resulta daquilo que a população precisa e que não lhe é dado por outras entidades.

“A opção de investir, se se pode chamar assim, num conjunto de responsabilidades na área da educação, surge da identificação de lacunas que foram surgindo e, como autarcas eleitos, como instituição pública cuja missão é servir a comunidade de Carnide, foram-se construindo as respostas, ou tentando construir as respostas que eram necessárias para que a comunidade vivesse melhor, essa é a nossa função” (E4).

Mais uma vez, a questão da Junta ser a entidade mais próxima capaz de dar resposta ao que é necessário foi mencionada pela técnica do pelouro da educação. O trabalho da autarquia tem muitas vezes como objetivo enriquecer o trabalho das escolas e de suprir algumas das suas necessidades, bem como as dos pais de alguns alunos que veem na JF, a entidade mais próxima e capaz de solucionar os seus problemas, como por exemplo, o preenchimento dos horários livres dos seus educandos.

Como forma de envolver a comunidade naquilo que se faz, é recorrente para estas duas JF apelarem à participação de associações, clubes e outras entidades locais como parceiros. Esta metodologia não só permite uma promoção da participação ativa de diversos agentes como também uma maior rentabilização de recursos.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

“(…) trabalho de parceria e de articulação (…) Combinamos, trabalhamos, vemos qual a melhor maneira, definimos em conjunto estratégias, métodos, condições, etc.” (E1).

“Nós hoje temos associações que estão vocacionadas para isto, e estando vocacionadas para trabalhar com crianças, nós temos de aproveitar” (E4).

5.1.4. A relação das Juntas de Freguesia com a Câmara Municipal

De um modo geral, apurou-se que a relação que existe entre estas duas JF e a CM é boa.

No caso da JF de Benfica, foi dito pela Vogal da Educação que:

“A relação tem sido excecional com a Câmara Municipal” (...) há um voto de confiança, há uma articulação permanente e há uma colaboração mútua” (E1).

No caso de Carnide, o Vogal da Educação desta autarquia mencionou que a relação que estabelecem com a CM nem sempre é pacífica mas tem vindo a melhorar.

“Tem dias (...) A relação é institucional, existem divergências, existe um grande respeito institucional e existe, pelo menos da nossa vontade e estou em crer que da Câmara Municipal também, uma grande vontade de ultrapassar as divergências de conceção para bem da cidade e da Freguesia. Existe uma relação de exigência de parte a parte (...) existe uma relação que não é fácil, que não é um mar de rosas até por divergências de conceção, os partidos políticos e as orientações ideológicas não são as mesmas mas existe aqui um... a democracia é isto tudo (...) Existe uma plataforma de entendimento, existe bom senso e existe sobretudo provas dadas no trabalho para trás (...) O trabalho é estreito, as dependências são estreitas (...) Existe aqui uma articulação e uma proximidade que tem vindo a ser cada vez mais estreita” (E4).

Apesar da ideia que foi passada de que a relação entre estas entidades é boa, denota-se no caso de Carnide que, até se chegar a esta harmonia, houve algumas arestas a limar, situação essa que foi mesmo assumida pelos entrevistados.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

A questão que se coloca agora é se essas divergências têm alguma relação com o facto da JF de Carnide ser dirigida por membros de um partido político diferente do da CM como também é referido pelo Vogal da Educação quando fala das “divergências de conceção” ou se esse aspeto é uma mera coincidência.

Caso seja mesmo uma questão de divergência partidária, há que ter em conta que estas situações não devem influenciar o tipo de relações que se estabelecem e interferir no trabalho desenvolvido já que tanto as Câmaras como as Juntas são entidades legais ao serviço das populações e deverão servir todos por igual sem diferenciar estes ou aqueles.

Contudo, também não nos podemos esquecer que vivemos num país democrático e que isso acarreta desde logo a premissa de que os partidos veiculam modos diferentes de analisar as realidades e de agir sobre elas, e é assim que se faz a democracia.

Um outro aspeto interessante que se pode salientar neste ponto prende-se com o Diretor do Agrupamento de Escolas de São Vicente de Telheiras que mencionou a existência de “trabalho de bastidores” entre a JF e a CM. Pareceu-me que com esta expressão demonstrou que não tem muito conhecimento se há ou não uma relação da JF com a Câmara, ou porque não está presente em situações que envolvam estas duas entidades, já que muitas vezes se faz representar pelo seu adjunto, ou então porque, assim como também ele não se relaciona muito com o Vogal da Educação da JF, talvez ache que o mesmo acontece com a CM.

“Em trabalho de bastidores, têm alguma relação” (E3).

Quando questionados sobre quem promove mais estas relações, os entrevistados deram também aqui mostra de algumas diferenças de opinião.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Se por um lado o Diretor do Departamento de Educação da CM assume que a relação é promovida de forma recíproca, por outro lado, no caso de Carnide, a Técnica entrevistada menciona que a JF é muitas vezes a impulsionadora de contactos mais próximos e de trabalho mais conjunto.

“É nos dois sentidos porque são Juntas fortes, muito conhecedoras do terreno, muito participativas” (E5).

“Eu acho que muitas vezes é a Junta que acaba por “picar” um pouco e procurar incentivar o envolvimento da Câmara em coisas que para nós também são importantes” (E6)

Como havia sido referido anteriormente, as diferenças ideológicas podem estar por detrás destas diferenças até porque foi assumido pela Vogal da Educação de Benfica que o serem da mesma cor política da CM lhes dá uma posição mais favorável.

“Temos uma vantagem no meio disto tudo que é ser da mesma cor política o que é favorável mas, independentemente disto, há toda uma relação institucional muito positiva e muito profícua em termos de trabalho” (E1).

5.1.5. A relação das Juntas de Freguesia com os órgãos de gestão das escolas

Uma vez mais, no bloco de questões colocadas sobre as relações entre as JF e os órgãos de gestão das escolas foi possível concluir que as afirmações, quando cruzadas, nem sempre correspondem.

Assim, sobre a Freguesia de Benfica, pôde concluir-se que:

“A relação é muito boa. Tem sido aprofundada cada vez mais e tem vindo a desenvolver-se num crescendo de confiança, de credibilidade, de articulação, de cooperação e de respeito mútuo” (E1).

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

“É bastante positiva. Eu acho que é uma relação de confiança porque as direções dos dois agrupamentos e da escola secundária têm uma ótima relação com a Junta e acho que funciona muito bem” (E2).

É, segundo as mesmas entrevistadas, uma relação que surge pelas necessidades das escolas que acabam por contactar primeiro com a JF ao invés da CM ou do Ministério da Educação e também porque, como desenvolvem bastantes trabalhos em conjunto, há a necessidade de contacto praticamente diário.

Para o Diretor do Agrupamento de Escolas, existe uma relação privilegiada, de grande abertura, de trabalho sério, de articulação, não só com este agrupamento mas também com os outros existentes da Freguesia.

“Na relação entre o Agrupamento com a Junta, é muito boa (...) Foi possível verificar que há uma articulação muito boa entre nós, não só com este Agrupamento mas com os três Agrupamentos que estão aqui, os três Agrupamentos vizinhos” (E7).

Segundo este entrevistado, são feitas reuniões frequentes com elementos da JF e no agrupamento de escolas existe uma adjunta que está encarregue de fazer essa ligação.

Existem várias formas de transmissão das responsabilidades do Pelouro da Educação. Assim, a JF fez umas minutas onde estão informações relativas ao protocolo existente entre a JF e a CM sobre o trabalho desenvolvido na educação, transmite informações nas reuniões que vão acontecendo e tomam decisões em conjunto.

Relativamente às conceções existentes sobre o trabalho educativo desenvolvido pela JF de Benfica, pode dizer-se que a opinião positiva sobre o mesmo foi crescendo, que é cada vez mais valorizado e que, segundo o Diretor do Agrupamento de Escolas, apesar de o encarar como sendo um dever, não deixa de estar satisfeito.

Mais uma vez aqui é ressaltada a questão do fazer porque é obrigação e não porque apenas querem fazer.

Já no caso da JF de Carnide, a relação é também caracterizada como sendo estreita e próxima, que se alimenta mutuamente, inicialmente muito estimulada pela própria Junta

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

de Freguesia e de grande informalidade mas, para o Diretor do Agrupamento de Escolas São Vicente de Telheiras, não é bem assim:

“Eu tinha cá chegado em finais de junho e ainda não tinha tido muito tempo para me inteirar. Agora com o tempo, tenho começado a ver que algumas coisas não são bem aquilo que eu queria, não é bem aquilo que eu quero, não é bem aquilo que eu pretendo e não foi naquele âmbito que eu concorri aqui a este projeto e portanto, até ao final do ano letivo, algumas coisas já vamos tentar fazer de acordo com as minhas ideias e portanto esperemos que no próximo ano algumas coisas sejam diferentes (...) a aceitação não é a melhor, não vai ser de ânimo leve mas repare que eu aqui, como disse há pouco, em termos pedagógicos, quem tem a competência de gerir e fazer essa gestão é o agrupamento, é o diretor. Às vezes, já me apercebi disso, que há uma certa confusão entre estas competências, mas não, é de facto o diretor” (E3).

Isto mostra-nos que, para além da questão do Diretor não conhecer o Vogal da Educação da JF, também acha que o trabalho desenvolvido por esta autarquia não é o melhor, tendo em conta o que idealizou no seu projeto de candidatura à Direção do Agrupamento, situação esta que não é em momento algum mencionada por nenhum elemento da JF.

Porém, para este Diretor, a conceção que tem sobre o trabalho desenvolvido pela autarquia local é de que há uma grande preocupação com a educação, apesar de nem sempre concordar com o conteúdo das atividades propostas. Mas, de um modo geral, considera-o bom e de grande impacto social.

Os contactos existentes fazem-se sobretudo através dos técnicos do pelouro já que estes é que lá estão a tempo inteiro, o que não acontece com o Vogal, e através dos recursos humanos que trabalham diretamente nas escolas. Tanto são utilizados mecanismos mais formais, como as reuniões, como contactos mais banais com recurso ao telefone e ao correio eletrónico.

Servem para solucionar problemas do dia-a-dia ou para planear e tomar decisões estratégicas e para divulgação de projetos. A Junta assume-se como um elemento de

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

pressão junto da CM, servindo de interlocutor entre os órgãos de poder das escolas e o Município.

Para que as escolas tenham conhecimento daquilo que compete ou não à Junta fazer a nível de educação é muito utilizado o Conselho Consultivo de Educação. Contudo, o Diretor do Agrupamento em questão disse não ter conhecimento por exemplo, do conteúdo do protocolo de descentralização de competências que existe entre a JF e a CM. Ainda assim, os elementos da Junta assumem-se convencidos de que há um reconhecimento da importância do seu trabalho, de que são vistos como parceiros ativos e que representam uma mais-valia para as escolas.

5.2. Interpretação dos resultados e conclusão geral

Depois de apresentados os resultados obtidos através dos dados recolhidos, é chegado o momento de apresentar uma conclusão geral e interpretativa de tudo aquilo a que se chegou com esta investigação.

Penso que ficou evidente que a intervenção das JF na área da educação, mais do que ter vindo a aumentar, tem vindo a tornar-se cada vez mais relevante para o processo evolutivo das comunidades servidas. Não se baseia apenas naquilo que a Lei lhes consigna, até porque é quase nada, nem tão pouco naquilo que aceitam “receber” da CM, mas a sua participação tem sobretudo crescido a nível de intervenções autónomas e de livre iniciativa.

No caso destas duas JF, o quadro legal tem acabado por não limitar as suas atuações uma vez que a vontade de fazer tem-se sobreposto aos entraves e limitações legais.

O trabalho desenvolvido é em grande parte um complemento daquilo que é feito dentro dos muros escolares, sendo por isso consideradas parceiros fundamentais para o desenvolvimento de determinadas atividades. Mas, através do estudo realizado,

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

percebeu-se que as próprias JF querem ir mais além, querem fazer mais do que somente colaborar ou complementar o trabalho de outrem.

Isto é, pegando no título da dissertação, pode concluir-se que a intervenção das JF na educação tem sido mais uma resposta às necessidades do que às obrigações, ainda que sejam para alguns sua obrigação fazer o que fazem. Têm também subjacentes a promoção e desenvolvimento de políticas educativas locais. Contudo, parece-me ainda que os projetos escolares são mais valorizados pela comunidade escolar do que a existência de um projeto educativo local. Poderia esta situação levantar a questão de qual o projeto que deve prevalecer, se o do Agrupamento de Escolas ou se do território, partindo desta para a realização de um outro estudo.

As JF são a ligação entre o Poder Central e as populações, mais ao alcance destas e, como tal, muitas vezes são vistas como as “solucionadoras” das suas inquietudes. Foi assumido pelos elementos entrevistados que muitas vezes, a JF é vista como a “porta” mais à mão, aquela que mais depressa se abre e apresenta uma solução para o problema ou uma alternativa para algo que ainda não está bem.

Foi curioso também perceber que o facto de estarem mais próximos das populações lhes permite ter uma visão diferente daquilo que de facto é necessário fazer e, por isso, muitas vezes, as suas iniciativas surgem muito antes da formalização das mesmas em papel. Veja-se o exemplo dos ATL's de Carnide, que surgiram antes das AEC's e davam já de alguma forma resposta a uma lacuna social, a da ocupação dos tempos livres das crianças e jovens.

Uma outra questão que foi investigada e que permitiu ter uma visão mais concreta da real participação das JF na educação, é a própria necessidade que se foi verificando de alargar os serviços e recursos humanos ao dispor da área da educação. Tanto numa JF como na outra, as equipas tornaram-se maiores, as infraestruturas usadas são cada vez mais e até a própria formação dos atores foi sendo mais exigente e específica. Este alargamento surgiu muito por causa da transferência de competências que aconteceu entre a CM e as JF mas também porque cada um dos Pelouros sentiu “vontade” de fazer mais e moveram-se nesse sentido.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

Isto é, quem trabalha neste momento na educação não são apenas pessoas interessadas pela área, com enorme vontade de fazer melhor mas sim pessoas que estudaram e que têm vindo a construir um percurso ligado a esta área, salvo algumas exceções como é o caso do Vogal da Educação da JF de Carnide. Este Vogal tem uma formação de base não explicitamente ligada à educação uma vez que é formado em Gestão Pública e como tal a educação é um assunto público mas, desde muito novo, ingressou em atividades da autarquia e sempre teve uma postura proactiva e interessada por assuntos de desenvolvimento do local, assumindo a sua “fragilidade” relativamente à sua equipa de técnicos, atribuindo uma grande confiança ao trabalho desenvolvido, promovendo o espírito de trabalho em equipa, de articulação entre os diferentes pelouros e de partilha.

Para além do crescendo de participação do poder local numa área que até há algum tempo se via como sendo pertença exclusiva das escolas, nota-se também atualmente uma mudança nas relações que se estabelecem entre os elementos autárquicos e os restantes elementos da comunidade local, não só os pertencentes diretamente às escolas mas também com todos saqueles que possam ter algum papel no desenvolvimento de atividades educativas.

Nos dois casos estudados, ficou evidente que existe agora mais comunicação e trabalho conjunto com as escolas, com as associações locais e com os serviços existentes do que houve outrora. O pensamento alterou-se, muitos perceberam que o bem comum apenas se consegue se houver um trabalho coletivo, uma colaboração constante, uma responsabilidade partilhada e que para isso, não se pode olhar para os interesses como isolados mas sim como algo que é de todos e que no final acabará por servir a todos, a uns de forma mais direta do que a outros mas sempre em prol da comunidade em geral.

Sobre este aspeto, uma das curiosidades existentes era a de saber se a cor política dos eleitos locais em relação à cor política vigente na CM teria alguma influência na forma como os processos se desenrolam e na forma como as ações são conduzidas. Assim, ainda que de uma forma pouco salientada, percebeu-se que estas diferenças ainda promovem algumas divergências, como é caso da JF de Carnide com a CM mas que, com vontade de ambas as partes, se tem vindo a conseguir ultrapassar obstáculos e pôr

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

de lado questões que em nada ajudam ou colaboram para o concretizar do objetivo final, o melhor serviço público possível.

Para além desta questão, uma outra que se evidenciou, ainda que apenas por parte de um dos elementos entrevistados, foi a de que, tal como referem Machado, Formosinho e Fernandes (2000) ainda existe algum “receio de uma excessiva politização da escola”. Isto é, para um dos elementos das escolas entrevistado, a participação das JF na gestão da educação tem de ser muito bem controlada e limitada. Contudo, penso que não se poderá encarar como uma conclusão geral porque, para além de não ser corroborada por outros elementos, está cada vez mais a ser ultrapassada pela presença também cada vez maior de pessoas formadas em educação nos órgãos de poder local, como aliás foi referido como sendo uma mais-valia.

Apesar deste último aspeto salientado, consegue perceber-se que o caminho da descentralização percorrido até aqui é algo irreversível porque, tal como nos diz Clara Freire da Cruz (2007) “estas ideias de descentralização e de territorialização das políticas educativas, de apelo à participação dos atores locais na administração e governo da educação, nomeadamente das autarquias, surgem historicamente como respostas às críticas dirigidas ao centralismo e à burocracia. Incapaz de resolver os problemas acrescidos de um sistema educativo, cada vez mais complexo e de maior dimensão, perante a crise de legitimidade, de governabilidade e do próprio modelo, o Estado procura na localização das políticas, nos reajustamentos e nos compromissos locais, na redistribuição de competências, saídas para a crise geral que o atravessa “.

Também Barroso (1996b), Fernandes (1997), Pinhal (1997) e Taipas (2002) afirmam que o processo de descentralização educativa foi lento, com avanços e recuos, conduzido por diferentes métodos de atuação e com algumas incertezas relativamente às competências de cada um dos intervenientes. Porém, os eleitos locais, possuidores de consciência sobre a autonomia política que a constituição lhes confere e do seu direito de intervenção em prol na defesa dos interesses das populações do território que administram, participam na educação, negociam e vão agindo ao lado do sistema educativo através de participações dentro do que lhes é possível.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

E, como forma de terminar esta reflexão e as conclusões obtidas com o estudo realizado, ressalvo uma citação que, apesar de ser de 1995, penso que é bem representativa dos resultados do estudo realizado:

“A importância social da freguesia continua inegável (...), constituindo um elo insubstituível na intermediação entre os municípios e as populações locais, bem como na defesa permanente que prosseguem em prol dos direitos e das pretensões comunitárias” (Santos, 1995).

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação*. Porto: Edições Asa.
- AMARAL, Diogo Freitas. (1994). *Curso de Direito Administrativo*. Coimbra: Livraria Almedina.
- BARDIN, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BARROSO, João e SJORSLEV, Sten com EURYDICE. (1991). *Estruturas de Administração e Avaliação das escolas Primárias e Secundárias nos doze estados membros da Comunidade Europeia*. Lisboa: GEP/ME.
- BARROSO, J. (1996). *Autonomia e gestão das escolas*. Lisboa: Ministério da Educação.
- BARROSO, João. (Org.) (1996b). *O estudo da escola*. Porto: Porto Editora.
- BARROSO, João. (1999). *Regulação e autonomia da escola pública: o papel do estado, dos professores e dos pais*. Inovação, Vol. 12, nº 3. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, pp. 9-33.
- BARROSO, J. (2005). *Políticas educativas e organização escolar, Col. Temas Universitários*. Lisboa: Universidade Aberta
- BELL, Judith. (2004). *Como realizar um projeto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- BLIKEN, S.; BOGDAN, R. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- CASA VILALTA, Montserrat (1997). “Municipio y educación” em Joaquin Gairín e Pere Darder, *Organización y Gestión de Centros Educativos*. Barcelona: Editorial Praxis, pp.69-82.
- CANÁRIO, Rui. (1996). “Os estudos sobre a escola: Problemas e perspetivas”. In: BARROSO, J. (Org.). *O estudo da escola*. Porto: Porto Editora, pp. 121-149.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

- CARMO, H. e FERREIRA, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação: guia para auto aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CAUPERS, João. (1999, 4ª edição). *Direito Administrativo I- Guia de Estudo*. Lisboa: Editorial Notícias.
- COSTA, J.A. MENDES. A.N., VENTURA, A. (Orgs.) (2004). *Políticas e gestão local da educação*. Atas do III Simpósio sobre organização e gestão escolar. Universidade de Aveiro.
- CRUZ, C. F., (2007). “Política Educativa e Ação Pública”. *Revista de Ciências da Educação, da FPCE da Universidade de Lisboa*.
- DEROUET, Jean Louis (1999). “A autonomia dos estabelecimentos de ensino em França: as conquistas e dificuldades de uma política de descentralização”. In: *Revista Inovação*, vol. 12, nº 3. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, pp. 35-44.
- ESTEVES, T. R. S. (2009). *A Descentralização da Administração da Educação- As Autarquias Locais enquanto promotoras do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º CEB – Trabalho de Projeto*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- EVANGELISTA, J. M. Gomes (2005). “A Participação do Poder local na Administração da Educação: A Relação Escola- Autarquia”. In: *Revista Administração Educacional*, nº 5, pp. 94-112.
- FERNANDES, A. S. (1995). “Educação e poder local”. In: Conselho Nacional de Educação - *Educação, comunidade e poder local*- atas do seminário realizado em 6 e 7 de dezembro de 1994, no auditório do Instituto de Viana do Castelo. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, pp. 45-63.
- FERNANDES, A. S. (1996). “Os Municípios Portugueses e a Educação – As normas e as práticas”. In: Barroso, J., Pinhal, J. (org.), (1996). *A administração da Educação- os caminhos da descentralização*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 113- 121.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

- FERNANDES, A. S. (2000). “Municípios e escolas. Normatização e contratualização da política educativa local”. In: Machado, J., Formosinho, J., Fernandes, A. S. (coord.). (2000). *Autonomia, contratualização e município*. Braga: Centro de Formação de Associação de escolas Braga/Sul, pp. 35-46.
- FERNANDES, A. S. (2002). “Territorialização educativa e Conselhos Locais de Educação”. In: *O particular e o global no virar do Milénio: cruzar saberes em educação*. Atas do 5º congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Lisboa: Edições Colibri/SPCE, pp. 719-731
- FERNANDES, A. S. (2004). Município, cidade e territorialização educativa. In: *Políticas e gestão local da educação*- Atas do III Simpósio sobre organização e gestão escolar. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 35- 43.
- FERNANDES, A. S. (2005). “Descentralização, desconcentração e autonomia dos sistemas educativos: uma panorâmica europeia”. In: António Sousa Fernandes, Fernando Ilídio Ferreira, João Formosinho e Joaquim Machado (orgs.), *Administração da Educação- Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação*. Porto: Edições Asa.
- FERNANDES, A.T. (1997). *Poder autárquico e poder regional*. Porto: Brasília Editora.
- FERREIRA, F. I. (2005). *O Local em Educação: Animação, Gestão e Parceria*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- FORMOSINHO, J. (2005). “Centralização e descentralização na administração da escola de interesse público”. In: António Sousa Fernandes, Fernando Ilídio Ferreira, João Formosinho e Joaquim Machado (orgs.) *Administração da Educação- Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação*. Porto: Edições Asa.
- FORMOSINHO, J., MACHADO, J. (2005). “A administração da escola de interesse público em Portugal - políticas recentes”. In: António Sousa Fernandes, Fernando Ilídio Ferreira, João Formosinho e Joaquim Machado (orgs.) *Administração da Educação- Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação*. Porto: Edições Asa.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

- FRIEDBERG, E. (1995). *O Poder e a Regra. Dinâmicas de Ação Organizada*. Lisboa: Instituto Piaget.
- GUEDES, G. (2003). “A Descentralização de Competências no Quadro Político e Administrativo Português”. In: *Revista do Fórum Português da Administração Educacional*, nº 3, pp. 21-25.
- LESSARD H., GOYETTE G. e BOUTIN G. (1994). *Investigação qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LIMA, J. e J. PACHECO (2006) (Org.). *Fazer Investigação: Contributos para a elaboração de dissertações e teses*. Porto: Porto Editora.
- LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. S. Paulo: E.P.U.
- MINTZBERG, Henry. (1995). *Estruturas e dinâmicas das organizações*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- PINHAL, J. (1997). “Os municípios e a descentralização educacional em Portugal”. In: A. Luís, J. Barroso & J. Pinhal (1997). *A administração da educação: investigação, formação e práticas*. Lisboa: Fórum Português de Administração Educacional.
- PINHAL, J. (2001). “O sistema educativo e o modelo de territorialização”. *Revista Municípios & Regiões de Portugal*, 4 (Ano I).
- PINHAL, J., VISEU, S. (2001b). *A intervenção dos municípios na gestão do sistema educativo local: competências associadas ao novo regime de autonomia, administração e gestão. Relatório sectorial de estudo integrado no Programa de Avaliação Externa do Processo de Aplicação do Regime de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas e Agrupamentos de Escolas definido pelo Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de maio*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação/Centro de Estudos da Escola.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

- PINHAL, J. (2003). “A atividade educacional das autarquias portuguesas: natureza e intencionalidade”. In: *comunicação apresentada ao III Congresso Luso- Brasileiro de Política e Administração da Educação*. Recife, novembro de 2003.
- PINHAL, J. (2005). “Sustentabilidade e Projeto Educativo Local - Um olhar sobre a intervenção educacional das autarquias”. In: *XIII Colóquio internacional da Afirse- III Colóquio da secção brasileira*. Manaus. Texto de comunicação.
- PRATA, M. (2002). *Autarquias e Educação. Das competências legais às competências morais- uma intervenção emergente. Um estudo de caso numa autarquia do Ribatejo*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Aberta.
- QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- SANTOS, J.A. (1995). *As Freguesias- História e Atualidade*. Oeiras: Celta Editora.
- SARMENTO, M. J. (org.), (2000). *Autonomia da escola- políticas e práticas*. Porto: Edições ASA. pp. 95- 122.
- SILVA, Isabel (2006). *A autarquia como promotora da Política Educativa Local- O caso de um Município*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Aberta.
- STAKE, R. E. (1998). *Investigación com estudio de casos*. Madrid: Edições Morata.
- TAIPAS, S. (2002). *A autarquia na construção da política local de educação*. (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Universidade Aberta.
- TAVARES, J. (2000). “Teoria geral da organização administrativa”. In: Tavares, J. *Administração Pública e Direito Administrativo- Guia de estudo*. Coimbra: Almedina, pp. 48-76.
- WOODS, P. (1999). *Investigar a arte de ensinar*. Porto: Porto Editora.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

- **Constituição da República Portuguesa.**
- **Código do Procedimento Administrativo.**
- **Decreto-Lei de 26 de novembro de 1830-** define a eleição das juntas de paróquia.
- **Lei nº 621/1916, de 23 de junho-** as paróquias Civis passam a ter a denominação oficial de freguesias, denominando-se Juntas de Freguesia.
- **Decreto-Lei nº 769-A/76, de 23 de outubro-** estabelece a regulamentação da gestão da escolas.
- **Lei 1/77, de 6 de janeiro-** criação do Fundo de Equilíbrio Financeiro – FEF.
- **Lei nº 79/77, de 25 de Outubro-** Lei do Poder Local.
- **Lei nº 1/79, de 2 de janeiro-** Lei das Finanças Locais.
- **Decreto-Lei nº 77/84, de 8 de Março-** estabelece o regime da delimitação e da coordenação das atuações da administração central e local em matéria de investimentos públicos.
- **Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março-** Lei das Autarquias Locais.
- **Decreto-Lei nº 98/84, de 29 de março-** Alterações à lei das finanças locais.
- **Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de Setembro-** Organização, financiamento e controlo de funcionamento dos transportes escolares.
- **Decreto-Lei nº 399-A/84, de 28 de Dezembro -** Transferência de competências para os municípios em matéria de ação social.
- **Lei nº 46/86, de 14 de Outubro -** Lei de Bases do Sistema Educativo.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

- **Resolução da Assembleia da República nº 28/90, de 13 de julho**- Carta Europeia da Autonomia Local
- **Decreto-Lei nº 172/91, de 10 de Maio**- Novo modelo de Direção e Gestão das escolas.
- **Decreto- Lei nº 219/95, de 30 de agosto**- estabelece o regime de celebração de contratos-programa e de acordos de colaboração de natureza sectorial no âmbito da cooperação técnica e financeira entre o Estado e as freguesias
- **Lei nº 5/97, de 10 de Fevereiro**- Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar.
- **Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio** - regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
- **Lei nº 159/99, de 14 de Setembro** - estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como de delimitação da intervenção da administração central e da administração local, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.
- **Lei nº 169/99, de 18 de Setembro** - estabelece o novo regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, assim como as respetivas competências.
- **Lei nº 5- A/2002, de 11 de Janeiro** - estabelece o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, assim como as respetivas competências.
- **Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro** – regulamenta principalmente as competências, composição e funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação e o processo de elaboração e aprovação da carta educativa.
- **Lei 49/2005, de 30 de agosto**- Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior.
- **Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro**- Nova Lei das Finanças Locais.

As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações

- **Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril**- que define o Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário.

- **Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho**- desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, de acordo com o regime previsto na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro,

Outras fontes de Informação:

No Anexo 7 constam os documentos que foram fornecidos pelas entidades e consultados para a realização do estudo.

Sites consultados:

- site da Junta de Freguesia de Benfica;
- site da Junta de Freguesia de Carnide;
- site da Câmara Municipal de Lisboa;

ANEXOS

Anexo 1

Guiões das

entrevistas

Guião da entrevista exploratória

Presidente da Junta de Freguesia (PJF)

1. Que competências estão neste momento atribuídas à sua Junta de Freguesia no âmbito da educação?
2. Que papel ou responsabilidades estão atribuídos à vogal da Junta de Freguesia para a educação?
3. Como tem contribuído a Junta de Freguesia para a definição da política educativa e social da escola?
4. De que forma participa a Junta de Freguesia no Conselho geral?
5. Em que áreas se debruçam as ações da Junta de Freguesia nos Jardins-de-Infância e escolas do 1º ciclo?
6. Como é a relação da Junta de Freguesia com os órgãos de gestão do agrupamento de escolas?
7. Como é a relação da Junta de Freguesia com os membros da divisão da educação da Câmara Municipal?
8. Que tipo de relação estabelece a Junta de Freguesia com os restantes membros da comunidade educativa (associações de pais, encarregados de educação, professores e alunos)?

Guião da entrevista 1

Entrevistados: Vogal da Educação e outros Técnicos da área educativa da Junta de Freguesia

Dimensões de análise	Objetivos	Questões Centrais (QC)/ Tópicos Orientadores (TO)
Bloco 1- Legitimação da entrevista	<ul style="list-style-type: none">- Legitimar a entrevista e motivar o entrevistado para colaborar;- Criar um clima de empatia entre entrevistado e entrevistador a fim de promover a participação e espontaneidade do entrevistado;	<ul style="list-style-type: none">- Relembrar os objetivos, em linhas gerais, da entrevista e da investigação- Solicitar a colaboração, uma vez que as informações recolhidas serão essenciais para o sucesso do estudo- Relembrar que a entrevista será gravada em áudio- Agradecer a disponibilidade
Bloco 2- As competências educativas e a autarquia	<ul style="list-style-type: none">- Identificar a evolução das competências educativas atribuídas às Juntas de Freguesia desde 1974 até aos dias de hoje;- Conhecer em que áreas de ação educativa intervêm as Juntas de Freguesia, seja por obrigatoriedade da Lei, por delegação de competências das Câmaras Municipais ou por iniciativa própria;- Caracterizar o processo de transferência de competências pelas Câmaras;	<p>QC - O que pensa sobre o atual conjunto de competências das freguesias na educação?</p> <p>TO - Pensa que são as adequadas tendo em conta as razões históricas de existência do poder local?</p> <p>TO - Era preferível não ter competências a este nível? Porquê?</p> <p>QC - Agradar-lhe-ia a ideia de alargamento dessas competências? Em que condições?</p> <p>QC - A Câmara Municipal transferiu-vos algumas responsabilidades na área em questão?</p> <p>TO - Foi algo imposto, negociado ou foi a própria freguesia que solicitou?</p>

<p>Bloco 3- A organização interna das Juntas de Freguesia na área da educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as responsabilidades que estão atribuídas à vogal da educação; - Compreender como se foram alterando essas responsabilidades ao longo dos anos; - Conhecer a vogal da educação/técnicos e o seu percurso político e profissional; - Conhecer as tarefas mais habituais da vogal da educação no exercício das suas funções; - Conhecer os serviços e técnicos da área da educação; - Conhecer a perceção das Juntas de Freguesia sobre o alcance da sua intervenção na área da educação; 	<p>QC - Que responsabilidades tem neste momento o pelouro da educação da Junta de Freguesia?</p> <p>QC - Essas responsabilidades foram definidas por Lei ou pelas necessidades da Freguesia?</p> <p>TO - Têm-se alterado muito ao longo dos anos? Porque motivos?</p> <p>QC - Essas alterações provocaram mudanças na gestão deste pelouro?</p> <p>TO - Se sim, foram facilmente integradas ou criaram dificuldades?</p> <p>QC - Quem é o responsável/técnico pelo pelouro da educação?</p> <p>TO - Que formação académica possui? Pode fazer-me uma breve descrição do seu percurso profissional? Há quanto tempo desempenha este cargo? Com descreve o seu método de trabalho? Em que tipo de atividades dispensa mais tempo?</p> <p>QC - Que recursos humanos, materiais financeiros e infraestruturais mobilizam?</p> <p>QC - Como encara o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia ao nível da educação?</p> <p>TO - Que impacto tem na evolução educativa e social da sua comunidade?</p>
<p>Bloco 4- As práticas autárquicas na educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar as ações concretas nos Jardins de Infância e nas Escolas Básicas do 1º ciclo; - Conhecer as razões que levam à intervenção voluntária das Juntas de Freguesia nos Jardins de Infância e Escolas Básicas do 1º ciclo e na definição das políticas educativas e sociais das escolas; - Caracterizar os processos de participação que são usados nas relações com outras entidades; 	<p>QC - Independentemente daquilo que vos compete por designação da Lei ou por delegação da Câmara Municipal, que outras intervenções tem a Junta de Freguesia na área educativa?</p> <p>QC - Que recursos mobilizam?</p> <p>QC - Quais são os destinatários?</p> <p>QC - Concretamente nos Jardins de Infância e nas Escolas Básicas do 1º ciclo, em que consistem as vossas intervenções?</p> <p>TO - Com que regularidade? Porquê? Com que recursos?</p> <p>QC -Que razões levaram a essas intervenções?</p>

		<p>TO - Surgiram por requisição de outrem ou por iniciativa própria? QC - Tirando a participação nas escolas, com que outros organismos trabalham ou que tipos de situações fomentam de modo a promover uma política educativa e social local?</p>
<p>Bloco 5- Atividade micropolítica das Juntas de Freguesia</p>	<p>- Perceber em que consiste a relação entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal; - Identificar as razões que levam à existência dos contatos; - Perceber como se estabelecem os contactos entre os dois organismos;</p> <p>- Perceber em que consiste a relação entre a Junta de Freguesia e os órgãos de gestão da escola; - Identificar as razões que levam à existência dos contactos; - Perceber como se estabelecem os contactos entre os organismos; - Perceber que noção tem a Junta de Freguesia das conceções dos Diretores e dos Coordenadores de estabelecimento sobre o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia</p>	<p>QC - Como caracteriza a relação estabelecida entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal? TO - É uma relação de subjugação? De exigência para com a Câmara? Conflituosa? De parceria? QC - É uma relação mais promovida pela Junta de Freguesia ou pela Câmara Municipal? QC - Como caracteriza os contactos? QC - Que razões estão por detrás desses contactos? TO - Servem essencialmente para dar informações? Para gerir recursos humanos, financeiros e materiais? Outros motivos? QC - Há projetos ou programas em comum? TO - Quais? São voluntários? Por requisição? Por imposição? Com que regularidade acontecem? Onde se realizam?</p> <p>QC - Como caracteriza a relação estabelecida entre a Junta de Freguesia e os órgãos de gestão das escolas? TO - É uma relação conflituosa? De parceria? De exigência para com a Junta de Freguesia? Política? QC - É uma relação mais promovida pela Junta de Freguesia ou são as escolas que mais solicitam a existência desta relação? QC - Como caracteriza os contactos? QC - Que razões estão por detrás desses contactos? TO - A Câmara Municipal não dá resposta e a Junta intervém? Servem essencialmente para dar informações? Para gerir recursos humanos, financeiros e materiais? Outros motivos?</p>

	<p>na área da educação</p> <p>- Compreender que comunicações existem entre os Diretores e os Coordenadores de estabelecimento com as Juntas de Freguesia sobre as competências atribuídas pela Lei em matéria de educação às Juntas de Freguesia e às Câmaras Municipais.</p>	<p>QC - Há projetos ou programas em comum? TO – Quais? São voluntários? Por requisição? Por imposição? Com que regularidade acontecem? Onde se realizam?</p> <p>QC - Que conceção pensa que os órgãos de gestão têm das vossas responsabilidades e do vosso trabalho? TO - Imagem política? De parceria? De subjugação à Câmara Municipal?</p> <p>QC - Transmitem aos órgãos de gestão as vossas competências educativas? Pensa que estes as conhecem ou por vezes são-vos solicitados apoios que não são da vossa responsabilidade legal?</p>
--	---	---

Guião da entrevista 2

Entrevistado: Diretor do Agrupamento de Escolas

Dimensões de análise	Objetivos	Questões Centrais (QC)/ Tópicos Orientadores (TO)
Bloco 1- Legitimação da entrevista	<ul style="list-style-type: none">- Legitimar a entrevista e motivar o entrevistado para colaborar;- Criar um clima de empatia entre entrevistado e entrevistador a fim de promover a participação e espontaneidade do entrevistado;	<ul style="list-style-type: none">- Relembrar os objetivos, em linhas gerais, da entrevista e da investigação- Solicitar a colaboração, uma vez que as informações recolhidas serão essenciais para o sucesso do estudo- Relembrar que a entrevista será gravada em áudio- Agradecer a disponibilidade
Bloco 2- As competências educativas e a autarquia	<ul style="list-style-type: none">- Identificar os conhecimentos que as Direções e Coordenações das Escolas têm relativamente às Competências das Câmaras e das Juntas de Freguesia na área da educação;- Caracterizar o processo de colaboração entre Juntas de Freguesia e escolas;- Averiguar as razões que levam à intervenção voluntária das Juntas de Freguesia nos Jardins de Infância e Escolas Básicas do 1º ciclo e na definição das políticas educativas locais;	<p>QC - O que sabe sobre as competências das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia em relação à educação?</p> <p>QC - Independentemente daquilo que lhes compete por designação da Lei ou da Câmara Municipal, conhece outras intervenções da Junta de Freguesia na área educativa?</p> <p>TO - De um modo geral, que intervenções são essas? Com a junta há projetos comuns? E com a Câmara, reconhece a existência de um projeto de intervenção comum? Pode então dizer-se que há uma política educativa local? Porque será que fazem mais?</p> <p>QC - Na sequência do conhecimento que tem das competências das Juntas em matéria de educação, pensa que as competências devem aumentar?</p> <p>TO- Em quê e porquê?</p>

<p>Bloco 3- Conhecimento do trabalho das Juntas de Freguesia na área da educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar o conhecimento das escolas em relação à vogal da educação/técnicos e às responsabilidades que lhes estão atribuídas; - Identificar as situações em que existe trabalho em conjunto com o pelouro da educação; - Identificar o conhecimento das escolas sobre os serviços e técnicos da área da educação das Juntas de Freguesia; 	<p>QC - Conhece as responsabilidades que tem neste momento o pelouro da educação da Junta de Freguesia?</p> <p>QC - Sabe quem é o vogal da educação? Que formação profissional possui? Qual a sua experiência neste cargo?</p> <p>QC - É uma pessoa com quem trabalha habitualmente? Em que circunstâncias o vosso trabalho se cruza?</p> <p>QC - Tem conhecimento se existem outros técnicos na Junta de Freguesia que trabalhem na área da educação e que desenvolvam atividades em que o seu agrupamento/escola participe ou colabore?</p>
<p>Bloco 4- As práticas autárquicas na educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar as ações concretas nos Jardins- de-Infância e nas Escolas Básicas do 1º ciclo; - Conhecer as razões que levam à intervenção voluntária das Juntas de Freguesia nos Jardins de Infância e Escolas Básicas do 1º ciclo e na definição das políticas educativas e sociais das escolas; - Identificar e caracterizar os processos de participação que são usados nas relações entre as Juntas de Freguesia e as escolas; 	<p>QC - Independentemente daquilo que lhes compete por definição legal, em que situações a Junta de Freguesia participa na gestão da atividade escolar e na definição de políticas e projetos de intervenção escolar e local?</p> <p>QC - Principalmente nos Jardins de Infância e nas Escolas Básicas do 1º ciclo, em que consistem essas intervenções?</p> <p>TO - Com que regularidade acontecem? Porquê? Com que recursos?</p> <p>QC - Que motivações considera estarem por detrás dessas intervenções?</p>
<p>Bloco 5- Atividade micropolítica das Juntas de Freguesia</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a perspetiva que as escolas têm da natureza da relação estabelecida entre as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais; - Perceber como se estabelecem os contactos entre os três organismos e que problemas existem nesses contactos; - Identificar as razões que levam à existência 	<p>QC - Que perspetiva tem da relação estabelecida entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal?</p> <p>TO - É uma relação de subjugação? De exigência para com a Câmara? Conflituosa? De parceria?</p> <p>QC - Parece-lhe ser uma relação mais promovida pela Junta de Freguesia ou pela Câmara Municipal?</p> <p>TO - Em que se baseia para formular a sua opinião?</p>

	<p>dos contactos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Perceber em que consiste a relação entre os órgãos de gestão das escolas e a Junta de Freguesia; - Identificar as razões que levam à existência dos contactos; - Perceber como se estabelecem os contactos entre os organismos; - Conhecer a perceção que os Diretores e os Coordenadores de estabelecimento têm sobre o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia na área da educação; - Compreender que comunicações existem entre os Diretores e os Coordenadores de estabelecimento com as Juntas de Freguesia sobre as competências atribuídas pela Lei em matéria de educação às Juntas de Freguesia e às Câmaras Municipais. 	<p>QC - O que sabe sobre os contactos e os trabalhos que a Junta e a Câmara desenvolvem em comum na área da educação? QC - Que razões estão por detrás desses contactos? TO - São voluntários? Por requisição das escolas? Por imposição do Governo? Com que regularidade acontecem? Onde se realizam?</p> <p>QC - Como caracteriza a relação estabelecida entre a Junta de Freguesia e os órgãos de gestão das escolas? TO - É uma relação conflituosa? De parceria? De exigência para com a Junta de Freguesia? Política?</p> <p>QC - É uma relação mais promovida pela Junta de Freguesia ou são as escolas que mais solicitam a existência desta relação? QC - Que razões estão por detrás desses contactos? TO - A Câmara Municipal não dá resposta e a Junta intervém? Servem essencialmente para dar informações? Para gerir recursos humanos, financeiros e materiais? Outros motivos?</p> <p>QC - A relação com as escolas baseia-se na existência de projetos comuns? TO - Quais?</p> <p>QC - Como encara o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia ao nível da educação? TO - Que impacto tem na evolução educativa e social do seu agrupamento/escola?</p> <p>QC - Como tomam conhecimento das competências e responsabilidades das Juntas de Freguesia em matéria educativa?</p>
--	---	--

Guião da entrevista 3

Entrevistados: Diretor do departamento e outros técnicos da divisão da Educação da Câmara Municipal de Lisboa

Dimensões de análise	Objetivos	Questões Centrais (QC)/ Tópicos Orientadores (TO)
Bloco 1- Legitimação da entrevista	<ul style="list-style-type: none">- Legitimar a entrevista e motivar o entrevistado para colaborar;- Criar um clima de empatia entre entrevistado e entrevistador a fim de promover a participação e espontaneidade do entrevistado;	<ul style="list-style-type: none">- Relembrar os objetivos, em linhas gerais, da entrevista e da investigação- Solicitar a colaboração, uma vez que as informações recolhidas serão essenciais para o sucesso do estudo- Relembrar que a entrevista será gravada em áudio- Agradecer a disponibilidade
Bloco 2- As competências educativas e a autarquia	<ul style="list-style-type: none">- Identificar a evolução das competências educativas atribuídas às Juntas de Freguesia desde 1974 até aos dias de hoje;- Conhecer em que áreas de ação educativa intervêm as Juntas de Freguesia, seja por obrigatoriedade da Lei, por delegação de competências das Câmaras Municipais ou por iniciativa própria;- Caracterizar o processo de transferência de competências pelas Câmaras;	<p>QC - O que pensa sobre o atual conjunto de competências das freguesias na educação? TO - Pensa que são as adequadas tendo em conta as razões históricas de existência do poder local?</p> <p>QC - Agradar-lhe-ia a ideia de alargamento dessas competências? TO- Em que condições?</p> <p>QC - A Câmara Municipal transferiu algumas responsabilidades na área educativa para alguma das Juntas em estudo, a de Benfica e de Carnide? TO - Foi algo imposto, negociado ou foi a própria freguesia que solicitou?</p> <p>QC - Que razões considera estarem por detrás das intervenções voluntárias das Juntas de Freguesia na área educativa, principalmente nos Jardins-de Infância e Escolas de 1º ciclo?</p>
	<ul style="list-style-type: none">- Identificar as responsabilidades que estão atribuídas à vogal da educação na perspetiva dos atores camarários;	<p>QC - Tem conhecimento das responsabilidades que têm neste momento os pelouros da educação das Juntas de Freguesia em questão?</p>

<p>Bloco 3- Conhecimento do trabalho das Juntas de Freguesia na área da educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender como se foram alterando essas responsabilidades ao longo dos anos e o papel da Câmara Municipal nesse processo; - Conhecer a vogal da Educação/técnicos e o seu percurso político e profissional; - Conhecer as tarefas mais habituais da vogal da educação no exercício das suas funções; - Conhecer os serviços e técnicos da área da educação; - Conhecer a perceção das Câmaras Municipais sobre o alcance da intervenção das Juntas de Freguesia na área da educação; 	<p>QC - Essas responsabilidades foram definidas legalmente ou pelas necessidades da Freguesia? TO - Que participação teve a Câmara Municipal nesse processo? QC - Conhece os responsáveis pelos pelouros da educação/técnicos destas Freguesias? TO – Que formação profissional possuem? Quais as suas experiências neste cargo? Fala frequentemente com eles? Conhece a organização interna das Juntas de Freguesia na área da educação? QC - Como encara o trabalho desenvolvido pelas Juntas de Freguesia em questão ao nível da educação? TO - Que impacto tem na evolução educativa e social das suas comunidades?</p>
<p>Bloco 4- As práticas autárquicas na educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar as ações concretas nos Jardins de Infância e nas Escolas Básicas do 1º ciclo; - Conhecer as razões que levam à intervenção voluntária das Juntas de Freguesia nos Jardins de Infância e Escolas Básicas do 1º ciclo e na definição das políticas educativas e sociais das escolas; 	<p>QC - Independentemente daquilo que lhes compete por designação da Lei ou por delegação da Câmara Municipal, sabe se as Juntas de Freguesia têm outras intervenções na área educativa? TO - Quais exatamente? QC – Essas intervenções surgiram por requisição de outrem ou por iniciativa própria? QC - Concretamente nos Jardins de Infância e nas Escolas Básicas do 1º ciclo, tem conhecimento sobre em que consistem as intervenções das Juntas de Freguesia? TO - Como toma conhecimento das mesmas?</p>
	<ul style="list-style-type: none"> - Perceber em que consiste a relação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia; - Identificar as razões que levam à existência dos contactos; - Perceber como se estabelecem os contactos 	<p>QC - Como caracteriza a relação estabelecida entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal? TO - É uma relação de subjugação? De exigência para com a Câmara? Conflituosa? De parceria? QC - É uma relação mais promovida pelas Juntas de Freguesia ou</p>

<p>Bloco 5- Atividade micropolítica das Juntas de Freguesia</p>	<p>entre os dois organismos;</p>	<p>pela Câmara Municipal? QC - Há projetos ou programas em comum entre as Juntas e a Câmara? TO - Quais? Como caracteriza os contatos e os trabalhos em comum? São voluntários? Por requisição? Por imposição? Com que regularidade acontecem? Onde se realizam? QC- Que tipo de contactos estabelecem com as Juntas de Freguesia em questão? TO- Que razões estão por detrás desses contactos? Servem essencialmente para dar informações? Para gerir recursos humanos, financeiros e materiais? Outros motivos?</p>
---	----------------------------------	--

Anexo 2

Grelha de análise
das entrevistas
semiestruturadas

Categorias	Subcategorias	Unidades de significado
1. Competências das Freguesias em matéria de educação	1.1.- Evolução/Conhecimentos/Alargamento	
	1.2.- Áreas de intervenção	
	1.3.- Processos de transferência	
2. Gestão interna das Juntas de Freguesia	2.1.- Responsabilidades do pelouro da educação	
	2.2.- Evolução das responsabilidades e consequentes necessidades do pelouro	
	2.3.- Percurso da Vogal/Técnico	
	2.4.- Tarefas mais habituais e métodos de trabalho da Vogal/Técnico	
	2.5.- Serviços e técnicos	
	2.6.- Perceção da Junta de Freguesia sobre a sua intervenção	
3. Intervenção das Juntas de Freguesia nas escolas e na restante comunidade	3.1.- Ações autónomas das Juntas de Freguesia	
	3.2.- Razões das ações autónomas das Juntas de Freguesia	

	3.3.- As relações com outras entidades da comunidade	
4. Relações das Juntas de Freguesia com a Câmara Municipal	4.1.- Relações com a Câmara Municipal	
	4.2.- As razões e mecanismos dos contactos	
	4.3.- As conceções dos elementos da Câmara Municipal sobre o trabalho das Juntas de Freguesia ao nível educativo	
5. Relações das Juntas de Freguesia com os órgãos de gestão das escolas	5.1.- Relações com os órgãos de gestão das escolas	
	5.2.- As razões e mecanismos dos contactos	
	5.3.- Formas de tomada de conhecimento sobre as responsabilidades educativas das Juntas de Freguesia por parte dos Diretores de Agrupamento de Escolas	
	5.4.- As conceções das Direções de Agrupamento de Escolas sobre o trabalho das Juntas de Freguesia	

Anexo 3

Transcrições das

entrevistas

Transcrição da entrevista exploratória

Presidente da Junta de Freguesia (PJF)

1- Que competências estão neste momento atribuídas à sua Junta de Freguesia no âmbito da educação?

PJF- Neste momento, as competências que nos estão atribuídas são a nossa presença no Conselho Geral da Escola, a manutenção das instalações, a coordenação do ATL, a garantia dos transportes escolares e eventos como o Dia da árvore, Dia da criança...

2- Que papel ou responsabilidades estão atribuídos à vogal da Junta de Freguesia para a educação?

PJF- A nossa vogal da educação é responsável pela educação e recursos humanos. Tem todas as responsabilidades das áreas antes mencionadas e é ela que marca presença no Conselho Geral.

3- Como tem contribuído a Junta de Freguesia para a definição da política educativa e social da escola?

PJF- A junta tem assinalado os casos de emergência social através do seu gabinete de ação social. A qualidade das atividades do ATL também tem sido preocupação nossa.

4- De que forma participa a Junta de Freguesia no Conselho geral?

PJF- Temos a benesse de a atual vogal do pelouro da Educação ser a ex-presidente do Conselho Diretivo daquela escola, o que permite um acompanhamento empírico de todos os assuntos.

5- Em que áreas se debruçam as ações da Junta de Freguesia nos Jardins-de-Infância e escolas do 1º ciclo?

PJF- Debruçamo-nos essencialmente em apoiar as instalações, em apoiar as atividades escolares e eventos esporádicos.

6- Como é a relação da Junta de Freguesia com os órgãos de gestão do agrupamento de escolas?

PJF- Excelente.

7- Como é a relação da Junta de Freguesia com os membros da divisão da educação da Câmara Municipal?

PJF- A relação é de exigência. A Junta de Freguesia conhecendo bem a escola e as suas necessidades não se satisfaz completamente com a demora da resolução de certos assuntos.

8- Que tipo de relação estabelece a Junta de Freguesia com os restantes membros da comunidade educativa (associações de pais, encarregados de educação, professores e alunos)?

PJF- Estabelece uma relação de proximidade, marcando presença nas reuniões da associação de pais, nas reuniões com os encarregados de educação e marcando presença nas reuniões dos professores quando nos é solicitado.

Transcrição da entrevista 1- E1

Data: 8 de fevereiro de 2012

Hora: 16h30 min.

14 de fevereiro de 2012 (conclusão)

Hora: 16h00 min.

Local: Gabinete da Vogal da Educação da Junta de Freguesia de Benfica

Duração: 95 minutos e 2 segundos

Q- Dra. Teresa Santo Cristo, quero agradecer-lhe desde mais a sua disponibilidade e colaboração. Como eu lhe tinha dito anteriormente, o meu trabalho de investigação tem como objetivo compreender em que consiste a participação formal e informal das Juntas de Freguesia na gestão das escolas, mais concretamente nas valências de Jardim de Infância e 1º ciclo e a participação das Juntas de Freguesia na promoção e no desenvolvimento de políticas educativas locais. Como lhe tinha dito anteriormente a sua participação para mim é essencial e toda a informação que me irá fornecer é de bastante importância. Quero também lembrar que a entrevista está a ser gravada em áudio e que todos os dados aqui recolhidos só serão usados para este fim.

Sendo assim, começando pelo primeiro bloco de questões que tenho para lhe colocar, e que está relacionado com as competências educativas das Autarquias, aqui especificamente das Freguesias, o que pensa sobre o atual conjunto de competências que estão atribuídas às Juntas de Freguesia na área da educação?

E1- Eu penso que são ainda limitadas. Penso que há condições, em determinadas Freguesias, a nível nacional, cuja dimensão exige já um outro tipo de competências que ainda não estão consignadas em Lei, uma vez que ficámos sempre na dependência direta de algumas delegações de competências provenientes dos Municípios. Entretanto a própria legislação, como pode consultar, o Decreto-lei nº 169, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A, contém efetivamente há algumas limitações. Não é muito abrangente a área da educação. Fica circunscrita a dois ou três pontos, sobre os quais é necessário ainda algum trabalho mas sempre através da delegação de competências.

Portanto, uma Freguesia como a nossa, com quase 50.000 habitantes, que ultrapassa alguns Municípios do interior, obviamente que tem capacidade para desenvolver todo um conjunto de atividades e dispõe de uma dinâmica própria capaz de arrancar com projetos muito mais sólidos e com maior dimensão do que aqueles que efetivamente nós temos, a não ser que seja por iniciativa própria, como nós poderemos ver ao longo da entrevista.

Q- Então, segundo o que percebi, agradar-lhe-ia a ideia de alargamento dessas competências... e em que condições é que esse alargamento poderia surgir?

E1- Obviamente que isto leva-me a uma resposta que é muito comum que é dizer “sem ovos não se fazem omeletes”...como é óbvio! Certamente que nós poderíamos intervir mais a nível de projetos educativos em conjunto com os próprios Agrupamentos e Escola Secundária, como é aqui o caso, o que implicaria verba específica ou um orçamento próprio mais alargado, não tão restrito quanto aquele que nós dispomos neste momento.

Q- A Câmara Municipal transferiu-vos algumas responsabilidades na área da educação?

E1- Sim, o que nós temos circunscreve-se exclusivamente aos Jardins de Infância e às Escolas de 1º ciclo, nomeadamente nas pequenas reparações e limpezas. Ou seja, manutenção do edifício escolar, não é mais do que isso, a parte física do edifício. A nível pedagógico, a nível didático, a nível de projetos educativos propriamente ditos, não há nada porque a própria Câmara também não tem iniciativa nesse campo. Relativamente a isto, dentro daquilo que é viável fazer, fazemos. Recuperamos uma torneira que está a pingar, uma lâmpada que está fundida ou um trinco que não está a funcionar. Portanto são essas pequenas reparações que nós temos que assegurar e sobre as quais nós temos também de elaborar um relatório anual para a Câmara Municipal com as despesas efetuadas uma vez que recebemos, através dessa delegação de competências, uma verba específica para o efeito. Portanto, há um controle e há uma justificação no final do ano, em função daquilo que foi realizado, do que foi recebido ou a despesa efetuada e se efetivamente faltou ou superou, conforme o devidamente justificado.

Q- Essa transferência de responsabilidades foi algo que vos foi imposto, foi negociado com a Câmara ou foi a própria Freguesia que solicitou o alargamento das suas competências?

E1- Nós temos duas situações em que, numa fomos nós que solicitámos, portanto já havia as pequenas reparações mas nós dissemos, podemos ir mais além, podemos fazer mais alguma coisa. Inclusivamente, houve uma situação concreta de uma escola que foi assaltada em que nós, como estávamos mais próximos da escola, resolvemos de imediato o assunto com vigilância na escola até que fosse instalado o vídeo vigilância e outro equipamento próprio para o efeito, mas fomos nós que avançámos. Não estava contemplado nas competências transmitidas à Junta de Freguesia, nessa delegação de competências. A Câmara deu luz verde e nós avançámos. Agora vamos ser ressarcidos da verba que foi despendida porque, nesse caso, ultrapassou o próprio protocolo de competências. Portanto, tem aqueles trâmites normais como há pouco referi.

Entretanto, há uma outra situação. Esta foi mesmo negociada e fomos a segunda Freguesia a consegui-lo. Tem a ver com as AEC's, que são as Atividades de Enriquecimento Curricular. Carnide, dentro de Lisboa, não quis ficar na dependência da Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal era a entidade promotora e normalmente as Freguesias eram entidades executoras ou então era diretamente com a FPALX, Federação de Pais da Grande Lisboa. Entretanto, na sequência de algumas impressões que foram trocadas com os diversos Agrupamentos, estes solicitaram-nos diretamente a negociação para vir a gerir as AEC's, de sermos a entidade promotora. Isto foi equacionado, houve uma reunião conjunta com as três partes, a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e a Federação de Pais que estava muito renitente inicialmente porque pensava que nós nos íamos sobrepor a eles e que rapidamente deixariam de funcionar. Não era essa a nossa intenção, era mesmo assegurar a qualidade. Eles podiam continuar como a entidade executora, tal como aconteceu e nós mantivemo-nos na retaguarda, restringindo-nos ao acompanhamento e à avaliação permanente de toda a situação para que efetivamente a qualidade fosse garantida. E conseguimos. No ano, ou seja, logo no primeiro ano a termos tomado posse, o nosso exemplo serviu para outras Freguesias da área de Lisboa que também tentaram fazer a mesma coisa junto da Câmara.

Q- Então, que responsabilidades tem neste momento o Pelouro da Educação da vossa Junta de Freguesia?

E1- O que eu tenho relativamente à Camara Municipal, em concreto e, de acordo com o que está legislado é o seguinte: primeiro, as pequenas reparações, de acordo com o protocolo; segundo, é a componente de apoio à família (CAF), que ainda não tinha falado mas que a entidade também promotora é a Câmara Municipal e nós somos a entidade executora. Somos nós que articulamos diretamente com as escolas, com os Agrupamentos, com as coordenações das respetivas escolas. Somos nós que fazemos o recrutamento dos monitores que estão à frente da componente de apoio à família e é a escola que faz a supervisão pedagógica das atividades desenvolvidas. Nesse âmbito, procuramos também imprimir, tal como acontece com as outras atividades, a qualidade e proporcionar um ensino em que as crianças se sintam felizes.

Q- Essa CAF é para Jardim de Infância e 1º ciclo?

E1- É, é para o Jardim de Infância e 1º ciclo. Ela inicialmente foi constituída e criada ao abrigo de legislação própria para o Jardim de Infância mas depois, porque ainda há crianças que saem às cinco e meia das AEC's e que têm de permanecer na escola porque os pais estão a trabalhar, então foi também cedida a possibilidade de alargar a CAF ao 1º ciclo. Significa, neste momento, que nós estamos a trabalhar com crianças do Jardim de Infância e de escolas do 1º ciclo. Os pais inscrevem as crianças e nós asseguramos a realização das atividades em dois horários. Um de antecipação e o outro depois das atividades letivas. O de antecipação é no período da manhã, das oito às nove horas, antes de entrarem, quando os pais passam e deixam as crianças e elas já ficam a brincar com os monitores e o outro é depois das atividades letivas em que há um momento por excelência relativamente à realização de atividades lúdico recreativas.

Q-Segundo o que percebi, essas responsabilidades surgiram sobretudo por necessidades que a Freguesia sentiu?

E1- Elas já estavam contempladas, quando nós tomámos posse. O que nós temos vindo a fazer é aprofundar cada vez mais e a imprimir um caráter de qualidade. Isso tem sido permanentemente.

Q- Essas responsabilidades, como disse, já existiam antes da vossa tomada de posse e, segundo o conhecimento que tem da anterior governação, têm-se alterado muito ao longo dos anos ou têm-se mantido dentro da mesma linha e se se alteraram quais foram os motivos que levaram a essa alteração?

E1- Segundo o que está consignado, é muito restrito. Estamos sempre na dependência direta da delegação de competências provenientes de acordo com o que está para as Freguesias e os Municípios. Agora o que nós podemos, e nada nos impede, é de irmos mais além por iniciativa própria na medida em que conhecemos o contexto e, como temos a caracterização feita das escolas e das crianças, procuramos garantir melhor qualidade. Logo, nós temos aqui cerca de, aproximadamente, quatro mil crianças com três escolas superiores de educação. Benfica está mesmo numa situação privilegiada a nível de recursos que podem ser geridos. E a prova disto foi o que nós fizemos! Não estando contemplados nessas competências, tentámos gerir da melhor maneira e tirar proveito, como interlocutores privilegiados entre, por exemplo o ensino superior e o ensino não superior, através de protocolos estabelecidos com as escolas superiores, em que temos estagiários e animadores nas escolas, asseguramos assim outras atividades que são necessárias e que contribuem para um trabalho articulado de qualidade.

Q- Perante estas alterações que foram fazendo às vossas responsabilidades, este acréscimo por livre iniciativa, surgiram mudanças na gestão do Pelouro? Que necessidades surgiram?

E1- Surgiram várias necessidades e uma delas foi precisamente a de recrutamento de técnicos especializados, como por exemplo, na área da Educação Física por causa daquele projeto que tem a ver com o combate à obesidade em crianças pequenas, com o despertar para uma vida saudável, que começa no pré-escolar. Para este projeto, tivemos necessidade de contratar um técnico de Educação Física para trabalhar nos cinco Jardins de Infância da área geográfica de intervenção da Junta de Freguesia.

Outra situação foi relativamente ao Programa “Intervir”. É um programa da iniciativa da Câmara ao qual nos candidatámos e, após aprovação, passámos a executá-lo. É um programa próprio de prevenção de situações complicadas, problemáticas dentro das escolas. Situações de indisciplina, de consumos de várias naturezas, crianças que podem ter gravidezes prematuras... tudo isso está englobado e nesse sentido nós temos vindo a

investir muito nesse programa através do treino de competências pessoais e sociais. Para o efeito, temos um Gabinete de Psicologia que trabalha na dependência direta do Pelouro da Educação e que precisou de um reforço de técnicos para o efeito. E claro que esse reforço foi assegurado através de dois psicólogos que estão cá a trabalhar. Uma parte é paga por nós e outra parte é no âmbito do Programa “Intervir”, da verba que é transferida.

Temos também uma outra pessoa que ficou a trabalhar connosco na supervisão das AEC's.

Q- Sente que essas mudanças vos provocaram algumas dificuldades ou tudo isto foi facilmente integrado?

E1- Foi um processo gradual, não foi de um momento para o outro. Foi um processo em que passo a passo, mas com solidez, que é fundamental para que o “edifício” continue de pé e não possa abanar e derrubar, que fomos introduzindo, contemplando antecipadamente no orçamento para não sermos confrontados com um vazio relativamente às pessoas que estão a trabalhar e sobretudo porque criam-se as expetativas com estes projetos nas escolas e não podemos de um momento para o outro estar a retirá-los. Até porque, politicamente falando, seria muito desagradável. Do ponto de vista político, em relação às escolas, ir ao encontro das necessidades da população, assegurando tudo o que é possível fazer de modo a que as pessoas também estejam satisfeitas e possamos continuar a dar o nosso contributo com trabalho, podendo vir a ser reeleitos.

Q- Falando agora um pouco de si enquanto Vogal da Educação, pode dizer-me qual a sua formação académica de base e se lhe for possível fazer-me uma breve descrição do seu percurso profissional até chegar a esta posição e há quanto tempo é que a ocupa?

E1- A minha formação de base inicial foi Professora do 1º ciclo, fiz o curso do Magistério Primário. Mais tarde, durante o exercício da minha função, Entretanto depois, uma coisa que me afligia muito era não ter uma formação especializada para responder às crianças com dificuldades de aprendizagem e resolvi enveredar pelo campo da Psicologia, fiz então o curso de Psicologia. Entretanto, como eu já tinha um

percurso efetuado, já tinha um tempo da minha vida profissional dedicado à educação, não ia alterar para fazer uma reconversão para a Psicologia, a ideia foi conciliar esta mais-valia em termos de informação/formação que me ajudou substancialmente e que me serviu para responder adequadamente às necessidades e aos problemas detetados. Depois, fiz Pós Graduação e Mestrado na área da avaliação.

Q- E desde então tem desempenhado funções na área da docência... como é que chegou até aqui?

E1- Estive na área da docência alguns anos. Depois estive requisitada durante muito tempo nos Serviços Centrais do Ministério da Educação e inclusivamente na Direção Regional de Educação de Lisboa (DREL). Na DREL foi-me lançado o desafio para ir coordenar os SPO's, os Serviços de Psicologia e Orientação Escolar. Estive lá cerca de dois anos mais ou menos e depois é que voltei para o Ministério da Educação porque precisavam de alguém com uma valência especializada em avaliação e convidaram-me para essa função. Porém, nos últimos tempos estive no Júri Nacional de Exames (JNE) porque, como os exames do ensino básico passaram a ser geridos pelo JNE, as provas de aferição também passaram para lá. Então, fui para lá para ficar como responsável da parte do ensino básico.

Q- E agora aqui na Junta de Freguesia, enquanto Vogal da Educação, há quanto tempo desempenha o cargo?

E1- Foi nas últimas eleições... estou neste cargo desde outubro de 2009.

Q- Como é que me descreve o seu método de trabalho? Em que atividades dispensa mais tempo? Que exigências faz para com todos aqueles que trabalham diretamente consigo?

E1- Eu despendo mais tempo com muitas reuniões porque há muitas solicitações. São pessoas de fora, são organizações, são associações, é a própria Câmara Municipal, são as escolas também a pedir e, portanto, o maior número de horas, é dedicado essencialmente a reuniões conjuntas com vários elementos. Independentemente disto, procuro a nível interno, procuro estar sempre a par dos processos em curso porque tenho a preocupação de não deixar para amanhã o que eu posso fazer hoje. Ou seja, tudo o que

entra é efetivamente respondido o mais rapidamente possível. Em termos administrativos não tenho atrasos na correspondência recebida e expedita.

Depois, a nível interno, faço reuniões conjuntas com o Gabinete de Psicologia. Tenho também aqui uma senhora que está responsável pelo recebimento das mensalidades da CAF. Ela é monitora mas veio para cá trabalhar porque um dos problemas que os monitores se queixavam era ter de fazer também essa parte, o que era desagradável para eles. Assim ela vai à escola, faz a cobrança, contacta diretamente com os pais, dá os recibos e, assim, conseguimos ultrapassar a situação, o que veio contribuir para o aperfeiçoamento e melhoramento do próprio funcionamento da CAF. Também reúno com ela. Reúno com a D. Bela, que já sabe quem é, a minha secretária e que é uma pessoa que já está na educação há muito tempo aqui na casa. É muito dinâmica, o que é muito bom porque ela integra-se facilmente nas coisas.

Tenho ainda, para além disso, as Assembleias de Freguesia, tenho o Executivo e as reuniões de Executivo que são obrigatórias, alguma interação que há com outros pelouros, sobretudo com a Cultura e o Desporto devido à realização de atividades conjuntas. Portanto creio que, em linhas gerais, consegui responder.

Q- Que recursos humanos, materiais, financeiros e infraestruturais mobiliza o pelouro da educação para o desenvolvimento do seu trabalho?

E1- No gabinete de Psicologia nós temos neste momento quatro elementos. Depois temos a D. Bela... cinco, mais a D. Alice dos pagamentos da CAF ... são seis pessoas.

Entretanto, no gabinete de Psicologia, nós também temos estagiários que colaboram connosco. Em relação a isso nós temos fora, e aí foi preciso as escolas cederem espaço, que são os GAF's, a funcionar. É o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família que decorre de um protocolo que nós temos com o IAC (Instituto de Apoio à Criança) e que é assegurado precisamente por técnicos nossos. Num caso temos uma pedagoga nos dois agrupamentos, noutra caso temos uma psicóloga e que estão a assegurar precisamente o funcionamento desses gabinetes nas escolas. Tem sido muito útil. Aliás, foi uma das primeiras coisas que, logo que tomei posse, que as direções dos agrupamentos me pediram. Pediram imediatamente porque, em tempos, tinha funcionado. Depois, por razões de verba interna não foi atribuído, foi suspenso e fazia muita falta, quer num quer

noutro agrupamento. Na sequência disto, e depois de equacionado sobre o ponto de vista quer protocolar com o IAC quer financeiro para nós, conseguimos efetivamente arranjar técnicos para, todos os dias, em determinado período, estarem no gabinete e que fazem interface entre a escola, os alunos problemáticos que são sinalizados e que vão para o gabinete e os pais e encarregados de educação.

Mas nas estruturas, nas infraestruturas, o que nós não temos na Junta e que serve muito a educação é o autocarro. Como há muitas visitas de estudo nós cedemos o autocarro, que é gratuito. Não recebemos nada mas é como se fosse um subsídio atribuído à escola porque é contabilizado anualmente, em função das deslocações, do desgaste, etc. Temos um cálculo feito que a escola sabe e conhece e que é equiparado a um subsídio atribuído à escola.

Q- Como encara o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia ao nível da educação? Que impacto sente que o vosso trabalho tem na evolução educativa e social da vossa comunidade?

E1- Eu penso que temos um papel importante a desempenhar no âmbito da educação e da melhoria qualitativa da mesma. E posso dizer isso porque, por exemplo, a nível desta Junta, nós não trabalhamos projetos isolados ou atividades avulsas. Nós temos um projeto comum, global que assenta no bem-estar físico e mental dos alunos da Freguesia de Benfica. E, nesse sentido, o que nós temos a nível físico por exemplo é, a segurança nas escolas. Neste campo, desenvolvemos o voluntariado através de pessoas que se vêm inscrever e que têm mais dedicação para as escolas. São recrutadas e estão a colaborar connosco em algumas escolas na vigilância dos recreios e nós próprios, Junta de Freguesia, tomámos a iniciativa de um programa de formação sobre Bullying. Já decorreu o ano passado para professores e alunos e este ano é que está previsto para pais. Isto no âmbito da segurança das escolas.

Também nos foi solicitada a montagem de intercomunicadores de vigilância, para terem um maior acesso a verem quem é que está ao portão e nós também avançámos e montámos esses intercomunicadores.

Depois, a nível da segurança rodoviária, isto a nível físico, através de um protocolo com a Câmara, avançou-se em várias Freguesias- tipo para um projeto designado os

“Verdinhos” porque têm um colete de circulação rodoviária e que estão ali na passeadeira, a assegurar a travessia das crianças. Como as duas escolas ficam muito próximas da Estrada de Benfica e há um grande fluxo de trânsito e, como as crianças nem sempre aguardam o sinal cair, atravessam muitas vezes inadvertidamente eles, os verdinhos, ajudam as crianças a atravessar zelando pela sua segurança.

Q- Peço desculpa, disse-me que esse último projeto foi uma iniciativa da Câmara Municipal que o propôs a várias Freguesias...

E1- Na altura, ela quis arrancar com algumas Freguesias e nós fomos convidados a integrar nesse projeto, tendo de imediato aceitado visto que nós já estávamos a trabalhar, em regime de voluntariado, com algumas pessoas nesse campo. Assim, como a Câmara estava disponível e queria avançar com ele, nós dissemos “com certeza”, uma vez que vinha de encontro às nossas necessidades só que em condições diferentes porque há uma remuneração mínima, que é um incentivo que é dado às pessoas. Aqui até há uma dupla ação porque além de ter essa ação de segurança nas escolas, também tem uma ação social porque nós, junto da Igreja conseguimos trazer a este projeto pessoas carenciadas que estavam reformadas e que queriam dar o seu contributo. Essas pessoas receberam formação e neste momento estão a desempenhar lá o papel dos verdinhos junto das crianças e estão muito encantados porque dizem que é extremamente gratificante para elas são os agradecimentos e o reconhecimento das crianças.

No campo da saúde e ainda no aspeto físico e de encontro ao que há pouco referi para combate à obesidade infantil e despertar para uma vida saudável, estamos a fazer o recrutamento do tal professor de Educação Física que vai trabalhar nos cinco Jardins de Infância. Vai ficar a tempo inteiro connosco e vai trabalhar nos cinco Jardins de Infância que nós temos aqui na comunidade. E depois, o tempo que ainda restar do horário, vai dar um apoio à Componente de Apoio à Família.

Depois, nós temos no âmbito mental, nós temos o tal gabinete de Apoio ao Aluno e à Família que assegura o bem-estar físico e mental dos alunos com aquelas características todas e trabalha um em cada agrupamento.

Temos dois projetos que são da iniciativa exclusiva da Junta de Freguesia, um é o “Diálogo de Olhares” e o outro um “Ateliê de Fotografia e Identidade”. O “Diálogo de Olhares” tem a ver com formação em vídeo e com projetos sobre o que os alunos querem ser e está vocacionado só para alunos que são mais problemáticos, designadamente alunos do bairro da Boavista. Foi interessantíssimo porque, para além de os sensibilizar para o vídeo, eles ficaram logo interessados, também teve resultados a nível social porque eram alunos que tinham atritos entre si e que no final de um ano alguns deles acabaram por dizer “olha, mas eu já não brigo contigo”, “olha eu já não estou de costas viradas”, “afinal não estamos agora a trabalhar juntos?”. Foi muito bom. E o “Ateliê de Fotografia” foi para os alunos da Escola Pedro Santarém, que recebe também do bairro da Boavista, e que são os alunos do 2º e 3º ciclos. Portanto, esse foi um projeto nosso, no qual investimos e que está a dar resultados e que ainda continua. Queremos, no caso do “Ateliê de Fotografia”, dar continuidade para o grupo de fotografia dentro da escola.

Um outro projeto que já também fiz referência, que é o do “Intervir” da Câmara Municipal. A Câmara é promotora, nós somos a entidade executora e, neste âmbito, fazemos o treino de competências pessoais e sociais em alunos que vão desde o Jardim de Infância até ao 3º ciclo do Ensino Básico. No ano passado conseguimos abranger, no ano letivo 2010/2011, 1485 alunos. Este ano estamos a dar continuidade e estamos a fazer um outro investimento porque, como são muitas as solicitações, apresentámos um projeto ao Gabinete de Formação, a formação foi acreditada, para Professores e Educadores, e estamos a formar Professores e Educadores para serem eles também a trabalhar com as crianças diretamente. Fornecemos os materiais, fazemos a supervisão, asseguramos o acompanhamento e, assim, não só podemos dar resposta, como alargar o projeto a mais crianças.

E ainda temos aqui o acompanhamento psicológico a crianças e jovens que são sinalizados pelas escolas e que as mães ou os pais não têm meios para recorrer a um psicólogo externo. Para o efeito, temos aqui uma sala preparada para e somos nós que fazemos isto.

Temos as AEC's...

Q- Ia-lhe perguntar agora ... para além das competências que têm por designação da Lei ou por delegação da Câmara Municipal, que outras intervenções é que têm na área educativa mas já me foi dizendo...

E1- Mas tenho mais, tenho ainda mais. Ainda no âmbito do bem-estar físico e mental dos alunos há duas grandes iniciativas e que são transversais ao próprio projeto global e que está ainda em curso. Uma investigação que tem a ver com o bem-estar das crianças e jovens em Benfica, em que temos uma amostra de 810 questionários aplicados a crianças e jovens e que estamos a trabalhar os dados. A professora Margarida Gaspar, que é muito conhecida, assegura-nos a supervisão deste projeto, o qual também tem a ver com a prevenção das toxicodependências ... tudo isto para saber como é que é a nossa juventude, como é que está. Estamos a trabalhar os dados para fazer um relatório e penso que vai ser um contributo importantíssimo porque não é um a situação analisada empiricamente, é uma situação que tem dados científicos para o efeito.

Q- Que destinatários é que tem esta investigação, qual é a faixa etária trabalhada?

E1- Nesta investigação ... nós abrangemos ... o ano terminal de cada ciclo. Ou seja, 4º ano de escolaridade, 6º ano, 9º ano e 12º ano. Em vez de ser por amostragem, aplicámos a todas as turmas de cada um dos anos terminais. Daí a razão da existência de 810 questionários aplicados que é sobejamente significativo para uma credibilidade de resultados depois de trabalhados.

Uma outra iniciativa que também foi transversal foi o “Fórum de Educação”, que ficou acordado realizar de dois em dois anos. Este ano não vamos realizar mas no próximo vamos. O primeiro realizou-se o ano passado o primeiro e que teve como título “O aluno como cidadão: que caminhos, que atalhos”. Decorreu aqui no nosso auditório, num fim-de-semana e foi muito bom.

Q- Esse fórum destinou-se a quem?

E1- A Professores, a Educadoras, Pais, Assistentes Operacionais ... todos os atores envolvidos na educação.

Q- Já me falou há pouco mas peço-lhe que sistematize, por favor. A nível de Jardim de Infância e escolas de 1º ciclo, em que consistem as vossas intervenções?

E1- A CAF, as pequenas reparações... as escolas às vezes têm necessidades de materiais que também nos solicitam e que nós contribuímos, sempre que possível. Seja material de desgaste, de papelaria, seja material didático e até material de limpeza e de farmácia.

Q- Com que regularidade?

E1- Às vezes de três em três meses, a cada trimestre normalmente. Três quatro meses mas, regra geral, são três meses...

Nós também contribuímos executando fotocópias. Como temos aqui duas máquinas mais potentes, as Educadoras dos Jardins de Infância e Professoras de duas ou três escolas de 1º ciclo, quando estão mais aflitos com fotocópias e não há capacidade de resposta a nível do agrupamento, recorrem a nós.

O autocarro, como é óbvio também.

E a Componente de Apoio à Família no verão, cedemos gratuitamente a piscina às crianças.

Q- Dessas intervenções, quais foram aquelas que surgiram por requisição de outrem e quais aquelas em que foi a Junta que tomou a iniciativa de colaborar?

E1- A nível das fotocópias eu penso que inicialmente deve ter sido uma escola a solicitar e depois no decurso começou a alargar-se a outras escolas e sobretudo agora, já é uma prática. Se calhar, com as dificuldades sentidas hoje, pode haver maior solicitação da parte das escolas relativamente a nós, como estamos a trabalhar paralelamente e em parceria com eles. Penso que isso tem facilitado muito. Relativamente a materiais também são assim.

As outras iniciativas têm sido nós nossas. Logo que há capacidade de avançar, por exemplo relativamente aos projetos, avançamos mas sempre em diálogo com as escolas. Há a registar sempre um trabalho de parceria e de articulação com as escolas. Combinamos, trabalhamos, vemos qual a melhor maneira, definimos em conjunto estratégias, métodos, condições, etc.

Q- Tirando então a participação nas escolas, com que outros organismos é que trabalham e que tipo de situações é que fomentam para promover uma política educativa e social local?

E1- São através de protocolos como há pouco referi. Relativamente às Escolas Superiores que estão aqui, nós temos um protocolo com qualquer uma delas. Depois temos também protocolo com o IAC. Temos protocolo, por exemplo a nível de associações e outras atividades também existentes aqui na comunidade... vou-lhe dar um exemplo, o Teatro Papa-Léguas, as Artes Circenses que estão instaladas aqui no armazém 13. É uma forma de os sustentar com algum apoio financeiro através de concessão de subsídio e, por outro lado, de proporcionar às crianças atividades diferentes que vão de encontro às idades próprias delas e que vão no sentido também de despertar para as artes, a educação para a arte, é um pouco nesse campo.

Portanto nós não ficamos circunscritos exclusivamente a nós, trabalhamos sempre em parceria, sempre que possível. Sentamos à mesa, combinamos, trocamos impressões, acordamos, colocamos no papel e depois, independentemente do papel que fica sempre como um referencial, avançamos para as atividades, sendo de realçar que a boa harmonia e o trabalho em conjunto extravasam o papel.

Interrupção da entrevista devido à necessidade da entrevistada se ausentar. Foi retomada posteriormente no dia 14 de fevereiro de 2012.

Q- Retomando a nossa entrevista, pode fazer-me uma síntese dos projetos que a Junta de Freguesia desenvolve no âmbito educativo?

E1- Sem dúvida. Nós temos como estrutura central relativamente ao desenvolvimento de todo e qualquer projeto a ser levado a efeito pela Junta de Freguesia, o bem-estar físico e mental de todos os alunos da nossa comunidade. Neste sentido, e no que se refere ao físico, têm sido e têm vindo a ser implementadas medidas e projetos no âmbito da segurança escolar.

Para a segurança das escolas temos levado a efeito formação de voluntariado, de pessoas que estão empenhadas em trabalhar nas escolas, sobretudo naquelas escolas que necessitam de alguns vigilantes, em que o número é reduzido ou porque as pessoas se foram reformando ou porque não foram substituídas devido às medidas governamentais

que são do conhecimento público. E nós, como forma de colmatar alguns problemas existentes nas escolas, temos recorrido ao voluntariado e temos dado a nossa colaboração através da colocação de pessoas, em regime de voluntário, nessas escolas.

Por outro lado, ainda no que se refere à segurança das escolas, proporcionamos formação a alunos e professores no âmbito do bullying. Tivemos turmas, quer no agrupamento de escolas Pedro Santarém quer na Quinta de Marrocos. Foi extremamente positiva essa formação, foi muito apreciada e este ano vamos avançar também com formação idêntica para pais e encarregados de educação.

Quanto à segurança rodoviária, nós temos um protocolo com a Câmara Municipal que se chama “Os Verdinhos”. Verdinhos porque vestem o colete verde do trânsito e que estão a garantir a segurança das crianças e jovens ao atravessarem a rua junto das escolas localizadas perto da Estrada de Benfica. Como há muito movimento, os autocarros passam com grande velocidade e muitas vezes as crianças também atravessam sem verificar se está lá o sinal próprio para elas. Logo, há grande perigo e já têm acontecido acidentes. Para trabalhar conjuntamente, há um projeto que é da iniciativa da Câmara Municipal que nós acolhemos de braços abertos e tem vindo a resultar. Os senhores que lá trabalham estão muito contentes porque consideram que é gratificante ter o feedback da parte das crianças e o agradecimento que têm da parte delas na ajuda que fazem na travessia da rua.

Na saúde, e ainda por referência ao aspeto físico, vamos começar já a implementar no próximo mês um projeto de Educação Física em todos os estabelecimentos de educação, ou seja, em todos os Jardins de Infância e que se intitula “A Brincar ao Desporto”. Temos estabelecimentos de educação e de ensino. Os Jardins de Infância são considerados de educação. Temos cinco Jardins de Infância e vai estar uma pessoa a tempo inteiro no âmbito da Educação Física, não só para combater obesidade, relativamente a algumas crianças e começar já a trabalhar na perspetiva de uma vida saudável como inculcar também alguns hábitos de alimentação saudável para esse tipo de vida. Portanto, nesse sentido, nós já temos uma pessoa recrutada para o efeito, é uma questão agora de logística interna para avançar.

Quanto ao bem-estar mental, temos o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família em articulação com o IAC, que está a funcionar em cada agrupamento de escolas.

Temos os projetos que são exclusivos aqui da Junta de Freguesia de Benfica, que foi o “Diálogo de Olhares” através de formação vídeo no bairro da Boavista e “Ateliê de Fotografia e Identidade” com alunos problemáticos e em situação de risco aqui na Escola Básica 2.3 Pedro Santarém.

Temos também o programa “Intervir”, que é um programa de articulação com a Câmara Municipal. A entidade promotora é a Câmara, nós executamos e é muito interessante porque também prevê o trabalho com crianças e jovens em situação de risco. Temos vindo a trabalhar muito nesse campo as competências pessoais e sociais que iniciamos desde o Jardim de Infância até ao 3º ciclo do Ensino Básico. Apanha um leque de crianças, jovens, adolescentes muito importante. Temos feito um trabalho longitudinal com essas crianças e jovens.

Depois, há também algumas crianças que são sinalizadas na escola com problemas, que precisam de acompanhamento psicológico e como os pais não têm possibilidades de ir ao privado, nós, aqui, fazemos o acompanhamento psicológico dessas crianças.

Transversalmente a esse bem-estar físico e mental dos alunos, temos dois trabalhos de remonta, sendo um deles uma investigação que tem mesmo a ver com o bem-estar das crianças e jovens em Benfica. É um trabalho de investigação, como disse, que abrange uma amostra de 810 crianças e que estamos a trabalhar os dados, o que vai permitir uma caracterização exaustiva daquilo que se passa na nossa área de intervenção geográfica, com crianças e jovens, saber se há consumos, saber qual é o índice de jovens com gravidezes precoces, consumos de álcool, drogas, situações de risco doutro tipo. Isto tudo está previsto e é um estudo muito interessante.

A outra medida transversal, foi o Fórum de Educação sobre “O aluno como cidadão: que caminhos, que atalhos”, com várias intervenções, também em articulação e cooperação com os agrupamentos de escolas e as escolas do 3º ciclo e ensino secundário que também cá estiveram. Foi muito positivo, tivemos interventores muito conhecidos da praça pública, muito idóneos e cujo conteúdo das suas intervenções foi extremamente profícuo para o trabalho a realizar nas próprias escolas.

Paralelamente, temos também a Componente de Apoio à Família que é da Câmara Municipal e que nós somos entidade executora. Está a funcionar nos cinco Jardins de Infância e nas cinco escolas do 1º ciclo.

Temos as AEC's, que creio que já falei sobre elas. Conseguimos negociar com a Câmara e passar a ser a entidade promotora e temos como entidade executora a FAPLx, Federação de Associações de Pais de Lisboa. Nós recebemos diretamente do Ministério da Educação, no caso concreto da Direção Regional de Lisboa. Depois, passamos essas verbas para a FAPLx, através de protocolo que temos com eles. Eles ficaram a beneficiar na medida em que, por exemplo, quando era do tempo da Câmara, a Câmara, só quando recebia as tranches do Ministério da Educação, é que transferia a verba para a FAPLx o que significava que, muitas vezes, eles queriam avançar e já não tinham verba suficiente e estavam um pouco estrangulados com dificuldades financeiras quer para o pagamento dos professores quer mesmo para aquisição de materiais. Conosco, através de protocolo, nós facilitamos. Há sempre uma verba superior ao valor da primeira tranche para lhes dar uma certa almofada e eles poderem, na altura própria, não só pagarem aos professores sem atrasos como também adquirir materiais específicos para as disciplinas que são aplicadas nas AEC's.

Depois temos aqui um outro projeto, que é o “Ser maior” e que já vamos na quarta geração do “Escolhas”. Nós somos a entidade promotora e está a funcionar no Bairro da Boavista. Todos os alunos, sejam crianças, sejam jovens, após as atividades letivas, em vez de ficarem na rua a brincar, entregues a si próprios e, por conseguinte, num ambiente convidativo a outras situações que são menos aconselháveis e, portanto, de risco... esse programa permite trabalhar com eles, fazer trabalhos de casa e todo um outro programa de atividades sejam de carácter desportivo, lúdico e recreativo, por forma a manter as crianças motivadas para a sua ocupação dos tempos livres e assim prevenir, atempadamente, qualquer outra situação de risco que possa ocorrer ou qualquer outra tentação que possa seduzir qualquer criança nessas circunstâncias. É muito importante. Nós apoiámos sempre. Também tem umas verbas que são transferidas diretamente para quem está a executar. É um grupo de jovens formados, multifacetados e multidisciplinares que se organizaram numa associação e que é essa associação que faz a execução dessas atividades. Nós somos apenas a entidade promotora. Trabalha também com consórcios no âmbito de outras forças vivas da comunidade e que possam

constituir valências em termos de apoio e de ajuda, como por exemplo, temos aqui representada a FAPLx, temos uma pessoa que vem do IAC, temos uma pessoa que vem daqui das escolas, temos outra que é duma empresa têxtil que existe aqui em Benfica. Portanto, procura agregar outras valências.

Q- Como é que isso funciona, são os alunos que se inscrevem, é a escola que sugere quais os alunos que devem frequentar essas atividades?

E1- É uma conjugação de tudo na medida em que, como eles estão na comunidade há algum tempo, alguns alunos já sabem, aparecem voluntariamente e outros que já lá estão trazem colegas que conhecem e que sabem que estão na rua. E os próprios monitores desse programa articulam-se com os professores, com os diretores das escolas e com alguns pais e encarregados de educação quando os alunos são sinalizados pelas escolas. Procuram sempre agregar cada vez mais, mais crianças para beneficiarem deste tipo de serviço que é prestado.

Q- Esse serviço é prestado nas instalações das escolas ou há outra instalação própria para o efeito?

E1- Há outra instalação própria para o efeito. Há o polivalente lá que, apesar de ser uma construção da Câmara Municipal, é gerido pela Junta de Freguesia. É no mesmo edifício onde, há um ano atrás, abrimos um posto dos correios, por exemplo. Nos rés-do-chão está a funcionar uma delegação da Santa Casa da Misericórdia e no primeiro piso, para além do posto dos correios, está o “Escolhas”.

É um edifício relativamente novo, tem espaços de boa dimensão, é agradável e dá perfeitamente para aquilo que eles estão a fazer.

Q- Ou seja é um edifício camarário que tem uma das partes cedida à Junta que o gere como melhor se adequa?

E1- Exatamente. Gerimos os espaços que lá estão e sempre que às vezes há qualquer outra situação ou atividades suplementares, ainda há pouco aconteceu com o projeto “Eva” que foi um projeto para o qual eles concorreram. Implicava nesse projeto ter um artista durante pelo menos dois meses no bairro, conhecer o bairro e fazer alguma coisa pelo bairro. E no caso concreto foi muito interessante porque descobriram no Bairro da Boavista, que muitas ruas não são conhecidas pelo nome que lhes foram atribuídas pela

Câmara mas sim porque era a rua do “Cabeleireiro do Nené”, “Talho do Chico da Esquina”, vamos supor ou outra ainda do café... e foi assim que, a artista que lá esteve conseguiu captar muito bem tudo isto e propôs uma sinalética, para além da existente, aquela que era mais conhecida através da construção de placards que foram eles próprios que fizeram com os alunos. Foram ver e saber a opinião das pessoas da rua, fizeram entrevistas, fizeram a planta do bairro... está muito, muito interessante. Culminou precisamente com uma visita a todo o bairro e com a afixação dessa planta lá mesmo no polivalente, esteve em público primeiro e depois foi para o polivalente. Está muito bem feito porque em certos locais, como são conhecidos, nós temos as entrevistas gravadas... podemos ouvir as entrevistas. É uma planta interativa. Isto valorizou-os imenso, foi um momento de grande prazer, não só para eles que estiveram a colaborar diretamente com a artista como também, ver valorizar o próprio bairro, as pessoas e isso foi um objeto de grande felicidade para todos e de grande empenhamento. No dia, houve um grupo enorme a fazer o percurso do bairro todo a pé, seguindo a planta, vendo os sítios, onde eram, como eram e já lá estava a sinalética. Foi interessante porque a sinalética não foi no sentido de ficar afixado, arranjam uns vasos de barro e inverteram-nos. No fundo, enfiaram um pau de vassoura e depois então afixaram uns quadros nesses paus, revestidos de plástico por causa das intempéries, com a indicação do nome da rua, como era conhecida.

Eles têm também atividades desportivas, até aos fins-de-semana vão para fora do bairro em jogo de futebol, quer para Odivelas, quer para Loures... é muito, muito interessante. Têm muitas atividades e até visitas de estudo que vão de encontro à motivação dos alunos, que é isso que nós queremos, por forma a canalizá-los para outra ocupação de tempos que não aquela que podia ser catastrófica mais tarde, quer para eles, quer para a sociedade em geral.

Depois, ainda no âmbito aqui deste pelouro, porque ele não se restringe à educação, é muito mais vasto, também tem outras duas vertentes, a cidadania e a inserção social.

Nesse sentido, para além de algumas atividades que são pontualmente organizadas, nós temos um centro que é uma associação de apoio ao imigrante e que se chama “Em cada rosto igualdade”, o ECRI que funciona num dos edifícios ali dos castelinhos nas Portas de Benfica, que agora têm lá uma rotunda no âmbito das obras da CRIL. Não

circunscreve a sua atividade e a sua competência só a dar informação e orientar processos de regularização de imigrantes. Às vezes há casos mais complexos e têm a possibilidade de se dirigirem diretamente a SEF (Serviços de Estrangeiros e Fronteiras) porque, no mesmo edifício, em frente, está também a funcionar uma delegação dos SEF, o que, facilita muito os contatos e alguma orientação mais pormenorizada relativamente a toda e qualquer ação a desenvolver em processos mais complexos.

Para além de todo esse tipo de informação, acompanhamento e orientação, nós também fazemos rastreios de saúde. Temos protocolos com a Santa Casa da Misericórdia e com a Cruz Vermelha que, com as unidades móveis aparecem de uma forma periódica para fazer rastreios de saúde. Sempre que eles vêm cá a Benfica vão ali para o centro porque tem sempre muito sucesso e há uma afluência muito grande e significativa a essas unidades.

Por outro lado, também temos placards lá com informação sobre empregos. Temos uma pessoa que faz o levantamento de notícias sobre empregos, quer nos jornais, quer em revistas, quer mesmo em relação ao centro de emprego sobre formação profissional e nós afixamos. Até, sabendo qual é a área de especialização dos imigrantes, informamos sobre as possibilidades existentes, damos os contatos, ajudamos a orientar e encaminhar nesse campo.

Temos também um pró bónus a nível de uma advogada que faz, em regime de voluntariado, atendimento público e que quis estar junto dos imigrantes e pediu-nos para colaborar connosco, o que nós acedemos. Há um dia por semana que lá está e que ajuda em processos mais complexos, mais difíceis de orientar as pessoas, por forma a ultrapassar tudo com a orientação jurídica sobre a matéria.

Q- Esse serviço surgiu por iniciativa da Junta de Freguesia de acordo com as necessidades que sentiam?

E1- Sim, em tempos houve alguém que se lembrou disto e imediatamente a Junta de Freguesia acolheu o projeto. Esse alguém lembrou-se de fundar a associação mas pediu apoio e a colaboração da Junta de Freguesia e a colaboração foi prestada desde o primeiro momento, não só cedendo as instalações como apoiando com técnicos aqui da Junta. Gradualmente, e à medida que foram avançando no tempo, também as próprias

peças foram passando a mensagem umas às outras, a afluência foi cada vez maior, as solicitações também foram crescendo de maneira que, nesta altura, nós já temos um volume muito significativo. Nós temos, por mês, em média, entre quatrocentas a quinhentas pessoas de atendimento e recebemos de toda a parte do país, desde o Norte ao Algarve, não se destina só às pessoas da comunidade. Está no nosso site pelo que as pessoas que procuram ajuda, encontram-no e dirigem-se a ele.

Neste momento, nós estamos a trabalhar com o ECRI num projeto que se chama “O SEF vai à escola”. Isto é, os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras pedem às escolas o levantamento de crianças estrangeiras que a escola tem. Depois, são eles que se encarregam de contatar os pais e encarregados de educação, saber se estão em situação regularizada ou não regularizada e, por inerência da regularização da criança, os pais também têm direito a regularizar a sua situação, o que é muito bom porque vem facilitar todos os processos e alguns casos que nós não sabemos, nem conhecemos e que a partir de então passam a estar legalmente instituídos e em paz em Portugal.

Ainda a semana passada decorreram duas reuniões, uma em cada agrupamento de escolas, onde eu e a pessoa responsável pelo ECRI estivemos presentes. Estamos a colaborar diretamente com o SEF, fazendo o levantamento nas escolas. Depois, vamos encaminhar essa informação para os serviços e vamos ver, articuladamente, os SEF, mais as escolas e nós, como é que vamos fazer publicamente para, algumas crianças que não estejam regularizadas, ficarem com a sua situação legal.

Q- Passaremos ao último bloco de questões, relativo às relações que a Junta de Freguesia estabelece com outros organismos, nomeadamente Câmara Municipal e os órgãos de gestão das escolas. Começando pela relação com a Câmara Municipal, como é que a caracteriza?

E1- A relação tem sido excepcional com a Câmara Municipal. Para além do que está instituído em protocolo, nós às vezes vamos para além dessas competências na medida em que, como estamos mais próximo da população, rapidamente detetamos os problemas ou a população vem junto de nós e nós servimos de veículo de comunicação entre a população e a Câmara Municipal, tendo confiança para rapidamente ligar, dizer e a Câmara também aceder naquilo que é necessário e que é possível fazer de imediato junto da população. Logo, há um voto de confiança, há uma articulação permanente e há

uma colaboração mútua. Posso assim, em linhas muito genéricas, caraterizar a forma como nós trabalhamos com a Câmara Municipal. É verdade que temos uma vantagem no meio disto tudo que é ser da mesma cor política o que é favorável mas, independentemente disto, há toda uma relação institucional muito positiva e muito profícua em termos de trabalho, tanto mais que, quando a Câmara quer fazer alguma coisa, pergunta logo se nós estamos disponíveis para avançar e aderir a qualquer tipo de projeto que a Câmara queira iniciar.

Q- Não sente que vos sejam impostos demasiados projetos ou responsabilidades para os quais pensam não conseguir dar resposta?

E1- Aqui é o contrário, nós queríamos mais. Como temos já uma determinada dimensão em termos de desenvolvimento, de apoio e de competências, gostávamos até era de ter mais porque dispomos de estruturas próprias capazes de dar uma resposta satisfatória a tudo isso, sem dúvida.

Q- E quando sugerem isso à Câmara Municipal, qual é a resposta?

E1- A Câmara diz que sim, pode ser, mas que tem de ser um processo gradual. E um dos problemas que também muitas vezes é inibidor de ir mais além é o processo financeiro porque as restrições existentes neste momento também se vão projetar e condicionar a nível de atividades e de ações diretas junto da população, como é óbvio.

Q- Ou seja, a Câmara não vos diz que não mas alerta à partida que financeiramente não vos pode ajudar?

E1- Exatamente. Às vezes é complicado, às vezes é complicado de termos mais competências se bem que nós temos vindo a consegui-las gradualmente. É um processo que eu posso talvez simbolizar como uma escada, que é passo a passo e patamar a patamar, mas que vamos tentando e vamos conseguindo, dentro das possibilidades e em acordo mútuo, avançar sempre um pouco mais e fazer mais alguma coisa. Isto foi possível no ambiente, isto foi possível nos espaços verdes e na educação, gradualmente, vai sendo. Se bem que a educação é um pouco diferente porque nós temos tudo um pouco mais circunscrito.

Q- Sente que essa relação é mais promovida pela Junta, pela Câmara ou há um equilíbrio?

E1- Há um equilíbrio. Sendo que, como nós estamos mais próximos... Este aspeto proximidade constitui uma vantagem muito grande porque favorece diretamente o apoio à população mas também é a população que vê na Junta de Freguesia a entidade imediata capaz de resolver o seu problema e, portanto, independentemente de saber se é da competência da Junta ou da Câmara Municipal, dirige-se de imediato à Junta de Freguesia e depois a Junta diz e informa que, se é da nossa competência como é que vai fazer, se não for da nossa competência, vai diligenciar junto da Câmara Municipal para, num curto espaço de tempo, o problema ser resolvido. É isso que nós normalmente fazemos, informando sempre as pessoas que, se não é da nossa competência, não podemos agir de imediato mas vamos pressionar, vamos pedir, vamos tentar que rapidamente a situação seja ultrapassada.

Q- E os contatos que estabelecem com a Câmara Municipal são muito regulares, são muito formais, informais...?

E1- As duas coisas. Nestas circunstâncias, neste contexto há sempre relações formais e informais. Há relações formais que tem a ver com as reuniões, com assembleias, com qualquer tipo de sessão que seja direta ou indireta com os próprios Vereadores porque... nós trabalhamos com todos eles uma vez que também temos delegação de competências a todos os níveis, em todas as áreas. Logo, torna-se necessário haver esse contato com os Vereadores. E com o próprio Presidente, com alguma situação em que é da competência dele. A nossa Presidente, por inerência de funções, tem assento direto na Assembleia Municipal. Logo, tem contato todas as semanas ou de quinze em quinze dias, conforme a periodicidade das sessões, com o executivo da Câmara. Aí, a nível informal podem sempre fazer um ponto da situação de qualquer caso que esteja pendente ou à espera de uma resposta.

Q- De todos os projetos e programas que têm, pode relembrar-me aqueles que desenvolvem em comum com a Câmara Municipal?

E1- A Componente de Apoio à Família, pequenas reparações das escolas, “Os Verdinhos” e limpeza anual das escolas, temos de fazer concurso público com empresas para fazer a limpeza em todas as escolas e o projeto “Intervir”.

Q- Passando agora para a relação que a Junta estabelece com os órgãos de gestão das escolas, como é que a caracteriza?

E1- A relação é muito boa. Tem sido aprofundada cada vez mais e tem vindo a desenvolver-se num crescendo de confiança, de credibilidade, de articulação, de cooperação e de respeito mútuo. De tal maneira que, as próprias Direções das escolas, quando têm qualquer situação que gostariam de ver resolvida rapidamente, vêm primeiro ter connosco. As próprias escolas vêm também pedir-nos... quer o autocarro para visitas de estudo, quer auditório para reuniões. Portanto, há toda uma colaboração de infraestruturas e equipamentos que nós temos e que estão também ao serviço das escolas e, as escolas, por seu turno, quanto a soluções, a projetos... também pedem ajuda à Junta, se possível, para desenvolver aquilo que pretendem e, assim, conseguirem atingir os objetivos porque nem sempre dispõem dos meios e recursos suficiente para o efeito. Há uma articulação muito positiva, há uma cooperação mútua, há todo um trabalho conjunto de louvar.

Q- Pensa que as razões que estão por detrás desses contatos é a falta de recursos que muitas vezes as escolas têm ou haverá outras razões?

E1- Eu penso que há os recursos mas também são razões de ordem social e até mesma educativa. Por exemplo, de nível educativo, tal como aconteceu com crianças que são mais problemáticas e que não têm ainda projeto porque não podem ou porque os professores também já estão com os horários todos completos e que gostariam de ver... ou até mesmo por causa da ocupação desses jovens... e que, conversando connosco, podemos chegar a um acordo, negociar e ver que atividades a Junta pode oferecer para ocupar esses jovens, por exemplo. Não se trata de falta de recursos, porque ultrapassa o próprio âmbito da escola, daquilo que lhes é solicitado em termos de tradições e competências para o efeito. Foge já aos tempos letivos, foge à carga horária, foge a tudo o que está instituído e legalmente consignado em Lei. É completamente diferente.

Q- Pensa que poderá ser possível muitas vezes a Câmara não lhes dar resposta e aí sim, os órgãos de gestão recorrerem à Junta por estar mais próxima fisicamente, ou esta razão não lhe parece correta?

E1- Não, não me parece que seja assim a mais recorrente. É precisamente o inverso. Eles, uma vez que têm confiança em nós, e que há todo um bom trabalho desenvolvido, a primeira coisa que fazem é recorrer a nós e só depois é que vão para a Câmara. Porque, mesmo nas pequenas reparações nas escolas, por exemplo, há situações que nós não podemos, nem devemos nos intrometer porque não são da nossa competência. Vou-lhe dar um exemplo, tudo o que seja relacionado com sistemas elétricos de trincos e outras coisas é da exclusiva responsabilidade da Câmara porque tem uma equipa técnica especializada para o efeito que vai às escolas. Nós, apesar de podermos ter aqui elementos com a mesma valência profissional, não podemos avançar. Não está no protocolo, não podemos fazer, a não ser em casos excecionais e com o conhecimento da própria Câmara. Às vezes eles mandam para nós, reencaminhamos e informamos que não podemos fazer porque é da Câmara. Às vezes também eles já sabem e encaminham diretamente para a Câmara. Há outros casos em que, vou dar outro exemplo que penso que é elucidativo sobre esta matéria, que é caso do autocarro. Quando o nosso autocarro já está hipotecado para uma visita de estudo que não seja daquela escola que vem solicitar para aquele dia e hora, somos nós próprios que avançamos para a Câmara Municipal a pedir o autocarro. Nós estamos sempre disponíveis para colaborar e atribuir o autocarro.

Q- Pensa que essa relação é mais promovida pela Junta ou são os órgãos de gestão ou, como disse em relação à Câmara, há um equilíbrio?

E1- Eu penso que há um equilíbrio. Se eu tiver que analisar e agrupar nos pratos de uma balança, eu penso que vamos constatar que existe efetivamente um equilíbrio que... umas vezes somos nós, outras vezes é diretamente as Direções das escolas mas creio que muitas vezes eles recorrem a nós, antes de ser diretamente à Câmara por forma a ver se temos uma resposta de imediato e satisfatória e só depois, então, ir à Câmara. Penso que a via é esta, normalmente.

Q- Falando mais uma vez dos projetos, todos aqueles que mencionou são projetos que desenvolvem em comum com as escolas?

E1- Sim, todos eles. Com os dois agrupamentos e a escola secundária. Tenho de fazer uma ressalva, relativamente aos “Verdinhos”, não temos na escola secundária porque os alunos são mais crescidos, há lá só do 3º ciclo e ensino secundário e não têm crianças

pequenas, nem do 2º ciclo nem do 1º, como acontece na Pedro Santarém e Quinta de Marrocos. Até porque a Pedro Santarém e Quinta de Marrocos também estão ali na estrada enquanto a outra tem uma localização diferente e um contexto geográfico, onde o movimento e a idade das crianças e dos jovens são diferentes.

Q- Que conceção pensa que os membros dos órgãos de gestão das escolas têm do trabalho que é desenvolvido pela Junta de Freguesia?

E1- Olhe, se eu tivesse aqui a gravação dos depoimentos feitos pelos próprios Diretores de cada um dos agrupamentos na altura do Fórum da Educação, eu calava-me e pedia para registar exatamente porque é feito pelos próprios. E eles, em linhas gerais, o que disseram foi o seguinte: que no início tinham muita pena de não haver um desenvolvimento maior sob o ponto de vista educativo aqui em Benfica. Existindo um Campus Educativo por excelência e não haver um aproveitamento desse campus e até com recursos também de uma Junta com outra dimensão, de não estar a agir e a atuar com as escolas em colaboração, intervindo em prol de melhor educação para todas as crianças. E ficavam ainda com mais pena, vendo aqui ao lado o caso de Carnide e o caso da Amadora que já têm vindo a desenvolver muitos projetos nas escolas e têm toda uma dinâmica muito própria. No entanto, passados dois anos da nossa tomada de posse, podiam dizer, com satisfação e orgulho, que já tínhamos ultrapassado essa fase, que estávamos no bom caminho e que o trabalho era considerado extremamente positivo. Penso que isto sintetiza muito todo o trabalho que temos vindo a desenvolver. Um dia, mais tarde, convido-a a ouvir o cd porque é a transmissão integral do que foi dito, quer pelo Diretor do Agrupamento de Quinta de Marrocos quer pelo Diretor do Agrupamento Pedro Santarém. A dar os parabéns mesmo à Junta de Freguesia por todo o trabalho e empenhamento que temos vindo a investir e a fazer no âmbito da educação.

Q- Tem por norma transmitir aos órgãos de gestão as vossas responsabilidades no sentido de, muitas vezes, não vos serem solicitadas coisas que não são da vossa responsabilidade ou pensa que, de um modo geral, os órgãos de gestão já conhecem as responsabilidades que estão atribuídas às Juntas de Freguesia? E o protocolo existente com a Câmara Municipal também é comunicado às escolas?

E1- Sim, eles têm conhecimento do protocolo e nós até fazemos umas minutas, sobretudo por causa das pequenas reparações. Há um conjunto de informações que são

enviadas às escolas para saberem quais são os âmbitos de intervenção da Junta no que concerne à aplicação prática do protocolo. Agora, o que há no protocolo são mais de aspetos físicos do que pedagógicos porque são as pequenas reparações, são as limpezas... a questão administrativa, se assim podemos dizer. Mas há o outro campo todo que está em aberto. E neste campo é que há aí uma relação privilegiada com as Direções das escolas no sentido de valorizar cada vez mais o trabalho desenvolvido por elas, porque nós sabemos que há imensas dificuldades, condicionalismos, até devido à sociedade, em relação aos alunos, em relação aos pais e encarregados de educação... há todo um trabalho que muitas vezes não é valorizado e que requer um investimento profissional de todos aqueles que estão envolvidos por forma a obter bons resultados. E as escolas estão sempre empenhadas nisso. Há um ou outro caso mas isso é como em toda a parte. Esqueci-me há pouco de referir uma coisa, temos um projeto que visa valorizar o professor que se destacou na escola no ano, com atribuição de algo simbólico. Não é o professor dentro da sala de aula porque não vamos entrar no âmbito da avaliação dos professores e do desempenho profissional que é algo que provoca ruído e bastante tensão internamente, mas sim aquele que se dedica mais à escola, que é pontual, que é assíduo, que desenvolve projetos na escola, que adere a projetos, que tem capacidade de iniciativa para lançar projetos novos e inovadores na escola, que tem uma boa relação com os outros colegas dentro da escola, que tem uma boa relação com os pais e com os alunos também, que entretanto pode inclusivamente projetar a escola no exterior com a sua ação, com a sua atividade, com tudo... ou até mesmo no estrangeiro porque há projetos que são internacionais, os professores concorrem e ganham... tudo isto. Na sequência disto, esse professor é reconhecido internamente primeiro pelos seus colegas, não somos nós que vamos indicar nem é o Diretor da escola, é reconhecido internamente através de uma eleição interna. É por ciclo. Relativamente aos Jardins de Infância há um professor por agrupamento, ao 1º ciclo, ao 2º e ao 3º. É transmitido a nós e nós fazemos uma pequena cerimónia para atribuir o prémio, valorizando a ação desenvolvida por esses professores.

Q- Segundo então o que percebi, por norma, todas as escolas têm conhecimento daquilo que compete à Junta, daquilo em que a Junta está envolvida a nível de educação...

E1- Certo. E daquilo que a Junta pensa ir mais além e fazer de foro pedagógico, didático em prol da qualidade educativa dos alunos. Porque é sempre trabalhado à mesa com eles, com os Diretores de qualquer um dos agrupamentos e da escola secundária, sempre, sempre. Há reuniões, nós preparamos as coisas, trabalhamos, digo qual é o projeto e levo-o para ver com eles. Recolho e aceito sempre algumas alterações para valorizar o processo e o projeto e que possam constituir uma mais-valia para o trabalho a desenvolver em seguida e, articuladamente, avançamos. Tem sido sempre assim.

Q- A Junta de Freguesia tem assento no Conselho Geral?

E1- Sim, sou eu própria que estou em representação em qualquer um dos três Conselhos Gerais porque são dois agrupamentos e uma escola secundária e eu tenho estado sempre presente.

Q- Dra., muito obrigada pela sua colaboração.

E1- De nada.

Transcrição da entrevista 2- E2

Data: 13 de fevereiro de 2012

Hora: 15h30 min.

Local: Gabinete da Técnica da Educação da Junta de Freguesia de Benfica

Duração: 45 minutos e 37 segundos

Q- Boa tarde Dra. Catarina Alves, desde já deixe-me agradecer-lhe por me conceder esta entrevista. O meu trabalho de investigação tem como objetivo principal compreender em que consiste a participação formal e informal das Juntas de Freguesia na definição de políticas educativas locais e na gestão das escolas, mais concretamente nas valências de Jardim de Infância e 1º ciclo. Informo também que a informação aqui recolhida será apenas utilizada para estes fins e esta entrevista será gravada em áudio, como já tínhamos falado anteriormente.

Sendo assim, começo pelo primeiro bloco de questões que tenho para lhe colocar e que está relacionado com as competências educativas das Autarquias. O que pensa sobre o atual conjunto de competências que estão atribuídas às Juntas de Freguesia na área da educação?

E2- É assim, a nível legal eu não sei se estou a par completamente dessas obrigadoriedades, digamos assim, mais formais das Juntas relativamente às escolas. Sei que têm delegação de competências por parte das Câmaras a nível de escolas de 1º ciclo e Jardins de Infância, nomeadamente pequenas obras, limpezas, coisas desse tipo. Depois, a nível das outras escolas que já dependem mais diretamente do Ministério da Educação, eu não sei muito bem quais são as competências. Nunca aprofundei muito e se calhar era bom eu esclarecer que eu até este momento... há muito pouco tempo que estou a trabalhar com a vogal da educação, trabalhava mais com tudo o que tinha a ver com Ação Social, estava muito mais ligada a essa parte. No entanto, trabalhava diretamente com as escolas, embora não tivesse esse trabalho de aprofundar muito bem quais eram as competências da Junta. Provavelmente, a colega que faz a parte que tem a ver com a parte administrativa, estará de certeza muito mais por dentro disso porque é

ele que trata de tudo o que é ofícios, essas partes... acaba por mexer em tudo isso mesmo no que tem a ver com transferência de verba, passa-lhe um bocadinho pela mão.

Q- Consideremos que essas competências estão relacionadas com as pequenas reparações tal como disse, agradar-lhe-ia a ideia de alargamento dessas competências? Acha que em muitas situações ajudariam as Juntas a dar respostas às necessidades da sua comunidade?

E2- Na prática, aquilo que acontece é que, no nosso caso, nós temos muito mais intervenção com as escolas do que aquilo que supostamente... ou pelo menos do que aquilo que eu conheço que é suposto ter. Relativamente a se isso devia ser mesmo uma competência da Junta, sinceramente nunca pensei muito sobre esse assunto mas, assim à primeira vista, se calhar diria que sim. Porque, o facto de estarmos mais próximos das escolas, mais próximos da realidade e até mais próximos das Direções das escolas, se calhar facilitaria o dar respostas adequadas a cada realidade, a cada uma das escolas. Porque nós, por exemplo, aqui na Freguesia temos muitíssimas, não é, porque é uma Freguesia grande e as necessidades de um... há necessidades que são comuns e há outras que são muito específicas de cada uma das escolas.

Q- E que condições consideraria necessárias caso essas competências fossem alargadas? Alargamento de verbas financeiras, contratação de mais recursos humanos...

E2- Eu acho que esses dois fatores são muito importantes porque obviamente sem verbas o Poder Local não consegue depois atuar. Os técnicos também, é outra área imprescindível porque, quer dizer... fazer trabalho direto com as escolas, é fundamental ter técnicos e pessoas com formação adequada. Nós aqui no gabinete temos pessoas com essa formação exatamente porque trabalhamos em determinadas áreas.

Q- Uma vez que, como disse, não tem conhecimento ao certo de quais as competências educativas das Juntas, sabe se a Câmara tem algum protocolo de delegação de competências convosco? Que competências concretas é que vos delegaram?

E2- Tem vários protocolos de delegação de competências. A nível das escolas, sei que existem esses que lhe falei, a nível das obras, de pequenos arranjos, de limpeza das

escolas, tudo o que tenha a ver com materiais até também de limpeza, esse tipo de coisas. Há outros protocolos que são mais específicos relativamente a projetos como é a CAF (Componente de Apoio à Família), por exemplo. Esta Junta também tem delegação de competências, não sei se a designação é mesmo assim, mas relativamente às AEC's, porque é a Junta que é a entidade que recebe a verba e depois a transfere para quem executa. Basicamente estes são os que tenho conhecimento.

Q- Tem conhecimento se essas competências foram transferidas para a Junta de Freguesia por solicitação da Freguesia, porque a Câmara assim o entendeu, foi negociado, foi um processo imposto...o que é que sabe sobre isso?

E2- A CAF penso que foi transversal a todas as Juntas, penso que foi assim que aconteceu, pelo menos na altura em que foi transferida aqui para a Junta essa função, penso que foi a Câmara que decidiu fazê-lo. Relativamente às AEC's, sei que houve uma negociação. Depois, em relação aos outros protocolos de delegação de competências... já é uma coisa tão antiga que não tenho ideia, já é de muito antes de eu ter vindo para aqui trabalhar.

Q- Neste momento, que responsabilidades tem o pelouro da educação desta Junta de Freguesia?

E2- Olhe, neste momento o pelouro da educação tem uma intervenção alargada. A Vogal da Educação no fundo representa nas escolas, na Direção, a Autarquia. Sempre que há solicitação a nível de várias questões relacionadas com assuntos diversos, sei que é a vogal que trata disso e tem vários projetos. Estes projetos em que eu trabalho, como eu lhe disse há pouco, estavam num outro pelouro e neste momento fazem parte do pelouro da educação. A nível de um projeto que a Junta também já tem há algum tempo que tem a ver com imigração e com o enquadramento dessas pessoas, até a nível de legalização e tudo, também faz parte da educação. É a vogal da educação que é responsável pela CAF, pelas AEC's e destes projetos que têm a ver aqui com o gabinete de psicologia neste momento também é ela a responsável.

Q- Dessas responsabilidades, algumas foram definidas pela Lei, outras foram delegadas pela Câmara e outras surgiram por necessidade da Freguesia. Tem conhecimento se essas necessidades se foram alargando muito ao longo dos anos?

Ou seja, houve uma mudança na Freguesia que fez com que houvesse também alterações a nível da gestão do pelouro?

E2- Sim, houve bastantes alterações porque, por exemplo, eu lembro-me que aqui há uns anos, o pelouro da educação tinha uma atuação muito mais reduzida junto das escolas. Era basicamente aquelas que tinham a ver com a delegação de competências das obras, arranjos, esse tipo de coisas. Depois também, porque a Junta tem transporte próprio, muitas vezes as escolas solicitam esse tipo de transporte mas isso não é uma coisa que seja obrigatória mas que também já acontece há algum tempo. Mais recentemente, existe uma série de atuações que são feitas nas escolas, que é novo...até o facto da vogal da educação ter chamado a si alguns projetos que estavam a funcionar dentro da Junta, agregados a outros pelouros. Penso que traduz um bocadinho essa vontade da Junta de intervir mais diretamente com a população escolar.

Q- Essas alterações provavelmente provocaram mudanças também na gestão do pelouro. Que mudanças foram essas, mais contratação de pessoal, mais angariação de verba...?

E2- As duas coisas. É assim, o pelouro alargou muito porque o pelouro da educação, normalmente, só tinha a vogal e uma funcionária da Junta que fazia a parte de secretariado. Neste momento, tem muito mais pessoas a trabalhar diretamente com o pelouro, continua a ter a funcionária que faz, no fundo, a parte de secretariado, que é a secretária da vogal. Foi contratada mais uma pessoa no âmbito da CAF para fazer a gestão de tudo o que tem a ver com pagamentos e articular isso com os pais. Contratação de variadíssimos monitores, não sei quantos são neste momento mas sei que são muitos, tanto para a CAF como professores para as AEC's, se bem que essa contratação dos professores para as AEC's não é feita diretamente pela Junta, é pela entidade que está a executar. A nível aqui do gabinete de psicologia, também temos uma série de pessoas a trabalhar e que estão vinculadas ao pelouro da educação. Somos duas psicólogas do quadro, dois psicólogos contratados e uma pedagoga contratada.

Q- Falemos agora um pouco de si enquanto técnica, pode dizer-me qual a sua formação académica e fazer-me uma breve descrição do percurso profissional até chegar à atual posição que tem e ao trabalho que desenvolve?

E2- Então...a minha formação de base é a Psicologia Educacional. Comecei por trabalhar na parte do pelouro da ação social. Na altura, comecei por coordenar um ATL que a Junta tinha a funcionar. Depois, e também porque a minha formação se foi alargando porque fui fazendo formação a nível de terapias, comecei a fazer avaliações e acompanhamentos psicológicos aqui na Junta quando iniciámos o gabinete de avaliação e de acompanhamento psicológico. Fui continuando a estudar, estive a fazer Mestrado, tudo na área de clínica para dar resposta aquele tipo de... fui constatando necessidades que havia e não tinha resposta para esse tipo de necessidades. Depois o ATL terminou, ainda estive uns sete anos com essa coordenação. Foi na altura em que também se alargou a resposta a nível de ocupação de tempos livres para todas as crianças e as Juntas passaram a ter a função, não de promover ATL's mas sim de estarem com as CAF's. Aí, acabaram-se os ATL's que tínhamos, na altura tínhamos três e deixámos de ter. Também já estive a coordenar uma UNIVA que tínhamos aqui há uns anos, que era uma Unidade de Inserção na Vida Ativa, era um projeto que dependia de financiamento do IEFP. A coordenação deste projeto que agora temos, também já há bastantes anos que estou com isto, é o "Programa Intervir", um programa de prevenção de comportamentos de risco. Iniciou por ser um programa de prevenção de toxicod dependência e mais recentemente alargou-se a outros tipos de risco. Basicamente é isto, depois acabo também por fazer a articulação com outros projetos que existem na Freguesia e que a Junta é promotora, por exemplo, é o caso do "Programa Escolhas".

Q- Há quanto tempo é que desempenha este cargo?

E2- Isto foi passado uns meses depois da chegada desta nova vogal, teve a ver com a nova reestruturação aqui interna da Junta a nível de divisão de pelouros, isso tem mais a ver com a parte do Executivo e a forma como se organizaram. O trabalho que era feito pelo gabinete de psicologia passou a ser do gabinete da educação. Não foi tanto uma mudança do trabalho propriamente dito mas sim uma mudança de gerir...

Q- Em que tipo de atividades é que a Dra. dispensa mais tempo?

E2- Isso é um bocadinho variado. É assim, por um lado, no gabinete de psicologia há a parte de avaliação e de acompanhamentos psicológicos, que temos muitos pedidos. Depois, a parte que tem a ver com a coordenação deste projeto de prevenção de comportamentos de risco. Mais ainda, a intervenção direta com turmas, que também

faço esse tipo de trabalho. Este ano só faço com miúdos mais crescidos de 3º ciclo mas, normalmente, costumo fazer com as várias idades, desde o pré-escolar, 1º ciclo, 2º ciclo. Coordenação de estagiários, tanto a nível de estagiários académicos como profissionais. Neste momento não temos nenhum estagiário profissional, temos estágios também para a ordem dos psicólogos. Muito tempo também a fazer candidaturas para obtenção de financiamentos da Câmara para projetos, como é o caso do “Intervir” e relatórios, que é essa parte que estou agora aqui a dedicar-me.

Q- Só para sistematizar, relativamente aos recursos que a Junta mobiliza para desenvolver o seu trabalho, já falámos dos recursos humanos aqui do pelouro e agora pedia-lhe que me falasse dos recursos materiais, financeiros, infraestruturais...há alguma necessidade específica, usam as vossas instalações, as escolas...?

E2- Depende dos projetos. Neste momento, penso que não há nenhum projeto que traga os miúdos da escola aqui à piscina mas já tem havido. Não sei se com a CAF eles estão a vir ou não mas o ano passado eles vinham à piscina e utilizavam aqui as instalações da Junta. A nível daqueles projetos com que eu trabalho mais diretamente, nós desenvolvemos as atividades no espaço escolar. Temos também... que ainda não tinha falado, uns gabinetes que são os gabinetes de apoio ao aluno e à família, que são desenvolvidos em parceria com o Instituto de Apoio à Criança e que funcionam dentro das escolas e que são custeados pela Junta. Trabalham não só com alunos, com famílias também e temos um espaço próprio para esse fim, no espaço escola.

Q- Como é que encara o trabalho desenvolvido por esta Junta de Freguesia? Qual é o impacto que este tem na vida da comunidade?

E2- Acho que tem um impacto bastante grande, muito sinceramente. Comparativamente com outras realidades que conheço, tem um impacto bastante grande. Existem outros que são semelhantes não é, mas acho que, por exemplo, a nível do trabalho que nós desenvolvemos aqui no gabinete e é aquilo de que eu saberei falar melhor com certeza, nós desenvolvemos programas de competências pessoais e sociais com as crianças e os jovens nas escolas que de outra forma isso não era trabalhado. Esse trabalho é desenvolvido ao longo de todo o ano letivo e que intervém com grupos de crianças de uma forma continuada. Ou seja, nós começamos a trabalhar com os miúdos no 1º ano

do 1º ciclo e trabalhamos com eles por aí fora, trabalho com continuidade. Claro que isso tem impacto.

Q- Independentemente daquilo que a Lei vos designa e daquilo que a Câmara vos delega, que intervenções tem a Junta de Freguesia na área educativa?

E2- Se calhar podemos começar pelo gabinete de psicologia em que as escolas fazem os pedidos, também podem ser as famílias a fazê-los e, desde que sejam famílias sem recursos para custear esse tipo de trabalho, nós fazemos a custo zero. Portanto, é um serviço que normalmente é caro para as famílias que o procuram e a Junta acaba por fornecer esse trabalho sem qualquer custo para as famílias. Para as escolas também acaba por ser muito positivo porque, embora tenham o serviço de psicologia e orientação a funcionar, é óbvio que um psicólogo para um agrupamento inteiro de escolas não consegue dar conta de tanto trabalho portanto, é mais um recurso que têm e que acaba por complementar o trabalho que fazem.

Depois, a nível deste projeto de que falava há bocadinho, de prevenção de comportamentos de risco, nós trabalhamos com pré-escolar, 1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo... acabamos por trabalhar todas estas faixas etárias e no fundo trabalhamo-lo de uma forma continuada. Temos parceria com algumas associações que têm alguns programas de competências, que estão creditados, que estão feitos e validados e desenvolvemos esses programas com as crianças uma vez por semana nas escolas. Para além disso, este ano também implementámos um outro tipo de apoio a esse nível que é formação creditada para professores, porque nós já fazemos formação para professores no âmbito desses programas mas este ano conseguimos que essa formação seja creditada. Fizemos uma parceria com o centro de formação de professores aqui da área e a formação que estamos a dar, tanto a educadores de infância como a professores de outros níveis, acaba por ter crédito o que é muito mais aliciante para eles. Esse trabalho é desenvolvido tanto com os pequeninos como com os mais crescidos. Uma vez por semana vamos ao grupo e desenvolvemos durante... varia, varia muito...o ano passado, por exemplo, desenvolvemos trabalho na área de projeto e tínhamos noventa minutos em que fazíamos esse trabalho. Este ano está um bocadinho diferente, a área de projeto desapareceu, estamos a trabalhar na parte da formação cívica, no fundo são quarenta e cinco minutos por semana, mas é um trabalho com continuidade ao longo do ano todo.

Q- Todos os vossos projetos duram ao longo de todo o ano letivo?

E2- Exatamente, são projetos com continuidade. Estes por exemplo de que lhe estava a falar, são projetos que já desenvolvemos nas escolas há cerca de nove ou dez anos, já têm uma continuidade muito alargada.

Q- Têm criado outros que durem menos tempo ou que sejam só para desenvolver ao longo de um trimestre ou, por norma, os vossos projetos são anuais?

E2- É assim, preferencialmente são ao longo de todo o ano porque, por exemplo, sobre a questão de prevenção de comportamentos de risco sabe-se que, quanto mais continuada for a intervenção e quanto mais temáticas forem abordadas dentro daquilo que são as competências que é necessário trabalhar, mais eficazes são os programas. Mas também já temos feito programas mais curtos e, para além disso, sessões de informação, outro tipo de trabalho mais curto, tanto para professores como para as crianças.

Q- Falou-me da formação aos professores, este ano fizeram uma parceria com o centro de formação de professores... com que regularidade é que acontecem estas formações aos docentes?

E2- Estas formações que estão a ser feitas este ano são para programas específicos, são vários. No caso destas formações que estamos a fazer, são de vinte e cinco horas com cinquenta horas de trabalho autónomo por parte do professores e com acompanhamento mensal da nossa parte aos professores. Vão ter seis momentos de formação ao longo do ano letivo, portanto a regularidade é essa. Aquilo que nós pretendemos é dar continuidade a esta formação para o ano. Este ano trabalhamos umas temáticas, para o ano trabalhamos outras, sempre numa sequência.

Q- Que razões é que levaram a essas intervenções? Já me tinha dito um pouco lá para trás que a Freguesia tem algumas características que vos incentivaram mas existem outras razões? Este executivo tem como principal objetivo desenvolver a educação na sua comunidade... o que é que vos levou a intervir de uma forma tão ativa?

E2- Sim, sem dúvida também é uma aposta deste executivo e isso é fundamental. Se bem que algum trabalho já tinha continuidade anterior mas esta aposta grande tem a ver nitidamente com a opção do executivo com base nas necessidades da comunidade.

Q- Tirando a participação nas escolas, com que outros organismos é que trabalham ou que tipo de situações fomentam para desenvolver esta política educativa social e local?

E2- A nível de educação temos parcerias com o centro de formação de professores, temos parceria com algumas faculdades, nomeadamente aqui com a ESE (Escola Superior de Educação) e fazemos trabalho de articulação através de estagiários, de estágios de curta duração e até de trabalhos que são feitos no âmbito de algumas disciplinas. Temos aqui da ESE, temos estagiários também da faculdade... aquilo agora mudou, que era a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, temos estagiários da Faculdade de Psicologia e temos estagiários também da parte de Ciências da Educação, temos das duas vertentes. Sem dúvida isso também acaba por ser um aspeto que eu acho que é muito importante porque a presença de pessoas que estejam na faculdade, que estejam a par do que se está a desenvolver mais em cima do assunto, acaba sempre por ser um incentivo àquilo que é desenvolvido na prática. Para além do contacto com os estagiários, há também o contacto com os orientadores, com a própria Faculdade... eu acho que é muito positivo.

Temos também parceria com a Federação das Associações de Pais que excuta as AEC's.

Q- Para além destes, o gabinete de psicologia também tem outras parcerias?

E2- Sim sim, há com as faculdades, temos estagiários de várias faculdades, também da Universidade Lusófona da área da psicologia. Articulamos com os serviços de psicologia das escolas da Freguesia, com o centro de saúde a nível da parte da psicologia também, mais pontualmente com o Hospital Santa Maria... São Francisco Xavier, com aqueles que é necessário consoante as situações que vamos acompanhando.

Q- Passemos agora ao último bloco de questões relativo às relações estabelecidas entre a Junta de Freguesia com outros organismos. Como é que caracteriza a relação estabelecida entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Lisboa?

E2- Eu acho que há uma relação bastante forte, bastante boa.

Q- Não sente que haja conflitos... sempre que é necessária ajuda por parte da Câmara, é-vos dada?

E2- Eu posso falar mais diretamente sobre os projetos e sobre aquilo que lhe falei há bocadinho, cujo financiamento depende da Câmara e em que é necessário nós fazermos candidaturas, relatórios... Articulamos também com eles com regularidade. Nessa parte, a nível técnico, eu posso dizer que têm sempre correspondido e não tem havido assim grande problema. De uma forma mais geral, não tenho muita ideia de como é que as coisas se processam.

Q- Tem ideia se a relação que existe é mais promovida pela Junta de Freguesia ou pela Câmara Municipal?

E2- Olhe, é assim, nós estabelecemos bastantes contactos com eles. No fundo, se calhar, alertamos mais para as situações que tem a ver mais com o terreno. Eles acabam por lançar as coisas imaginando projetos que depois nós podemos desenvolver a nível local de uma maneira ou de outra mas sempre de uma forma um bocadinho mais alargada, nós é que temos de especificar muito bem o trabalho que faz sentido para a comunidade.

Q- Não sente que eles vos impõem?

E2- Não, não... a nível dos projetos com que eu trabalho.

Q- Esses contatos que estabelecem, são muito informais, muito via emails, via telefone, reúnem-se regularmente com alguém da Câmara Municipal...?

E2- Tem variado muito ao longo dos tempos. Por email e por telefone acontece e tem sempre acontecido. Aquilo que no fundo habitualmente existe é um contato muito direto a nível de reuniões regulares com a Câmara. Houve aí uma fase em que as coisas estiveram um pouco mais complicadas a nível deste projeto e não tivemos assim grande acompanhamento, já voltámos agora a ter. Porque, habitualmente, reuníamos mensalmente com colegas da Câmara e até era promovido por parte da Câmara reuniões mais alargadas com várias Juntas que estavam no mesmo território, ou pelo menos em território próximos e que estavam a desenvolver este tipo de trabalho. Parece que vai ser retomado esse tipo de procedimento e que vamos voltar a ter esse tipo de reuniões.

Q- Desses projetos e programas que desenvolvem, quais são em comum com a Câmara Municipal?

E2- Temos o programa “Intervir”. Dentro deste estão englobadas várias coisas, está o “Programa pré competências” que é para o pré-escolar, o “Crescer a Brincar” que é para o 1º ciclo, o “Reflexo” que é para o 2º ciclo, o “Eu passo” que é para o 3º ciclo. Ou seja, o projeto “Intervir” no seu todo é financiado pela Câmara, depende de uma candidatura. As candidaturas são variadíssimas consoante as Juntas e as necessidades. A nossa Junta apostou nesta parte e como lhe dizia há pouco, nem todas as Juntas fazem intervenção nas escolas. Neste caso, nós optámos por esta intervenção nas escolas porque no fundo achamos que é lá que estão as crianças, é lá que estas situações de risco podem acontecer, grande parte delas, portanto a atuação faz sentido que seja lá. Mas nem todas as Juntas assim o entenderam. A Câmara não define que tem de ser assim e nem todas as Juntas têm este tipo de projetos que nós temos, englobados dentro do programa.

Q- Voltando ainda um pouco aos contactos, quando estes existem, servem essencialmente para que efeitos?

E2- Para colocar questões... muito também na parte em que temos de fazer candidaturas e relatórios para descodificar algumas coisas dos formulários. Ao longo do ano porque vamos promover uma determinada atividade ou um fórum, informamos e gostávamos que eles viessem participar. Porque acontece uma atividade que fazemos na escola e que é uma coisa assim com um grupo maior e achamos que é importante que eles venham e também convidamos. Basicamente, é este o tipo de contatos. Claro que depois também pedimos regularmente formação para os técnicos, agora não tem havido muita possibilidade mas a Câmara já promoveu.

Q- Como caracteriza a relação estabelecida entre a Junta de Freguesia e os órgãos de gestão das escolas da Freguesia?

E2- É bastante positiva. Eu acho que é uma relação de confiança porque as direções dos dois agrupamentos e da escola secundária têm uma ótima relação com a Junta e acho que funciona muito bem.

Q- Essa relação é mais promovida pela Junta ou pelas direções das escolas?

E2- Eu acho que é muito equilibrada.

Q- Esses contatos que estabelecem com as direções, como é que acontecem, para que servem?

E2- Há sempre uma proximidade muito grande, quase não há dia nenhum que não ligue e que não fale com a direção de uma ou de outra escola para resolver assuntos que têm a ver diretamente com o trabalho que desenvolvemos até porque, no âmbito do trabalho desenvolvido dentro das escolas, temos reuniões mensais com a direção. Portanto, acaba por ser uma relação muito próxima e muito continuada.

Q- Já me falou um pouco dos projetos em comum com as escolas, falou-me do tal acompanhamento psicológico que fazem uma vez que os gabinetes das escolas não conseguem dar respostas a todos os casos que surgem, falou-me da CAF, das AEC's, do programa de desenvolvimento de competências, da prevenção dos comportamentos de risco, há mais alguns de que ainda não me tenha falado?

E2- Não, penso que já foquei todos. Há também o trabalho com pais, a nível de formação parental. Já temos tido várias vertentes, isto enquadra-se sempre neste projeto de prevenção de comportamentos de risco. Já tivemos intervenção com situações de famílias identificadas como famílias de risco, em que fizemos trabalho continuado com essas famílias, a nível de trabalho de grupo. Ultimamente temos tentado direcionar-nos mais para a intervenção dos pais das crianças com quem trabalhamos a nível de competências.

Q- Essa seleção dos pais com quem trabalham é feita pelas escolas, pelo gabinete de psicologia...?

E2- Não, nós acabamos por divulgar a existência deste tipo de possibilidade e os pais, por livre iniciativa, procuram.

Q- Disse-me logo no início que quase todos os dias contactam com os agrupamentos para esclarecer alguma dúvida, para dar continuidade aos processos que acompanham...

E2- Para divulgar atividades que vamos fazer. Ainda esta semana vou estar a ligar outra vez porque vamos iniciar uma ação de formação para professores de 1º ciclo, divulgar junto da direção e depois a direção divulga junto das escolas de 1º ciclo. Acabamos por ter esta articulação muito próxima.

Q- Que conceção pensa que os membros dos órgãos de gestão das escolas têm do trabalho que é desenvolvido pela Junta de Freguesia?

E2- Eu acho que eles valorizam bastante o trabalho que é desenvolvido pela Junta. Eu posso- lhe dizer, relativamente aqui ao trabalho do gabinete, que tenho essa perceção até porque nós já temos lançado iniciativas de algumas atividades englobadas neste projeto numa ou noutra escola, que depois são solicitadas por outras. No fundo, sabe-se um pouco o feedback do trabalho que fazemos que de alguma forma deve estar a chegar como positivo à classe dos professores e mesmo às direções das escolas. E mesmo a nível do trabalho que desenvolvemos com as turmas, percebemos que esse trabalho é valorizado porque nos anos seguintes há sempre mais pedidos do que a nossa capacidade de resposta.

Q- Faz parte da política da Junta transmitir aos órgãos de gestão das escolas as competências que tem ou por vezes sente que as escolas vos solicitam coisas que não estão nas vossas competências?

E2- Eu penso que há uma política de comunicação de competências mas a outro nível, isso não passa por mim. Eu acho que de certeza haverá porque a vogal reúne com as direções, tem assento no Conselho Geral, com certeza que isso estará definido. A nível, não tanto das direções mas dos professores em si com quem trabalhamos e do resto da comunidade escolar também, muitas vezes há pedidos feitos de uma forma informal que se calhar não são da nossa competência mas acabamos sempre por esclarecer e outros que não sendo da nossa competência, se fizer sentido que sejamos nós a resolver, acabamos por colocar isso superiormente na Junta e, se for decidido que é feito, assim será.

Q- Dra., muito obrigada pela sua colaboração.

E2- Espero que tenha servido.

Transcrição da entrevista 3- E3

Data: 17 de fevereiro de 2012

Hora: 16h30 min.

Local: Gabinete do Diretor do Agrupamento de Escolas São Vicente de Telheiras

Duração: 31 minutos e 06 segundos

Q- Boa tarde Professor Luís, desde já muito obrigada por me conceder esta entrevista. O meu trabalho de investigação tem como objetivo principal compreender em que consiste a participação formal e informal das Juntas de Freguesia na definição de políticas educativas locais e na gestão das escolas públicas, mais concretamente nas valências de Jardim de Infância e 1º ciclo. Informo também que a informação aqui recolhida será apenas utilizada para estes fins e relembro também que esta entrevista será gravada em áudio.

O primeiro bloco de questões que tenho para lhe apresentar está relacionado com as competências educativas das Autarquias. A primeira questão que lhe coloco é, o que sabe sobre as competências das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia ao nível da educação?

E3- As Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia a nível de educação têm as competências a nível do Jardim de Infância e do 1º ciclo, a nível de edifícios, a nível de refeições, a nível de atribuição de apoios sociais aos alunos, basicamente é isto. A nível pedagógico, cabe ao agrupamento, neste caso à direção, fazer o acompanhamento pedagógico e colocar professores... tenho a dizer também que nos Jardins de Infância, a Câmara tem também a responsabilidade de colocar os Assistentes Operacionais. Tudo o resto é da competência do agrupamento, neste caso eu, como responsável máximo no agrupamento.

Q- Independentemente daquilo que a Lei lhe atribui e a Câmara lhe delega, conhece outras intervenções da Junta de Freguesia de Carnide ao nível da educação?

E3- Não...é assim, normalmente as autarquias ... é claro que a autarquia local tenta estar mais próxima, e também se calhar é isso que se pede e que deve ser mas, em termos de educação, nem está previsto na Lei nem acontece. Por acaso aqui a nossa Junta de Freguesia... nós temos três Juntas de Freguesia aqui no nosso agrupamento... a Junta de Freguesia de Carnide já de há uns anos a esta parte, segundo quanto sei, tem um trabalho bastante próximo e interessante em relação à educação. De qualquer forma, é de facto da competência do agrupamento gerir toda essa parte pedagógica.

Q- Mas vocês enquanto agrupamento têm projetos em comum com a Junta de Freguesia?

E3- Sim, temos de ter. Temos a questão das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's) e a Componente de Apoio à Família (CAF), que por acaso, nas escolas que pertencem à Junta de Freguesia de Carnide, a Junta de Freguesia de Carnide é a entidade promotora e portanto as atividades deles estão previstas no nosso Plano Anual de Atividades (PAA). O nosso PAA é um documento base do nosso agrupamento, é aprovado em Conselho Pedagógico (CP), é aprovado em Conselho Geral (CG) e é claro que no CG estão representadas também a Câmara e a Junta de Freguesia.

Q- Sente que esta Junta de Freguesia trabalha para o desenvolvimento de uma política educativa local?

E3- Sim, eu acho que sim, acredito que sim. Eu acho que há outras Juntas de Freguesia que não têm uma preocupação tão grande com a educação.

Q- Tem conhecimento se existem projetos em comum entre a Junta de Freguesia de Carnide e a Câmara Municipal de Lisboa?

E3- Há algum de trabalho de articulação mas eu julgo que não é muito visível, deve ser mais trabalho de bastidores. É assim, sempre que se precisa de alguma coisa, de algum... nomeadamente transportes, de algum apoio específico... a Câmara Municipal tenta, dentro das possibilidades, também fazê-lo. E portanto não tem nenhum projeto diretamente com o agrupamento ou com a Junta de Freguesia mas tenta sempre colaborar. Acho que só por aí.

Q- Relativamente às AEC's e à CAF de que falou, tem conhecimento de como é que a Junta de Freguesia passou a promover esse tipo de atividades?

E3- Eu estou cá há cerca de sete meses e não sei muito bem o passado. Neste momento o que acontece é que nos apresentaram uma proposta de atividades para este ano que foi analisada por mim e que depois foi aprovada em Pedagógico e que depois foi levada a CG. Havia um conjunto de atividades que, se calhar, algumas delas não estão ainda bem articuladas, pelo mesmo como eu pretendo que sejam, com as atividades do agrupamento.

Q- Como por exemplo?

E3- Por exemplo, eles promovem atividades que vão de encontro aos interesses deles enquanto Junta de Freguesia e tentam aplicá-las no meu agrupamento e que nem sempre as atividades estavam inicialmente previstas na programação do agrupamento. Se bem que, como já lhe disse, esse documento foi aprovado em CP, faz parte do PAA portanto é também do agrupamento sim, mas às vezes não há de facto uma estreita ligação. Em termos de atividades até não é o mais problemático, o que eu começo a notar que é algum problema e já comecei a pensar de outra forma, ou seja, já marquei uma reunião com todos os coordenadores das AEC's, com os coordenadores dos departamentos curriculares daqui do agrupamento para que haja uma real articulação curricular. Porque repare, as AEC's são de enriquecimento, mas são para enriquecer o currículo, não são meras atividades à parte e há orientações curriculares para essas atividades. Portanto às vezes aí eu noto que, tenho notado... também eles efetivamente só começaram aqui desde que cá estou, só em setembro, desde setembro até agora tenho notado que há atividades que não se enquadram bem no currículo, digamos assim, ou que não são pensadas para o tal enriquecimento do currículo. Como também tenho duas entidades promotoras dentro do agrupamento, decidi agora na próxima semana, fazer-se uma reunião com todos os coordenadores envolvidos, quer das AEC's, quer daqui dos departamentos curriculares, para que se comece a combinar a forma de articular o currículo, quer na parte curricular quer na parte extra curricular. Até ao final do ano esperemos que, pelo menos em termos de planificação, essa articulação se concretize e, em termos de atividades no próximo ano, mude um bocadinho também, mais integrado, digamos assim.

Q- Têm duas entidades promotoras porque o agrupamento tem alunos de mais de uma freguesia não é?

E3- É, é isso. Por exemplo, esta escola pertence à Junta de Freguesia do Lumiar e os nossos alunos do Jardim de Infância e 1º ciclo vieram de uma escola que pertence a Carnide. Mas houve um contrato, se posso assim chamar, que durante dois anos a Junta de Freguesia de Carnide assegurava as AEC's e a CAF e portanto a Junta de Freguesia do Lumiar não tem, durante estes dois anos, qualquer responsabilidade nessa matéria mas depois há de ter e já há interesse da parte deles. E temos uma outra escola que pertence à Junta de Freguesia do Campo Grande que entregou as AEC's e a CAF a uma entidade promotora, a “Associação Educar a Sorrir”.

Q- E relativamente a esses problemas que foi verificando, houve uma comunicação com a Junta de Freguesia no sentido de os solucionar?

E3- Sim, fomos conversando informalmente. Por exemplo, houve uma reunião no final do 1º período para se fazer um balanço, digamos assim. Por acaso nessa reunião eu não estive presente, estive o meu adjunto com o pelouro dos alunos do Jardim de Infância e 1º ciclo... houve essa reunião e as coisas correram bastante bem. Em termos de atividades eu não tenho nada a dizer porque eu acho que são boas atividades e as coisas correm bem. A minha preocupação é a nível do currículo porque não está a correr conforme o que está previsto. Esta é a minha sensação, é para ver melhor. Depois também temos que nos reunir, sentarmo-nos todos e verificar se essa minha perceção é mesmo verdade. Entretanto já me perdi... Ah, como disse houve a reunião no final do 1º período e informalmente às vezes conversamos.

Q- Mas é apenas a Junta de Freguesia que define as atividades que são desenvolvidas nas AEC's e na CAF?

E3- Sim, tem sido. Mas lá está, as atividades que eles definem estão naquela proposta que me foi entregue em julho. Eu tinha cá chegado em finais de junho e ainda não tinha tido muito tempo para me inteirar. Agora com o tempo, tenho começado a ver que algumas coisas não são bem aquilo que eu queria, não é bem aquilo que eu quero, não é bem aquilo que eu pretendo e não foi naquele âmbito que eu concorri aqui a este projeto e portanto, até ao final do ano letivo, algumas coisas já vamos tentar fazer de acordo com as minhas ideias e portanto esperemos que no próximo ano algumas coisas sejam diferentes.

Q- Notou recetividade por parte da Junta de Freguesia em aceitar essas mudanças?

E3- É capaz de ser um bocadinho (risos) alguma reação, sim... eu acho que... vamos lá ver, a aceitação não é a melhor, não vai ser de ânimo leve mas repare que eu aqui, como disse há pouco, em termos pedagógicos, quem tem a competência de gerir e fazer essa gestão é o agrupamento, é o diretor. Às vezes, já me apercebi disso, que há uma certa confusão entre estas competências, mas não, é de facto o diretor.

Q- De acordo com o conhecimento que tem das competências que estão atribuídas por Lei às Juntas de Freguesia em matéria se Educação, pensa que essas competências deveriam aumentar?

E3- Eu acho que não. Eu acho que cabe de facto à direção do agrupamento gerir... o agrupamento não tem capacidade financeira, pelo menos não lhe foi entregue essa parte, também aí seria mais trabalho e mais responsabilidade, mas não nos foi entregue essa parte de gestão financeira de todo o agrupamento. De facto às Juntas de Freguesia e à Câmara é mais essa responsabilidade de gerir os edifícios, gerir os apoios, de gerir... neste caso quem é aqui a entidade promotora, também de gerir essa parte... pronto. Mas eu por acaso, quando me apresentei aqui a este projeto eu disse logo, e vou continuar a insistir nisso, que gostaria de ser eu a fazer a gestão das AEC's. Não posso fazê-lo sozinho porque depois tenho aqui um constrangimento que tem a ver com o facto de eu não poder pagar diretamente aos professores das AEC's e receber os recibos verdes porque eu enquanto Estado não posso receber mas, com a ajuda das Associações de Pais podia fazê-lo e eu acho que aí faria um trabalho mais articulado, quer pedagógico, quer curricular e, pronto. Como lhe disse, não é possível. A Junta de Freguesia quis assumir e só se não quisesse assumir é que podia ser o agrupamento ou a Associação de Pais, está tudo muito bem. Agora, a questão curricular tem que ser moldada, tem que ser adaptada.

Q- Passemos então ao bloco seguinte sobre o conhecimento que tem relativamente ao trabalho que efetivamente é realizado pela Junta de Freguesia. Conhece as responsabilidades que estão neste momento atribuídas ao pelouro da educação da Junta de Freguesia de Carnide?

E3- Não.

Q- Mas sabe quem é a vogal da educação?

E3- Sempre que falei com alguém da Junta de Freguesia de Carnide, falei sempre diretamente com o Sr. Presidente ou com duas técnicas da parte da educação, a Ana Paula Lopes e a Catarina Pereira. O vogal da educação não sei quem é e já tivemos algumas reuniões mas nunca estive presente nessas reuniões.

Q- A Junta de Freguesia quando comunica consigo é através destas duas técnicas?

E3- Sim, são as duas.

Q- Visto que falou dessas duas técnicas, tem conhecimento que existem outras pessoas a trabalhar no pelouro para além da vogal, conhece toda a equipa?

E3- Não, não. Conheço mais uma ou duas pessoas que não sei o nome. Conheço de vista e pelo menos mais um senhor que estive uma vez numa das nossas reuniões. Conheço uma outra que é a Ana Ramos também na educação mas mais na área do desporto, tanto que ela tem algumas atividades e programas aqui para as nossas escolas do agrupamento. Mas como lhe digo, a minha interação com a Junta de Freguesia é sempre através das técnicas ou quando acho que é algum assunto que diga mais respeito ao presidente eu próprio contacto diretamente, tenho o contacto dele... de resto ele até é professor no nosso agrupamento e por isso tenho o contacto dele aqui nos nossos programas, contacto com ele, falamos e trocamos às vezes algumas impressões. Não é muito regular mas já aconteceu umas três ou quatro vezes.

Q- Independentemente daquilo que a Lei define, em que situações é que a Junta de Freguesia participa na gestão da atividade escolar? Fazendo uma retrospectiva, falou-se das AEC's, da CAF... Que outros projetos conhece, mesmo que não se concretizem no seu agrupamento, mas que desenvolvam na comunidade e lhe pareça que estão a ir de encontro ao desenvolvimento de uma política educativa local?

E3- Eles normalmente divulgam logo todos os projetos que têm, recebo muitos e-mails da Junta de Carnide com a divulgação dos projetos deles. Têm um projeto de tutoria, por acaso há dias contactaram-me para saber se eu estava interessado mas como estava a conduzir pedi-lhes para me enviarem por e-mail para analisar. Ainda não recebi porque foi esta semana mas normalmente eles enviam e eu analiso. Se eu acho que é

interessante, que se pode aplicar no nosso agrupamento, que pode ser uma mais-valia para o nosso projeto educativo, sim. Quando não, nem respondo. Mas eles têm sempre essa preocupação de enviar sempre tudo por e-mail. Comunicamos muito por e-mail.

Q- E que tipo de projetos são esses? São mais destinados aos alunos, aos professores...

E3- Não, alunos. Lembrei-me agora deste que é um projeto de Educação para a Cidadania, que eu tenho impressão que era para alunos do 2º e 3º ciclo. Normalmente há as “Escolinhas do Despoto” ou a “E- Escolinhas”, acho que se chama o projeto assim, para o 1º ciclo, e não me recordo de mais nenhum. Ah, eles têm um núcleo de psicologia, que está afeto à Junta de Freguesia, pertence à Junta de Freguesia, com quem nós temos um protocolo e portanto há um número de estagiários que vêm cá fazer um diagnóstico e se de facto a criança precisar de um acompanhamento mais regular, mais sistemático...depois é consoante o rendimento familiar que os pais pagam as consultas. Achei que seria interessante porque eles poderiam fazer esse diagnóstico e depois a nossa psicóloga que só está a meio tempo, dava continuidade ao trabalho. Temos muitos problemas no nosso agrupamento e deveríamos ter uma psicóloga a tempo inteiro mas isso é outra questão. A nossa população discente é bastante carenciada e a maior parte dos pais não consegue pagar ao psicólogo.

Q- E esse protocolo surgiu por iniciativa de quem?

E3- Deles, núcleo de psicologia. Esse núcleo tem pouco mais de um ano e sei que houve logo da parte deles, assim que surgiram, contacto com o nosso agrupamento... abril ou maio, ainda não estava cá. Depois, a psicóloga da altura, que estava cá no ano letivo passado, em julho, informou-me que havia essa possibilidade e eu achei que era interessante e aí sim, fui ao encontro deles mas eles também estavam a pensar fazê-lo porque sabiam que havia um novo diretor e queriam dar-se a conhecer. Achei que seria uma ajuda, tento procurar toda a ajuda possível em termos de apoio social e portanto estabelecemos esse protocolo.

Q- Debrucemo-nos agora essencialmente sobre Jardins de Infância e escolas de 1º ciclo. Que intervenções é que Junta de Freguesia tem nestas duas valências, para além das que já me falou (“E-Escolinhas” e “Núcleo de psicologia”)?

E3- Que eu tenha conhecimento não tem mais.

Q- Passemos agora ao último bloco de questões relativo às relações estabelecidas entre a Junta de Freguesia com outros organismos. Qual é a perspectiva que tem da relação estabelecida entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal?

E3- Como eu disse há pouco, eu acho que eles entre eles, em trabalho de bastidores, têm alguma relação. Por exemplo, agora no próximo ano letivo, uma das escolas do agrupamento vai fechar para obras e cabe à Câmara Municipal de Lisboa fazer essas obras. No imediato houve uma reunião, foi agora no início de janeiro, houve uma reunião entre a Junta de Freguesia, a direção, fui eu que lá estive e a Câmara Municipal de Lisboa para se combinar como é que íamos fazer esse encerramento, ou seja, como é que vamos trazer... porque os meninos vêm para aqui para esta escola... como é que vamos fazer, que turmas é que vêm, que turmas é que vão para outra escola. Por acaso chegou-se a um consenso e porque também tenho espaço aqui, todas essas turmas que são sete, vêm todas para cá para o próximo ano. A abrir-se uma nova de 1º ano é que vai ter de ser numa outra escola do agrupamento que não esta. Se bem que... eu para a semana vou conversar com a Câmara sobre isso porque alguns pais gostariam mais que viessem para aqui e não para a Horta Nova mas pronto isso...até porque tenho mais algum espaço aqui mas é do lado do 2º ciclo. Eu posso fazer essa gestão mas também aí a Câmara vai dizer se concorda ou se não concorda, também aí tem um parecer, não é vinculativo mas é um parecer que também acho que é interessante.

Em termos de obras, de apoios, tudo o que diz respeito a transportes, nós pedimos sempre à Câmara Municipal se bem que a Câmara Municipal também tem falta de verbas portanto tudo o que passa para fora do transporte que eles têm que se chama “Alfacinhas”, normalmente o agrupamento ou a Junta de Freguesia tem de pagar, há um custo mas eles partilham às vezes esse custo, entre Câmara e Junta ou a Junta de Freguesia assume a totalidade, não sei. Ou então às vezes, quando não há hipótese da Junta de Freguesia pagar na totalidade, às vezes pedimos também uma contribuição aos pais.

Q- Então sente que há uma certa parceria no trabalho que é desenvolvido entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal?

E3- Sim, mais para estas questões que eu acabei de falar. Claro que grandes obras é sempre Câmara Municipal, pequenas obras é Junta de Freguesia porque foi assim que o Sr. Vereador da Educação, Dr. Manuel de Brito, achou que pequenas intervenções deveriam ser a Junta e não a Câmara. Porque eu acho que até há um tempo atrás era tudo a Câmara, consegui descentralizar isso. Mas é mais ou menos a esse nível, transportes, manutenção e conservação dos edifícios.

Q- O Professor Luís conhece o protocolo que existe entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal relativamente à descentralização de competências?

E3- Não, também não.

Q- A relação que a Junta de Freguesia estabelece com a Câmara Municipal, daquilo que tem conhecimento, parece-lhe ser uma relação mais promovida pela Junta, pela Câmara ou parece-lhe mútuo?

E3- Pois, também não tenho certezas, é capaz de ser de ambas as partes sim. Eu pelo menos, com a pessoa responsável pela educação na Câmara Municipal também sempre que lhe ligo, ele entende logo todas as dúvidas que tenho, é uma pessoa cooperante e colabora, portanto eu acho que devem ser ambas as partes sim.

Q- Sobre os contatos que estes dois órgãos estabelecem entre eles, sabe se são promovidos mais por necessidades que a Freguesia sente e por isso requer da Câmara Municipal mais atenção a alguns níveis ou são contatos meramente formais?

E3- Claro que quando há necessidades... a necessidade obriga não é! Agora, de vez em quando, há técnicos da Câmara a virem às escolas para verem se está tudo bem, fazerem uma vistoria em termos de refeições, de espaços e é uma das funções que as coordenações de estabelecimento têm é, sempre que detetam uma anomalia em termos de espaços, avisarem logo, quer a Câmara se for uma grande intervenção ou a Junta se for uma pequena intervenção, uma fechadura ou uma coisa assim do género.

Q- Mas sente que muitas vezes a Junta e a Câmara contactam porque esses contatos também já estão definidos e que têm de acontecer?

E3- Sim mas penso que até é mais quando a necessidade obriga.

Q- Falemos agora da relação que a Junta de Freguesia estabelece com os órgãos de gestão das escolas, nomeadamente a direção do agrupamento e as coordenações de estabelecimento que estão afetos a esta Freguesia. Como é que caracteriza essas relação?

E3- Eu acho que há uma proximidade. Por acaso a Junta de Freguesia de Carnide promove acho que mensalmente uma reunião, que eles chamam a isso... não me recordo, mas eles têm um nome. São vários os parceiros da Junta de Freguesia e portanto quando eles querem... por exemplo, no Natal eles fizeram uma atividade que foram os “Presépios” e cada escola tinha de apresentar um presépio lá nas instalações ou nas imediações da Junta de Freguesia. No Carnaval também houve um curso que foi promovido, portanto... De resto essas atividades estão todas previstas naquele plano que me foi entregue em julho. Portanto há sempre aquelas reuniões mensais em que estão os nossos coordenadores de estabelecimento, a Junta de Freguesia de Carnide e todos os parceiros sociais da Freguesia.

Q- E em representação da Junta de Freguesia, quem é que está nessa reunião?

E3- As técnicas, Catarina Pereira e a Ana Paula Lopes.

Q- O vogal da educação não costuma estar?

E3- Que eu tenha conhecimento não.

Q- E do agrupamento, é o professor Luís que vai?

E3- Não, faço-me representar pelo meu adjunto, como foi o caso de há duas semanas, acho eu. E quando não podemos não vai ninguém daqui mas das outras escolas vão as coordenadoras sim.

Q- Essa relação que existe é mais promovida pela Junta ou pelas escolas?

E3- Pronto, isso é no âmbito das atividades e do projeto deles junto da Freguesia de Carnide. Como eles querem implementar aquelas atividades que têm previsto no início do ano, sentem necessidade de articular com todos os parceiros.

Q- Essas reuniões servem essencialmente para quê?

E3- Mais a nível da planificação. O meu colega esteve aqui há duas semanas atrás nessa reunião que foi para planificar o curso de Carnaval. Estava também a Escola Segura como outro parceiro visto que era necessário fechar algumas ruas e por isso a polícia também era necessária.

Q- Como é que encara o trabalho que é desenvolvido pela Junta de Freguesia de Carnide ao nível da educação?

E3- De um modo geral eu acho que é bom. Não estou a pôr em questão nem em dúvida o trabalho que eles desenvolvem. Eu acho que é bom mas como lhe disse, eu acho que em termos curriculares, começo a aperceber-me que não é aquilo que eu pretendo mas de tudo o resto é um bom trabalho sim.

Q- Sente que esse trabalho tem impacto na evolução educativa e social da comunidade?

E3- Sim, social tem bastante impacto. Os pais procuram muito a Junta de Freguesia, pelo menos para a CAF e portanto quando os alunos da outra escola vieram para este ano letivo, foi preocupação dos pais saber se de facto a Junta de Freguesia vinha porque era uma mais-valia para eles, porque achavam que em termos sociais estavam bem acompanhados, estavam bem entregues. Como sabe, as AEC's acabam às dezassete e trinta mas para a maioria dos pais ou para grande parte dos pais, dezassete e trinta ainda é muito cedo e a escola está aberta até às dezanove e trinta para dar resposta a esses pais, que é um bom número de pais.

Q- Agora para terminar, no início tinha-me dito que não tem conhecimento das responsabilidades que estão neste momento atribuídas ao pelouro da educação, sabe quais as competências atribuídas por Lei às Juntas de Freguesia e às Câmaras Municipais mas da sua parte já houve alguma tentativa de tomar conhecimento destas responsabilidades ou ainda não deu tempo?

E3- Não, também não. É verdade que não, por acaso devia já ter procurado mas se calhar agora depois da nossa entrevista se calhar vou tentar procurar sim. De facto devia tentar conhecer quais são as responsabilidades da Câmara da Junta.

Q- Em relação à vogal também irá tentar conhecer?

E3- Pois, aqui é estranho. Por exemplo, em relação à Junta de Freguesia do Lumiar, que neste momento não tem responsabilidades a nível do 1º ciclo aqui no nosso agrupamento mas que quer assumir essas responsabilidades, eu já conheço a vogal da educação. Já veio cá pelo menos duas vezes, eu já fui a uma reunião na Junta de Freguesia também.

Q- Veio cá solicitada por si?

E3- Não, ela ligou-me a perguntar-me quando é que me podia receber mas foi iniciativa dela. Enquanto na Junta de Freguesia de Carnide eu não conheço quem é a vogal, ou melhor conheço-a se for ali à newsletter da Junta de Freguesia e conheço a fotografia da senhora.

Q- É um senhor.

E3- É um senhor, pronto então peço desculpa que eu nem sabia. Não conheço a vogal.

Q- Terminámos professor. Muito obrigada pela sua colaboração.

E3- De nada, espero ter ajudado.

Transcrição da entrevista 4- E4

Data: 23 de fevereiro de 2012

Hora: 19h00 min.

Local: Sala de reuniões do executivo da Junta de Freguesia de Carnide

Duração: 56 minutos e 48 segundos

Q- Sr. Miguel Agrochão, muito obrigada pela entrevista que me está a conceder. Tal como eu lhe tinha dito anteriormente, o meu trabalho de investigação tem como principal objetivo compreender em que consiste a participação formal e informal das Juntas de Freguesia na gestão das escolas públicas, nomeadamente Jardins de Infância e escolas de 1º ciclo e na promoção e desenvolvimento de políticas educativas locais. Agradeço mais uma vez a sua colaboração e relembro que a entrevista está a ser gravada em áudio e que todos os dados aqui recolhidos só serão usados para este fim.

O primeiro bloco de questões que tenho para lhe colocar está relacionado com as competências educativas das autarquias e a primeira questão que lhe coloco é: o que pensa sobre o atual conjunto de competências das Freguesias ao nível da educação?

E4- Antes de mais, é importante esclarecer que as Freguesias, por base, não têm qualquer tipo competência nesta área, são sempre por delegação de competências da Câmara Municipal, o que, dependendo dos casos e dependendo da vontade da Câmara Municipal, permitirá uma maior ou menor intervenção da autarquia. No nosso caso, temos alguma intervenção que prende-se sobretudo com as atividades extracurriculares que converteu todo aquele espírito que nós já tínhamos com os ATL's. Mas a Junta de Freguesia em termos de competências formais e de recursos para o efeito, de base e de raiz, são muito reduzidas, aliás como para todas as outras competências que possam ter para outras áreas de intervenção. Portanto, a minha opinião é que são reduzidas. Agora, dependendo de Junta de Freguesia para Junta de Freguesia e de capacidade de intervenção para capacidade de intervenção, as Câmaras vão delegando competências que, dependendo dos casos, permitem uma maior ou menor intervenção. Outra coisa é, à

margem desta que é a competência legal, o trabalho que pode ser feito de desenvolvimento, de cooperação, de participação, de desafio, de proposta, de parceria. E é sobretudo nesse campo que nós temos vindo a desenvolver trabalho. Nós assumimos como projeto e uma lógica de “Carnide Educa a Tempo Inteiro”. Muito antes disto começar a surgir, antes das atividades extracurriculares surgirem, nós já tínhamos atividades de tempos livres, já tínhamos as estruturas montadas em parceria com as escolas, já havia uma ligação muito estreita no desenvolvimento do trabalho e naturalmente que não faz sentido, havendo estruturas a trabalhar com as mesmas crianças, em espaços muito próximos ou às vezes no mesmo espaço, não fazia sentido que o trabalho não fosse interligado. Portanto havia uma articulação estreita, tão estreita quanto possível, com vista que houvesse uma coerência na abordagem, no trabalho e nas competências que estavam a ser desenvolvidas numa lógica complementar.

Q- Do ponto de vista legal, agradar-lhe-ia a ideia de haver um alargamento dessas competências, independentemente dos protocolos que tenham com a Câmara Municipal?

E4- Eu posso-lhe responder a isso, não concretizando nesta área porque é uma pergunta muito genérica mas de princípio, e pensando aqui um bocadinho no que é que é o papel da Junta de Freguesia e o que é que a Junta pode e não pode fazer...é importante, para planear um trabalho a médio e longo prazo, que exista estabilidade e possibilidade de contar com algumas certezas. A partir do momento em que temos protocolos anuais ou de quatro anos... ou de três anos, dependendo das lógicas ... não existe uma segurança que daqui a dez anos tenhamos as competências e os meios necessários para continuar a desenvolver o trabalho que começámos. E isto é verdade para a educação, para o desporto, para a cultura, é verdade para todas as áreas sobre as quais podemos refletir. Portanto era importante ... isto depois dependendo das fronteiras porque a competência implica meios, a competência tem responsabilidades e tem de se perceber qual é que é a entidade pública melhor vocacionada para cumprir determinada função em determinado contexto. De uma forma geral eu diria que era importante, para efeitos de estabilidade e de saber com o que é que podemos contar no futuro, que houvesse uma formalização legal das competências, agora depende de muitas outras coisas.

Q- A Câmara Municipal transferiu-vos algumas responsabilidades na área da educação?

E4- Sim, em particular nas pequenas reparações. E aqui existe uma outra lógica um bocadinho diferente. Quando as atividades extracurriculares surgiram, nós fomos a entidade promotora diretamente e fomos dos poucos, senão a única, que não passou pela Câmara Municipal. Entretanto, a Câmara Municipal de Lisboa assumiu também esta responsabilidade mas mantendo-se sempre à margem porque, antes da Câmara o assumir, já nós o tínhamos assumido. Era complicado depois a Câmara tirar-nos o trabalho de investimento que nós já tínhamos feito, portanto compreendeu.

Q- Falou-me das pequenas reparações e das AEC's, é somente nesse âmbito que houve transferências?

E4- Não lhe sei dizer com pormenor, não tenho aqui o protocolo. Mas nós não estamos cá para limitar a nossa intervenção ao nível da atribuição legal como é evidente. Quando há uma lógica de envolvimento e de parceria, o protocolo é necessário para que algumas responsabilidades fiquem definidas bem como os meios para concretizar essas responsabilidades. Agora, há duas formas de ver os protocolos: uma forma fechada e burocrática em que nós nos limitamos àquilo que está no papel ou uma postura proactiva de construção da comunidade em que o protocolo tem que existir mas que nós não nos restringimos àquilo que está na letra do protocolo que evidentemente, nós respeitando os mínimos que lá estão definidos, aquilo que nós procuramos fazer é contribuir o máximo possível e nas diferentes formas para que a comunidade educativa de Carnide saia beneficiada.

Q- Esse protocolo e aquilo que nele consta foi algo imposto ou foi negociado?

E4- É sempre negociado. Obviamente que há... as partes não são iguais nesta negociação. Uma Junta de Freguesia com uma Câmara Municipal está sempre... o dinheiro está sempre do lado de lá. Então em Lisboa que é um “monstro”, a capital, Lisboa... que é maior que alguns ministérios, portanto nunca é fácil mas é sempre negociado e depois também cabe às Juntas de Freguesias saberem ou não negociar os seus protocolos e saberem ou não afirmar o seu trabalho e saberem ou não cumprir com aquilo que são as suas responsabilidades. Eu creio que a nós a Câmara reconhece

que nós, dentro daquilo que tem sido combinado, nós não termos falhado. A nossa posição naquela mesa de negociações vai sempre depender do nosso passado e da forma como soubermos colocar as coisas. Mas que há uma inferioridade por parte das Juntas de Freguesia de uma forma geral perante uma Câmara Municipal, é evidente. A própria Lei atribui à Câmara Municipal aquelas competências e só dá se quiser, em muitos dos casos se o Presidente da Câmara assim o entender. Pode “ir aos figos” com um e não “ir aos figos” com outro, tem este poder completamente discricionário e usá-lo como entender.

Q- Então neste momento, quais são as responsabilidades do Pelouro da Educação da Junta de Freguesia de Carnide?

E4- Nós neste momento asseguramo-nos como a entidade promotora das atividades extracurriculares e com tudo isso... e asseguramos as atividades de tempos livres para além dessa responsabilidade formal das AEC's que têm de cumprir determinados parâmetros e depois existem outras responsabilidades que nós assumimos como nossas mas que não estão formalizadas, designadamente um projeto de “Escolinhas Desportivas” que se dá a quem quiser o acesso a experimentar sete modalidades desportivas ao longo do ano, ditas menores, para não cairmos no futsal e no futebol onze, por exemplo. É uma componente mais desportiva que vem complementar a componente desportiva das AEC's. Temos depois toda uma dinâmica, por exemplo o “Curso de Carnaval”...a Catarina irá certamente falar nisso e dar mais pormenores sobre a dimensão e as implicações que isso tem e depois a Junta assume aqui um papel muito grande de coordenação coletiva, isto é, através do Conselho Consultivo de Educação, sentam-se todos os parceiros envolvidos direta ou indiretamente com as escolas de Carnide e os diferentes agrupamentos e ali discute-se a estratégia educativa de Freguesia. Os temas vão desde a solução de um problema, uma escola está com um problema e ali todos refletem sobre um problema de uma escola, seja de indisciplina, de infraestruturas, seja do que for até coisas mais práticas, como o tema do “Curso de Carnaval” para este ano ou o tema sobre o qual para o ano todas as nossas atividades terão como chapéu. Eu creio que este é um trabalho absolutamente essencial para que professores, pais, associações de pais, autarquia, escola e os diferentes intervenientes das diferentes escolas estejam alinhados por um fio comum, por uma articulação comum, possam partilhar experiências e “beber” das experiências uns dos outros. Esta

aqui é uma responsabilidade que nós assumimos como nossa, não só aqui na educação mas também nos outros pelouros e áreas em que este é um sistema de trabalho.

Q- Este Conselho Consultivo de Educação foi criado pela Junta de Freguesia de Carnide?

E4- Foi estimulado pela Junta de Freguesia de Carnide, aliás como todos os outros e como os grupos comunitários. Nós assumimos o papel de... não de coordenador, não de entidade superior porque como disse não o assumimos e não o queremos para nós mas como catalisador inicial que... e estimulador para que ele exista. Hoje é um dado adquirido que existe “Conselho Consultivo de Educação”, é um dado adquirido que existe “Rede de Cultura”, é um dado adquirido que existe “Conselho Consultivo do Desporto”, “Conselho Consultivo da Juventude” e neste momento, nuns casos mais do que outros, a Junta pode não ir que o Conselho continua a existir. Nós assumimos aqui um papel de disseminadores mas não é algo que nós sintamos como nossa propriedade mas propriedade da comunidade.

Q- Esse alargamento das vossas responsabilidades, dos vossos trabalhos surgiu por que razões? Por necessidades da Freguesia ou por outros motivos?

E4- Legalmente nós servíamos para o recenseamento, agora nem para isso servimos, nalguns casos para gerir cemitérios, e nós não servimos para isso, e para organizar eleições, isto é Lei. Obviamente que uma autarquia tem responsabilidades para com a sua população, significativamente superiores. A opção de investir, se se pode chamar assim, num conjunto de responsabilidades na área da educação, surge da identificação de lacunas que foram surgindo e, como autarcas eleitos, como instituição pública cuja sua missão é servir a comunidade de Carnide, foram-se construindo as respostas, ou tentando construir as respostas que eram necessárias para que a comunidade vivesse melhor, essa é a nossa função.

Q- Essas responsabilidades têm-se alterado muito ao longo dos anos?

E4- Nós temos notado um crescendo de confiança no nosso trabalho e isso nalguns casos implica uma maior predisposição para delegar competências por parte da Câmara Municipal, uma responsabilidade nossa de estar à altura das expectativas criadas e, portanto, estar sistematicamente à procura de carências que têm de ser colmatadas e

construir com os parceiros, através do Conselho Consultivo de Educação, as respostas mais adequadas e que envolvam todos para a solução dos problemas... quem diz problemas diz oportunidades, não se pode ver isto só pelo lado negativo. E isto sim, nós temos assumido um papel que nos tem trazido um protagonismo crescendo nesta matéria, sem dúvida que sim.

Q- Muito provavelmente estas alterações também provocaram mudanças na própria gestão do Pelouro. Essas mudanças foram facilmente integradas, houve necessidade de alargamento do pessoal interveniente, ou outros aspetos?

E4- Sabe que quando se passa de ATL e se integra, por exemplo, as AEC's, a lógica que estava para ATL não faz sentido para as AEC's até porque, os requisitos exigidos para um monitor de ATL não são os mesmos para um professor de AEC's. Teve de se montar toda uma nova lógica e a lógica que nós montámos foi envolver a comunidade. E envolver a comunidade aqui... , dou-lhe três exemplos: quem assegura a componente desportiva das AEC's é o Clube Atlético e Cultural que é um clube da Freguesia, quem assegura a Expressão Dramática e a Expressão Musical são a associação "Tenda" e a "Associação Dramática de Carnide", o grupo de Teatro de Carnide. Isto implicou um ajustamento muito grande mas a estratégia que foi utilizada para este ajustamento foi, mais uma vez, envolver a comunidade, as forças vivas da Freguesia na promoção de atividades de enquadramento às crianças no âmbito da educação e isto, naturalmente, implica ajustes.

De uma forma mais transversal, há sensivelmente três ou quatro anos, nós sentimos necessidade de mudar completamente a lógica de gestão da própria Junta de Freguesia porque, à semelhança do que acontece hoje com a Câmara, nós funcionávamos por pelouros muito fechados em que cada pelouro era o seu pelouro, tinha as suas equipas e funcionava autonomamente, ou muitas vezes de forma desarticulada dos restantes pelouros. Ora bem, a realidade não é assim tão estanque e existem mais zonas cinzentas do que zonas pretas ou brancas. Até que ponto é que trabalho de desporto não é trabalho de juventude, até que ponto trabalho de educação não é trabalho de cultura, até que ponto é que trabalho de educação e cultura não é trabalho de juventude e desporto? Isto são quatro exemplos, não é. A ação social também é transversal. Em todas as áreas que nós temos aqui, conseguimos encontrar mais pontos de contacto do que diferenças e por

isso, a própria gestão da casa, passou a ser feita de outra forma em que a segregação das áreas passou a ser muito menos fechada e existe uma preocupação para que todos os pelouros articulem trabalho e não é por acaso que falo das “Escolinhas Desportivas” que é um projeto que começa no desporto, vocacionado para dar resposta a uma necessidade identificada na educação, e isto acontece nas escolas. Agora diga-me onde é que começa a educação e onde é que acaba o desporto? Não é possível, não é. A própria realidade e não só as evoluções na educação, mas a própria perceção da realidade obrigam e obrigou-nos a um ajustamento profundo da forma como nós vemos e gerimos neste caso a coisa pública.

Q- Neste momento, para o desenvolvimento de todas essas atividades e todos esses projetos ao nível educativo, que recursos materiais, financeiros, infraestruturais e humanos são por vós mobilizados?

E4- Tenho de lhe responder agora? Eu posso-lhe fazer chegar toda essa informação discriminada porque nós temos isso no relatório de contas e estamos definidos por centros de custo em que tem o orçamento por ATL, por estrutura. Temos uma equipa com cerca de trinta pessoas mais os professores envolvidos nas AEC's, temos uma equipa muito grande mas depois posso-lhe fazer chegar isso tudo. Mas posso dizer-lhe que é o pelouro ao qual são afetos mais custos, é aquele onde nós gastamos mais dinheiro. Agora há aqui vários aspetos, entram aqui vencimentos de funcionários cuja atividade não se circunscreve apenas à educação, que é o problema dos instrumentos financeiros, não conseguem espelhar com todo o rigor a realidade e assim tem de ser, não se convertem pessoas a números nem realidades a números. Agora, é o pelouro mais caro, é o pelouro onde é mais difícil equilibrar porque tem um investimento muito grande ou porque existe o princípio da não consignação da receita à despesa e nesse sentido nem nós conseguimos fazer uma gestão equilibrada e eficiente das contas. Mas, orgulhosamente não somos imagem, nem somos exemplo do panorama nacional. Neste momento temos as nossas contas perfeitamente equilibradas e o nosso processo de consolidação tem vindo a ser feito já há muito tempo e hoje estamos numa altura... não estamos numa altura folgada porque não há dinheiro, mas estamos numa altura bastante equilibrada e de grande segurança naquilo que estamos a fazer.

Q- Do pelouro da educação fazem então parte o Dr. Miguel como vogal e quantos técnicos?

E4- Dois coordenadores e depois existem os coordenadores do equipamento e depois existem as equipas do próprio equipamento e depois existem os professores das atividades extracurriculares. Existe uma pirâmide muito grande mas depois eu faço-lhe chegar isso.

Q- Falemos agora um pouco de si enquanto Vogal da Educação, pode dizer-me qual a sua formação académica de base e se lhe for possível fazer-me uma breve descrição do seu percurso profissional até chegar a esta posição e há quanto tempo é que a desempenha?

E4- Eu entrei na Junta de Freguesia, fui eleito, não foi para a educação, foi para a juventude e desporto e para as finanças com 18 anos. Tinha acabado de entrar na Faculdade Nova de Economia. Depois, nas últimas eleições fiquei com a educação também, quando fomos reconduzidos, por essa altura estava a fazer o Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. Profissionalmente, trabalho na Presidência do Conselho de Ministros. Entretanto fiz um Mestrado em Economia e Políticas Públicas. Este é o meu percurso académico.

Quando cheguei à Junta, era bom rapazinho, tinha acabado o secundário com notas perfeitamente aceitáveis, tinha entrado na Faculdade onde queria mas a escola fez-se aqui. Fui aprendendo sobretudo aqui, vendo, ouvindo e sempre ciente de uma coisa: como lhe expliquei antes de começarmos a entrevista, há quem esteja a tempo inteiro e há quem não esteja a tempo inteiro, os vogais desta Junta não estão a tempo inteiro, não têm uma remuneração...isto não é uma profissão. Nesse sentido, a lógica que tem de ser imposta, o estilo de trabalho que tem de ser de articulação que tem de ser colocado aqui é de grande confiança nos técnicos e o papel tem de surgir sempre de ouvir, aprender, porque eles sim, a formação deles sim é da educação e o nosso papel é sobretudo de inspirar e de orientar. E muitas vezes a orientação parte das próprias equipas e dos próprios técnicos, se nos soubermos ouvir. Eu acho que esse é o grande desafio de um Vogal da Educação ou de qualquer outro Vogal que trabalhe numa organização com a dimensão como a da Junta de Freguesia de Carnide, com estas responsabilidades e que

não esteja a tempo inteiro, independentemente da área. Esta é a minha forma de ver as coisas, não é necessariamente a mais correta nem necessariamente a mais eficiente.

Q- Há quanto tempo desempenha o cargo?

E4- Estou neste cargo há 6 anos, vai fazer 7.

Q- Como é que descreve o seu método de trabalho?

E4- Há aqui um estilo de trabalho que é cultura da organização que é a gestão partilhada: uma gestão coletiva, envolvente em que nós não resolvemos os problemas das pessoas, resolvemos o problema com as pessoas, não resolvemos o problema da comunidade, resolvemos o problema com a comunidade. E esta é uma cultura profundamente enraizada na forma de gerir a coisa pública. E portanto, aquilo que eu lhe dizia da postura de ouvir e depois com base naquilo que ouvimos tentar orientar ou tentar construir em conjunto uma orientação, isto é a postura do Vogal com o Técnico, do Técnico com o Coordenador de Equipamento, do Coordenador de Equipamento com o Monitor de ATL e com a própria comunidade. Portanto, a política educativa é definida, a estratégia é definida em conjunto, ouvindo todos e tentando envolver ao máximo possível todos. Obviamente que isto nem sempre é possível, estou a romancear a realidade. Muitas vezes é preciso decidir de um dia para o outro e a decisão aparece, não há a possibilidade de auscultar todos. Não é isto enquanto estilo de gestão corrente, é isto enquanto cultura percebe. Está sempre presente o ouvir, está sempre presente o perceber o outro lado, está sempre presente a necessidade de construir uma ponte para encontrar uma solução. Isto é um estilo de trabalho, é uma cultura de organização e não é o meu método nem o método dos coordenadores de educação. Existem estruturas mais pesadas, equipas mais pesadas do que outras. A equipa da educação é efetivamente aquela que tem mais recursos afetos e nesse sentido carece de uma estrutura hierárquica mais firme. Não é uma hierarquia pura e dura, existe aqui uma informalidade grande, existe aqui uma auscultação, não há aqui um distanciamento das pessoas, não há aqui a hierarquia muito patente, até porque a organização é uma organização jovem e tem de adequar os métodos de gestão às próprias características da organização por forma a potenciar aquilo que as pessoas têm para dar.

Q- Em que tipo de atividades é que despende a maior parte do seu tempo enquanto Vogal da Educação?

E4- Sobretudo com a coordenação técnica, na articulação, na reflexão, na informação através de reuniões, no acompanhamento...isto é o meu caso particular não é verdade para todos. Se reparar, há áreas que funcionam muito bem em horário pós laboral, são as áreas cujos intervenientes trabalham em horário pós laboral, dou-lhe o exemplo do desporto em que o movimento associativo...têm outros empregos e como tal é depois do horário de trabalho que estão disponíveis e aqui é mais fácil ir ao terreno porque vamos ao terreno quando eles lá estão. A educação funciona em horário público e nesse horário o Vogal está a trabalhar. Isto aqui é uma limitação dos eleitos locais de Freguesia e portanto é sobretudo... a minha abordagem é sobretudo com os coordenadores da área, os coordenadores técnicos e numa lógica de capacitação muito grande para que eles próprios tenham autonomia para tomar a decisão. Até porque, convenhamos, a minha área de formação não é a educação, a minha área de formação é a economia e com algum olho para a gestão pública e por aí fora, portanto eu não posso assumir a postura como postas de pescada sobre o mar em que os técnicos é que dominam e têm a experiência de terreno e conhecimento da realidade brutalmente superior à minha.

Q- Como encara o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia ao nível da educação? Que impacto sente que o vosso trabalho tem na comunidade?

E4- Penso que nós ajudamos a fazer a diferença, eu acredito vivamente nisto e é muito isto que se vai tentando passar às pessoas que se dedicam, não como funcionários públicos normais das 8h às 16h, mas como pessoas que vestem e sentem este projeto como seu e como uma opção de vida cuja sua função é dedicar-se ao bem-estar da comunidade. Eu acredito que hoje temos resultados extraordinariamente positivos por três razões essenciais: a primeira deve-se sobretudo à equipa que nós temos, à equipa de pessoas que está envolvida e extraordinariamente vocacionada e dedica ao projeto, dedicada ao serviço do interesse público e que esta cultura existe efetivamente e aqui se faz toda a diferença; um segundo que tem a ver com o facto da cultura da organização ser muito aberta, isto é, nós estamos vocacionados para o exterior, para ouvir o exterior, para estar no exterior, para acompanhar a realidade e a terceira é, pelo facto de se tratar

de uma organização com uma cultura jovem, com pessoas jovens, existe aqui uma ousadia muito grande de experimentar, de correr riscos, de ser empreendedor, de avançar com um projeto que à partida ainda haja quem torça o nariz. E foi assim que se avançaram com as primeiras cantinas e foi a cidade de Lisboa, creio eu, o primeiro sítio onde houve cantinas nas escolas primárias, fomos dos primeiros a avançar para ATL's, formos os primeiros a converter toda uma estrutura que estava perfeitamente cimentada e perfeitamente consolidada, convertemos em menos de nada, foi muito duro, mas convertemos rapidamente a uma estrutura completamente diferente em que permitiu incorporar as atividades extracurriculares e sermos nós promotores à frente de toda a gente, fazendo nós aqui escola. Portanto, é este estilo empreendedor, de não deixar ficar... da mesma maneira a que temos a coragem para agarrar, temos a coragem para largar aquilo por que nós temos muita estima mas que entendemos que a comunidade já não carece. Muitas vezes nós afeiçãoamo-nos àquilo que fazemos, afeiçãoamo-nos aos projetos que criámos e é o meu “bebé” e não o queremos deixar cair, e depois continuamos a insistir em projetos que já não valem a pena para a comunidade, é preciso também ter este desprendimento e esta maturidade para dizer “ok, eu gostei muito de fazer isto mas isto já não é necessário, isto tem de cair e cai”. Eu creio que são estes três eixos que fazem a diferença no nosso trabalho.

Q- O bloco seguinte de questões está relacionado com as práticas efetivas da autarquia ao nível da educação. Assim, independentemente daquilo que vos compete por designação da Lei ou pelo protocolo que têm com a Câmara Municipal, que intervenções efetivamente é que realizam? Já me falou das AEC's e das Escolinhas do Desporto mas agradeço que recapitule e complete por favor.

E4- O curso de Carnaval...toda uma panóplia de projetos que têm vindo a ser desenvolvidos. Com o “À descoberta de Carnide” em que as crianças vão conhecer as infraestruturas que existem na Freguesia, vão à polícia, vêm à Junta de Freguesia falar com o Presidente, vão à Santa Casa de Misericórdia e por aí fora... e depois existe uma outra coisa que foi nós atingimos um estádio, uma dimensão tal que, alguns dos projetos que eram diretamente desenvolvidos por nós como o “Brincar com a ciência a sério” em que as crianças faziam experiências e por aí fora, começaram a ser passados para o movimento associativo. Isto é, a rede de movimento associativo nesta lógica de ter uma comunidade ativa, passa necessariamente por ter um movimento associativo forte e

dinâmico e tendo-o, nós começámos a perceber que tínhamos ali um potencial muito grande. Nós hoje temos associações que estão vocacionadas para isto, e estando vocacionadas para trabalhar com crianças, nós temos de aproveitar. Alguns dos projetos que eram diretamente dinamizados por nós, estão a ser dinamizados por eles. Aquilo que era mais um projeto da Junta de Freguesia, é agora um projeto do movimento associativo ou daquela associação em particular.

Q- Quais são os destinatários destes projetos?

E4- Essencialmente são as crianças de 1º ciclo, nós agora também alargámos, também temos o Jardim de Infância mas naturalmente a abordagem é diferente, o tipo de trabalho tem de ser ajustado à maturidade da criança. Alargámos agora, muito por pressão dos pais, ao 2º ciclo também. Isto é, nós começávamos a enquadrar no Jardim de Infância e chegávamos à 4ª classe em que a criança era sempre acompanhada pela Junta de Freguesia nesta lógica do “Carnide educa a tempo inteiro”, era de manhã ao final do dia e de repente chegavam ao 5º ano e não tinham qualquer enquadramento, nós não tínhamos esta resposta criada e começámos este ano pela primeira vez a desenvolver uma resposta do 2º ciclo com vista a dar continuidade a esta estrutura que já existe para a educação pré-escolar e do 1º ciclo. Naturalmente que a procura é menor porque a determinada idade as próprias crianças querem uma autonomia que é normal e os próprios pais já não reconhecem, que é algo que a mim pessoalmente me deixou surpreendido, os pais já não reconhecem a necessidade de continuar, em particular nos bairros municipais, já não reconhecem a necessidade da criança estar tão acompanhada e portanto dispensam este serviço. É uma extensão que é para manter porque há procura, não há na dimensão dos restantes, mas há procura.

Outro projeto muito grande, e esse é efetivamente megalómano, tem a ver com as ocupações de tempos livres nas férias, em que nós envolvemos não só com crianças do 1º ciclo mas sobretudo com crianças do 1º ciclo cerca de 250.000 pessoas no verão. Isto implica uma logística, uma dimensão absolutamente brutal, é aquilo que a Câmara chama “Praia Campo”, mas a Câmara...a Câmara financia uma enésima parte das carrinhas que nós... estamos a colocar em simultâneo catorze autocarros na rua. E isto é uma logística absolutamente brutal em que temos que recrutar pessoas de fora para este trabalho sazonal e que temos que assegurar que a dinâmica de recrutamento, que é uma

loucura, e temos que assegurar que a prata da casa está... que nos garante a segurança e o enquadramento devido em todos os autocarros mas em simultâneo.

Q- E é só um projeto para as férias do verão?

E4- Não, verão, Páscoa e Natal

Q- Então concretamente nos jardins de infância e nas escolas do 1º ciclo as vossas intervenções consistem em quê, para além dos projetos que desenvolvem têm as pequenas reparações também que falou há pouco e reúnem com os membros da escolas no conselho consultivo. Quem é que tem assento nesse conselho consultivo?

E4- Da nossa parte?

Q- No geral?

E4- A Catarina poderá dar-lhe esta informação com maior pormenor mas estarão os encarregados de educação com os representantes das associações de pais, os coordenadores de equipamento, os diretores das escolas, a Junta de Freguesia nas suas diferentes estruturas não é, isto já não é pouca gente não é! Se um professor quiser participar também pode fazê-lo, portanto não há aqui uma restrição. Se um pai quiser participar e conhecer pode fazê-lo, isto é o standard, mas depois participa quem sente que tem disponibilidade e vontade para contribuir para o bem comum nesta área, quem sente que o seu contributo é útil ou que pode ir lá beber alguma coisa que lhe interesse.

Q- E esse conselho consultivo acontece com que regularidade?

E4- É mensal, uma vez por mês, todos os meses.

Q- Nas instalações da Junta, nas escolas?

E4- Vai variando. Depois daí vão resultando grupos de trabalho para questões mais concretas, resulta um grupo de trabalho com representantes das várias instituições, para refletir por exemplo sobre o “Curso de Carnaval”. “Curso do Carnaval”, estou-lhe a dar recorrentemente este porque é o último exemplo. Depois existe uma componente, outro projeto, uma componente que é transversal, tudo vai dar a isto, ao definir um tema todos estes temas são muito vocacionados para o desenvolvimento integral da criança e que numa lógica de participação cidadã. Houve uma campanha transversal para “O fim do

Cocó na rua”, o cocó do cão, em que este trabalho de sensibilização que era transversal a toda a Freguesia, a todos os pelouros, a todas as áreas teve um trabalho profundo na educação porque tem aqui um potencial preventivo absolutamente enorme, e sensibilizando estas crianças estamos a conquistar os adultos de amanhã. Isto também passa naturalmente pelo conselho consultivo e a estratégia depois de operacionalização e por aí a fora.

Q- Eu tenho conhecimento do vosso projeto “SOU”, com a sua mascote, como é que funciona basicamente?

E4- Participação cidadã. É escolhido um tema nesta área que é enquadrado, este tal chapéu todo e depois no fundo o “Sou “é o super-herói do imaginário das crianças que é utilizado para transmitir mensagens de desenvolvimento cívico, de participação cidadã, este do cocó do cão é uma exemplo, não é. E depois oiça, isto tem um potencial absolutamente brutal, o verdadeiro potencial está na capacidade das crianças imaginarem tudo e mais alguma coisa... o “Sou” voa, o “Sou” é o super-herói e dá o exemplo e passa a mensagem de uma forma que o adulto não consegue fazer.

Q- Tirando as escolas, com que outros organismos é que trabalham na área da educação?

E4- Mais uma vez aqui a fronteira não é estanque. Há uma ligação muito grande ao movimento associativo, dei-lhe alguns exemplos que estão formalmente ligados às AEC's, e a título de exemplo, a AMA, Associação Motora de Atividade Adaptada, uma coisa assim, que no fundo o seu core, a sua atividade central é para ajudar a integração de crianças com autismo, por exemplo, é um parceiro super válido para o nosso trabalho com estas crianças. Quando nós fazemos estas animações de verão, nós temos crianças com autismo, como temos crianças com autismo durante o ano, o autismo a título de exemplo, e nós precisamos de enquadrar estas crianças devidamente para lhes dar as condições para que elas tenham exatamente as mesmas oportunidades que as outras, com o enquadramento que carecem, de maneira que a AMA torna-se um parceiro essencial. Há este alinhamento, esta cooperação, esta coordenação e esta colaboração.

Q- As parcerias vão surgindo à medida que também é necessário?

E4- Sim. O movimento associativo, eu não sei se teve conhecimento do encontro que fizemos do movimento associativo aqui há bem pouco tempo, mas nós temos um movimento associativo muito forte e muito largo na Freguesia e isso potencia todo o tipo de contatos, todo o tipo de colaborações. Alguns são da Freguesia, outros não. Por exemplo, a Fundação Aragão Pinto muitas das vezes desenvolve atividades e propõe-nos o envolvimento para que seja feito aqui com as nossas crianças... isto vai surgindo. As próprias “Escolinhas Desportivas” não é um projeto da Junta, é um projeto do Conselho Consultivo do Desporto, que tem o Carnide Clube, o CAC, os Escorpiões, o Juventude Horta Nova, A Associação Desportiva da Quinta da Luz, por aí fora, os Unidos. Também aqui não tem de haver uma fronteira muito estanque. A Câmara Municipal de Lisboa é parceira como é evidente, o Ministério da Educação é parceiro como é evidente.

Q- Ou seja, tem algumas parcerias formalizadas ao nível do desenvolvimento das AEC's e depois têm aquelas que vão surgindo à medida que é necessário?

E4- Certo. Por exemplo, temos o “Curso de Carnaval”, faz sentido organizar esta atividade sem falar com as associações dramáticas? Faz sentido fazer um inter-escolas sem falar com as associações desportivas? Agora, este ano faz sentido haver inter-escolas, ninguém me garante que para o ano faça sentido. Tanto que agora a lógica foi convertida numa lógica completamente diferente. Eu gostava muito deste projeto mas não é isso que a comunidade ou que a Freguesia carece, este cai e encontra-se outro melhor. Por isso, dizer que este ou aquele é nosso parceiro para sempre, isso não existe. O que existe é uma rede de parceria e de envolvimento muito grande mas como lhe dizia há bocadinho, isso é a nossa forma de estar. É a nossa cultura de gerir.

Q- Passemos agora ao último bloco de questões relativo às relações que a Junta estabelece, e já temos vindo a falar um bocadinho sobre isso, mas é só para reforçar. Como é que caracteriza a relação da Junta de Freguesia com a Câmara Municipal?

E4- Sugiro que leia a entrevista do Sr. Presidente da Câmara Municipal respondendo a essa pergunta, no boletim de freguesia deste mês. “Tem dias”, é como ele responde. A relação é institucional, existem divergências, existe um grande respeito institucional e existe, pelo menos da nossa vontade e estou em crer que da Câmara Municipal também,

uma grande vontade de ultrapassar as divergências de conceção para bem da cidade e da Freguesia. Existe uma relação de exigência de parte a parte, e isso também nos torna melhores porque se nós queremos exigir da Câmara também temos de estar em condições para que eles não nos possam exigir em contraponto e isso obriga-nos a ser melhores e obriga-os a eles a ser melhores. Portanto, existe uma relação que não é fácil, que não é um mar de rosas até por divergências de conceção, os partidos políticos e as orientações ideológicas não são as mesmas mas existe aqui um... a democracia é isto tudo.

Q- Sente que essas diferenças de conceção vos criam muitas dificuldades ou não encaram isso de uma forma tão problemática?

E4- Quando não se quer extremar posições, o bom senso geralmente é o melhor conselheiro e eu creio que se no princípio da relação com a Câmara Municipal de Lisboa não foi exatamente assim, neste momento é. Existe uma plataforma de entendimento, existe bom senso e existe sobretudo provas dadas no trabalho para trás. Se ao princípio éramos facilmente ultrapassados ou tentavam fazê-lo, hoje essa hipótese já não se coloca, existe uma compreensão de que a nossa postura é de servir a comunidade independentemente das afinidades políticas. E servir a comunidade é pensar antes de mais na comunidade. Esta será sempre a postura com que nós nos apresentamos ao debate, não podemos é concordar nem admitir que esta não seja a da outra parte. Porque a nossa boa-fé, se é aproveitada pelo parceiro, a relação nunca será duradoura. E portanto essa tem sido a nossa postura. São perfeitamente ultrapassáveis quando as relações são moderadas pelo bom senso e pelo sentido de serviço público que é aquilo que tem de entrar nas organizações.

Q- É uma relação mais promovida pela Junta ou pela Câmara?

E4- É de parte a parte. O trabalho é estreito, as dependências são estreitas. Eu creio que hoje a Câmara Municipal de Lisboa compreende que ter-nos como parceiro é uma mais-valia para o trabalho deles e para o cumprimento dos objetivos deles. Existe aqui uma articulação e uma proximidade que tem vindo a ser cada vez mais estreita até porque a dependência do sucesso é cada vez mais próxima, não é.

Q- Os contatos que estabelecem são realizados concretamente como? Com reuniões presenciais ou de outras formas?

E4- Quando é necessário, isto depois depende do assunto, da premência, depende ...há contatos que são regulares porque derivam de uma necessidade de contato e de articulação regular. Agora não vou usar este contato regular para resolver problemas de outra natureza. Por exemplo, quando a escola do Bairro Padre Cruz estava a cair aos bocados, eu não vou esperar o contato regular, e não é o técnico que vai fazer esta articulação, tem de ser o político, tem de ser o Presidente da Junta com o Vereador ou com o Presidente da Câmara, dizendo que é preciso fazer alguma coisa.

Q- Que projetos é que têm neste momento em comum com a Câmara Municipal?

E4- Nós temos as “Férias de verão” e eles têm a “Praia Campo”, e aquilo que nós concretizamos em Carnide, é numa dimensão extraordinariamente superior em Lisboa, mas a Catarina poderá dar-lhe mais pormenores.

Agora também existe um muito recente que tem a ver com o transporte de crianças da escola para casa. De facto é um projeto da Câmara que nós apoiamos e monitorizamos e fazemos o acompanhamento. O transporte é da Câmara, os condutores são da Câmara e nós fazemos uma espécie de monitorização no local em que verificamos e damos o feedback, se está a valer a pena, se estão a gastar dinheiro sem razão... e este é o mais recente, creio eu.

Depois não nos podemos esquecer que a competência é da Câmara, nós aos estarmos a articular e pensar escola, temos necessariamente de passar pela Câmara, o próprio projeto quotidiano, não estou a falar de projetos pontuais, mas o projeto de educar crianças é um projeto partilhado, pela Junta, pela Câmara, pelos Encarregados de Educação, pelos Professores, pelo Ministério da Educação. Este é um projeto partilhado. Depois pode haver alguns projetos satélite que vêm enriquecer este projeto central que é o projeto de educar.

Q- Passemos então agora para a vossa relação com os órgãos de gestão das escolas. Como é que a caracteriza?

E4- É de grande e estreita proximidade. Hoje é muito fácil chegar ao Diretor da Escola e é muito fácil que o Diretor da Escola chegue até nós, o contato é muito fácil.

Q- Conhece os Diretores das Escolas?

E4- Conheço. Quem trata com eles é sobretudo, como lhe expliquei há bocadinho, a Catarina e a Paula, os coordenadores técnicos que é quem está cá. Eu conheço-os, sei quem são, eles sabem quem eu sou, se estivermos juntos conversamos com toda a informalidade e proximidade com que a relação institucional se caracteriza. A articulação quotidiana e o trabalho propriamente dito são feitos pela Catarina e pela Paula e pelos próprios coordenadores de equipamento, pelos próprios monitores e toda a gente se conhece. Dependendo do assunto, logo se vê quem faz mais sentido estar presente na reunião.

Q- Essa relação é mais promovida pela Junta ou pelos órgãos de gestão?

E4- É uma relação que se alimenta em conjunto, como lhe disse há pouco em relação ao Conselho Consultivo. Ainda que inicialmente tenha sido estimulada por nós, hoje é uma realidade, faz parte da cultura das organizações e quando assim é, não se consegue perceber onde está a fronteira. Os telefones têm duas direções, para ligar e para receber, e isto é verdade absoluta no caso deste trabalho.

Q- Ia agora colocar-lhe as questões relativas à periodicidade dos contactos mas já me falou disso, vão surgindo à medida que é necessário.

E4- Para além do Conselho Consultivo que nos garante um momento de contato regular, a gente pode não ter tido necessidade de se falar mas naquele momento as instituições juntam-se para pensar em educação.

Q- Projetos que desenvolvem em comum com as escolas?

E4- Todos, não há projeto de educação sem as escolas.

Q- Que conceção pensa que os membros dos órgãos de gestão das escolas têm do trabalho que é desenvolvido pela Junta de Freguesia?

E4- Eu estou convencido que eles reconhecem bastante a importância do trabalho que nós desenvolvemos e que nos veem como um parceiro ativo e que nos veem como um parceiro predisposto a ajudar seja para o que for, para qualquer dificuldade, por muito grande que seja, nós estamos lá. Muitas vezes não para resolver porque não está nas nossas mãos mas para ajudar à solução, nós estamos lá. Agora também tem noção que

hoje os professores estão muito menos predispostos a abdicar do seu tempo do que estavam há dez anos atrás. A forma como têm sido tratados, também desmotiva a classe profissional para se envolver para além daquilo que é a sua obrigação, nós sentimos isto, sentimos professores mais sobrecarregados, menos disponíveis para agarrar projetos propostos pelo Conselho Consultivo, muito devido a esta desvalorização sucessiva dos professores que tem vindo a acontecer. Se eu trabalho muito e dão-me “porrada”, dizem que eu não valho nada e que tenho é de ser avaliado, é perfeitamente normal que um profissional desmotive por muito profissional que seja e por mais amor que tenha à profissão.

Q- Fica então, segundo este Conselho Consultivo, com a ideia de que os órgãos de gestão têm uma boa impressão do vosso trabalho.

E4- Sim, que contam connosco e temos outras impressões porque..., na altura, estes canais criados e mais do que criados, consolidados, servem para o bem e para o mal. Serve para quando há desentendimentos, para quando há desavenças, para quando há estratégias divergentes, serve para construir. Isto é a ponte que nos vais permitir construir as outras pontes quotidianas. Portanto, nós não estamos sempre em acordo. A visão da Junta de Freguesia para a solução de conflitos na escola não é necessariamente sempre concordante com a visão do Diretor da Escola, ou do Delegado de Turma ou do Coordenador de Equipamento. E nem todas as discussões são consensuais e fáceis. Agora, a grande mais-valia, é que estas discussões existem e existem com os intervenientes, tentado que seja com todos os intervenientes do processo da educação, deste projeto que é educar.

Q- Têm por política da organização transmitir aos órgãos de gestão quais são as vossas competências educativas?

E4- Tentamos fazê-lo não só aos órgãos de gestão, mas isso acontece correntemente no Conselho Consultivo e em todas as relações que existem, porque se nos pedem a nós, nós reencaminhamos a quem é de direito e informamos a quem é que se tem de pedir. Hoje, as escolas têm mais ou menos noção do que é que compete a cada instituição mas nós não nos cingimos a tentar só esclarecer as escolas, tentamos esclarecer a própria população. Repare, uma Junta de Freguesia que assume como sua responsabilidade estar próxima da população, ter um trabalho de proximidade, necessariamente é o rosto mais

próximo e o ouvido mais atento, ouve o que gosta e o que não gosta, ouve o que é justo e ouve o que é injusto, ouve o que está nas suas mãos resolver e ouve o que não está nas suas mãos resolver. E portanto, é importante para nós, até para nos defendermos, deixarmos bem claro aquilo que está nas nossas mãos resolver e aquilo que não está nas nossas mãos resolver. Para a comunidade, isto é mais difícil de fazer do que para as escolas porque a circunscrição das pessoas a quem temos de explicar isto é significativamente diferente, mas tentamos fazê-lo.

Q- Sente que vos sejam feitas exigências que não estão de facto ao vosso alcance?

E4- Sinto claro, como é evidente. Se você tem um rosto que representa o Estado que está ali ao lado e que sabe que o vai ouvir, é o primeiro com quem vai... geralmente está associado a frustrações, a problemas de grande monta que... as pessoas precisam de desabafar. Muitas vezes isto fora... a comunidade em geral, acaba por ser sempre o mais perto que leva a pancada, tenha ou não tenha razão, muitas vezes nem querem saber, só quem desabafar “vocês são uns malandros, são todos iguais”, nós ouvimos isto, faz parte.

Q- Muito obrigada pela sua colaboração.

E4- Obrigado eu por este bocadinho.

Transcrição da entrevista 5- E5

Data: 27 de fevereiro de 2012

Hora: 14h30 min.

Local: Gabinete do Diretor do Departamento da Educação da Câmara Municipal de Lisboa

Duração: 19 minutos e 04 segundos

Q- Boa tarde Dr. Paulo Agostinho, muito obrigada por me conceder esta entrevista. Como lhe disse anteriormente, o meu trabalho de investigação tem como objetivo principal compreender em que consiste a participação formal e informal das Juntas de Freguesia na gestão das escolas públicas, mais concretamente nas valências de Jardim de Infância e 1º ciclo e na promoção e desenvolvimento que fomentam no sentido de desenvolver políticas educativas locais. A sua colaboração é essencial e por isso agradeço-lha mais uma vez e relembro que esta entrevista está a ser gravada em áudio.

Começando com o primeiro bloco de questões que está relacionado com as competências educativas das autarquias, pergunto-lhe o que pensa sobre o atual conjunto de competências das Freguesias ao nível da educação?

E5- O conjunto, daquilo que tenho conhecimento, mantém-se inalterável. As mesmas que eles tinham há uns anos, mantêm-se atualmente. Poderá é haver diferenças de Município para Município, na capacidade que cada Município pode ou não delegar mais competências em cada Freguesia.

Q- Mas pensa que essas competências que estão atribuídas pela Lei às Freguesias são as adequadas tendo em conta as razões históricas de formação das Freguesias, ou agrada-lhe-ia um alargamento dessas mesmas competências?

E5- As questões do agrada são questões pessoais. Enquanto técnico da educação tenho de ter, e tenho, outra visão. Diria que temos situações naturalmente por Lisboa e pelo país que fará sentido haver maior centralização no próprio Município. Por sua vez, noutras, pela sua grandiosidade ou dispersão, poderá haver maior delegação. Portanto,

aqui tem de haver sempre um bom equilíbrio de ambas as questões. Tudo passa não só pela capacidade financeira mas também passa obrigatoriamente pelos recursos humanos que a estrutura Junta de Freguesia poderá ter ou vir a ter para poder criar um serviço de proximidade ao nível político na parte da área da educação. Aqui não é uma questão de agradar, é reconhecer capacidades numa primeira parte, porque muitas vezes tenta-se delegar e há Juntas que não querem assumir, acontece em Lisboa. Aqui o executivo teve momentos em que quis delegar mais e algumas Juntas, no seu direito, não assumiram.

Q- Nestes casos concretos das Juntas de Freguesias de Benfica e de Carnide, a Câmara Municipal transferiu-lhes algumas responsabilidades da área educativa?

E5- Transferiu para estas como para todas as outras que quiseram assumi-las. Estamos a falar nomeadamente do funcionamento da CAF, das AEC's, das pequenas reparações e gestão do parque escolar ao nível... de pequenas reparações como estava a dizer e limpeza geral anual, todo este apoio direto e diário está na Junta de Freguesia.

Q- Este processo de transferências foi negociado, foi até solicitado pelas próprias Juntas de Freguesia, partiu da Câmara Municipal, como é que foi?

E5- No caso da Junta de Freguesia de Carnide foi muito diferente de todas as outras de Lisboa. Se, ao nível do ano em que arrancaram as AEC's, diria assim, começando só com o Inglês, viu-se que imediatamente a seguir ao Inglês, a Junta de Freguesia de Carnide tornou-se por iniciativa própria entidade promotora. Foi exemplo único e mantém-se até hoje como entidade promotora. Tem havido um esforço nos últimos dois anos, da Câmara, um esforço no bom sentido, para que mais Juntas assumam este protagonismo de serem elas promotoras das AEC's. Foi o que veio a acontecer com Benfica. Há dois anos tornou-se promotora das AEC's. Qualquer uma destas Juntas sempre assumiu este papel de proximidade e de apoio e muito facilmente tornaram-se entidades parceiras executoras da CAF que é muito importante e também qualquer uma delas assumiu desde o início as pequenas reparações. Portanto, são duas Juntas muito ativas e diria muito responsáveis na área da educação.

Q- Então diria que foi um processo negociado, não houve imposições?

E5- Não houve imposições, pelo contrário, são duas Juntas de Freguesia que conseguem até fazer, quase diria fazer mais do que aquilo que às vezes está no protocolo. Se realmente podem fazer e está dentro das capacidades e há autorização, facilmente dispõem-se a fazer e não só nestas que são delegadas. Diria que há um conjunto de ações que eles oferecem, portanto... não só à escola primária, diria assim, quer ao pré-escolar e à escola de 2º e 3º ciclo e eventualmente secundárias, eles têm uma proximidade e uma relação grande que mantêm a nível de apoios.

Q- Quais são as razões que pensa estarem por trás dessas intervenções voluntárias?

E5- Não diria que são voluntárias, no meu entendimento. Eu diria que todo o processo de vida tem uma fase obrigatória que é a área da educação. Portanto, se são responsáveis, não só políticos, mas para oferecer um conjunto de atividades, é natural que queiram também ter projetos e atividades que abarquem e abracem a área da educação. Não chamar-lhe-ia voluntárias mas que só assim é que fica completa, e também faltam muitas outras áreas. Mas se uma Junta não conseguir tocar a área da educação, e aqui não vou restringir só ao pré-escolar nem ao 1º ciclo, porque depois há determinadas Juntas de Freguesia em Lisboa que não têm escolas primárias nem Jardins de Infância mas podem ter uma Universidade Sénior ou uma Escola Secundária, mas não têm mais do que um tipo de estabelecimento, portanto vejo isso de extrema importância e não de voluntariado.

Q- Sente que reconhecem que faz parte do processo de formação dos cidadãos e como tal sentem-se na responsabilidade de as promover, é isso?

E5- Sim.

Q- Tem conhecimento das responsabilidades que neste momento estão atribuídas a cada um dos pelouros da educação das respetivas Juntas de Freguesia?

E5- Não.

Q- Também não sabe se essas responsabilidades que elas têm foram definidas pela Lei ou pelas necessidades da Freguesia?

E5- Não sei mesmo.

Q- Conhece os responsáveis pelos pelouros da educação destas duas Freguesias?

E5- Sim, conheço pessoalmente e tenho um contato permanente com eles.

Q- Sabe que formação académica é que cada um deles tem ou que percurso profissional fez até desempenhar as atuais funções?

E5- Recentemente na Junta de Freguesia de Carnide mudou o ano passado, não sei o percurso profissional da pessoa.

Q- Do vogal, está a falar-me do vogal da educação? Mudou o ano passado?

E5- Sim, mudou e não sei o percurso profissional dele, conheço-o só. Da de Benfica sei qual é o percurso.

Q- Consegue-me falar de uma forma sucinta sobre essa pessoa?

E5- Uma pessoa que trabalhou anos na educação, trabalhou na educação basta. Portanto é muito conhecedora de toda esta matéria da educação e nunca lhe vi desconhecimento em matéria de educação, no caso de Benfica. De Carnide, para além do próprio Presidente, aquilo que delega na Vogal, que não chega a um ano, foi neste ano letivo se não estou em erro que tem uma nova Vogal, não lhe conheço o percurso mas em todas as reuniões estive sempre a Vogal e o Presidente da Junta de Freguesia

Q- E relativamente ao resto da equipa da área da educação?

E5- Não os conheço.

Q- Como é que encara o trabalho que é desenvolvido nesta área por estas duas Freguesias?

E5- O trabalho é muito bom.

Q- Sente que tem impacto no desenvolvimento educativo e social da comunidade que serve?

E5- Tem, muito importante. São duas Juntas muito ativas, muito próximas e diria igualmente assertivas, diria que não fazem o apoio por mero apoio mas pelo contrário, o

apoio que é ponderado, equilibrado e que há necessidade do outro lado e há recursos também para que a situação ou o apoio ao projeto corra da melhor forma.

Q- Independentemente daquilo que a Lei define, daquilo que a Câmara delegou, que outras intervenções é que estas Freguesias têm? Sabe-me dizer alguns projetos e programas que desenvolvam na área da educação?

E5- Qualquer uma delas, para além do 1º ciclo e Pré-Escolar, também têm um conjunto de ofertas localizadas, quer para 1º ciclo, quer para Pré-Escolar em termos de projetos e apoio a projetos de escolas muito importantes. Portanto, apesar de serem de naturezas diferentes são muito próximos e qualquer uma delas também trabalha muito com os professores, isto é importante. Posso dizer se têm um teatro, ou se têm as saídas, visitas, dinamizações e partilhas de experiências fora e dentro da escola. Carnide tem as escolinhas de desporto se não estou em erro. Benfica dinamiza muito... dá um enriquecimento muito grande à educação pela arte, não só nas AEC's como na CAF e se for preciso vai pelo 2º e 3º ciclo e por aí fora, segue. Carnide também não se limita, trabalha muito com a escola sede de 2º e 3º ciclo a muitos níveis, a nível de apoio. Criou este ano o CAF, um ATL para alunos do 2º ciclo, uma resposta social importante para as famílias e para os alunos porque têm um sítio onde podem estar, a escola disponibilizou um espaço próprio na 2.3. E têm muito mais. Eu não vou dizer que o Corso de Carnaval é que é importante, não, já está tão enraizado que não vou sinalizar esse como importante, falei outros que achei mais marcantes.

Q- Esse último de que falou, a CAF para o 2º ciclo, surgiu porque os pais insistiram para que existisse, porque a Junta percebeu que era necessário...?

E5- Não sei, só tive conhecimento da notícia, que achei muito boa.

Q- Avancemos então para o último bloco de questões relacionado com as relações estabelecidas com estas Juntas de Freguesia. Como é que caracteriza a relação que a Câmara Municipal tem com estas duas entidades em questão?

E5- Uma relação muito boa. Diria que, qualquer uma destas Juntas, tem a extrema sensibilidade, digo mesmo extrema, para olhar para qualquer situação ao nível da comunidade educativa, não é tão-somente um problema da Câmara, ou um problema da Junta, ou um problema da Escola e aí não fica na Escola, também é um problema dos

pais, qualquer uma destas Juntas tem esta sensibilidade. Por isso, conseguimos tratar os problemas quando a Câmara e a Junta conseguem resolver o problema localmente, a bem da comunidade educativa, está resolvido porque achamos que é a melhor forma. Se, antecipadamente, identificamos de imediato que temos de reunir mais estruturas, reunimos imediatamente. Portanto, temos aqui uma pro-atividade e um conhecimento com estas duas Juntas muito bom.

Q- E essa relação é mais promovida pela Câmara ou pelas Juntas?

E5- É nos dois sentidos porque são Juntas fortes, muito conhecedoras do terreno, muito participativas. Portanto, eu diria que é mesmo nos dois sentidos. Muitas vezes partilhamos até situações para ponderar o que é que é melhor, se devemos estar só nós dois ou devem estar os três, ou seja, Câmara Municipal, Junta de Freguesia e Órgão de Gestão da Escola ou se deveremos envolver mais alguém. Aqui é partilhado e discutido.

Q- Que projetos e programas têm em comum com estas Juntas de Freguesia?

E5- Projetos comuns, só aqueles que a Câmara oferece, não diria que é um projeto que é comum mas... há o das competências delegadas. Não é um projeto, é uma competência delegada, é uma ação, é um conjunto de obrigações que são passadas para serem feitas. A nível de projeto diria que... não é comum o programa da natação, não é comum, é um projeto da Câmara mas não é comum. Diria que não tenho assim nenhum projeto comum.

Q- Em relação aos contatos que estabelecem com estas duas Juntas de Freguesia, como é que os caracteriza? Como acontecem, em que locais, quais os envolvidos, quais as razões que levam à sua existência?

E5- Todos os canais estão abertos. Leia-se telefone, telefone fixo, as cartas, ofícios, e-mail, seja o que for, todos os canais estão abertos de tal forma que, o que é urgente trata-se de matéria urgente, o que é para ser agendado, trata-se de matéria para ser agendada. Diria que temos todas as formas de trabalhar e temos, não só com estas Juntas mas com outras também, aquilo que é para ser urgente é para ser conversado urgentemente e ser resolvido ou encontrar uma solução, e encontra-se. Não só com o Presidente de Junta, ou diretamente com o Vogal ou então com as reuniões mais pontuais, sejam mais alargadas ou menos alargadas, mas elas acontecem.

Q- Geralmente quem está presente nessas reuniões?

E5- Vamos às várias hierarquias, tudo depende da situação e da gravidade. Claro que se formos falar de um cadeado... a semana passada estava a passar o Presidente numa escola que já estava devoluta, a porta não estava fechada, naturalmente que cumprem-se as hierarquias. Telefonou-me o adjunto do Sr. Presidente, a porta estava aberta, estamos a falar de um cadeado, a seguir até falei com o Presidente da Junta de Freguesia de Carnide mas pronto isso não invalidou. Agora, há urgências e urgências. Claro que um Presidente de Junta não pode estar a fazer tudo, um Diretor também não consegue fazer tudo. Naturalmente temos que delegar a algumas das partes e algumas das matérias, mas o entendimento é muito bom.

Q- Muito obrigada, está tudo.

E5- De nada.

Transcrição da entrevista 6- E6

Data: 01 de março de 2012

Hora: 16h00 min.

Local: Sala de Reuniões das equipas técnicas da Junta de Freguesia de Carnide

Duração: 44 minutos e 08 segundos

Q- Boa tarde Dra. Catarina Pereira, muito obrigada por me conceder esta entrevista. Como lhe tinha falado anteriormente, o meu trabalho de investigação tem como objetivo principal compreender em que consiste a participação formal e informal das Juntas de Freguesia na definição de políticas educativas locais e na gestão das escolas, mais concretamente nas valências de Jardim de Infância e 1º ciclo. A sua colaboração é essencial e por isso agradeço-lha mais uma vez e relembro que esta entrevista está a ser gravada em áudio.

Desta forma, o primeiro bloco de questões que tenho para lhe colocar está relacionado com as competências educativas das Autarquias. A primeira questão é o que pensa sobre o atual conjunto de competências educativas atribuídas às Freguesias?

E6- Em questão de legislação e em questão depois na prática, eu acho que nós, não só cumprimos a legislação tal como ela está, como por vezes ultrapassamos também um bocadinho as competências que são das Freguesias e através de protocolos com, nomeadamente com a Câmara, acabamos por assumir mais para além do que está definido.

Q- Pensa que essas competências que vos estão atribuídas pela Lei são as adequadas tendo em conta as razões históricas de formação das Freguesias, que surgiram para dar um apoio às populações?

E6- Mais do que eu, e sendo o mais sincera possível, acho que o Presidente é a pessoa mais dentro do assunto em termos de legislação, ele tem um historial enorme porque ele começou como Professor, depois foi Vogal, depois Presidente, e ele é a pessoa indicada para lhe responder a essa questão. Mas do meu ponto de vista, eu acho que o papel da

Freguesia é fundamental pela proximidade que tem com a realidade local. Há coisas que não faz sentido ficarem centralizadas no poder central ou na Câmara porque a Freguesia é quem está no terreno de facto. Portanto, tudo o que puder ser descentralizado e articulado diretamente com as Freguesias, é uma mais-valia porque nós temos uma noção mais exata do que se passa realmente no terreno e a proximidade, a relação informal com Agrupamentos, Escolas, Professores, Auxiliares, etc., pode facilitar todo este trabalho e torná-lo mais adequado à realidade de cada Freguesia que é muito diferente de Freguesia para Freguesia, tanto em Lisboa como no resto do país, obviamente.

Q- Agradar-lhe-ia a ideia de haver um alargamento, a nível de legislação, das competências que estão atribuídas às Freguesias?

E6- Sim, tínhamos a ganhar com isso.

Q- E seria para todas as Freguesias?

E6- Não lhe sei dizer. Conheço a realidade de Carnide mas estou um bocadinho circunscrita aqui e não consigo ter uma noção de Freguesias no geral.

Q- A Câmara Municipal transferiu- vos algumas responsabilidades na área da educação?

E6- Sim, nomeadamente nós estamos com as CAF (Componente de Apoio à Família), são da nossa responsabilidade, temos as AEC's (Atividades de Enriquecimento Curricular) que este ano não sei, mas no início éramos a única Freguesia com essas funções, portanto somos nós que temos essa responsabilidade e não a Câmara. Estamos com o projeto "Alfacinhas" em que colaboramos, através de um protocolo com a Câmara Municipal, que tem a ver com o transporte escolar, este ano a Câmara pediu a nossa colaboração e foi também feito um protocolo de delegação de competências nesse sentido. Temos também ainda, que tem a ver com as escolas e com a realidade escolar, não tanto em termos pedagógicos mas também tem a ver com a vida escolar, que são as pequenas reparações, também aí nós temos um protocolo e somos nós os responsáveis pelas pequenas reparações, coisas ridículas como alterar uma lâmpada ou uma fechadura, já não está dependente da Câmara Municipal, portanto está delegado em nós.

Q- Então, neste momento, o pelouro da educação da vossa Junta de Freguesia, que responsabilidades é que tem?

E6- Nós temos uma lista...enfim, nós temos um trabalho... o que nos pauta em termos de atuação é sempre o trabalho de articulação com as instituições locais a todos os níveis e um trabalho transversal de participação no terreno e sempre em parceria com, trabalhamos com e não para, não sei se me estou a fazer entender. Nesse sentido, os principais projetos, temos como disse, as CAF nas escolas e Jardins de Infância da Freguesia, sendo que este ano também alargámos ao 2º ciclo. Temos responsabilidade também, através do protocolo com a Câmara, de acompanhamento nos refeitórios, nas cantinas, portanto, há empresas que estão responsáveis pelo serviço de cantina mas depois havia uma lacuna sentida pelas escolas no sentido de quem é que acompanhava as crianças depois de saírem dos refeitórios e quem é que tomava conta delas naquele período. Também aí nós temos um protocolo com a Câmara, em que há uma transferência de verba e nós temos a contratação do pessoal que faz esse acompanhamento nas escolas. Temos as AEC's a nosso cargo, nós somos a entidade promotora e depois temos protocolos com entidades locais responsáveis por cada uma das áreas, a Expressão Musical, a Expressão Dramática, a Atividade Física e o Ensino do Inglês, para além do Apoio ao Estudo, mas esse é da responsabilidade das escolas.

Para além disso, temos todo um trabalho de articulação no sentido de colaborar e de ser um parceiro na resolução de problemas da Freguesia a nível de educação. Agora em termos de competências, são estas.

Nós temos o projeto chamado “Carnide Educa a Tempo Inteiro”, e neste projeto, para além destas atividades que eu já referi que permitem aos pais ter as crianças entregues desde as oito da manhã às oito da noite, que são as CAF e as AEC's, temos também as chamadas animações. Ou seja, temos uma série de programas no Natal, na Páscoa e no Verão que permite aos pais ter as crianças entregues, por um lado e, por outro lado permite às crianças ter um programa variado, pedagógico... ou seja, não há um dia que agente feche, portanto estamos abertos o ano inteiro e damos resposta nesse sentido, que eu acho que é fundamental.

Q- Essas responsabilidades, alguma já me disse que surgiram através do protocolo de delegação com a Câmara Municipal, mas outras surgiram por vossa iniciativa, certo?

E6- Sim, temos uma série de projetos pedagógicos que vêm dessa tradição de parcerias, por exemplo, temos um órgão que nós consideramos fundamental no funcionamento da educação a nível da Freguesia que é o Conselho Consultivo da Educação. Reunimos mensalmente, com todos os parceiros ligados à educação, não só Escolas e Jardins de Infância públicos mas todas as instituições privadas, polícia, centro de saúde, Santa Casa da Misericórdia, instituições ligadas à área da psicologia que dão apoio também às escolas. Todas as instituições de alguma forma ligadas à educação, estão reunidas neste conselho e é ali que são debatidos todos os problemas, são delineadas estratégias, são encontradas soluções em conjunto, delineadas atividades em conjunto, portanto, tudo passa por este conselho no sentido de dar resposta efetiva às necessidades de cada instituição.

Q- E estão sempre todas as entidades representadas ou a sua representação faz-se de acordo com a necessidade que possa surgir naquele mês?

E6- O convite é feito àquele grupo de parceiros e eles depois vêm de acordo com as disponibilidades. Há meses em que uma instituição falha porque não arranjam representante mas de uma forma geral temos um grupo coeso de trabalho de onde saem uma série de projetos e de iniciativas que são planeadas em conjunto.

Para além deste conselho, temos uma série de projetos que a Junta propõe às escolas no sentido de enriquecer o seu trabalho e de alguma forma dar resposta a algumas lacunas que nos vão sendo apresentadas, nomeadamente, temos o projeto que é “À Descoberta de Carnide”, em que articulamos com uma série de entidades desde o centro de saúde, à padaria, ao Colégio Militar, aos grupos de teatro... toda uma série de serviços e de instituições que recebem turmas que escolhem fazer estas visitas de acordo com o seu plano curricular de turma. Há uma professora que tem interesse em ir conhecer a padaria porque está a fazer um trabalho sobre o centro histórico, por exemplo. Então nós fazemos estas articulações, marcamos, acompanhamos... tem imensa procura por parte dos professores também um pouco para tirar os meninos da sala de aula, enriquecer o contexto, conhecerem o contexto e a Freguesia.

Para além deste projeto, temos um trabalho de articulação com os idosos. O ano passado, e nos anos anteriores, este projeto existia de uma forma muito organizada, no sentido que as turmas escolhiam fazer este projeto e inscreviam-se para determinadas atividades e elas decorriam ao longo do ano tal como estava estabelecido. Este ano, apostando ainda nas inter-gerações que nós achamos fundamental, tanto para os idosos como para os mais novos, todos têm a aprender e como nós também temos um trabalho muito rico ao nível do trabalho com idosos, temos uma Academia Sénior, temos um grupo também muito consistente. A ideia aqui foi juntar estas duas idades que só têm a ganhar com este trabalho de proximidade e então, já não existe esta programação como um projeto em si mas o que há é, uma turma está a trabalhar jogos tradicionais, por exemplo, já sabe que tem o parceiro do grupo dos idosos a quem pode recorrer para ir lá para fazer uma sessão de jogos tradicionais. Outros querem explorar a questão do 25 de abril, convidam alguém para ir falar. O que nós estamos a tentar fazer é que estes projetos deixem de estar mais sob a nossa alçada e acabem por ganhar um pouco de autonomia. As escolas terem a proximidade suficiente com os idosos para saber que basta ligar, combinar e ser um processo mais fácil.

Outro projeto que também surgiu por necessidade das escolas, que diziam que era uma área que não trabalhavam muito e então nós decidimos investir nessa área que é a ciência. Organizámos o projeto “Brincar com a Ciência” e tínhamos uma série de grupos, e aqui mais uma vez trabalho de parceria que nos rege sempre, que era uma coordenadora nossa com um grupo de jovens de 2º e 3º ciclo das turmas CEF e PIEF que têm projetos alternativos, que se juntavam a nós e iam às turmas fazer pequenas experiências, trabalhar as questões da ciência.

Portanto, isto tudo sai deste Conselho Consultivo, ou seja, surgem necessidade e nós, enquanto entidade que procura ser um polo dinamizador da educação, cria as pontes necessárias para que as coisas vão acontecendo.

Q- Então, a maior parte dessas necessidades que as escolas vos vão transmitindo, surgem nesse Conselho Consultivo da Educação?

E6- Sim, é um meio privilegiado, podem chegar de outras formas. Nós temos, no âmbito das CAF e das AEC's, um coordenador em cada escola e isto para dizer que é mais uma forma da Junta estar próxima das escolas. Para além de mim e da Paula, que

temos um trabalho mais aqui centrado no edifício da Junta, temos coordenadores em cada escola, diariamente a trabalhar com os professores. Portanto, eles estão dentro das escolas, apercebem-se das necessidades, tentam sempre fazer o tal trabalho de articulação e de proximidade com as instituições.

Q- Presumo que estas alterações todas, ou seja, esta resposta às necessidades que vos foram surgindo, também tenham provocado alterações ao nível da gestão do pelouro. Que alterações foram essas?

E6- Sim. A educação sempre foi... eu estou cá já há muitos anos, uma prioridade nesta Freguesia e nesse sentido teve uma aposta muito grande na equipa, na formação da equipa, na sua formação (académico) e portanto, ao nível das alterações, o que tem vindo a se fazer é um reajustamento das funções, ou seja, a educação cresceu de tal maneira que houve a necessidade dos coordenadores locais terem outro tipo de responsabilidades para além da gestão dos ATL's das CAF e das AEC's, cada um deles tem depois um projeto a seu cargo no sentido de responsabilizá-los também por isso, do desenvolvimento nas escolas da proximidade.

Há outro projeto que não falei, que é da cidadania, o "Sou", temos um coordenador que está direcionado para esse tipo de projeto, está responsável pela sua dinamização.

Temos outro também de uma outra vertente de que não falei... se calhar estou a saltar de assuntos... uma outra vertente que achamos fundamental e que este ano também estamos a apostar de uma forma mais assertiva, que tem a ver com a associação de pais, o apoio às associações de pais, tentar que elas trabalhem mais em articulação porque as necessidades e as dificuldades de uma, se calhar outras já passaram por isso e já arranjam soluções. Temos uma coordenadora que está responsável por esse trabalho de articulação, de juntar as associações de pais, pô-las a pensar juntas, a juntar esforços.

Portanto, todo este processo de crescimento da área da educação como uma autoridade que é aqui na Freguesia, tem acrescido uma série de responsabilidades à equipa.

Q- E se calhar a equipa também tem aumentado, não é. Quantos técnicos têm neste momento?

E6- Então, vou ter de ver essas contas para não falhar, mas temos duas coordenadoras no edifício, temos seis coordenadores locais e depois cada um deles tem as equipas que vão de quatro a seis elementos cada uma dependendo das necessidades de cada escola.

Q- Falemos agora um pouco de si enquanto técnica, gostaria que me falasse da sua formação profissional, do seu percurso profissional até chegar a esta função que atualmente desempenha, qual é a sua experiência neste cargo?

E6- Então, eu sou psicóloga educacional, fiz a minha formação no ISPA e enquanto estava a estagiar tive um convite para ir trabalhar para uma associação juvenil aqui no Bairro Padre Cruz, para coordenar um ATL dirigido por essa associação. Portanto era uma coisa muito pequenina, era uma associação juvenil que tinha duas responsabilidades dentro do Bairro Padre Cruz, dentro da escola primária e jardim-de-infância que era assegurar o serviço de refeições que ainda não era garantido, portanto era a associação que o fazia, e o serviço de ATL. Eu fui convidada para esse cargo, não conhecia Carnide, não conhecia o Bairro Padre Cruz, foi uma experiência extremamente enriquecedora para mim, foi a minha primeira experiência de trabalho. A partir daí fiquei uns anos lá, entretanto tive o convite de vir coordenar um ATL pertencente à Junta de Freguesia, estive um ano fora do país por razões pessoais e depois quando regresssei o convite mantinha-se para continuar nas funções. Passei por monitora, quando comecei coordenava e era monitora ao mesmo tempo nessa associação. Depois, ao vir para o ATL do Bairro Padre Cruz já pela Junta, tinha só as funções de coordenação. Depois mudei para a escola aqui da Luz, estive uns anos aqui a coordenar o ATL da escola da Luz, ainda era só ATL. Entretanto surgiram as AEC's e eu também acompanhei esse processo porque foi um novo desafio, nós tínhamos toda uma estrutura montada para os meninos ficarem connosco, nós tínhamos nesta escola o horário duplo, portanto eles estavam connosco de manhã e outros estavam connosco à tarde, tínhamos meninos o dia todo e depois surgiram as AEC's, foi dar a resposta às AEC's, perceber de que forma é que podíamos fazê-las funcionar da melhor forma e há... este é o terceiro ano que estou na coordenação geral, deixei os ATL's, o terreno e estou na coordenação geral. Tem outro tipo de desafios, sempre num processo de aprendizagem mas, apesar das saudades que tenho de estar no terreno, do contacto mais direto com os meninos, com as crianças, é também um trabalho importante porque, apesar de não estar

diretamente com eles, estou a trabalhar para eles na mesma. Tem sido este o meu percurso, sempre aqui em Carnide.

Q- Como é que descreve o seu método de trabalho?

E6- Aqui o meu método é igual ao dos outros meus colegas no sentido de que o que nos orienta, como eu disse, é o trabalho de parceria e é sempre esta a realidade, nós não nos podemos isolar, têm de ser sempre em parceria. Aliás, nós estamos organizados... eu para além da educação tenho outra área, ou seja, cada um dos técnicos tem duas áreas a seu cargo e isto obriga-nos a não nos fecharmos na nossa própria área e temos de funcionar sempre em conjunto. Eu, por exemplo, estou na área da cultura e da educação, sendo que, assumidamente, a minha base e a minha paixão é a educação. Por exemplo, a minha colega Paula, que está comigo na educação, mas também sendo assistente social, tem também a ação social a cargo dela. Portanto, estamos assim todos em “roda” exatamente para estimular este trabalho de parcerias e para que todo o trabalho seja em conjunto e faça sentido e estarmos todos a trabalhar para o mesmo no fundo que são os fregueses.

Q- Em que tipo de atividades é que dispensa a maior parte do seu tempo?

E6- Como eu lhe disse, a educação já é uma máquina de tal tamanho que, dentro da educação, eu e a Paula sentimos necessidade de dividir um pouco as tarefas. Eu estou mais a acompanhar as CAF e as AEC's, a Paula está mais nas grandes iniciativas e também num processo de aprendizagem porque ela é o primeiro ano que está na educação. Portanto eu este ano estou a enquadrá-la e a integrá-la nesta área porque a minha colega anterior saiu, ficou com a juventude e com o desporto. Eu estou mais direcionada para as equipas, para a gestão das equipas, a sua formação e o acompanhamento das equipas. Sendo que depois temos as grandes iniciativas, como por exemplo foi agora o “Desfile de Carnaval” que é uma iniciativa que nasce no Conselho Consultivo, desde o tema à música, tudo é escolhido em conjunto, há um imaginário que é criado e é trabalhado nas escolas em conjunto e depois culmina naquele dia. É mais do que um desfile, há todo um trabalho pedagógico por trás que é feito e que dá sentido àquele dia.

Temos as animações para preparar, a minha colega agora está mais nessa fase, a preparar as animações da Páscoa. Aproxima-se a interrupção letiva e há que fazer o programa, o que é que os meninos vão fazer, o que é que vão visitar, todo esse trabalho.

Q- Neste momento, a Junta de Freguesia, para assumir todas essas responsabilidades que tem, que recursos humanos, materiais, financeiros, infraestruturais é que mobiliza? Dos humanos já me falou.

E6- Em termos de espaços, o que nós usamos são as próprias escolas, nós funcionamos dentro das escolas. Nos jardins-de-infância é nos espaços das educadoras, as educadoras saem às três e meia e os nossos monitores entram e o espaço é partilhado. No caso do 1º ciclo, as escolas conseguiriam disponibilizar-nos salas adequadas e isto porque, um trabalho de CAF, nada tem a ver com uma organização de sala de aula, nós não queremos mesas, não queremos cadeiras, queremos espaços amplos e as escolas têm-nos cedido esses espaços dentro das escolas.

Durante as animações das interrupções letivas, sempre que damos resposta, é muito de exteriores, tentar proporcionar a estas crianças atividades fora e variadas e portanto recorreremos muito a saídas, o mais possível.

Em termos de recursos financeiros, mais uma vez o Paulo é a pessoa indicada para falar sobre isso mas a Junta tem uma verba atribuída para a educação e há uma participação dos pais nessas nossas atividades, CAF e animações, as AEC's são, de acordo com a Lei gratuitas e de carácter não obrigatório. As CAF são por inscrição e os pais têm uma contribuição que não paga as despesas que nós temos, nem sequer dá para pagar os ordenados mas é uma participação, uma ajuda obviamente. E depois há as verbas que a Junta recebe da Câmara e do Poder Central para a educação e que depois nós vamos gerindo, o Presidente vai-nos definindo verbas para estar de acordo com as iniciativas que temos pensadas, nós damos os orçamentos e depois essa gestão é feita superiormente.

Q- Como é que encara o trabalho que é desenvolvido pela vossa Junta de Freguesia ao nível da educação?

E6- É um grande desafio mas eu acho que está a ser um desafio, desde há muitos anos, positivo, muito ganho porque sinto que estamos a fazer um trabalho de intervenção real

e efetivo nas nossas crianças, nas nossas escolas, nos nossos professores e sinto orgulho de fazer parte desta instituição, nesta área que é tão fundamental, é a base da nossa sociedade e que a educação em Carnide tem sido uma aposta ganha e é muito bom sentir que continua a ser uma prioridade nesta Freguesia.

Q- Independentemente daquilo que a Lei vos designa e daquilo que a Câmara vos delega, como já me falou nas intervenções que a Junta de Freguesia desenvolve na área educativa, diga-me agora quais são os principais destinatários?

E6- A nossa prioridade é dar resposta à Freguesia, na área da educação, não só às crianças e aos pais como a comunidade educativa no seu todo, professores, educadores, auxiliares...tentamos abarcar e dar resposta e ser um elemento facilitador do bom funcionamento da educação no seu geral. Portanto todos os intervenientes, desde a criança, aos pais, aos agentes educativos, a toda a comunidade educativa. Mas a nossa prioridade são de facto as crianças e os seus encarregados de educação e toda a equipa da educação.

Q- Disse-me que, nomeadamente ao nível da CAF e das AEC's, trabalham essencialmente nos jardins-de-infância com CAF e as AEC's para o 1º ciclo mas que este ano alargaram a CAF ao o 2º ciclo. Quais as razões dessa opção?

E6- CAF também temos para o 1º ciclo e este ano alargámos ao 2º ciclo isto porque, já era um pedido de há muito tempo dos pais pois habituaram-se a contar connosco desde os três anos dos meninos. Portanto, acompanhamos os meninos dos três anos, fazem o jardim-de-infância connosco, connosco enquanto CAF, e depois têm o nosso apoio ao nível de 1º ciclo completo e depois havia uma lacuna que era, a partir do momento em que eles vão para o 5º ano, nós não tínhamos capacidade de resposta e os pais diziam-nos e com razão que não é por eles passarem de nove para dez anos ou de dez para onze que de repente ficam autónomos. Portanto, havia o pedido para que nós conseguíssemos assegurar e continuar a acompanhar estas crianças e foi essa a aposta que começou a ser feita de há dois ou três anos para cá de uma forma mais consistente, primeiro com o assegurar das férias, e isso nós já fazíamos, e este ano, pela primeira vez, abrimos os CAF para o 2º ciclo. Funciona obviamente noutros moldes, com outros objetivos mas, a questão é, os pais sabem que os meninos acabam... à 2ª feira às três, à 4ª não têm aulas à tarde, à 5ª acabam às quatro...mas seja como for sabem que, a partir do momento em

que terminam as aulas têm os nossos monitores para ficar com eles, para os receber e têm feito uma série de projetos fantásticos. Para o primeiro ano, tem sido muito bom. A CAF de 2º ciclo, apesar de ter sempre a ver connosco da educação, já está na alçada da Juventude, já é a minha colega da Juventude... exatamente porque os interesses já são outros, o tipo de proposta que há a oferecer já é outra, temos de organizar os grupos de outra forma e por isso já é a Juventude que está a agarrar este novo desafio.

Q- Tirando a participação nas escolas, com que outros organismos é que trabalham? Falou-me já de que tentam trazer para o vosso trabalho todas as associações que existem na Freguesia...

E6- Exatamente, temos parcerias com instituições culturais, com quem procuramos também dinamizar as escolas e os jardins-de-infância; temos a parceria preciosa da PSP com quem temos ótimas relações e é uma entidade extremamente aberta que também está connosco nomeadamente no Conselho Consultivo; que outras entidades..., temos um Centro de Saúde também disponível neste âmbito para ir às escolas fazer campanhas de sensibilização sobre higiene ou outros temas... Portanto, o trabalho comunitário é uma grande vertente aqui na Freguesia e caracteriza um bocadinho a Freguesia e nesse sentido é um elemento facilitador depois de todo o trabalho no terreno porque é muito mais fácil quando se precisa de alguma coisa, saber a quem nos devemos dirigir e de que forma, é sempre um trabalho de parceria e comunitário muito forte.

Q- Avancemos então para o último bloco de questões relativo às relações estabelecidas entre a Junta de Freguesia com outros organismos. Como é que caracteriza a relação estabelecida entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Lisboa?

E6- A Câmara... é uma relação muito institucional obviamente, com quem contamos, temos relações privilegiadas, o Presidente é muito ativo neste sentido, tanto no chamar à responsabilidade da Câmara quando a Câmara também nos falha. Esse trabalho de articulação com a Câmara, quando é em questão de técnicos somos nós que articulamos, questões de transportes... mas depois, questões de verbas, questões de protocolos e se estão ou não a ser cumpridos, esse trabalho também já passa um bocadinho para o Presidente que tem essas funções e uma maior proximidade com a Câmara mas temos um trabalho de proximidade, posso dizer que sim.

Temo alertado para a necessidade das questões da Freguesia serem ouvidas, nomeadamente, quando foi por exemplo, a construção da escola nova do Bairro Padre Cruz, é um exemplo em que a Câmara queria apresentar um projeto e a Junta disse que devíamos reunir os parceiros porque lá está, é o nosso modo de funcionar e, o projeto foi todo revestido com as associações de pais, com as associações de moradores, envolveram-se uma série de parceiros, com a Direção da escola. Portanto, esta é a tal linha condutora que nos guia e que nós tentamos também transmitir aos parceiros com quem trabalhamos, nomeadamente com a Câmara, não é o chegar e decidir, é o tentar envolver quem está no terreno. E é sempre essa chamada e essa tentativa que fazemos também passar à Câmara.

Q- Essa relação é mais promovida pela Junta de Freguesia ou pela Câmara Municipal?

E6- Não lhe sei responder, mas para ser coerente com o que acabei de dizer eu acho que muitas vezes é a Junta que acaba por “picar” um pouco e procurar incentivar o envolvimento da Câmara em coisas que para nós também são importantes.

Q- Esses contatos que estabelecem...falou-me que é uma relação institucional e por isso os contatos acontecem sempre que é necessário ou há uma formalidade muito rígida, ou seja, há um agendamento muito rígido para que aconteçam?

E6- Não, não sinto. Sinto alguma facilidade de contato, por exemplo, a Câmara contactou-nos agora para fazermos um pouco a avaliação de como é que este trabalho de acompanhamento aos almoços que há pouco falei e que é uma novidade este ano, está a ser feito. Os técnicos da Câmara vieram ter connosco, andámos a visitar as escolas... não sinto um peso institucional muito grande, não sinto. Por exemplo, agora temos a necessidade de resolver um problema, que pretendemos que não seja um problema, e portanto estamos a atuar no sentido de prevenir. É o caso da escola da Luz que vai entrar para obras e por isso os alunos vão ser transferidos para a escola de Telheiras, como se calhar o Diretor já lhe falou. De imediato pensámos que tínhamos de juntar os parceiros e por isso a Junta de Freguesia promoveu uma reunião com a Câmara, com a escola da Luz, com a de Telheiras, com as associações de pais envolvidas, no sentido de como é que vamos resolver este problema, como é que vamos alertar os pais para a

mudança, acalmá-los no sentido de saberem as respostas que vão ter. Há este trabalho que eu acho que acaba por ser de proximidade.

Q- Falou-me já de muitos mas peço-lhe que me lembre os projetos e programas que têm em comum com a Câmara Municipal mas que não tenham surgido por vossa iniciativa.

E6- Então temos as AEC's, as CAF. Depois temos os “Alfacinhas” e os acompanhamentos aos almoços. No verão, apesar da Câmara só ter no verão e nós termos no Natal e na Páscoa, no verão articulamos com a Câmara no sentido do programa “Praia- Campo” que nós integramos nas nossas animações... nós temos outro nome, chamamos “Animações de verão” mas corresponde ao programa deles “Praia-Campo”.

Q- Passemos agora para a relação que estabelecem com os órgãos de gestão das escolas. Como é que caracteriza essa relação?

E6- Também de proximidade. Para lá destas reuniões mensais, os nossos colaboradores estão no terreno, o que também é um elemento facilitador dessa relação, portanto eles estão no mesmo local, nas escolas. Nós temos dois agrupamentos com quem trabalhamos. Este Diretor da escola de Telheiras, uma vez que é onde está a focar o seu trabalho, é um Diretor novo, foi o estabelecer de uma nova relação, de uma nova realidade, de uma nova forma de trabalhar, ainda ontem estivemos reunidos mas eu acho que é uma relação de proximidade e acho que tanto nós como eles, vemos esta proximidade como uma mais-valia efetiva no trabalho que fazemos. Eles têm a ganhar por nos terem do lado deles e nós a mesma coisa, só assim é que faz sentido. Sinto que é de uma grande proximidade, de uma grande informalidade, basta pegar num telefone, ligamos diretamente, eles fazem o mesmo, portanto é muito fácil este contato.

Q- Sente da parte deles muita exigência para com o vosso trabalho?

E6- Sim mas acho que isso é positivo. Eles acompanham bastante e isso é bom, sentimos que o nosso trabalho é valorizado e sentimos que há por parte dos agrupamentos, a preocupação de que o nosso trabalho seja de qualidade e que queiram garantir que isso aconteça.

Q- Mais uma vez a questão sobre quem promove mais essa relação. É mais promovida pela Junta ou pelas escolas?

E6- Penso que há um equilíbrio. Se calhar nós procuramos mais por umas razões e eles mais por outras mas acabamos por nos cruzar e lá está, são os nossos meninos e trabalhamos todos para eles e portanto acho que é mútuo.

Q- Esses contatos que estabelecem com as direções, surgem por necessidade normal ou porque a Câmara não dá resposta às necessidades das escolas e aí a Junta intervém...quais são as razões que promovem os vossos contatos?

E6- Às vezes pedem-nos ajuda para reforçar algum pedido junto da Câmara que não estejam a conseguir, é verdade. Há e-mails que o Presidente manda todas as semanas até o problema ser resolvido, nós somos aqui um elemento de pressão vá lá, junto da Câmara. Mas não fica por aí. Eu acho que existe um trabalho de articulação e lá está, de sensação de mais-valia por essa proximidade existir.

Temos reuniões que são com carácter obrigatório como a que tivemos ontem no sentido de... há aquela necessidade de trimestralmente reunir para avaliar as AEC's. No fundo esta avaliação é feita informalmente diariamente porque os nossos técnicos estão lá e diariamente as situações vão sendo vistas e resolvidas. No entanto, para além desses contactos informais, é fundamental que se siga o que está determinado por Lei e essas reuniões são um exemplo disso.

A articulação do 1º ciclo com o 2º ciclo, como é que isso pode ser feito, também há estas reuniões que já estão estipuladas pelo protocolo e essas acontecem. Para além dessas, depois há sempre que há necessidade de resolver alguma questão, nem que seja um problema de um menino X que teve um problema numa das atividades de enriquecimento, um comportamento que nos preocupa, reunimos nós com o professor titular, professor da AEC, direção, com os pais, tentamos resolver. Portanto, vão surgindo outros encontros que têm a ver com a realidade do dia-a-dia e que vão acontecendo.

Há portanto os mais formais, os menos formais e os que vão surgindo por necessidade do dia-a-dia.

Q- Projetos e programas que têm em comum com as escolas?

E6- Todos, nós trabalhamos para as escolas e por isso todo o nosso trabalho, os projetos são todos comuns.

Q- E já aconteceu ser uma escola a sugerir um projeto que ache que faria sentido desenvolver?

E6- Sim, o da ciência por exemplo foi um desses, o “À descoberta de Carnide” surgiu por aquilo que nos pediam. Há dos dois lados, o que nós propomos e as escolas aderem ou não e há também as sugestões das instituições e que nós tentamos, na medida das nossas capacidades, dar resposta.

Q- Que conceção pensa que os membros dos órgãos de gestão das escolas têm do trabalho que é desenvolvido pela Junta de Freguesia?

E6- Como é que eles nos veem? O que nos é transmitido é que é um trabalho muito positivo e uma mais-valia para a resolução dos problemas que surgem no dia- a- dia das escolas, é o que nos é transmitido e é o que nós gostamos de acreditar.

Q- Transmitem aos órgãos de gestão das escolas as vossas competências educativas, ou seja, faz parte do vosso método de trabalho comunicar aos órgãos de gestão quais são as responsabilidades que estão neste momento atribuídas ao vosso pelouro?

E6- Eu acho que isso já é emergente, as próprias escolas já têm essa noção. Às vezes pedem-nos coisas que não são da nossa competência e nós temos de explicar que não temos competências para, se for um telhado da escola, nós não temos como. Mas, apesar disso, eles recorrem as nós e se nós conseguirmos resolver resolvemos mas, em termos de conhecimento, eu acho que as escolas têm conhecimento de quais são as nossas reais funções e as nossas capacidades e, com a nossa forma de trabalhar, às vezes pedem-nos coisas que apesar de não serem da nossa competência nós tentamos resolver. Mas eu acho que eles têm bem presente quais são as nossas reais funções dentro da escola, o que nem sempre é pacífico não é, o estarmos no próprio espaço, não é tudo um mar de rosas, atenção, não quero passar aqui essa ideia porque não é verdade. Às vezes o dividir o espaço com as educadoras nem sempre é fácil, vamos a um exemplo mais ridículo, aparece um jogo partido, é preciso resolver, não é fácil às vezes. Às vezes uma educadora tem uma ideia do que é que devia ser o nosso trabalho porque acha que as

CAF's deviam ter outra função, mas tudo isso é discutido, os nossos colaboradores estão nos conselhos de docentes, reúnem semanalmente também com as educadoras.

Mas o que eu queria transmitir é que não é tudo fácil mas, a estrutura que está montada e a forma como nós vimos o trabalho e que tem de ser de proximidade, ajuda a atenuar esses problemas. Não é que eles não existam, mas a nossa forma de agir e de ver as questões, acho que atenua, evita e ajuda a resolver os problemas que inevitavelmente surgem.

Q- Muito obrigada pela sua colaboração.

E6- Não sei se ajudei...

Transcrição da entrevista 7- E7

Data: 13 de março de 2012

Hora: 16h00 min.

Local: Sala de Reuniões da Direção do Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos

Duração: 25 minutos e 41 segundos

Q- Boa tarde Professor João Martinho, desde já muito obrigada por me conceder esta entrevista. O meu trabalho de investigação tem como objetivo principal compreender em que consiste a participação formal e informal das Juntas de Freguesia na definição de políticas educativas locais e na gestão das escolas públicas, mais concretamente nas valências de Jardim de Infância e 1º ciclo. Relembro também que a informação aqui recolhida será apenas utilizada para estes fins e que esta entrevista será gravada em áudio.

O primeiro bloco de questões que tenho para lhe colocar está relacionado com as competências educativas das Autarquias. O que é que sabe sobre as competências das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia relativamente à educação?

E7- O que eu sei é que a Câmara tem variadíssimas competências que depois descentraliza na Junta de Freguesia, neste caso na Junta de Freguesia de Benfica. Estamos a falar das competências relacionadas com a Componente de Apoio à Família (CAF), das competências relacionadas com as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's) e quanto eu sei também tudo o que é de zonas verdes, de estacionamento e zonas verdes também está descentralizados nas Juntas. Haverá outro tipo de protocolos que as Juntas têm para nós que trabalhamos diretamente na área da educação e em termos de contrapartidas, digamos, ou de parcerias das partes, normalmente nós funcionamos com a CAF e com as AEC's. Haverá bastantes mais competências que a Câmara descentraliza na Junta mas nós, em articulação direta, é mais nas AEC's e na CAF. Nós depois também temos outro tipo de parcerias com a Junta, nomeadamente na parte do projeto "PES- Educação para a Saúde", em que as Psicólogas da Junta fazem uma ligação e uma articulação muito direta connosco.

Q- Independentemente daquilo que a Lei atribui a estes órgãos, às Câmaras e às Juntas, diz-me que há outras intervenções por parte da Junta de Freguesia junto das escolas, nomeadamente esses projetos que falou. Tem conhecimento de outras intervenções na área da educação?

E7- No que toca aqui à Junta, o “GAF” que é o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família, é um gabinete que nós aqui criámos com estreita ligação e articulação com a Junta de Freguesia de Benfica. A parte do projeto “PES”, da educação para a saúde, também fazemos uma ligação, a Junta faz uma ligação muito direta e muito trabalhada e articulada com o projeto PES aqui, depois a escola tem o seu coordenador mas que é uma iniciativa que a escola propõe em articulação com a Junta, portanto as duas psicólogas trabalham em articulação connosco.

Q- Na sequência do conhecimento que tem sobre as competências que a Lei atribui em matéria de educação às Juntas de Freguesia, pensa que essas competências deveriam ser alargadas?

E7- Eu penso que tudo o que é descentralizar é positivo. É um bocado o mesmo princípio como a descentralização em termos de Ministério da Educação e as escolas e as Direções. Eu acho que, por mais que esteja pouco regulamentado em termos de autonomia, eu continuo a achar que as escolas têm muito pouca autonomia e muita centralização. Há um princípio que eu aprendi que é não há nada como o ver as coisas de perto e quem está no nível central, neste caso o Ministério da Educação ou até a Câmara porque estamos a falar de uma Câmara com uma dimensão muito grande, não estamos a falar das Câmaras do interior, com áreas muito restritivas, agora a Câmara de Lisboa tem uma dimensão muito grande em termos de programação nas várias áreas e penso que a Junta de Freguesia de Benfica, que penso que seja a segunda maior de Lisboa, também tem uma dimensão muito grande. Assim, se a Junta de Freguesia de Benfica não tiver delegação de competências por parte da Câmara, eu acho que não há grandes condições para a Câmara conseguir envolver a área toda que não seja através da descentralização das suas iniciativas e projetos na Junta de Freguesia.

Q- Então talvez me esteja a dizer que, mais do que uma descentralização da Câmara para as Juntas, deveria a Lei por si conceder às Juntas mais competências?

E7- Pois, eu penso que sim porque muitas vezes é a Câmara que tem competências mas depois na altura... nós já tivemos aqui um caso concreto, nós agrupamento pagamos aos professores das AEC's e no fundo era uma centralização um pouco absurda a meu ver porque era assim, o Ministério da Educação dava as verbas à Câmara e a Câmara dava as verbas ao Agrupamento e nós pagávamos. E este aspeto burocrático de funcionamento que eu não percebo muito bem porque é que isto acontece, o facto do Ministério da Educação ter de mandar as verbas para a Câmara, a Câmara ter que, no fundo, gerir essas verbas e depois mandar para aqui e depois nós temos que pagar. Andávamos aqui três instituições, ou três organismos a trabalhar e a fazer a mesma coisa. Não concordo nem percebo porque é que estas coisas são assim. Mas o que é verdade é que estamos a aguardar cada vez mais autonomia mas as coisas continuam a processar-se desta forma, deixa a desejar que andamos três entidades a fazer a mesma coisa desnecessariamente.

Q- Relativamente ao conhecimento que tem sobre o trabalho que a Junta de Freguesia desenvolve na área da educação, conhece as responsabilidades que o pelouro da educação da Junta de Freguesia de Benfica tem neste momento?

E7- Eu tenho as reuniões, eu não leio os protocolos que a Câmara tem com a Junta. O que eu tenho é reuniões frequentes com a Junta de Freguesia de Benfica com quem tenho uma relação, tenho ou tem a instituição, neste caso o Agrupamento tem uma relação privilegiada, mesmo muito boa com a Junta de Freguesia de Benfica. Em termos do que vem nos protocolos específicos deles, não domino. O que eu sei é que efetivamente a parte que nos liga a nós no que toca às AEC's e à CAF funcionam muito bem, quer em termos de pagamentos aos professores, que eu tenho conhecimento porque também supervisionamos o trabalho que está articulado aqui com um elemento da Direção e que sei que estão a correr muito bem. As reuniões que eu tenho, as trimestrais mas depois também tenho aqui uma adjunta que faz uma ligação e uma ponte muito direta com o 1º ciclo e o Pré-escolar, sei que funcionam muito bem, em termos de pagamentos, articulação e funcionamento está a trabalhar com eles.

Q- Nunca houve por parte do pelouro da educação uma iniciativa de vos comunicar quais são as responsabilidades que lhes estão atribuídas ou vocês vão tendo conhecimento através dessa reuniões?

E7- Nós temos um protocolo tripartido, esse nós temos, no que toca às AEC's e à CAF, temos um protocolo tripartido entre Câmara, Junta e Agrupamento e que é assinado por todos e aí temos conhecimento das responsabilidades de cada um. Os outros protocolos que não são específicos da educação, nós não temos de ter, portanto, não temos conhecimento, sei que por exemplo em termos de conservação de zonas verdes, há uma descentralização da Câmara com a Junta mas nós não vamos ler os protocolos porque não nos dizem respeito. Agora, o protocolo tripartido dessas duas vertentes nós lomo-lo e assinámo-lo, portanto nós sabemos as responsabilidades que tem a Câmara, que tem a Junta e que temos nós.

Q- Falou-me da estreita relação e que é muito boa com a Junta de Freguesia, por isso presumo que conheça a Vogal da Educação?

E7- Conheço, comunico com ela frequentemente, telefonamos muitas vezes, conheço perfeitamente e a Presidente também. É a Presidente e a Vogal reúno bastantes vezes com elas. A Vogal faz parte do Conselho Geral mas temos reuniões frequentes e telefonamos muitas vezes.

Q- Conhece o percurso profissional da Vogal, sabe qual é a sua formação académica?

E7- A Vogal é professora, está aposentada mas é professora. Trabalhou muito tempo no Ministério da Educação e portanto é um aspeto positivo que tem porque, eu já trabalho aqui há bastantes anos e não tem acontecido noutros mandatos. Uma questão é a política e aí devem estar os políticos mas penso que depois devem ter no mínimo só pessoas ligadas à área e às vezes isso não acontece. Agora, casualmente, a Vogal da Educação, eu acho que é a pessoa indicada porque foi professora e apesar de estar aposentada, está dentro dos problemas relacionados com a educação. É uma mais-valia.

Q- Como me disse, telefonam-se habitualmente, é uma pessoa com quem trabalha regularmente...

E7- Sim, e às vezes situações de resolução imediata, sei lá, uma torneira ou uma questão de canalização, mando um e-mail ou ligo-lhe diretamente para resolver essas questões pontuais mas urgentes. Ou para marcar reuniões, etc., ou alguma dúvida que tenha. Por

exemplo, eu tive uma dúvida sobre um monitor da CAF que eu desconhecia, e de imediato liguei para saber o que se passava.

Q- Tem conhecimento da existência de outros técnicos ligados à educação na Junta de Freguesia?

E7- Tenho o conhecimento da secretária da Vogal da Educação que também já lá está há muitos anos e que conheço e que sei que também há uma ligação muito boa em termos de trabalho, assim como conheço outros técnicos da área do desporto que também estão ligados connosco e outros que não só do desporto.

Q-Algum desses técnicos desenvolve diretamente um trabalho nalguma das escolas do Agrupamento?

E7-Há vários técnicos que têm trabalho e que desenvolvem diretamente... uns ligados à parte de parceria de estágio que têm aqui, que são os psicólogos. Como lhe disse, a área de projeto “PES” da educação para a saúde, englobando várias vertentes, nomeadamente a da educação sexual, as psicólogas trabalham aqui connosco e há uma que está qui afeta à escola que é essa do “GAF – Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família” e que tem um gabinete próprio, nós disponibilizámos o espaço e ela trabalha em articulação com a nossa psicóloga para desenvolver este tipo de projetos que lhe falei. Assim como também há um técnico do desporto e que nós cedemos as instalações para eles terem aqui uma iniciativa, penso que seja do basquetebol e é um técnico lá da Junta.

Q- Passemos agora para as práticas efetivas da Junta de Freguesia na área educativa. Já me falou de algumas delas. Como disse, a Junta de Freguesia participa na gestão da atividade escolar e, na sua opinião define uma política educativa local através das suas iniciativas?

E7- A única coisa que eu conheço mais é a atividade que se desenvolve em termos de parcerias ou protocolos, nomeadamente aquilo que lhe falei, as AEC's que é uma atividade do Ministério da Educação mas que tem descentralização na Câmara e nossa.

Q- Já agora, para que valências é que as AEC's e a CAF se dirigem?

E7- A CAF dirige-se ao Pré- Escolar e 1º ciclo e as AEC's é só 1º ciclo, isto está previsto em termos de Lei, as AEC's é só 1º ciclo.

E depois outras atividades ligadas ao Ministério da educação, eles têm uma programação penso que um pouco dependente das escolas da área. Portanto, a Vogal pertence ao Conselho Geral daqui e penso que também pertence aos outros Conselhos Gerais das outras escolas aqui da área e ela apercebe-se do Plano Anual de Atividades (PAA) que cada escola tem, tenho-me apercebido disso. Portanto nós temos o nosso, a Pedro Santarém também tem o seu e a Escola Secundária também. E penso que depois ela se articula no enquadramento das atividades conjuntas aqui das escolas da área e portanto, a maioria das atividades que nós desenvolvemos, eles colaboram. Em termos de visitas de estudo, facultam a carrinha. Há algumas iniciativas deles que complementam o nosso PAA, por exemplo, atividades mais próprias da Junta ou enquadradas mesmo no nosso PAA. Por exemplo, no encerramento do ano letivo, a Junta está sempre presente quer os próprios elementos da Presidência e do Pelouro da Educação, quer inclusivamente com os meios que eles têm, cedem-nos equipamentos para e até o próprio espaço que é o lar de reformados. Nós convidamos as entidades aqui da área e essa é uma das que está presente.

Também há atividades conjuntas, por exemplo a natação, eles cedem-nos a piscina e os nossos alunos têm natação ao longo de todo o ano letivo.

Portanto, há uma abertura grande da parte da escola e da parte da Junta para um trabalho sério. Além da relação que, como lhe disse, é estupenda, tudo o que é preciso em termos de equipamento, cedem-nos e acho que é o dever deles, não fazem demais porque acho que é o dever deles. É uma Junta que deve priorizar as questões sociais e as questões da educação e depois o resto mas eu acho que eles no fundo estão... estou contente, estou satisfeito com a atividade que eles desenvolvem.

Q- Que motivações pensa estarem por detrás desta forte intervenção da Junta de Freguesia?

E7- Eu não sei muito bem, mas na altura, quando foi no ato eleitoral... eu já conheci aqui vários mandatos e neste mandado, na altura, a própria Presidente referiu, depois de tomar posse, que uma das suas prioridades era a educação. E eu posso afirmar-lhe aqui

que, dos mandatos que trabalharam comigo, já foram alguns, eu penso que ela está a cumprir a prioridade de acompanhamento da área da educação, quer em termos da intervenção que ela tem, até comigo, enquanto Presidente, no bater-se pelas obras das escolas de 1º ciclo, não sei se tem informação. Já disse isto a várias pessoas em vários anos que as escolas do 1º ciclo andam quase cinquenta anos atrasadas em termos de construções e que atrasa estas escolas públicas. O cenário das escolas do 1º ciclo em Lisboa era muito mau, era péssimo e agora, de há uns anos a esta parte, coisa de sete ou oito anos, estão a tentar mudar esta situação. Nós tínhamos duas escolas em muito mau estado, uma que já foi intervencionada, levou um banho muito grande e há outra que está por levar e a própria Presidente tem-se batido muito comigo para que essa escola tenha uma intervenção e as obras comecem o mais cedo possível, já nos andam a prometer há dez anos e penso que agora vai ser este ano. Portanto, quando ela disse na altura, na primeira reunião que teve aqui comigo, que a prioridade era a educação, não sei se é ou não mas eu acho que este executivo está a batalhar e a fazer os esforços todos para que as áreas ligadas à educação sejam priorizadas.

Q- Passemos agora ao último bloco de questões relativo às relações estabelecidas entre a Junta de Freguesia com outros organismos. Já me falou um pouco sobre isto mas na sua opinião, que perspetiva tem da relação que é estabelecida entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal?

E7- Da relação que a Junta tem com a Câmara não lhe posso dizer muito bem mas deduzo que são boas porque a Câmara, com alguma frequência, faz visitas às escolas do 1º ciclo e apercebo-me, nessas visitas, que têm uma relação... parece-me boa, com muita intervenção mas também estamos todos juntos, eles vem e eu também estou presente.

Mas também já tivemos outras reuniões comuns na Câmara, nomeadamente quando se organizou esta questão do arranque das obras numa das escolas, estivemos todos presentes e parece-me que efetivamente é boa.

No próprio Conselho Geral, onde faz parte a Vogal e elementos da Câmara, parece-me que a relação é boa, que é pacífica e interventiva.

Na relação entre o Agrupamento com a Junta, é muito boa e com a Câmara também. A Junta, já com este executivo, teve duas iniciativas de dois fóruns que reuniram a Vogal e a Presidente com os Diretores das várias escolas, fomos nós os diretamente implicados em termos de intervenção e outros convidados por parte da Junta, ou seja, a prioridade foram as temáticas da educação e também fez a ponte e a ligação connosco. Foi possível verificar que há uma articulação muito boa entre nós, não só com este Agrupamento mas com os três Agrupamentos que estão aqui, os três Agrupamentos vizinhos. A iniciativa foi deles. E podia dar outros exemplos. Estavam presentes elementos da Câmara, do Ministério da Educação e outros convidados.

Q- Podemos avançar um pouco porque já me falou de alguns aspetos que pretendia. Sobre a relação da Junta de Freguesia com os órgãos de gestão das escolas também já me disse que lhe parece ser muito boa. Sobre a vossa concretamente, o que me pode acrescentar?

E7- Aqui com o nosso é uma relação muito boa. Com os outros, penso que haja também uma boa relação porque sei que a Vogal está nos outros Conselhos Gerias dos Agrupamentos e funciona bem e nas iniciativas conjuntas, como estes dois fóruns, pareceu-me que tinha uma relação muito boa com os outros elementos dos órgãos de gestão, tal como com este.

Q- Pensa que esta relação é mais promovida pela Junta, indo de encontro à própria prioridade que o executivo estabeleceu, ou é mais promovida pelos órgãos de gestão das escolas?

E7- Eu acho que é de parte a parte. Nas várias iniciativas, em que nós convidamos sempre a Junta para estar presente e também acontece o contrário. Em algumas atividades que a Junta implementa paralelamente ao nosso PAA, também nos convida sempre para estar presentes, para intervirmos. No Carnaval, por exemplo, com o desfile, é sempre uma atividade que nestes dois últimos anos foi uma iniciativa da Junta e que nós estivemos presentes. Portanto, há uma ligação mais de perto em termos de atividades e de vontade do que havia anteriormente em outros mandatos. Direi eu que será um pouco pela iniciativa e pela prioridade que deram à educação e penso também que pelas pessoas que estão, que são uma mais-valia o facto de serem professores, sentirem mais a educação, a Vogal neste caso, tem uma maior sensibilidade para esta

áreas que outras pessoas quaisquer podem não ter. O que é verdade é que há uma dinâmica diferente com este mandado.

Q- A vossa relação com a Junta também é um pouco resultado da falta de resposta da Câmara em algumas situações ou não tem nada a ver com isso?

E7- Eu penso que é mais a Junta que é mais dinâmica. Penso que a forma de funcionamento continua um pouco idêntica em termos de centralização, tanto quanto eu sei. Eu penso que são as pessoas que têm uma atitude diferente ligada à educação, viradas para a educação. Eu continuo a achar que são as pessoas que mudam, embora a Câmara também mudasse de técnicos e de direção e também professores por acaso, o Diretor de Departamento também é professor. Penso que essa situação também é uma mais-valia para todo o desenvolvimento da área da educação.

Q- Obrigada professor, está tudo.

E7- Está tudo? Foi rápido.

Anexo 4

Análise de

conteúdo das

entrevistas

Categorias	Subcategorias	Unidades de significado
<p>1. Competências das Freguesias em matéria de educação</p>	<p>1.1.- Evolução/Conhecimento/Alargamento</p>	<p>E1</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Eu penso que são ainda limitadas” [conhecimento] - “as alterações introduzidas pela Lei 5- A, pode verificar como estava a dizer, que efetivamente há algumas limitações” [conhecimento] - “já estavam contempladas, quando nós tomámos posse. O que nós temos vindo a fazer é aprofundar cada vez mais e a imprimir um carácter de qualidade. Isso tem sido permanentemente” [evolução] - “Certamente que nós poderíamos intervir mais a nível de projetos educativos em conjunto com os próprios Agrupamentos e Escola Secundária (...) o que implicaria verba específica ou um orçamento próprio mais alargado, não tão restrito quanto aquele que nós dispomos neste momento” [alargamento] <p>E2</p> <ul style="list-style-type: none"> - “há muito pouco tempo que estou a trabalhar com a vogal da educação, trabalhava mais com tudo o que tinha a ver com Ação Social (...) embora não tivesse esse trabalho de aprofundar muito bem quais eram as competências da Junta” [conhecimento] - “sinceramente nunca pensei muito sobre esse assunto mas, assim à primeira vista, se calhar diria que sim” [alargamento] <p>E3</p> <ul style="list-style-type: none"> - “As Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia a nível de educação têm as competências a

		<p>nível do Jardim de Infância e do 1º ciclo, a nível de edifícios, a nível de refeições, a nível de atribuição de apoios sociais aos alunos, basicamente é isto. A nível pedagógico, cabe ao agrupamento, neste caso à direção (...) a Câmara tem também a responsabilidade de colocar os Assistentes Operacionais” [conhecimento]</p> <p>- “a Junta de Freguesia de Carnide já de há uns anos a esta parte, segundo quanto sei, tem um trabalho bastante próximo e interessante em relação à educação” [evolução]</p> <p>- “Eu acho que não (...) De facto às Juntas de Freguesia e à Câmara é mais essa responsabilidade de gerir os edifícios, gerir os apoios” [alargamento]</p> <p>E4</p> <p>- “por base, não têm qualquer tipo competência nesta área, são sempre por delegação de competências da Câmara Municipal, o que, dependendo dos casos e dependendo da vontade da Câmara Municipal, permitirá uma maior ou menor intervenção da autarquia” [conhecimento]</p> <p>- “a Junta de Freguesia em termos de competências formais e de recursos para o efeito, de base e de raiz, são muito reduzidas, aliás como para todas as outras competências que possam ter para outras áreas de intervenção” [conhecimento]</p> <p>- “era importante ... isto depois dependendo das fronteiras porque a competência implica meios, a competência tem responsabilidades e tem de se perceber qual é que é a entidade pública melhor vocacionada para cumprir determinada função em determinado contexto. De uma forma geral eu diria que era importante, para efeitos de estabilidade e de saber com o que é que podemos contar no futuro, que houvesse uma formalização legal das competências, agora depende de muitas outras coisas” [alargamento]</p> <p>E5</p> <p>- “daquilo que tenho conhecimento, mantém-se inalterável. As mesmas que eles tinham há uns</p>
--	--	--

		<p>anos, mantêm-se atualmente. Poderá é haver diferenças de Município para Município, na capacidade que cada Município pode ou não delegar mais competências em cada Freguesia” [conhecimento e evolução]</p> <p>- “Diria que temos situações naturalmente por Lisboa e pelo país que fará sentido haver maior centralização no próprio Município. Por sua vez, noutras, pela sua grandiosidade ou dispersão, poderá haver maior delegação” [alargamento]</p> <p>E6</p> <p>- “nós, não só cumprimos a legislação tal como ela está, como por vezes ultrapassamos também um bocadinho as competências que são das Freguesias e através de protocolos com, nomeadamente com a Câmara, acabamos por assumir mais para além do que está definido” [conhecimento e evolução]</p> <p>- “Há coisas que não faz sentido ficarem centralizadas no poder central ou na Câmara porque a Freguesia é quem está no terreno de facto. Portanto, tudo o que puder ser descentralizado e articulado diretamente com as Freguesias, é uma mais-valia porque nós temos uma noção mais exata do que se passa realmente no terreno e a proximidade, a relação informal com Agrupamentos, Escolas, Professores, Auxiliares, etc., pode facilitar todo este trabalho e torná-lo mais adequado à realidade de cada Freguesia que é muito diferente de Freguesia para Freguesia, tanto em Lisboa como no resto do país, obviamente” [alargamento]</p> <p>E7</p> <p>- “O que eu sei é que a Câmara tem variadíssimas competências que depois descentraliza na Junta de Freguesia” [conhecimento]</p> <p>- “Em termos do que vem nos protocolos específicos deles, não domino” [conhecimento]</p> <p>- “Eu penso que tudo o que é descentralizar é positivo” [alargamento]</p>
--	--	--

	<p>1.2.- Áreas de intervenção</p>	<p>E1</p> <p>- “o que nós temos circunscreve-se exclusivamente aos Jardins de Infância e às Escolas de 1º ciclo, nomeadamente nas pequenas reparações. Ou seja, manutenção do edifício escolar, não é mais do que isso, a parte física do edifício”</p> <p>E2</p> <p>- “Tem vários protocolos de delegação de competências. A nível das escolas, sei que existem esses que lhe falei, a nível das obras, de pequenos arranjos, de limpeza das escolas, tudo o que tenha a ver com materiais até também de limpeza, esse tipo de coisas. Há outros protocolos que são mais específicos relativamente a projetos como é a CAF (Componente de Apoio à Família), por exemplo. Esta Junta também tem delegação de competências, não sei se a designação é mesmo assim, mas relativamente às AEC’s”</p> <p>- “neste momento o pelouro da educação tem uma intervenção alargada (...) um projeto que a Junta também já tem há algum tempo que tem a ver com imigração e com o enquadramento dessas pessoas, até a nível de legalização e tudo, também faz parte da educação”</p> <p>E3</p> <p>- “Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC’s) e a Componente de Apoio à Família (CAF)”</p> <p>E4</p> <p>- “temos alguma intervenção que prende-se sobretudo com as atividades extracurriculares”</p> <p>- “pequenas reparações”</p> <p>- “Mas nós não estamos cá para limitar a nossa intervenção ao nível da atribuição legal como é evidente”</p>
--	--	---

		<p>- “não nos restringimos àquilo que está na letra do protocolo”</p> <p>E5</p> <p>- “Transferiu para estas como para todas as outras que quiseram assumi-las (...) funcionamento da CAF, das AEC’s, das pequenas reparações e gestão do parque escolar ao nível... de pequenas reparações (...) limpeza geral anual”</p> <p>E6</p> <p>- “temos todo um trabalho de articulação no sentido de colaborar e de ser um parceiro na resolução de problemas da Freguesia a nível de educação”</p> <p>E7</p> <p>- “competências relacionadas com a Componente de Apoio à Família (...) competências relacionadas com as Atividades de Enriquecimento Curricular (...) zonas verdes, de estacionamento e zonas verdes também está descentralizado nas Juntas”</p>
	<p>1.3.- Processos de transferência</p>	<p>E1</p> <p>- “ficámos sempre na dependência direta de algumas delegações de competências provenientes dos Municípios”</p> <p>- “havia as pequenas reparações mas nós dissemos, podemos ir mais além, podemos fazer mais alguma coisa”</p> <p>- “Entretanto, há uma outra situação. Esta foi mesmo negociada (...). Tem a ver com as AEC’s, que são as Atividades de Enriquecimento Curricular”</p> <p>E2</p> <p>- “Sei que têm delegação de competências por parte das Câmaras”</p>

		<p>- “A CAF penso que foi transversal a todas a Juntas (...) pelo menos na altura em que foi transferida aqui para a Junta essa função, penso que foi a Câmara que decidiu fazê-lo. Relativamente às AEC’s, sei que houve uma negociação”</p> <p>E3</p> <p>- “Eu estou cá há cerca de sete meses e não sei muito bem o passado. Neste momento o que acontece é que nos apresentaram uma proposta de atividades para este ano que foi analisada por mim e que depois foi aprovada em Pedagógico e que depois foi levada a CG”</p> <p>E4</p> <p>- “dependendo de Junta de Freguesia para Junta de Freguesia e de capacidade de intervenção para capacidade de intervenção, as Câmaras vão delegando competências que, dependendo dos casos, permitem uma maior ou menor intervenção”</p> <p>“Quando as atividades extracurriculares surgiram, nós fomos a entidade promotora diretamente e fomos dos poucos, senão a única, que não passou pela Câmara Municipal. Entretanto, a Câmara Municipal de Lisboa assumiu também esta responsabilidade mas mantendo-se sempre à margem porque, antes da Câmara o assumir, já nós o tínhamos assumido”</p> <p>- “Quando há uma lógica de envolvimento e de parceria, o protocolo é necessário para que algumas responsabilidades fiquem definidas bem como os meios para concretizar essas responsabilidades”</p> <p>- “É sempre negociado. Obviamente que há... as partes não são iguais nesta negociação. Uma Junta de Freguesia com uma Câmara Municipal está sempre... o dinheiro está sempre do lado de lá (...) cabe às Juntas de Freguesias saberem ou não negociar os seus protocolos e saberem ou não afirmar o seu trabalho e saberem ou não cumprir com aquilo que são as suas responsabilidades”</p>
--	--	--

		<p>- “temos notado um crescendo de confiança no nosso trabalho e isso nalguns casos implica uma maior predisposição para delegar competências por parte da Câmara Municipal”</p> <p>E5</p> <p>- “é reconhecer capacidades numa primeira parte, porque muitas vezes tenta-se delegar e há Juntas que não querem assumir, acontece em Lisboa. Aqui o executivo teve momentos em que quis delegar mais e algumas Juntas, no seu direito, não assumiram”</p> <p>- “ao nível do ano em que arrancaram as AEC’s (...) a Junta de Freguesia de Carnide tornou-se por iniciativa própria entidade promotora. (...) Foi o que veio a acontecer com Benfica. Há dois anos tornou-se promotora das AEC’s. Qualquer uma destas Juntas sempre assumiu este papel de proximidade e de apoio e muito facilmente tornaram-se entidades parceiras executoras da CAF (...) e também qualquer uma delas assumiu desde o início as pequenas reparações”</p> <p>- “Não houve imposições, pelo contrário, são duas Juntas de Freguesia que conseguem até fazer, quase diria fazer mais do que aquilo que às vezes está no protocolo”</p> <p>E6</p> <p>- “protocolo de delegação de competências com a Câmara Municipal”</p> <p>E7</p> <p>- “protocolos”</p> <p>- “Nós depois também temos outro tipo de parcerias com a Junta, nomeadamente na parte do projeto “PES- Educação para a Saúde”, em que as Psicólogas da Junta fazem uma ligação e uma articulação muito direta connosco”</p>
--	--	---

		<p>- “se a Junta de Freguesia de Benfica não tiver delegação de competências por parte da Câmara, eu acho que não há grandes condições para a Câmara conseguir envolver a área toda que não seja através da descentralização das suas iniciativas e projetos na Junta de Freguesia”</p>
<p>2. Gestão interna das Juntas de Freguesia</p>	<p>2.1.- Responsabilidades do pelouro da educação</p>	<p>E1</p> <ul style="list-style-type: none"> - “as pequenas reparações (...), a componente de apoio à família (CAF), as AEC’s” - “segurança rodoviária (...) através de um protocolo com a Câmara, avançou-se em várias Freguesias- tipo para um projeto designado os “Verdinhos” - “gabinete de Apoio ao Aluno e à Família em articulação com o IAC” <p>E2</p> <p>- “Sim, houve bastantes alterações porque (...) aqui há uns anos, o pelouro da educação tinha uma atuação muito mais reduzida junto das escolas. Era basicamente aquelas que tinham a ver com a delegação de competências das obras, arranjos, esse tipo de coisas. Depois também, porque a Junta tem transporte próprio, muitas vezes as escolas solicitam esse tipo de transporte (...) Mais recentemente, existe uma série de atuações que são feitas nas escolas, que é novo...até o facto da vogal da educação ter chamado a si alguns projetos que estavam a funcionar dentro da Junta, agregados a outros pelouros. Penso que traduz um bocadinho essa vontade da Junta de intervir mais diretamente com a população escolar”</p> <p>E3</p> <p>- “Não” (em relação ao conhecimento sobre as atuais responsabilidades do pelouro da educação da Junta de Freguesia de Carnide).</p> <p>E4</p> <p>- “entidade promotora das atividades extracurriculares (...) atividades de tempos livres”</p>

		<p>- “transporte de crianças da escola para casa. De facto é um projeto da Câmara que nós apoiamos e monitorizamos e fazemos o acompanhamento. O transporte é da Câmara, os condutores são da Câmara e nós fazemos uma espécie de monitorização”</p> <p>E5</p> <p>- “Não” (Em relação ao conhecimento sobre as atuais responsabilidades do pelouro da educação da Junta de Freguesia)</p> <p>E6</p> <p>- “pequenas reparações”</p> <p>- “trabalho de articulação com as instituições locais a todos os níveis e um trabalho transversal de participação no terreno e sempre em parceria com, trabalhamos com e não para”</p> <p>- “nós estamos com as CAF (...) temos as AEC’s (...). Estamos com o projeto “Alfacinhas (...) pequenas reparações”</p> <p>- “acompanhamento de almoços (...) animações”</p> <p>E7</p> <p>- “O que sei é que efetivamente a parte que nos liga a nós no que toca às AEC’s e à CAF”</p>
	<p>2.2.- Evolução das responsabilidades e consequentes necessidades do pelouro</p>	<p>E1</p> <p>- “Foi um processo gradual, não foi de um momento para o outro. Foi um processo em que passo a passo, mas com solidez”</p> <p>- “recrutamento de técnicos especializados”</p> <p>- “necessidade de contratar um técnico de Educação Física”</p> <p>- “Gabinete de Psicologia que trabalha na dependência direta do Pelouro da Educação e que precisou de um reforço de técnicos para o efeito”</p>

		<p>- “uma outra pessoa que ficou a trabalhar connosco na supervisão das AEC’s”</p> <p>- “às vezes é complicado de termos mais competências se bem que nós temos vindo a conseguirlas gradualmente. É um processo que eu posso talvez simbolizar como uma escada, que é passo a passo e patamar a patamar, mas que vamos tentando e vamos conseguindo, dentro das possibilidades e em acordo mútuo, avançar sempre um pouco mais e fazer mais alguma coisa. Isto foi possível no ambiente, isto foi possível nos espaços verdes e na educação, gradualmente, vai sendo”</p> <p>E2</p> <p>- “Nós aqui no gabinete temos pessoas com essa formação exatamente porque trabalhamos em determinadas áreas”</p> <p>- “o pelouro alargou muito porque o pelouro da educação, normalmente, só tinha a vogal e uma funcionária da Junta que fazia a parte de secretariado. Neste momento (...) continua a ter a funcionária que faz, no fundo, a parte de secretariado, que é a secretária da vogal. Foi contratada mais uma pessoa no âmbito da CAF (...) Contratação de variadíssimos monitores (...) tanto para a CAF como professores para as AEC’s. (...) A nível aqui do gabinete de psicologia (...) Somos duas psicólogas do quadro, dois psicólogos contratados e uma pedagoga contratada”</p> <p>E3 -----</p> <p>E4</p> <p>- “o trabalho que pode ser feito de desenvolvimento, de cooperação, de participação, de desafio, de proposta, de parceria. E é sobretudo nesse campo que nós temos vindo a desenvolver trabalho”</p> <p>- “Muito antes disto começar a surgir, antes das atividades extracurriculares surgirem, nós já tínhamos atividades de tempos livres, já tínhamos as estruturas montadas em parceria com as</p>
--	--	--

		<p>escolas, já havia uma ligação muito estreita no desenvolvimento do trabalho”</p> <ul style="list-style-type: none">- “Legalmente nós servíamos para o recenseamento (...), para gerir cemitérios (...) e para organizar eleições, isto é Lei”- “os requisitos exigidos para um monitor de ATL não são os mesmos para um professor de AEC’s. Teve de se montar toda uma nova lógica e a lógica que nós montámos foi envolver a comunidade”- “implicou um ajustamento muito grande mas a estratégia que foi utilizada (...) foi (...) envolver a comunidade, as forças vivas da Freguesia na promoção de atividades de enquadramento às crianças no âmbito da educação”- “há sensivelmente três ou quatro anos, nós sentimos necessidade de mudar completamente a lógica de gestão da própria Junta de Freguesia porque (...) nós funcionávamos por pelouros muito fechados em que cada pelouro era o seu pelouro (...). Ora bem, a realidade não é assim tão estanque (...) Em todas as áreas que nós temos aqui, conseguimos encontrar mais pontos de contacto do que diferenças e por isso, a própria gestão da casa, passou a ser feita de outra forma em que a segregação das áreas passou a ser muito menos fechada e existe uma preocupação para que todos os pelouros articulem trabalho”- “temos que recrutar pessoas de fora para este trabalho sazonal” <p>E5-----</p> <p>E6</p> <ul style="list-style-type: none">- “A educação sempre foi... eu estou cá já há muitos anos, uma prioridade nesta Freguesia e nesse sentido teve uma aposta muito grande na equipa, na formação da equipa, na sua formação (académico) e portanto, ao nível das alterações, o que tem vindo a se feito é um reajustamento das funções, ou seja, a educação cresceu de tal maneira que houve a necessidade dos
--	--	--

		<p>coordenadores locais terem outro tipo de responsabilidades para além da gestão dos ATL's das CAF e das AEC's, cada um deles tem depois um projeto a seu cargo no sentido de responsabilizá-los também por isso, do desenvolvimento nas escolas da proximidade”</p> <p>E7 -----</p>
	<p>2.3.- Percurso da Vogal/do Técnico</p>	<p>E1</p> <ul style="list-style-type: none"> - “A minha formação de base inicial foi Professora do 1º ciclo” - “resolvi enveredar pelo campo da Psicologia, fiz então o curso de Psicologia” - “Depois, fiz Pós Graduação e Mestrado na área da avaliação” - “Estive na área da docência alguns anos. Depois estive requisitada durante muito tempo nos Serviços Centrais do Ministério da Educação e inclusivamente na Direção Regional de Educação de Lisboa (DREL)” - “coordenar os SPO's, os Serviços de Psicologia e Orientação Escolar. Estive lá cerca de dois anos mais ou menos e depois é que voltei para o Ministério da Educação” - “nos últimos tempos estive no Júri Nacional de Exames (JNE)” - “estou neste cargo desde outubro de 2009” <p>E2</p> <p>- “a minha formação de base é a Psicologia Educacional. Comecei por trabalhar na parte do pelouro da ação social. (...) comecei por coordenar um ATL (...) Depois, e também porque a minha formação se foi alargando porque fui fazendo formação a nível de terapias, comecei a fazer avaliações e acompanhamentos psicológicos aqui na Junta quando iniciámos o gabinete de avaliação e de acompanhamento psicológico. (...) estive a fazer Mestrado (...) na área de clínica para dar resposta (...) para esse tipo de necessidades. (...) Também já estive a coordenar uma UNIVA que tínhamos aqui há uns anos, que era uma Unidade de Inserção na</p>

		<p>Vida Ativa, era um projeto que dependia de financiamento do IEFP. A coordenação deste projeto que agora temos, também já há bastantes anos que estou com isto, é o “Programa Intervir” (...) depois acabo também por fazer a articulação com outros projetos que existem na Freguesia e que a Junta é promotora, por exemplo, é o caso do “Programa Escolhas”.</p> <p>E3</p> <p>- “é estranho. Por exemplo, em relação à Junta de Freguesia do Lumiar (...) eu já conheço a vogal da educação. Já veio cá pelo menos duas vezes, eu já fui a uma reunião na Junta de Freguesia também (...) ela ligou-me a perguntar-me quando é que me podia receber mas foi iniciativa dela. Enquanto na Junta de Freguesia de Carnide eu não conheço quem é a vogal, ou melhor conheço-a se for ali à newsletter da Junta de Freguesia e conheço a fotografia da senhora” (informo que é um homem) “. É um senhor, pronto então peço desculpa que eu nem sabia. Não conheço a vogal”</p> <p>E4</p> <p>- “Eu entrei na Junta de Freguesia, fui eleito, não foi para a educação, foi para a juventude e desporto e para as finanças com 18 anos. Tinha acabado de entrar na Faculdade Nova de Economia (...) nas últimas eleições fiquei com a educação também (...) por essa altura estava a fazer o Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. Profissionalmente, trabalho na Presidência do Conselho de Ministros. Entretanto fiz um Mestrado em Economia e Políticas Públicas”</p> <p>- “Estou neste cargo há 6 anos, vai fazer 7”</p> <p>E5</p> <p>- “Recentemente na Junta de Freguesia de Carnide mudou o ano passado, não sei o percurso</p>
--	--	--

		<p>profissional da pessoa” [Informei que não mudou o Vogal, mudou uma das Técnicas]</p> <p>- “Uma pessoa que trabalhou anos na educação, trabalhou na educação basta” (em relação à Vogal da Educação de Benfica)</p> <p>E6</p> <p>- “psicóloga educacional (...) e enquanto estava a estagiar tive um convite para ir trabalhar para uma associação juvenil aqui no Bairro Padre Cruz, para coordenar um ATL (...) entretanto tive o convite de vir coordenar um ATL pertencente à Junta de Freguesia, estive um ano fora do país por razões pessoais e depois quando regresssei o convite mantinha-se para continuar nas funções. Passei por monitora, quando comecei coordenava e era monitora ao mesmo tempo nessa associação. Depois, ao vir para o ATL do Bairro Padre Cruz já pela Junta, tinha só as funções de coordenação. Depois mudei para a escola aqui da Luz, estive uns anos aqui a coordenar o ATL da escola da Luz, ainda era só ATL. Entretanto surgiram as AEC’s e eu também acompanhei esse processo porque foi um novo desafio (...) este é o terceiro ano que estou na coordenação geral”</p> <p>E7</p> <p>- “A Vogal é professora, está aposentada mas é professora. Trabalhou muito tempo no Ministério da Educação e portanto é um aspeto positivo”</p>
	<p>2.4.- Tarefas mais habituais e métodos de trabalho da Vogal/do Técnico</p>	<p>E1</p> <p>- “Eu despendo mais tempo com muitas reuniões”</p> <p>- “procuro estar sempre a par dos processos em curso porque tenho a preocupação de não deixar para amanhã o que eu posso fazer hoje”</p> <p>- “não tenho atrasos na correspondência recebida e expedida”</p> <p>- “as Assembleias de Freguesia, tenho o Executivo e as reuniões de Executivo que são</p>

		<p>obrigatórias, alguma interação que há com outros pelouros, sobretudo com a Cultura e o Desporto devido à realização de atividades conjuntas”</p> <p>E2</p> <p>- “por um lado, no gabinete de psicologia há a parte de avaliação e de acompanhamentos psicológicos, que temos muitos pedidos. Depois, a parte que tem a ver com a coordenação deste projeto de prevenção de comportamentos de risco. (...) a intervenção direta com turmas, que também faço esse tipo de trabalho (...) Coordenação de estagiários (...) Muito tempo também a fazer candidaturas para obtenção de financiamentos da Câmara para projetos (...) e relatórios”</p> <p>E3 -----</p> <p>E4</p> <p>- “Há aqui um estilo de trabalho que é cultura da organização que é a gestão partilhada: uma gestão coletiva, envolvente”</p> <p>- “coordenação técnica (...) na articulação (...) reflexão (...) reuniões (...) acompanhamento (...) a minha abordagem é sobretudo com os coordenadores da área, os coordenadores técnicos e numa lógica de capacitação muito grande para que eles próprios tenham autonomia para tomar a decisão”</p> <p>E5-----</p> <p>E6</p> <p>- “trabalho de parceria (...) eu para além da educação tenho outra área, ou seja, cada um dos técnicos tem duas áreas a seu cargo e isto obriga-nos a não nos fecharmos na nossa própria área e temos de funcionar sempre em conjunto (...) estamos assim todos em “roda” exatamente para estimular este trabalho de parcerias e para que todo o trabalho seja em conjunto e faça sentido”</p>
--	--	---

		<p>- “Eu estou mais a acompanhar as CAF e as AEC’s (...) estou mais direcionada para as equipas, para a gestão das equipas, a sua formação e o acompanhamento das equipas”</p> <p>E7 -----</p>
	<p>2.5.- Serviços e técnicos</p>	<p>E1</p> <p>- “No gabinete de Psicologia nós temos neste momento quatro elementos. Depois temos a D. Bela... cinco, mais a D. Alice dos pagamentos da CAF ... são seis pessoas”</p> <p>- “no gabinete de Psicologia, nós também temos estagiários”</p> <p>- “nós temos fora, e aí foi preciso as escolas cederem espaço, que são os GAF’s, a funcionar. É o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família que decorre de um protocolo que nós temos com o IAC (Instituto de Apoio à Criança) e que é assegurado precisamente por técnicos nossos”</p> <p>- “temos uma pedagoga nos dois agrupamentos, noutro caso temos uma psicóloga e que estão a assegurar precisamente o funcionamento desses gabinetes nas escolas”</p> <p>- “consequimos efetivamente arranjar técnicos (...) para estarem no gabinete”</p> <p>- “Como há muitas visitas de estudo nós cedemos o autocarro”</p> <p>E2</p> <p>- “piscina (...) desenvolvemos as atividades no espaço escolar (...) Temos também (...) uns gabinetes que são os gabinetes de apoio ao aluno e à família (...) e que funcionam dentro das escolas”</p> <p>E3</p> <p>- “Sempre que falei com alguém da Junta de Freguesia de Carnide, falei sempre diretamente com o Sr. Presidente ou com duas técnicas da parte da educação, a Ana Paula Lopes e a Catarina Pereira. O vogal da educação não sei quem é e já tivemos algumas reuniões mas nunca</p>

		<p>esteve presente nessas reuniões”</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Conheço mais uma ou duas pessoas que não sei o nome (...) Conheço uma outra que é a Ana Ramos também na educação mas mais na área do desporto” - “eles têm um núcleo de psicologia, que está afeto à Junta de Freguesia” <p>E4</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Temos uma equipa com cerca de trinta pessoas mais os professores envolvidos nas AEC’s, temos uma equipa muito grande (...) posso dizer-lhe que é o pelouro ao qual são afetos mais custos, é aquele onde nós gastamos mais dinheiro” - “Dois coordenadores e depois existem os coordenadores do equipamento e depois existem as equipas do próprio equipamento e depois existem os professores das atividades extracurriculares” <p>E5</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Não os conheço” <p>E6</p> <ul style="list-style-type: none"> - “temos duas coordenadoras no edifício, temos seis coordenadores locais e depois cada um deles tem as equipas que vão de quatro a seis elementos cada uma dependendo das necessidades de cada escola” - “Em termos de espaços, o que nós usamos são as próprias escolas” - “Durante as animações das interrupções letivas (...) é muito de exteriores” - “a Junta tem uma verba atribuída para a educação e há uma comparticipação dos pais nessas nossas atividades, CAF e animações, as AEC’s são, de acordo com a Lei gratuitas e de carácter não obrigatório. As CAF são por inscrição e os pais têm uma contribuição que não paga as despesas que nós temos, nem sequer dá para pagar os ordenados mas é uma comparticipação,
--	--	--

		<p>uma ajuda obviamente. E depois há as verbas que a Junta recebe da Câmara e do Poder Central para a educação e que depois nós vamos gerindo”</p> <p>E7</p> <p>- “secretária da Vogal da Educação (...) outros técnicos da área do desporto (...) e outros que não só do desporto (...) uns ligados à parte de parceria de estágio que têm aqui, que são os psicólogos (...) as psicólogas”</p>
	<p>2.6.- Perceção da Junta de Freguesia sobre a sua intervenção</p>	<p>E1</p> <p>- “Eu penso que temos um papel importante a desempenhar no âmbito da educação e da melhoria qualitativa da mesma”</p> <p>E2</p> <p>- “Acho que tem um impacto bastante grande”</p> <p>E3-----</p> <p>E4</p> <p>- “nós ajudamos a fazer a diferença”</p> <p>E5-----</p> <p>E6</p> <p>- “É um grande desafio mas eu acho que está a ser um desafio, desde há muitos anos, positivo, muito ganho porque sinto que estamos a fazer um trabalho de intervenção real e efetivo nas nossas crianças, nas nossas escolas, nos nossos professores e sinto orgulho de fazer parte desta instituição, nesta área que é tão fundamental, é a base da nossa sociedade e que a educação em Carnide tem sido uma aposta ganha e é muito bom sentir que continua a ser uma prioridade</p>

		<p>nesta Freguesia”</p> <p>E7 -----</p>
<p>3. Intervenção autónoma das Juntas de Freguesia nas escolas e na restante comunidade</p>	<p>3.1.- Ações autónomas das Juntas de Freguesia</p>	<p>E1</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Nós temos um projeto comum, global que assenta no bem-estar físico e mental dos alunos da Freguesia de Benfica” - “projeto que tem a ver com o combate à obesidade em crianças pequenas, com o despertar para uma vida saudável, que começa no pré-escolar (...) e que se intitula “A Brincar ao Desporto” - “desenvolvemos o voluntariado através de pessoas que se vêm inscrever e (...) estão a colaborar connosco em algumas escolas na vigilância dos recreios” - “programa de formação sobre bullying” - “Também nos foi solicitada a montagem de intercomunicadores de vigilância” - “Programa “Intervir”(...) fazemos o treino de competências pessoais e sociais em alunos que vão desde o Jardim de Infância até ao 3º ciclo do Ensino Básico” - “Temos dois projetos que são da iniciativa exclusiva da Junta de Freguesia, um é o “Diálogo de Olhares” e o outro um “Ateliê de Fotografia e Identidade” - “Uma investigação que tem a ver com o bem-estar das crianças e jovens em Benfica” - “Fórum de Educação” sobre “O aluno como cidadão: que caminhos, que atalhos” - “as escolas às vezes têm necessidades de materiais que também nos solicitam e que nós contribuímos, sempre que possível” - “executando fotocópias” - “cedemos gratuitamente a piscina às crianças” - “temos um projeto que visa valorizar o professor que se destacou na escola no ano, com

		<p>atribuição de algo simbólico”</p> <ul style="list-style-type: none">- “outro projeto, que é o “Ser maior” e que já vamos na quarta geração do “Escolhas” (...)... esse programa permite trabalhar com eles, fazer trabalhos de casa e todo um outro programa de atividades sejam de caráter desportivo, lúdico e recreativo, por forma a manter as crianças motivadas para a sua ocupação dos tempos livres e assim prevenir, atempadamente, qualquer outra situação de risco que possa ocorrer ou qualquer outra tentação que possa seduzir qualquer criança nessas circunstâncias”- “projeto “Eva”(...) têm também atividades desportivas (...) Têm muitas atividades e até visitas de estudo que vão de encontro à motivação dos alunos, que é isso que nós queremos, por forma a canalizá-los para outra ocupação de tempos”- “ainda no âmbito aqui deste pelouro, porque ele não se restringe à educação, é muito mais vasto, também tem outras duas vertentes, a cidadania e a inserção social”- “temos um centro que é uma associação de apoio ao imigrante e que se chama “Em cada rosto igualdade”, o ECRI”- “está também a funcionar uma delegação dos SEF”- “nós também fazemos rastreios de saúde. Temos protocolos com a Santa Casa da Misericórdia e com a Cruz Vermelha”- “também temos placards lá com informação sobre empregos”- “Temos também (...) uma advogada que faz, em regime de voluntariado, atendimento público e que quis estar junto dos imigrantes” <p>E2</p> <ul style="list-style-type: none">- “aquilo que acontece é que, no nosso caso, nós temos muito mais intervenção com as escolas do que aquilo que supostamente... ou pelo menos do que aquilo que eu conheço que é suposto
--	--	---

		<p>ter”</p> <ul style="list-style-type: none"> - “gabinete de psicologia em que as escolas fazem os pedidos, também podem ser as famílias a fazê-los e, desde que sejam famílias sem recursos para custear esse tipo de trabalho, nós fazemos a custo zero” - “projeto (...) de prevenção de comportamentos de risco, nós trabalhamos com pré-escolar, 1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo... acabamos por trabalhar todas estas faixas etárias e no fundo trabalhamo-lo de uma forma continuada “ - “formação creditada para professores” <p>E3</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Lembrei-me agora deste que é um projeto de educação para a cidadania (...) Normalmente há as Escolinhas do Desporto (...) eles têm um núcleo de psicologia” <p>E4</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Escolinhas Desportivas (...) Curso de Carnaval (...) Conselho Consultivo de Educação” - “À descoberta de Carnide” em que as crianças vão conhecer as infraestruturas que existem na Freguesia (...) Brincar com a ciência a sério” em que as crianças faziam experiências” - “ocupações de tempos livres nas férias” - “Participação cidadã. É escolhido um tema nesta área (...) o “Sou “é o super-herói do imaginário das crianças que é utilizado para transmitir mensagens de desenvolvimento cívico, de participação cidadã” <p>E5</p> <ul style="list-style-type: none"> - “para além do 1º ciclo e Pré-Escolar, também têm um conjunto de ofertas localizadas (...) em termos de projetos e apoio a projetos de escolas muito importantes (...) qualquer uma delas também trabalha muito com os professores (...) Carnide tem as escolinhas de desporto (...)
--	--	--

		<p>Benfica (...) dá um enriquecimento muito grande à educação pela arte, não só nas AEC's como na CAF e se for preciso vai pelo 2º e 3º ciclo e por aí fora. Carnide também não se limita, trabalha muito com a escola sede de 2º e 3º ciclo a muitos níveis, a nível de apoio. Criou este ano o CAF, um ATL para alunos do 2º ciclo, uma resposta social importante para as famílias e para os alunos porque têm um sítio onde podem estar, a escola disponibilizou um espaço próprio na 2.3.(...) o Corso de Carnaval”</p> <p>E6</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Carnide Educa a Tempo Inteiro” - “temos também as chamadas animações” - “temos um órgão que nós consideramos fundamental no funcionamento da educação a nível da Freguesia que é o Conselho Consultivo da Educação” - “temos um trabalho de articulação com os idosos” - “Brincar com a Ciência” - “projeto que não falei, que é da cidadania, o “Sou” - “apoio às associações de pais” <p>E7</p> <ul style="list-style-type: none"> - “projeto “PES- Educação para a Saúde”, em que as Psicólogas da Junta fazem uma ligação e uma articulação muito direta connosco” - “GAF” que é o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família, é um gabinete que nós aqui criámos com estreita ligação e articulação com a Junta de Freguesia de Benfica” - “A única coisa que eu conheço mais é a atividade que se desenvolve em termos de parcerias ou protocolos” - “a Vogal pertence aos outros Conselhos Gerais das outras escolas aqui da área e ela apercebe-
--	--	--

		<p>se do Plano Anual de Atividades (PAA) que cada escola tem (...) E penso que depois ela se articula no enquadramento das atividades conjuntas aqui das escolas da área e portanto, a maioria das atividades que nós desenvolvemos, eles colaboram (...) facultam a carrinha (...) algumas iniciativas deles que complementam o nosso PAA, por exemplo, atividades mais próprias da Junta ou enquadradas mesmo no nosso PAA (...) meios que eles têm, cedem-nos equipamentos (...) Também há atividades conjuntas, por exemplo a natação, eles cedem-nos a piscina e os nossos alunos têm natação ao longo de todo o ano letivo”</p>
	<p>3.2.- Razões das ações autónomas das Juntas de Freguesia</p>	<p>E1</p> <ul style="list-style-type: none"> - “conhecemos o contexto e, como temos a caracterização feita das escolas e das crianças, procuramos garantir melhor qualidade” - “Do ponto de vista político, em relação às escolas, ir ao encontro das necessidades da população, assegurando tudo o que é possível fazer de modo a que as pessoas também estejam satisfeitas e possamos continuar a dar o nosso contributo com trabalho, podendo vir a ser reeleitos” - “penso que inicialmente deve ter sido uma escola a solicitar e depois no decurso começou a alargar-se a outras escolas” - “As outras iniciativas têm sido nós nossas. Logo que há capacidade de avançar, por exemplo relativamente aos projetos, avançamos mas sempre em diálogo com as escolas” - “proporcionar às crianças atividades diferentes que vão de encontro às idades próprias delas e que vão no sentido também de despertar para as artes, a educação para a arte, é um pouco nesse campo” - “em tempos houve alguém que se lembrou disto e imediatamente a Junta de Freguesia acolheu o projeto” - “Este aspeto proximidade constitui uma vantagem muito grande porque favorece diretamente

		<p>o apoio à população mas também é a população que vê na Junta de Freguesia a entidade imediata capaz de resolver o seu problema”</p> <p>E2</p> <ul style="list-style-type: none">- “o facto de estarmos mais próximos das escolas, mais próximos da realidade e até mais próximos das Direções das escolas, se calhar facilitaria o dar respostas adequadas a cada realidade, a cada uma das escolas”- “Para as escolas também acaba por ser muito positivo porque, embora tenham o serviço de psicologia e orientação a funcionar, é óbvio que um psicólogo para um agrupamento inteiro de escolas não consegue dar conta de tanto trabalho portanto, é mais um recurso que têm e que acaba por complementar o trabalho que fazem”- “tem a ver nitidamente com a opção do executivo com base nas necessidades da comunidade” <p>E3</p> <ul style="list-style-type: none">- “Achei que seria uma ajuda, tento procurar toda a ajuda possível em termos de apoio social e portanto estabelecemos esse protocolo” <p>E4</p> <ul style="list-style-type: none">- “A opção de investir, se se pode chamar assim, num conjunto de responsabilidades na área da educação, surge da identificação de lacunas que foram surgindo e, como autarcas eleitos, como instituição pública cuja sua missão é servir a comunidade de Carnide, foram-se construindo as respostas, ou tentando construir as respostas que eram necessárias para que a comunidade vivesse melhor, essa é a nossa função” <p>E5</p> <ul style="list-style-type: none">- “Eu diria que todo o processo de vida tem uma fase obrigatória que é a área da educação.
--	--	--

		<p>Portanto, se são responsáveis, não só políticos, mas para oferecer um conjunto de atividades, é natural que queiram também ter projetos e atividades que abarquem e abracem a área da educação”</p> <ul style="list-style-type: none">- “Não sei, só tive conhecimento da notícia, que achei muito boa” (em relação ao alargamento da CAF ao 2º ciclo) <p>E6</p> <ul style="list-style-type: none">- “temos uma série de projetos pedagógicos que vêm dessa tradição de parcerias”- “temos uma série de projetos que a Junta propõe às escolas no sentido de enriquecer o seu trabalho e de alguma forma dar resposta a algumas lacunas que nos vão sendo apresentadas, nomeadamente, temos o projeto que é “À Descoberta de Carnide”- “Outro projeto que também surgiu por necessidade das escolas”- “alargámos ao 2º ciclo isto porque, já era um pedido de há muito tempo dos pais”- “À descoberta de Carnide” surgiu por aquilo que nos pediam. Há dos dois lados, o que nós propomos e as escolas aderem ou não e há também as sugestões das instituições e que nós tentamos, na medida das nossas capacidades, dar resposta” <p>E7</p> <ul style="list-style-type: none">- “quando foi no ato eleitoral (...) a própria Presidente referiu, depois de tomar posse, que uma das suas prioridades era a educação”- “há uma ligação mais de perto em termos de atividades e de vontade do que havia anteriormente em outros mandatos. Direi eu que será um pouco pela iniciativa e pela prioridade que deram à educação e penso também que pelas pessoas que estão, que são uma mais-valia o facto de serem professores, sentirem mais a educação, a Vogal neste caso, tem uma maior sensibilidade para esta áreas que outras pessoas quaisquer podem não ter. O que é verdade é que
--	--	---

		<p>há uma dinâmica diferente com este mandato”</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Eu penso que é mais a Junta que é mais dinâmica” - “Eu penso que são as pessoas que têm uma atitude diferente ligada à educação, viradas para a educação”
	<p>3.3.- As relações com outras entidades da comunidade</p>	<p>E1</p> <ul style="list-style-type: none"> - “apresentámos um projeto ao Gabinete de Formação, a formação foi acreditada, para Professores e Educadores, e estamos a formar Professores e Educadores” - “trabalho de parceria e de articulação (...) Combinamos, trabalhamos, vemos qual a melhor maneira, definimos em conjunto estratégias, métodos, condições, etc.” - “através de protocolos (...)Escolas Superiores (...) protocolo com o IAC (...) o Teatro Papa-Léguas, as Artes Circenses” - “trabalhamos sempre em parceria, sempre que possível. Sentamos à mesa, combinamos, trocamos impressões, acordamos, colocamos no papel e depois, independentemente do papel que fica sempre como um referencial, avançamos para as atividades, sendo de realçar que a boa harmonia e o trabalho em conjunto extravasam o papel” - “FAPLx, Federação de Associações de Pais de Lisboa (...) Eles ficaram a beneficiar na medida em que (...) Há sempre uma verba superior ao valor da primeira tranche para lhes dar uma certa almofada e eles poderem, na altura própria, não só pagarem aos professores sem atrasos como também adquirir materiais específicos para as disciplinas que são aplicadas nas AEC’s” - “consórcios no âmbito de outras forças vivas da comunidade e que possam constituir valências em termos de apoio e de ajuda” - “SEF (...) Santa Casa da Misericórdia e com a Cruz Vermelha”

		<p>E2</p> <ul style="list-style-type: none">- “Temos parceria com algumas associações que têm alguns programas de competências, que estão creditados, que estão feitos e validados”- “temos parcerias com o centro de formação de professores, temos parceria com algumas faculdades, nomeadamente aqui com a ESE (Escola Superior de Educação) e fazemos trabalho de articulação através de estagiários, de estágios de curta duração e até de trabalhos que são feitos no âmbito de algumas disciplinas (...) a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, temos estagiários da Faculdade de Psicologia e temos estagiários também da parte de Ciências da Educação, temos das duas vertentes (...) parceria com a Federação das Associações de Pais que excuta as AEC’s (...) temos estagiários (...) da Universidade Lusófona da área da psicologia. Articulamos com os serviços de psicologia das escolas da Freguesia, com o centro de saúde a nível da parte da psicologia também, mais pontualmente com o Hospital Santa Maria... São Francisco Xavier, com aqueles que é necessário consoante as situações que vamos acompanhando” <p>E3 -----</p> <p>E4</p> <ul style="list-style-type: none">- “quem assegura a componente desportiva das AEC’s é o Clube Atlético e Cultural que é um clube da Freguesia, quem assegura a Expressão Dramática e a Expressão Musical são a associação “Tenda” e a “Associação Dramática de Carnide”, o grupo de Teatro de Carnide”- “Nós hoje temos associações que estão vocacionadas para isto, e estando vocacionadas para trabalhar com crianças, nós temos de aproveitar”- “a AMA, Associação Motora de Atividade Adaptada (...) a sua atividade central é para ajudar a integração de crianças com autismo”
--	--	---

		<p>- “Alguns são da Freguesia, outros não. Por exemplo, a Fundação Aragão Pinto muitas das vezes desenvolve atividades e propõe-nos o envolvimento para que seja feito aqui com as nossas crianças”</p> <p>- “os Escorpiões, o Juventude Horta Nova, A Associação Desportiva da Quinta da Luz (...) os Unidos (...) A Câmara Municipal de Lisboa é parceira como é evidente, o Ministério da Educação é parceiro como é evidente”</p> <p>E5-----</p> <p>E6</p> <p>- “protocolos com entidades locais responsáveis por cada uma das áreas, a Expressão Musical, a Expressão Dramática, a Atividade Física e o Ensino do Inglês”</p> <p>- “temos parcerias com instituições culturais (...) temos a parceria preciosa da PSP (...) temos um Centro de Saúde também disponível”</p> <p>E7 -----</p>
<p>4. Relações das Juntas de Freguesia com a Câmara Municipal</p>	<p>4.1.- Relações com a Câmara Municipal</p>	<p>E1</p> <p>- “A relação tem sido excecional com a Câmara Municipal”</p> <p>- “há um voto de confiança, há uma articulação permanente e há uma colaboração mútua”</p> <p>- “temos uma vantagem no meio disto tudo que é ser da mesma cor política o que é favorável mas, independentemente disto, há toda uma relação institucional muito positiva e muito profícua em termos de trabalho”</p> <p>- “Há um equilíbrio”</p> <p>E2</p> <p>- “Eu acho que há uma relação bastante forte, bastante boa”</p>

		<p>- “Articulamos também com eles com regularidade”</p> <p>E3</p> <p>- “em trabalho de bastidores, têm alguma relação”</p> <p>E4</p> <p>- “Tem dias (...) A relação é institucional, existem divergências, existe um grande respeito institucional e existe, pelo menos da nossa vontade e estou em crer que da Câmara Municipal também, uma grande vontade de ultrapassar as divergências de conceção para bem da cidade e da Freguesia. Existe uma relação de exigência de parte a parte (...) existe uma relação que não é fácil, que não é um mar de rosas até por divergências de conceção, os partidos políticos e as orientações ideológicas não são as mesmas mas existe aqui um... a democracia é isto tudo (...) Existe uma plataforma de entendimento, existe bom senso e existe sobretudo provas dadas no trabalho para trás”</p> <p>- “O trabalho é estreito, as dependências são estreitas (...) Existe aqui uma articulação e uma proximidade que tem vindo a ser cada vez mais estreita”</p> <p>E5</p> <p>- “conheço pessoalmente e tenho um contacto permanente com eles”</p> <p>- “Uma relação muito boa”</p> <p>- “temos aqui uma pro-atividade e um conhecimento com estas duas Juntas muito bom”</p> <p>- “É nos dois sentidos porque são Juntas fortes, muito conhecedoras do terreno, muito participativas”</p> <p>E6</p> <p>- “A Câmara... é uma relação muito institucional obviamente, com quem contamos, temos</p>
--	--	---

		<p>relações privilegiadas, o Presidente é muito ativo neste sentido, tanto no chamar à responsabilidade da Câmara quando a Câmara também nos falha (...) temos um trabalho de proximidade, posso dizer que sim”</p> <p>- “eu acho que muitas vezes é a Junta que acaba por “picar” um pouco e procurar incentivar o envolvimento da Câmara em coisas que para nós também são importantes”</p> <p>E7</p> <p>- “Da relação que a Junta tem com a Câmara não lhe posso dizer muito bem mas deduzo que são boas porque a Câmara, com alguma frequência, faz visitas às escolas do 1º ciclo e apercebo-me, nessas visitas, que têm uma relação... parece-me boa, com muita intervenção mas também estamos todos juntos, eles vem e eu também estou presente (...) parece-me que efetivamente é boa (...) No próprio Conselho Geral, onde faz parte a Vogal e elementos da Câmara, parece-me que a relação é boa, que é pacífica e interventiva”</p>
	<p>4.2.- As razões e mecanismos dos contactos</p>	<p>E1</p> <p>- “nós às vezes vamos para além dessas competências na medida em que, como estamos mais próximo da população, rapidamente detetamos os problemas ou a população vem junto de nós e nós servimos de veículo de comunicação entre a população e a Câmara Municipal”</p> <p>- “há sempre relações formais e informais. Há relações formais que tem a ver com as reuniões, com assembleias, com qualquer tipo de sessão que seja direta ou indireta com os próprios Vereadores”</p> <p>- “A nossa Presidente, por inerência de funções, tem assento direto na Assembleia Municipal. Logo, tem contato todas as semanas ou de quinze em quinze dias, conforme a periodicidade das sessões, com o executivo da Câmara. Aí, a nível informal podem sempre fazer um ponto da situação de qualquer caso que esteja pendente ou à espera de uma resposta.”</p>

		<p>E2</p> <ul style="list-style-type: none">- “se calhar, alertamos mais para as situações que tem a ver mais com o terreno. Eles acabam por lançar as coisas imaginando projetos que depois nós podemos desenvolver a nível local”- “Por email e por telefone (...) contato muito direto a nível de reuniões regulares com a Câmara. (...) habitualmente, reuníamos mensalmente com colegas da Câmara e até era promovido por parte da Câmara reuniões mais alargadas com várias Juntas que estavam no mesmo território, ou pelo menos em território próximos e que estavam a desenvolver este tipo de trabalho. Parece que vai ser retomado esse tipo de procedimento e que vamos voltar a ter esse tipo de reuniões”- “Para colocar questões (...) na parte em que temos de fazer candidaturas e relatórios para descodificar algumas coisas dos formulários (...) porque vamos promover uma determinada atividade ou um fórum, informamos e gostávamos que eles viessem participar (...) pedimos regularmente formação para os técnicos” <p>E3</p> <ul style="list-style-type: none">- “para se combinar como é que íamos fazer” <p>E4</p> <ul style="list-style-type: none">- “Quando é necessário, isto depois depende do assunto, da premência, depende ...há contatos que são regulares porque derivam de uma necessidade de contato e de articulação regular” <p>E5</p> <ul style="list-style-type: none">- “Todos os canais estão abertos. Leia-se telefone, telefone fixo, as cartas, ofícios, e-mail (...) Não só com o Presidente de Junta, ou diretamente com o Vogal ou então com as reuniões mais pontuais, sejam mais alargadas ou menos alargadas, mas elas acontecem”
--	--	--

		<p>E6</p> <ul style="list-style-type: none"> - “trabalho de articulação com a Câmara, quando é em questão de técnicos somos nós que articulamos, questões de transportes... mas depois, questões de verbas, questões de protocolos e se estão ou não a ser cumpridos, esse trabalho também já passa um bocadinho para o Presidente” - “Os técnicos da Câmara vieram ter connosco, andámos a visitar as escolas” - “a Junta de Freguesia promoveu uma reunião com a Câmara” <p>E7 -----</p>
	<p>4.3.- As conceções dos elementos da Câmara Municipal sobre o trabalho das Juntas de Freguesia ao nível educativo</p>	<p>E1-----</p> <p>E2-----</p> <p>E3-----</p> <p>E4-----</p> <p>E5</p> <ul style="list-style-type: none"> - “O trabalho é muito bom” - “São duas Juntas muito ativas, muito próximas e diria igualmente assertivas, diria que não fazem o apoio por mero apoio mas pelo contrário, o apoio que é ponderado, equilibrado e que há necessidade do outro lado e há recursos também para que a situação ou o apoio ao projeto corra da melhor forma” <p>E6-----</p> <p>E7-----</p>

<p>5. Relações das Juntas de Freguesia com os órgãos de gestão das escolas</p>	<p>5.1.- Relações com os órgãos de gestão das escolas</p>	<p>E1</p> <ul style="list-style-type: none"> - “A relação é muito boa. Tem sido aprofundada cada vez mais e tem vindo a desenvolver-se num crescendo de confiança, de credibilidade, de articulação, de cooperação e de respeito mútuo” - “Há uma articulação muito positiva, há uma cooperação mútua, há todo um trabalho conjunto de louvar” - “Eu penso que há um equilíbrio” <p>E2</p> <ul style="list-style-type: none"> - “É bastante positiva. Eu acho que é uma relação de confiança porque as direções dos dois agrupamentos e da escola secundária têm uma ótima relação com a Junta e acho que funciona muito bem” <p>E3</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Eu tinha cá chegado em finais de junho e ainda não tinha tido muito tempo para me inteirar. Agora com o tempo, tenho começado a ver que algumas coisas não são bem aquilo que eu queria, não é bem aquilo que eu quero, não é bem aquilo que eu pretendo e não foi naquele âmbito que eu concorri aqui a este projeto e portanto, até ao final do ano letivo, algumas coisas já vamos tentar fazer de acordo com as minhas ideias e portanto esperemos que no próximo ano algumas coisas sejam diferentes” - “a aceitação não é a melhor, não vai ser de ânimo leve mas repare que eu aqui, como disse há pouco, em termos pedagógicos, quem tem a competência de gerir e fazer essa gestão é o agrupamento, é o diretor. Às vezes, já me apercebi disso, que há uma certa confusão entre estas competências, mas não, é de facto o diretor” - “Eu acho que há uma proximidade”
---	--	---

		<p>E4</p> <ul style="list-style-type: none"> - “É de grande e estreita proximidade” - “É uma relação que se alimenta em conjunto (...) Ainda que inicialmente tenha sido estimulada por nós, hoje é uma realidade, faz parte da cultura das organizações e quando assim é, não se consegue perceber onde está a fronteira” <p>E5-----</p> <p>E6</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Sinto que é de uma grande proximidade, de uma grande informalidade” <p>E7</p> <ul style="list-style-type: none"> - “o Agrupamento tem uma relação privilegiada, mesmo muito boa com a Junta de Freguesia de Benfica” - “há uma abertura grande da parte da escola e da parte da Junta para um trabalho sério. Além da relação que, como lhe disse, é estupenda” - “Na relação entre o Agrupamento com a Junta, é muito boa (...) Foi possível verificar que há uma articulação muito boa entre nós, não só com este Agrupamento mas com os três Agrupamentos que estão aqui, os três Agrupamentos vizinhos”
	<p>5.2.- As razões e mecanismos dos contactos</p>	<p>E1</p> <ul style="list-style-type: none"> - “as próprias Direções das escolas, quando têm qualquer situação que gostariam de ver resolvida rapidamente, vêm primeiro ter connosco” - “também pedem ajuda à Junta, se possível, para desenvolver aquilo que pretendem e, assim, conseguirem atingir os objetivos porque nem sempre dispõem dos meios e recursos suficiente para o efeito”

		<p>- “Eu penso que há os recursos mas também são razões de ordem social e até mesma educativa”</p> <p>- “Eles, uma vez que têm confiança em nós, e que há todo um bom trabalho desenvolvido, a primeira coisa que fazem é recorrer a nós e só depois é que vão para a Câmara”</p> <p>- “Às vezes eles mandam para nós, reencaminhamos e informamos que não podemos fazer porque é da Câmara. Às vezes também eles já sabem e encaminham diretamente para a Câmara”</p> <p>- “creio que muitas vezes eles recorrem a nós, antes de ser diretamente à Câmara por forma a ver se temos uma resposta de imediato e satisfatória e só depois, então, ir à Câmara. Penso que a via é esta, normalmente”</p> <p>E2</p> <p>- “quase não há dia nenhum que não ligue e que não fale com a direção de uma ou de outra escola para resolver assuntos que têm a ver diretamente com o trabalho que desenvolvemos até porque, no âmbito do trabalho desenvolvido dentro das escolas, temos reuniões mensais com a direção. Portanto, acaba por ser uma relação muito próxima e muito continuada”</p> <p>- “Para divulgar atividades que vamos fazer”</p> <p>E3</p> <p>- “fomos conversando informalmente (...) houve uma reunião no final do 1º período para se fazer um balanço (...) Depois também temos que nos reunir, sentarmo-nos todos e verificar se essa minha perceção é mesmo verdade ”</p> <p>- “Mas como lhe digo, a minha interação com a Junta de Freguesia é sempre através das técnicas ou quando acho que é algum assunto que diga mais respeito ao presidente eu próprio contacto diretamente, tenho o contacto dele... de resto ele até é professor no nosso agrupamento e por isso tenho o contacto dele aqui nos nossos programas, contacto com ele, falamos e</p>
--	--	---

		<p>trocamos às vezes algumas impressões. Não é muito regular mas já aconteceu umas três ou quatro vezes”</p> <ul style="list-style-type: none">- “recebo muitos e-mails da Junta de Carnide com a divulgação dos projetos deles (...) Comunicamos muito por e-mail ”- “quando há necessidades (...) de vez em quando, há técnicos da Câmara a virem às escolas para verem se está tudo bem, fazerem uma vistoria em termos de refeições, de espaços e é uma das funções que as coordenações de estabelecimento têm é, sempre que detetam uma anomalia em termos de espaços, avisarem logo, quer a Câmara se for uma grande intervenção ou a Junta se for uma pequena intervenção, uma fechadura ou uma coisa assim do género”- “Por acaso a Junta de Freguesia de Carnide promove acho que mensalmente uma reunião (...) em que estão os nossos coordenadores de estabelecimento, a Junta de Freguesia de Carnide e todos os parceiros sociais da Freguesia”- “Mais a nível da planificação” <p>E4</p> <ul style="list-style-type: none">- “Quem trata com eles é sobretudo (...) os coordenadores técnicos que é quem está cá”- “reunião”- “telefones”- “estes canais criados e mais do que criados (...) consolidados, servem para o bem e para o mal. Serve para quando há desentendimentos, para quando há desavenças, para quando há estratégias divergentes, serve para construir” <p>E5 -----</p> <p>E6</p> <ul style="list-style-type: none">- “reuniões mensais, os nossos colaboradores estão no terreno”
--	--	--

		<ul style="list-style-type: none">- “basta pegar num telefone, ligamos diretamente, eles fazem o mesmo, portanto é muito fácil este contato”- “Se calhar nós procuramos mais por umas razões e eles mais por outras mas acabamos por nos cruzar e lá está, são os nossos meninos e trabalhamos todos para eles e portanto acho que é mútuo”- “pedem-nos ajuda para reforçar algum pedido junto da Câmara que não estejam a conseguir (...) e-mails que o Presidente manda todas as semanas (...) nós somos aqui um elemento de pressão (...) existe um trabalho de articulação (...) de sensação de mais-valia por essa proximidade existir”- “reuniões que são com caráter obrigatório (...) há aquela necessidade de trimestralmente reunir para avaliar (...) feita informalmente diariamente”- “há estas reuniões que já estão estipuladas pelo protocolo e essas acontecem”- “vão surgindo outros encontros que têm a ver com a realidade do dia-a-dia e que vão acontecendo. Há portanto os mais formais, os menos formais e os que vão surgindo por necessidade do dia-a-dia” <p>E7</p> <ul style="list-style-type: none">- “reuniões frequentes com a Junta de Freguesia de Benfica”- “tenho aqui uma adjunta que faz uma ligação e uma ponte muito direta com o 1º ciclo e o Pré-escolar”- “Conheço, comunico com ela frequentemente, telefonamos muitas vezes, conheço perfeitamente e a Presidente também. É a Presidente e a Vogal reúno bastantes vezes com elas. A Vogal faz parte do Conselho Geral mas temos reuniões frequentes e telefonamos muitas vezes”- “-mail ou ligo-lhe diretamente para resolver essas questões pontuais mas urgentes. Ou para
--	--	---

		<p>marcar reuniões, etc., ou alguma dúvida que tenha”</p>
	<p>5.3.- Formas de tomada de conhecimentos sobre as responsabilidades educativas das Juntas de Freguesia por parte dos Diretores de Agrupamento de Escolas</p>	<p>E1</p> <p>- “Sim, eles têm conhecimento do protocolo e nós até fazemos umas minutas, sobretudo por causa das pequenas reparações. Há um conjunto de informações que são enviadas às escolas para saberem quais são os âmbitos de intervenção da Junta no que concerne à aplicação prática do protocolo”</p> <p>- “Há reuniões, nós preparamos as coisas, trabalhamos, digo qual é o projeto e levo-o para ver com eles. Recolho e aceito sempre algumas alterações para valorizar o processo e o projeto e que possam constituir uma mais-valia para o trabalho a desenvolver em seguida e, articuladamente, avançamos”</p> <p>E2</p> <p>- “Eu penso que há uma política de comunicação de competências (...) Eu acho que de certeza haverá porque a vogal reúne com as direções, tem assento no Conselho Geral, com certeza que isso estará definido”</p> <p>E3</p> <p>- “Não, também não” (em relação ao conhecimento sobre o protocolo de descentralização de competências que existe entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal)</p> <p>- “por acaso devia já ter procurado mas se calhar agora depois da nossa entrevista se calhar vou tentar procurar sim. De facto devia tentar conhecer quais são as responsabilidades da Câmara da Junta”</p> <p>E4</p> <p>- “Tentamos fazê-lo não só aos órgãos de gestão, mas isso acontece correntemente no Conselho</p>

		<p>Consultivo e em todas as relações que existem (...) Hoje, as escolas têm mais ou menos noção do que é que compete a cada instituição mas nós não nos cingimos a tentar só esclarecer as escolas, tentamos esclarecer a própria população (...) é importante para nós, até para nos defendermos, deixarmos bem claro aquilo que está nas nossas mãos resolver e aquilo que não está nas nossas mãos resolver”</p> <p>E5-----</p> <p>E6</p> <p>- “Eu acho que isso já é emergente, as próprias escolas já têm essa noção (...) eu acho que as escolas têm conhecimento de quais são as nossas reais funções e as nossas capacidades”</p> <p>E7</p> <p>- “Nós temos um protocolo tripartido (...) e que é assinado por todos e aí temos conhecimento das responsabilidades de cada um. Os outros protocolos que não são específicos da educação, nós não temos de ter, portanto, não temos conhecimento (...) nós não vamos ler os protocolos porque não nos dizem respeito”</p>
	<p>5.4.- As conceções das Direções de Agrupamento de Escolas sobre o trabalho das Juntas de Freguesia</p>	<p>E1</p> <p>- “no início tinham muita pena de não haver um desenvolvimento maior sob o ponto de vista educativo aqui em Benfica (...) de não estar a agir e a atuar com as escolas em colaboração, intervindo em prol de melhor educação para todas as crianças (...) passados dois anos da nossa tomada de posse, podiam dizer, com satisfação e orgulho, que já tínhamos ultrapassado essa fase, que estávamos no bom caminho e que o trabalho era considerado extremamente positivo”</p> <p>- “quer pelo Diretor do Agrupamento de Quinta de Marrocos quer pelo Diretor do Agrupamento Pedro Santarém, dar os parabéns mesmo à Junta de Freguesia por todo o trabalho e</p>

		<p>empenhamento que temos vindo a investir e a fazer no âmbito da educação”</p> <p>E2</p> <p>- “Eu acho que eles valorizam bastante o trabalho que é desenvolvido pela Junta”</p> <p>E3</p> <p>- “Eu acho que há outras Juntas de Freguesia que não têm uma preocupação tão grande com a educação”</p> <p>- “Em termos de atividades até não é o mais problemático, o que eu começo a notar que é algum problema e já comecei a pensar de outra forma, ou seja, já marquei uma reunião com todos os coordenadores das AEC’s, com os coordenadores dos departamentos curriculares daqui do agrupamento para que haja uma real articulação curricular. Porque repare, as AEC’s são de enriquecimento, mas são para enriquecer o currículo, não são meras atividades à parte e há orientações curriculares para essas atividades. (...) há atividades que não se enquadram bem no currículo”</p> <p>- “De um modo geral eu acho que é bom (...) eu acho que em termos curriculares, começo a aperceber-me que não é aquilo que eu pretendo mas de tudo o resto é um bom trabalho sim”</p> <p>- “Sim, social tem bastante impacto”</p> <p>E4</p> <p>- “Eu estou convencido que eles reconhecem bastante a importância do trabalho que nós desenvolvemos e que nos veem como um parceiro ativo e que nos veem como um parceiro predisposto a ajudar seja para o que for, para qualquer dificuldade, por muito grande que seja, nós estamos lá”</p> <p>E5 -----</p>
--	--	---

		<p>E6</p> <ul style="list-style-type: none">- “sentimos que o nosso trabalho é valorizado (...) há por parte dos agrupamentos, a preocupação de que o nosso trabalho seja de qualidade e que queiram garantir que isso aconteça”- “O que nos é transmitido é que é um trabalho muito positivo e uma mais-valia para a resolução dos problemas que surgem no dia- a- dia das escolas” <p>E7</p> <ul style="list-style-type: none">- “acho que é o dever deles, não fazem demais porque acho que é o dever deles”- “estou contente, estou satisfeito com a atividade que eles desenvolvem”
--	--	--

Anexo 5

**Ofício enviado
aos elementos
das entidades
estudadas a
solicitar
colaboração para
o estudo**

Exmo. Sr.

Lisboa, ...de dezembro de 2011

Assunto: Realização de investigação sobre a participação das Juntas de Freguesia na gestão das escolas públicas do ensino básico (Jardins de Infância e Escolas Básicas do 1º ciclo) e na promoção e desenvolvimento de políticas educativas locais

No âmbito do Curso de Mestrado em Ciências da Educação, na área de especialização em Administração Escolar da Escola Superior de Educação de Lisboa, estou neste momento a iniciar um trabalho de investigação sobre o tema indicado em epígrafe, com o título “As Freguesias e as políticas educativas locais: as necessidades e as obrigações”, orientado pelo Professor Doutor João Pinhal.

Com este trabalho pretende-se compreender em que domínios formais e não formais participam as Juntas de Freguesia na educação, ou seja, que papéis desempenham estes organismos na definição de políticas educativas locais nas suas comunidades, dentro de um mesmo quadro legal e num processo político de descentralização da educação.

Desta forma, tinha todo o interesse em desenvolver o estudo na sua freguesia e para tal venho por este meio solicitar a V. Ex.^a a autorização formal para proceder à recolha de dados indispensáveis à concretização da investigação.

A estratégia de investigação escolhida foi o estudo de caso intrínseco, através de uma abordagem naturalista de tipo descritivo e interpretativo.

Para que tal seja possível, pretendo recorrer a técnicas como análise documental e entrevistas semiestruturadas como formas de obtenção de informação, seguidos da análise e interpretação das mesmas.

Julgo que o trabalho em questão se reveste de especial pertinência uma vez que, será possível com o mesmo, evidenciar o contributo que a intervenção autárquica na educação tem vindo a trazer às comunidades locais.

Uma vez tratar-se de um trabalho de investigação de natureza académica, será assegurada a confidencialidade dos dados recolhidos bem como a comunicação à vossa organização das conclusões finais do referido trabalho.

Agradeço desde já a atenção dispensada por V. Ex.^a, confiante de que me será autorizada a realização do estudo.

Com os melhores cumprimentos,

A Mestranda

Ana Lúcia Barão Cordeiro

Identificação e contactos:

Ana Lúcia Barão Cordeiro

Professora de 1º ciclo no Externato...

Aluna do Curso de Mestrado em Ciências da Educação, na área de especialização em Administração Escolar da Escola Superior de Educação de Lisboa – 2º ano

Morada: R. ... Telemóvel: ... E-mail: ...

Anexo 6

Declaração
entregue aos
entrevistados
aquando da
realização das
entrevistas

MESTRADO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE LISBOA

Entrevista semiestruturada para investigação com vista à elaboração da dissertação de Mestrado com o título registado:

“As Freguesias e as Políticas Educativas Locais: as necessidades e as obrigações.”

DECLARAÇÃO

Eu, Ana Lúcia Barão Cordeiro, portadora do cartão de cidadão com o número ..., aluna com o número 2010... da Escola Superior de Educação de Lisboa- Instituto Politécnico de Lisboa, declaro que as declarações obtidas na presente entrevista terão como única finalidade a elaboração da investigação em curso sobre as Políticas Educativas Locais, na perspetiva de duas freguesias do concelho de Lisboa.

A entrevista em questão será registada em suporte áudio que depois da sua fiel transcrição, será apresentada ao entrevistado para aprovação. Caso assim o entenda, o entrevistado tem um prazo de 30 dias para se pronunciar sobre a mesma. Mais se declara que será garantido o anonimato do entrevistado caso este assim o pretenda.

Lisboa, ___ de fevereiro de 2012

A Mestranda

O Entrevistado

Anexo 7

Lista de

documentos

fornecidos e

respetivas fontes

Documentos	Fontes
<ul style="list-style-type: none"> - Protocolo de Delegação de Competências entre a CM de Lisboa e a JF de Benfica - Protocolo de Delegação de Competências entre a CM de Lisboa e a JF de Carnide 	<p>Câmara Municipal de Lisboa</p>
<ul style="list-style-type: none"> * - Constituição da equipa da educação da JF de Carnide - Programação de atividades 2011/2012 - Apresentação das iniciativas aos agentes educativos - Programa da CAF 2010/2011 - Candidatura para Protocolo de parceria para o desenvolvimento das AEC's e CAF 2011/2012 - Regulamentos do Centro de ATL do Bairro Padre Cruz (JI, 1º Ciclo e 2º Ciclo) - Relatório de Atividades e Conta de Gerência de 2010 - Plano de Atividades de 2011 - Caracterização da Freguesia - Protocolos de colaboração para o desenvolvimento das CAF para 2012/2013 entre CM de Lisboa, JF e Agrupamentos de Escolas - Protocolo de parceria para o desenvolvimento das AEC's para 2012/2013 entre JF e entidades parceiras 	<p>Junta de Freguesia de Carnide</p>

<ul style="list-style-type: none"> - Protocolo de colaboração para o desenvolvimento das AEC's para 2011/2012 entre a JF e FAPLX - 2ª adenda ao Protocolo de colaboração para o desenvolvimento das AEC's para 2012/2013 entre a JF, Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos e FAPLX - Protocolo de colaboração para o desenvolvimento da CAF para 2012/2013 entre CM de Lisboa, Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos e JF - Manual de procedimentos para os monitores da CAF - Brochura com normas de funcionamento da CAF - Acordo de cooperação para o desenvolvimento do projeto Verdinhos entre CM de Lisboa e JF *- Relatório de Avaliação das ações de formação sobre bullying *-Projeto Diálogo de Olhares- Comunidade *- Projeto Oficina de Fotografia *- Relatório de Avaliação do Projeto Ser Maior 	<p>Junta de Freguesia de Benfica</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos 2009/2013 - Projeto Curricular do Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos 2011/2012 	<p>Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Projeto Educativo de Agrupamento de Escolas São Vicente de Telheiras 2011/2015 	<p>Agrupamento de Escolas São Vicente de</p>

- Projeto Curricular de Agrupamento de Escolas São Vicente de Telheiras 2011/2012	Telheiras
- Carta Educativa Lisboa de 2008 - Diagnóstico Social de Lisboa de 2009	Site da Câmara Municipal de Lisboa

* Os documentos assinalados não foram autorizados a ser divulgados por conterem informações confidenciais ou pessoais.

Anexo 8

Protocolo de
Delegação de
Competências
entre a CMLx e a
JF de Benfica

Anexo 9

Protocolo de

Delegação de

Competências

entre a CMLx e a

JF de Carnide

Anexo 10

**Protocolo de
colaboração para o
desenvolvimento da
CAF entre CM de
Lisboa,
Agrupamento de
Escolas Bairro
Padre Cruz e JF de
Carnide
(2012/2013)**

Anexo 11

Protocolo de colaboração para o desenvolvimento da CAF entre CM de Lisboa, Agrupamento de Escolas São Vicente de Telheiras e JF de Carnide (2012/2013)

Anexo 12

**Protocolo de
parceria para o
desenvolvimento
das AEC's entre
entidades parceiras
e JF de Carnide
(2012/2013)**

Anexo 13

**Protocolo de
colaboração para o
desenvolvimento
das AEC's para
2011/2012 entre a
JF e FAPLX**

Anexo 14

2ª adenda ao

Protocolo de

colaboração para o

desenvolvimento

das AEC's para

2012/2013 entre a

JF, Agrupamento de

Escolas Quinta de

Marrocos e FAPLX

Anexo 15

**Protocolo de
colaboração para o
desenvolvimento da
CAF para
2012/2013 entre
CM de Lisboa,
Agrupamento de
Escolas Quinta de
Marrocos e JF**

Anexo 16

Acordo de

cooperação para o

desenvolvimento do

projeto Verdinhos

entre CM de Lisboa

e JF